

Cecília Luttembarck de Oliveira Lima Rattes

**A VIAGEM DE THEODORE ROOSEVELT PELO NOROESTE BRASILEIRO:
CAÇA, CIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA TROPICAL
(1913-1914)**

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG
2015

Cecília Luttembark de Oliveira Lima Rattes

**A VIAGEM DE THEODORE ROOSEVELT PELO NOROESTE BRASILEIRO:
CAÇA, CIÊNCIA E REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA TROPICAL
(1913-1914)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em História

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientadora: Betânia Gonçalves Figueiredo
Co-Orientador: Zephyr Frank

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS-GRADUAÇÃO
historia.iumg

Tese defendida pela aluna **Cecilia Luttembarck de Oliveira Lima Rattes** em 18 de dezembro de 2015 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo – Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Zephyr Frank – Co-orientador
Stanford University

(por quem assina a presidente da Comissão, Prof. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo)

Prof. Dra. Kátia Gerab Baggio
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dra. Anny Jackeline Torres Silveira
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dra. Mary Anne Junqueira
Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Helena Miranda Mollo
Universidade Federal de Ouro Preto

Aos olhares curiosos, fazedores da História

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos em um trabalho tão longo e denso é sempre complicado, pois em toda obra que nos propomos a construir, contamos com a ajuda de muitas pessoas para que uma tese nasça, cresça e possa contribuir, de alguma forma, para a humanidade. E eu acredito, sinceramente, que minha pesquisa trará boas contribuições para as pessoas interessadas em conhecer mais sobre um pedacinho de nossas relações culturais e políticas com os Estados Unidos.

Primeiramente, agradeço às pessoas especiais que viveram, contribuíram, acolheram e minimizaram meu trabalho e angústias, fazendo-me crescer como pesquisadora para que conseguisse concluir o projeto que me propus a pesquisar.

Aos meus orientadores, Betânia Figueiredo e Zephyr Frank, pessoas generosas que se dispuseram a ajudar-me com indicações bibliográficas, leituras atentas e respeitadas, por seus empenhos, coerência e amizade, auxiliando-me a alcançar meu intuito final de defender este projeto.

Ao pessoal da Secretaria da Pós-Graduação em História, representado pelo Maurício e Edilene. Pessoas sempre solícitas aos meus pedidos, muitas vezes inusitados.

Ao Gregory Raml, do *American Museum of Natural History (Library)*, pela paciência e coleguismo diante das inúmeras visitas e e-mails trocados.

À equipe do *Fild Museum (Chicago)*, em especial à Christine Giannoni, Nina Cummings e Mark Alvey, pela agilidade e prontidão em localizar importantes informações para a escrita da tese.

À equipe do grupo *Scientia* da UFMG, pelo espaço para o diálogo e disposição em ajudar-me com as dúvidas inerentes de uma pesquisa.

À banca de qualificação, Katia Baggio e Ely Carvalho, pela leitura cuidadosa e sugestões valiosas, que tanto contribuíram para trabalhar nas melhorias da pesquisa.

À Capes, agência de fomento, pela bolsa doutorado-sanduíche, que me proporcionou estar em uma instituição de excelência no mundo acadêmico, acrescentando-me conhecimento à vida profissional.

Ao pessoal do Laboratório de Stanford (*Center for Spatial and Textual Analysis - CESTA*), pela abertura, ajuda, diálogo e cordialidade, em especial ao Gabriel Wolfenstein, parceiro de pesquisa e que se transformou em amigo de vida e profissão; ao Nicholas Bauch que me apresentou seu projeto desenvolvido em Stanford e no qual participei por um breve período; ao Matt Bryant, Celena Allen, Leonardo Barleta, Frederico Freitas, Maria Santos, Rani Sharma e a Cristiane Myasaca, cada um com sua nacionalidade e que enriqueceram minha experiência de vida, apresentando-me visões ímpares, importantes na melhoria da minha capacidade de análise e adaptação de expatriada.

Não poderia esquecer dos amigos da UFMG: Natascha Ostos, amiga da graduação e espelho para a vida; Bráulio Chaves, Terezinha Vilarino, Natally Dias e Paloma Porto, turma de peso que pretendo ter sempre por perto.

À minha tia Inês, professora por vocação, que trouxe a verve de cátedra para minha vida.

À minha avó Lili, mulher à frente de sua época, capaz de se empolgar com as artes e que tanto me influenciou a apreciar os grandes pintores.

Ao meu irmão, Guilherme, pela paciência de escutar-me durante os momentos de dúvidas, mostrando que a distância espacial é pequena quando existe amor.

À minha mãe Alice, primeira mestra na vida, que me doou valores fortes de força, honestidade, carinho e leveza de viver.

E por fim, ao meu marido, Gustavo Lemos, inspiração e orgulho, que me apresentou o outro lado do mundo, desbravando e vencendo barreiras.

The hunter who wanders through these lands sees sights which ever afterward remain fixed in his mind.... Apart from this, yet mingled with it, is the strong attraction of the silent places, of the large tropic moons, and the splendor of the new stars; where the wanderer sees the awful glory of sunrise and sunset in the wide waste spaces of the earth, unworn of man, and changed only by the slow change of the ages through time everlasting.

Theodore Roosevelt, em Khartoum
15 de Março de 1910

RESUMO

Durante o ano de 1913, Theodore Roosevelt decidiu produzir uma viagem por paisagens pouco exploradas do noroeste do Brasil. O ex-presidente norte-americano e o então coronel brasileiro Cândido Rondon, contando com o apoio do *American Museum of Natural History*, dividiram o comando de uma expedição, cujo objetivo era “caçar” espécimes da fauna, colher amostras da flora, mapear o “rio desconhecido” e fazer contato com os índios. Embora a expedição tenha se autodefinido como científica e tenha contado com o apoio do governo brasileiro, a documentação reunida – que abrange tanto o diário de viagem de Roosevelt e periódicos da época, quanto fotografias da fauna, da flora e dos indígenas – identificou elementos do imperialismo norte-americano nas Américas. Acredita-se que nesses documentos existia um discurso que aliava a ideia de desenvolvimento da ciência naturalista a uma postura de superioridade norte-americana em relação ao Brasil. As narrativas e imagens produzidas pela comitiva de Roosevelt possuíam uma construção estética/literária semelhante às representações usadas no esporte de caça em regiões como a África e a Ásia, geralmente associadas ao imperialismo europeu. Elas seriam também apresentadas ao público norte-americano como registro da História Natural e utilizadas como forma de recriar o ambiente da “selva amazônica”. O estudo sobre o processo de escolha do tipo de animal a ser caçado ou registrado pela câmera fotográfica ajudou a perceber uma forte relação entre ciência, caça, fotografia e imperialismo. A pesquisa procurou, assim, levantar questões como: quais eram os principais animais caçados; como as informações sobre o Brasil eram dispostas, quais eram as mensagens que a fauna/flora brasileira transmitia ao estrangeiro; e como essas representações ajudaram a legitimar determinadas ideias de Brasil. Deseja-se, portanto, avaliar o exercício teórico e prático da ciência desempenhada por Roosevelt e sua possível influência no meio cultural norte-americano no início do século XX.

Palavras-Chaves: Imperialismo estadunidense. Esporte de Caça. Fotografia. Representações.

ABSTRACT:

In 1913 Theodore Roosevelt decided to undertake an expedition to the unexplored territories in Brazil. The ex-President and the Colonel Cândido Rondon, with support of the American Museum of Natural History, shared the command of an expedition that its objectives were to hunt big game trophies, obtain specimens of flora, map the unknown river and make contact with the Indians. Although the expedition was self-defined as a scientific mission and was conducted with the support of the Brazilian government, the analyzed documentation (that covers Roosevelt's travel diary and newspapers of the period, as well as the iconography of the “jungle's inhabitants”) identified elements of U.S. imperialism in the Americas. This paper argues that those sources have a dialogue that combines the idea of the imperialism science with the superior American attitude towards Brazil during the early twentieth century. The images and travel log produced by Roosevelt's campaign had an aesthetic/narrative construction similar to the representations produced by the British hunting sport in Africa and Asia, usually associated with European imperialism. They would also be presented to the American public as a record of Natural History and used as a way to recreate the “Amazon jungle” environment. The process of choosing the type of animal that should be hunted or recorded by the camera helped to clarify the relationship between science, hunting, image and imperialism. It's interesting to raise questions like: what were the main animals hunted and photographed; how was it presented to the U.S public; what those animals represented; and how this representations helped to shape concepts about Brazil? Therefore, this thesis tries to evaluate the theoretical and practical exercise of science performed by Roosevelt, and its effect on the American cultural scene in the early twentieth century.

Key Words: U.S Imperialism. Big Game Hunting. Photography. Representations.

SUMÁRIO

Índice de Imagens	9
Introdução	16
Capítulo I - O Contexto Histórico da Viagem: relações entre Brasil e Estados Unidos e a Amazônia brasileira	39
1.1- Objetivos da Expedição	45
1.2- Os interesses norte-americanos na Amazônia	50
1.3- A política internacional de Roosevelt e sua recepção na América do Sul	59
1.4- A ideia de “fronteira” no pensamento norte-americano	73
1.5- A construção da Amazônia: o sentido máximo do “ <i>wilderness</i> ” americano	78
Capítulo II - A Caçada no Brasil	90
2.1- O “ <i>Big Game Hunting</i> ”: os significados do esporte de caça	93
2.2- O ideal de masculinidade norte-americana: Roosevelt e a figura do caçador	108
2.3- As simbologias da fauna: o caçador e sua caça	121

2.3.1- O “Caráter do Bicho”: o “bom” e o “mau” animal	123
2.3.2- A fauna brasileira: os animais caçados por Roosevelt no noroeste brasileiro	131
Capítulo III - Os registros visuais da Expedição Roosevelt-Rondon	160
3.1- A iconografia de caça esportiva	161
3.2- Roosevelt e o discurso fotográfico	176
3.3- Os fotógrafos da Comissão Roosevelt-Rondon	184
3.3.1- O Retrato do Caçador e de seus “Trocêus”	195
3.3.2 - O Retrato do Animal Vivo	205
3.3.3- O Retrato da Paisagem	223
3.3.4- Os Retratos dos Indígenas Brasileiros	244
3.4- Os Museus e as suas Exibições	263
Considerações Finais	280
Fontes e Bibliografia	286

ÍNDICE DE IMAGENS

- 1- Fotografia desconhecido. Photography taken aboard the steamship *Vandyck*. Members of Mr. Roosevelt expedition. Da esquerda para a direita: Anthony Fiala, George Cherrie, Pe. Zahn, Theodore Roosevelt, Kermit Roosevelt, Frank Harper e Leo Miller. In: Cortesia AMNH). **45**
- 2- From a photograph by Maza. The mussurama swallowing the jararaca, or *fer-de-lance* after having just killed it. Cortesia AMNH. **71**
- 3- Mapa da América do Sul, indicando o itinerário da Expedição de Roosevelt no Brasil. In: ROOSEVELT, 1976: 227. **91**
- 4- LALA DIN DIYAL & SONS. *Their Excellences just after Shooting*. Souvenir of the Visit of H. E. Lord Curzon of Kedleston, Viceroy of India to H. H. the Nizam's Dominions, April 1902. In: RYAN, 1997: 102 **103**
- 5- *Caçada à queixadas*. Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Cortesia AMNH. **104**
- 6- Anúncios publicitários da Winchester. In: Wilson, 2009: 192. **107**
- 7- G.G. BAIN (photographer). Theodore Roosevelt, 1885. In: RATTENBURY, 2008: 331 **112**
- 8- Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Fonte: Almanac of Theodore Roosevelt **115**
- 9- REMINGTON, Frederic. *The Charge Up San Juan Hill*, s/d. In: WILSON, 2009: 109. **116**

- 10-** ROGERS, William A. *Held Up the Wrong Man*, *Harpers Weekly*, November 21, 1903. In: FEHN, 2005: 58. **117**
- 11-** More Rough Riding. July 29, 1903. Prints and Photographs division. Library of Congress. **118**
- 12-** Cartoon. *L'Assiette au Beurre*, 1910. In: MARSCHALL, 2011: 308 **119**
- 13-** Election Day! (1909) In: FEHN, 2005: 54 **120**
- 14-** Autor Desconhecido. *Mechanical Organ, Automaton*, Mysore, ca. 1793 **127**
- 15-** Frontispício do livro *The Man-Eaters of Tsavo*. In: Patterson, 1907 **129**
- 16-** *John Henry Patterson with the Lion*. In: Tobias, 2011. **130**
- 17-** MILLER, Leo. *Alligator*. Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Cortesia AMNH. **139**
- 18-** ROOSEVELT, Kermit. *We bathed and swam in the river, although in it we caught piranhas*. In: *Scribner's Magazine*, Oct. 1914: 438. **144**
- 19-** Piranha. Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Cortesia AMNH. **146**
- 20-** ROOSEVELT, Kermit. I did my writing in headnet and gauntlets. In: *Scribner's Magazine*, Oct. 1914: 438. **159**

- 21- Peale, Titian. *American Buffaloe*. Litografia colorida, 1832. In: RATTERNBURY, 2008: 248. **165**
- 22- Catlin, George. *Buffalo Hunt, Chasing Back*. Litografia colorida a mão, 1860. In: RATTERNBURY, 2008: 248. **167**
- 23- Catlin, George. *Shooting Buffalos*. Óleo sobre tela, 1855. In: RATTERNBURY, 2008: 246. **168**
- 24- Remington, Frederic. *The First Shot*. In: ROOSEVELT, 1899: 180. **169**
- 25- Remington, Frederic. *His Last Stand*. Pintura a óleo, circa 1890. In: RATTERNBURY, 2008: 262. **171**
- 26- Remington, Frederic. Catálogo da *Winchester Repeating Arms Company*, 1890.. **173**
- 27- Photographer unknown. *A Fight for life in the Wild of Oregon*. In: RATTENBURY, 2008: 280. **174**
- 28- HOOPER, W. W and WESTERN, V. S. G. *Bagged*, in *Tiger Shooting*, 1870. In: RYAN, 1997: 101. **175**
- 29- TISSANDIER, Gaston. Photography and Exploration. In: *A History and Handbook of Photography*, 1876. (Fig. 74).. **190**
- 30- Rembrandt. *Self-portrait with a Dead Bittern*, 1639. Disponível em: http://www.everypainterpaintshimself.com/article/rembrandts_self-portrait_with_a_dead_bittern/. Acesso em: 15/12/2014. **196**

- 31-** Colonel Roosevelt and Colonel Rondon with bush deer, 1913-1914. Cortesia AMNH. **200**
- 32-** Miller, Leo. *Monkeys*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. Cortesia AMNH. **201**
- 33-** Miller, Leo. *Ant-Eater*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. Cortesia AMNH. **202**
- 34-** Roosevelt, Kermit. *Coati*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. Cortesia AMNH. **207**
- 35-** Miller, Leo. *Sariema*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. In: ROOSEVELT, 1914: 107. **208**
- 36-** Roosevelt, Kermit. *The great square-noised rhino of the Lado*, 1911. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>. Data de acesso: 12/04/2011 **209**
- 37-** Wallihan, Allen & Mary. *Treed at Last. Cougar or Moutain Lion*. In: WALLIHAN, 1894: plate nº 2. **210**
- 38-** Heller, Edmund. *Male square-noised rhino shot by Kermit Roosevelt*, 1911. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com> **212**
- 39-** Roosevelt, Kermit. *A tropical nest*. In: ROOSEVELT, 1914: 119. **214**
- 40-** Sanborn, Elwin. *Capybaras*. In: ROOSEVELT, 1914: 88. **219**

- 41- Sanborn, Elwin. *Nine-banded armadillo*. In: ROOSEVELT, 1914: 88.. **219**
- 42- Sanborn, Elwin. *The great ant-eater*. In: ROOSEVELT, 1914: 134. **219**
- 43- Sanborn, Elwin. *A South American jaguar*. In: ROOSEVELT, 1914: 84. **220**
- 44- Sanborn, Elwin. *Jaguar Senor Lopes*, New York Zoological Park, circa 1906. In: <http://www.newyorkcityzoos.com/bronx.html> **222**
- 45- Cole, Thomas. *Sunny Morning on Hudson River*, 1827. Pintura a óleo. **225**
Disponível em: <http://www.wikiart.org/en/thomas-cole/sunny-morning-on-the-hudson-river-1827>
- 46- Church, Frederic Edwin. *The Heart of the Andes*, 1859. Óleo sobre tela. **227**
In: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Church_Heart_of_the_Andes.jpg
- 47- Church, Frederic Edwin. *Niagara Falls, from the American Side*, 1867. Óleo sobre tela. **228**
In: www.fredericedwinchurch.org
- 48 Church, Frederic Edwin. *Niagara Falls*, 1857. Óleo sobre tela. **229**
In: www.fredericedwinchurch.org
- 49- Cherrie, George. *The Falls of Utiarity*, 1914. In: ROOSEVELT, 1914: 196 **230**
- 50- Miller, Leo. *Utiarity, Matto Grosso – Brazil*, 1913-1914. Cortesia AMNH. **230**

- 51-** Cherrie, George. *The river rushed through a wild gorge, a chasm or canyon, between two mountains*, 1914. In: <http://www.theodore-roosevelt.com> **232**
- 52-** Miller, George. *Through into the Unknown Wilderness*, 1914. Cortesia AMNH. **233**
- 53-** Roosevelt, Kermit. Cherrie holding a rifle to show the width of the rapids at Navaité. In: ROOSEVELT, 1914: 252. **234**
- 54-** Fiala, Anthony. *Kermit Roosevelt breaking trail*. In: *Scribner's Magazine*, June 1914. **238**
- 55-** Whymper, Josiah Wood. *Adventure with curl-crested toucans*. In: Frontispício do livro Bates, 1892. **239**
- 56-** Miller, Leo. *Vegetation on Riverbank*, 1913-14. Cortesia AMNH **240**
- 57-** Cherrie, George. *Pacova tree*. In: *Scribner's Magazine*, November, 1914. **241**
- 58-** Cherrie, George. *Adan and Eve*. In: ROOSEVELT, 1914: 236 **250**
- 59-** Cherrie, George. *The men had holes pierced through the septum of the nose and through the upper lip, and wore a straw through each hole*. In: *Scribner's Magazine*, September 1914. **252**
- 60-** Miller, Leo. *Nhambiquara child with a pet monkey*. In: ROOSEVELT, 1914: 218. **255**

- 61-** Reis, Luiz Thomaz. Foto Antropométrica para o Laboratório de Antropologia do Museu Nacional. IN: Reis, 1945: 26. **258**
- 62-** Reis, Luiz Thomaz. Foto Antropométrica para o Laboratório de Antropologia do Museu Nacional. IN: Reis, 1945: 27. **258**
- 63-** Reis, Luiz Thomaz. Foto Antropométrica para o Laboratório de Antropologia do Museu Nacional. IN: Reis, 1945: 27. **258**
- 64-** AKELEY, Carl. *Muskrats at Home*. Diorama AMNH, 1889. Cortesia AMNH. **266**
- 65-** Fotógrafo desconhecido. White-Rhinos, *Smithsonian Institute*, 1913. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>. Acesso em: 12/04/2011. **269**
- 66-** Fotógrafo desconhecido. White-Rhinos, *Smithsonian Institute*, 1959. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>. Acesso em: 12/04/2011. **269**
- 67-** Fotógrafo desconhecido. *Panthers collection*, s/d. Cortesia AMNH. **274**
- 68-** Fotógrafo desconhecido. Jaguar (*Panthera Onca*), AMNH, s/d. In: QUINN, 2006: 124) **275**
- 69-** Fotógrafo desconhecido. Jaguar and Capybaras, 1924. Cortesia: The Field Museum, CSZ49870. **277**

INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia seis de julho de 2015, o leão Cecil foi morto, a tiros, no *Hwange National Park*, no Zimbábue. Esta seria uma daquelas histórias sobre a África, que teria muito pouco a dizer sobre a cultura local, mas muito a expor sobre a presença ocidental branca no continente. Cecil era um leão macho de juba negra e dourada que, por sete anos, foi estudado pela Unidade de Conservação da Universidade de *Oxford*. Seu nome foi escolhido em homenagem ao imperialista britânico Cecil Rhodes, que sonhava em transformar a África em uma região inteiramente governada pelo europeu branco; e foi morto por um dentista de Minnesota, que se dizia um amante da vida selvagem e do esporte de caça. A mídia e o público europeu e norte-americano¹, enfaticamente, lamentaram a morte do animal. O jornal britânico *The Guardian* o descreveu como sendo “um dos mais famosos leões em toda a África e a estrela do Parque Nacional de *Hwange*”². No site da Casa Branca, 236.961 pessoas já assinaram um abaixo-assinado pedindo que Walter Palmer (o dentista) fosse julgado por seu crime³. Nas redes sociais, o clima também era de completa comoção.

A história ganhou tamanha repercussão que não poderia facilmente dissipar-se do ciclo de notícias, e, com isso, buscou-se gerar mais informações, que reforçassem ou questionassem a versão original. Como uma das poucas vozes africanas a serem ouvidas, o Ministro das Comunicações do Zimbábue, Prisca Mupfumira, declarou: “Que leão?”, em resposta ao pedido por um comentário sobre a morte de Cecil⁴. Ao contrário do que se poderia supor, a morte do animal não foi muito sentida pelos habitantes locais – para a maioria dos zimbabuanos o nome continuava associado à presença imperialista britânica na região, e servia também como lembrete de que o

1 Embora reconheça-se que o termo “norte-americano” seja de uso problemático, uma vez que a América do Norte engloba outras localidades, como o Canadá e o México, optou-se, apesar disso, por utilizá-lo para se referir, exclusivamente, aos cidadãos estadunidenses. Além disso, é notório que o termo, atualmente, tem sido amplamente empregado com este significado.

2 Todas as citações retiradas de documentos e obras estrangeiras foram traduzidas pela autora da tese. Sobre a reportagem produzida pelo jornal *The Guardian*, conferir no seguinte endereço da web: <http://www.theguardian.com/world/video/2015/jul/28/cecil-the-lion-zimbabwe-archive-video>. Acesso em 20/10/2015.

3 Até o momento, Parker não foi intimado e nem julgado pelo “crime”. Sobre a petição, conferir em: <https://petitions.whitehouse.gov/petition/extradite-minnesotan-walter-james-palmer-face-justice-zimbabwe>. Acesso em 10/11/2015.

4 Conferir em: <http://www.chronicle.co.zw/cecil-whats-going-on/>. Acesso em 20/10/2015.

país uma vez já se chamou de *Rhodesia*. Segundo a imprensa do Zimbabwe “a saturada cobertura midiática sobre o desaparecimento” do animal apenas se explicava “porque mataram o homônimo” do famoso empresário inglês. Para eles, Cecil era apenas mais um animal que se integrava a outras centenas que morriam anualmente no país. O *Hwange National Park* é uma reserva de caça de 14.651 km², localizado no Noroeste do Zimbabwe e abriga em seu perímetro milhares de animais silvestres, entre eles, elefantes, zebras, antílopes e leões. O lugar não é desconhecido entre os praticantes da caça esportiva, que, em sua maioria, são estrangeiros europeus e norte-americanos. A caça na região, historicamente, esteve vinculada à ação de poucos e era vista como um esporte de elite. O dentista de Minnesota pagou a quantia de 50.000 dólares, além dos gastos com transporte aéreo e estadia, para matar Cecil. Embora a caça proporcione altos rendimentos aos cofres do governo zimbabuano, o acesso aos “prazeres” do safari é algo muito restrito para a comunidade local. Este fato explica a pouca repercussão do evento no país, já que é uma realidade distante da população africana. “Eu não entendo toda a confusão; há tantas questões urgentes”, um residente em Harare, capital nacional do Zimbabwe, disse a um repórter. “Nós temos escassez de água, não temos eletricidade e não há trabalho – e as pessoas continuam a fazer todo esse barulho por causa de um leão?”⁵

O episódio em *Hwange National Park* e a repercussão que o assunto tomou na mídia sinalizam para a existência de um legado colonialista que ainda persiste na África. Como a morte de um único animal pode se destacar em detrimento dos inúmeros problemas humanitários que o continente enfrenta atualmente? A resposta pode ser aparentemente simples: a África permanece no imaginário ocidental como um lugar habitado por animais selvagens, em vez de pessoas. A percepção ocidental (principalmente europeia e norte-americana) reunida em torno de Cecil estava mais próxima do “espírito” de Rhodes do que eles imaginavam. Ainda hoje, os olhares “estrangeiros” se voltam para a África em busca do seu potencial natural, de sua fauna singular, de informações científicas (como mostra a presença da Universidade de *Oxford*) e por suas promessas de aventura. Assim, apesar de ser um evento acontecido décadas após o processo de independência da região, ele retrata a realidade

5 Conferir em: <http://www.nydailynews.com/opinion/jonathan-zimmerman-cecil-lion-africa-article-1.2311254>. Acesso em: 10/11/2015.

colonialista de uma forma clara e que extrapola uma simples notícia dos meios de comunicação.

É neste sentido que a pesquisa aqui proposta se torna um assunto ainda atual, ao mostrar como a caça, a ciência e o imperialismo trabalharam nas representações de áreas consideradas coloniais ou, simplesmente, “não ocupadas”. Constitui objeto desta pesquisa a viagem que Theodore Roosevelt realizou ao Brasil (1913-1914) e o problema central que a norteia refere-se a quais foram – e como funcionavam – os mecanismos discursivos de representação dos quais ele lançou mão para produzir imagens do Brasil e de sua natureza tropical.

Durante o ano de 1913, depois de dois mandatos como presidente dos Estados Unidos e uma experiência fracassada para eleger-se para um terceiro, Theodore Roosevelt resolveu empreender uma expedição por territórios pouco explorados do Brasil. O ex-presidente e o então coronel brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon, contando com o apoio financeiro do *American Museum of Natural History* (AMNH), dividiram o comando de uma expedição, cujo objetivo era mapear o rio desconhecido – batizado de Rio das Dúvidas –, caçar espécimes da fauna, registrar a flora da região e, se possível, fazer contato com os índios. Embora a campanha tenha se autodefinido como científica⁶ e tenha contado também com o apoio do governo brasileiro, a documentação reunida – que abrange tanto o diário de viagem de Roosevelt e os jornais da época, quanto a iconografia da fauna e flora brasileira produzida durante a viagem – parece identificar elementos da cultura imperialista norte-americana nas Américas. Acredita-se que os discursos manifestados nesses materiais aliavam a ideia de desenvolvimento da ciência naturalista a uma postura imperialista e de superioridade norte-americana em relação ao Brasil, durante o início do século XX.

Para entender melhor essa ideia, utilizar-se-á o sentido empregado pelo termo “cultura imperial”, desenvolvido por Edward Said em seus livros *Orientalismo* (2007)

⁶ Em vários momentos de sua narrativa de viagem, o ex-presidente americano Theodore Roosevelt apresentou a iniciativa como Expedição Científica Roosevelt-Rondon. A comissão era formada por membros da comunidade científica norte-americana e brasileira, como zoólogos, botânicos e geólogos.

e *Cultura e Imperialismo* (1995) ⁷. Nessas obras, Said não deixou de destacar as dimensões materiais da dominação imperialista, e indicou que o que se disputava nas relações entre os colonizadores e os colonizados era a terra, na mais ampla acepção do termo. “Mas”, explicava ele, “quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro - essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa” (SAID, 1995: 13). Para Said, os interesses imperialistas não se refletiriam apenas em intenções político-militares, como também em um desejo de compreender, de estudar, de controlar ou de incorporar o tido como “diferente”. A cultura e o imperialismo teriam nas narrativas uma de suas mais importantes conexões, fossem elas comprometidas com a manutenção da lógica imperial ou com a sua crítica e superação.

Said destacou o poder da cultura em condicionar visões de mundo, tornando-as etnocêntricas. E, por “cultura”, ele se referia a “todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos” (SAID, 1995:12). Em seu pensamento, essa concepção de cultura implicava no pertencimento a comportamentos e concepções de mundo, que eram condicionados e reproduzidos por narrativas. Em suas obras, Said relacionou as fronteiras entre a produção cultural e a dinâmica política, renunciando, por exemplo, uma possível atitude neutra e a-histórica da literatura. A produção de um texto seria, portanto, dotada de um viés político do qual nenhum autor podia fugir. A seleção de imagens para a descrição dos ambientes em que as histórias seriam contadas, ou a escolha dos tipos dos personagens, tudo se fazia a partir do acionamento de um conjunto singular de possibilidades do dizer, e o que seria dito lançaria-se prontamente ao mundo como uma máquina de significação. A literatura seria, assim, a política atuando enquanto textualidade, enquanto fabulação interessada do mundo. Por esse caminho investigativo, história e literatura se entrelaçariam, já que a literatura, fosse ela científica ou não, envolvia o modo como os homens concebiam a si e aos outros a sua volta. A ela, os argumentos coloniais se

⁷ Embora a pesquisa tenha utilizado a versão mais recente de *Orientalismo*, a primeira edição do livro é datada de 1978. Anos mais tarde, sentindo a necessidade de aprofundar melhor alguns elementos da “cultura imperial”, não abordados anteriormente, Said publicou, em 1993, a primeira edição da obra “Cultura e Imperialismo”.

filtrariam por meio da produção de conhecimento, da persuasão e por operações simbólicas, produzindo e divulgando representações constitutivas das diferenças culturais de uma região, de um povo ou de uma nação.

Nesse sentido, por mais que não existisse um plano elaborado por Roosevelt para a anexação territorial ou intervenção governamental direta sobre o território brasileiro, existia, por meio de seus relatos de viagem e de caça, a construção de um aparato discursivo e de um sistema de conhecimento que implicava, em determinadas esferas, um posicionamento de dominação e superioridade cultural, econômica e política. Sob o discurso da ciência e do progresso, o noroeste brasileiro seria construído, na narrativa de Roosevelt, como um lugar ainda abandonado, marginal e selvagem, porém, pronto para receber a “ajuda” da raça branca, forte e empreendedora, com conhecimentos suficientes para transformar o território em um espaço produtivo e altamente lucrativo. Como o próprio Said afirmou: “a retórica do poder gera com muita facilidade, quando exercida em um cenário imperial, uma ilusão de benevolência” (SAID, 1995: 18). Todavia, é uma retórica em que se expressava uma lógica imperialista, na qual ao mesmo tempo em que se perpetuava o culto da especialidade norte-americana, reconhecia-se a sua superioridade tecnológica e cultural e, sobretudo moral, em relação à população nativa brasileira. A “cultura imperialista”, ainda que se constituísse de relações de poder entendidas como mais “sutis”, não deixava de ser efetiva em seus objetivos.

As narrativas visuais também seriam um importante veículo do discurso de poder. No caso das fotografias produzidas por Roosevelt e sua equipe, por exemplo, elas possuíam uma construção estética semelhante às imagens produzidas do esporte de caça britânico na África e na Ásia, representações⁸ associadas ao imperialismo europeu nas áreas coloniais. Estudos contemporâneos, como o de Susan Sontag (2004), estabeleceram uma analogia entre a gestualidade do ato fotográfico e a utilização de uma arma de fogo. Sontag explicou o caráter predatório e dominador da fotografia: “Fotografar é apropriarmos da coisa fotografada”. A relação sugerida pela autora talvez tenha adquirido um sentido pleno nas primeiras produções fotográficas

⁸ Utiliza-se aqui o conceito de “representação” no sentido abordado por Chartier (1990), para quem as representações do mundo social não são discursos vazios e isentos de poder; ao contrário, são produzidas pelos interesses dos grupos sociais, ainda que tentem se apresentar como universais. Ou seja, essas representações são parte de um campo de tensões que se pronunciam em termos de dominação e poder e realizam estratégias e práticas sociais que visam legitimar escolhas e condutas e impor sua autoridade sobre as demais.

de animais. Devido às limitações dos procedimentos fotográficos – ou mesmo à dificuldade em controlar o comportamento do modelo – não era possível produzir negativos nítidos dos bichos. O sucesso de uma imagem dependia da estática do animal, questão que o emprego da arma de fogo prometia resolver. A memória de uma conquista, por sua vez, seria resguardada pela materialidade visual da fotografia. Toda essa prática estava aliada a uma tradição artística, fundamentalmente pautada no esporte de caça, que ainda era legitimada pelo discurso da ciência, por acreditar no instantâneo como importante instrumento de sistematização da natureza. As relações entre caça e fotografia, corroboradas pelo discurso científico, produziram uma estética visual que, mesmo inconscientemente, auxiliou o imperialismo ocidental na efetivação simbólica de sua vitória nos territórios considerados “inóspitos” e “selvagens”.

Conforme apresentou James Ryan (1997), em seu capítulo “Hunting with Camera”, as tradicionais fotografias sobre o *Big Game Hunting* caracterizavam-se pelo registro de animais selvagens e pelas situações de caça. O caçador foi uma das figuras mais singulares da conquista imperialista. Representado com uma arma apontada para a sua presa morta, ou rodeado por peles, carcaças ou outros tipos de troféus da expedição, sua postura congregava a personificação do colonizador. A caçada era entendida como uma aventura heroica, protagonizada por “intrépidos” exploradores e “excelentes naturalistas”, responsáveis, ironicamente, pela memória do que seria “dominado”.⁹

Roosevelt e sua equipe realizaram inúmeras fotografias da caça brasileira, cuja preferência temática era por imagens de animais carnívoros e de grande porte, como o jacaré e a onça pintada. A este último animal, dedicou um capítulo em seu livro “*Through the Brazilian Wilderness*” (1914)¹⁰, no qual o comparou, em força e brutalidade, aos leões e tigres, animais considerados ferozes e “nobres para a caça”. Roosevelt parecia encarnar o próprio estereótipo da figura colonizadora, e exibia os animais abatidos como verdadeiros troféus de sua conquista sobre a paisagem tropical. Ele acreditava viver o “mito da fronteira”, forjado no ímpeto estadunidense em desbravar novos territórios e no papel fundamental da caça na construção da

9 Sobre a História do *Big Game Hunting* ver: RITVO (1987), MACKENZIE (1988), BRANDER (1988), STOREY (1991), RYAN (1997), WILSON (2009).

10 O livro ganhou sua primeira tradução para o português em 1943, e posteriormente, em 1976, sob o título “Nas Selvas do Brasil”.

masculinidade e da identidade norte-americana. Entretanto, o ex-presidente afirmava que os exemplares capturados por ele seriam utilizados no desenvolvimento das ciências naturais. Em seu argumento, seus interesses seriam superiores aos caprichos de autopromoção, mas estariam alinhados ao “elevado” desejo pelo progresso humano por meio da Ciência. Em suas palavras: a “viagem não foi planejada como uma simples caçada e sim na forma de uma expedição científica”. As imagens produzidas durante as campanhas seriam apresentadas como registros da história natural e utilizadas como informações para recriar o ambiente tropical nos museus.

Durante a expedição, o tenente brasileiro Thomaz Reis realizou várias filmagens dos membros da comitiva norte-americana e da travessia pelo noroeste brasileiro. Mais tarde, o filme seria editado em Nova York – tendo como roteiro o diário de viagem de Roosevelt – e exibido, com o título *Wilderness*, no *Carnegie Hall*, durante as conferências do ex-presidente, em 1918 (Cf.: MACIEL, 1998; TACCA, 1999, 2001). A película editada parecia convergir com a estética das fotografias de caça, em que as cenas do entorno da floresta e dos animais abatidos eram ressaltadas. Este filme – assim como as fotografias produzidas ao longo da Expedição Roosevelt-Rondon – será analisado conforme a perspectiva de Ferro, que o entende “não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele [o filme] não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza”.

As imagens fotográficas, e, posteriormente, a cinematográfica, eram entendidas como importantes fontes visuais de informações sobre as características dos animais e de seus habitats nas diferentes regiões do globo. Suas utilizações nas revistas e jornais, como mecanismos de ilustrar a narrativa de viagem, as transformaram em um dinâmico meio de divulgação dos interesses e ideias defendidas por seus produtores. Além disso, existia um projeto, iniciado no final do século XIX, de transplantar todas as informações colhidas durante a viagem para dentro dos museus, na forma do que se denominaria de “diorama”. Assim, na tentativa de transformar o “mundo natural” em quadros tridimensionais “vivos e dramáticos”, os registros visuais seriam utilizados também como fontes de informação. As fotografias serviriam de base para a montagem dos animais taxidermizados – supostamente em poses características – e dos cenários das florestas. O acesso do público prometia ser,

dessa maneira, mais imediato e efetivo, uma vez que seria possível ampliar a experiência da conquista de Roosevelt para os cidadãos norte-americanos, criando a ilusão de uma participação nacional nas glórias da ciência.

A preocupação com o tipo de animal que deveria ser caçado, narrado, registrado pela câmera fotográfica e exposto ao público também pode esclarecer, em certa medida, as relações estabelecidas entre ciência, caça e imperialismo. Os estudos de James Ryan (1997), Harriet Ritvo (1987) e William K. Storey (1991) sobre o significado das representações dos animais no período vitoriano é ilustrativo. Segundo estes autores, a figura dos tigres e dos leões foi comparada, no imaginário imperialista europeu, à ferocidade colonial e à sua violência desmedida, permitindo ainda mais a exploração da associação entre a caça e o controle do animal à conquista da África e Ásia pelo poderio ocidental (RYAN, 1997: 103-104). As representações dos grandes felinos abatidos proliferaram por toda a Europa, sendo expostas em museus de ciência e comercializadas para um público maior como aspectos do atraso dos trópicos. Tomando esses estudos como ponto de partida, e, corroborando com o objetivo central deste trabalho, é interessante pensar quais seriam os animais representados e caçados pela Expedição Roosevelt-Rondon; como eles foram apresentados ao público estrangeiro; que tipo de significados esses animais comportavam; quais mensagens a fauna brasileira passava para o público norte-americano; e em que medida essas representações ajudaram a fundamentar imagens de Brasil no exterior¹¹.

A atual pesquisa procura se inserir nos estudos sobre o imperialismo, iniciados, sobretudo, a partir de 1980, com a publicação das obras de Edward Said (1995 e 2007), como também de Mary Louise Pratt (1999) e Harriet Ritvo (1987), Katherine Emma Manthorne (1989) e Ricardo Salvatore (2006)¹². Estes estudos, para além de uma abordagem estritamente econômica, problematizaram o processo

11 As Expedições Rondon, dentre elas a Comissão Roosevelt-Rondon, também abasteceram o Museu Nacional do Rio de Janeiro com materiais recolhidos da selva brasileira. Entre os anos de 1908 e 1916 foram depositados no Museu aproximadamente 8.837 espécimes botânicos, 5.637 espécimes zoológicos, 42 exemplares geológicos, mineralógicos e paleontológicos e 3.380 peças antropológicas (Miranda Ribeiro, 1945, p.29). Em uma possível continuação dessa pesquisa, espera-se contrapor as informações exibidas no museu brasileiro e no museu norte-americano, como forma de entender quais foram os conhecimentos e representações produzidas nestas duas instituições de ciência.

12 Embora as teorias do Pós-Colonialismo tenham iniciado seu desenvolvimento por volta dos anos de 1960 – com a publicação de livros como os de Aimé Cesáire, Albert Memmi, Frantz Fanon –, em resposta aos processos de descolonização das antigas colônias europeias na Ásia, África e América, a abordagem metodológica desta pesquisa aproxima-se mais dos estudos iniciados na década de 1980, que utilizaram o auxílio de outros tipos de fontes como, por exemplo, obras literárias e visuais, em detrimento dos tradicionais documentos oficiais.

histórico da colonização empreendida pela Europa e pelos Estados Unidos nos demais continentes e efetuaram a leitura desconstrutora de textos colonialistas de diversas ordens (literários, científicos, filosóficos, iconográficos, políticos, etc.), neles destacando as representações ocidentais a respeito dos nativos, do território e a consequente fabricação do “sujeito” colonial. Nestes casos, a conquista não se dava apenas no âmbito político e financeiro, mas também na esfera cultural e simbólica. As viagens ao desconhecido envolveram mecanismos não apenas materiais, como culturais, como as “ideias, formas, imagens e representações” para afirmar seu poder e vitória (SAID, 1995: 38). É importante ressaltar que, embora Roosevelt tenha sido o protagonista da defesa de políticas imperialistas, como o *Big Stick* e o “Corolário Roosevelt”, esta pesquisa não tem por objetivo afirmar que o ex-presidente norte-americano possuía um plano de “tomada” da Amazônia. A literatura e a iconografia da expedição Roosevelt-Rondon reforçavam uma imagem de um Brasil “bárbaro”, “atrasado” e “exótico”. O discurso estabelecia-se em um nível simbólico das relações, e produzia uma narrativa legitimadora da superioridade norte-americana em relação aos países do sul.

Tanto a bibliografia norte-americana quanto a brasileira sobre a Expedição Roosevelt-Rondon trabalharam de maneira muito suscita as questões da “cultura imperial”. A temática, na maioria das vezes permanecia marginal nos estudos. A viagem de Theodore Roosevelt ao Brasil foi abordada, especialmente, pelo livro da jornalista Candice Millard, *O Rio das Dúvidas* (2007), e pelo historiador Joseph Orning, *My last chance to be a boy* (1998). Entretanto, o conteúdo destas obras concentrou-se mais na descrição da viagem em si, enfatizando os momentos de planejamento da expedição e as dificuldades encontradas ao longo do percurso. Embora os livros tenham sido ilustrados por inúmeras imagens, faltou neles uma análise mais profunda dos documentos visuais e literários, estabelecendo suas relações com os próprios objetivos do empreendimento. O livro de R. L. Wilson, *Theodore Roosevelt: Hunter-Conservationist* (2009), proporcionou um inventário das armas de fogo utilizadas na expedição. Wilson esclarece as decisões do ex-presidente sobre quais armas levar e aborda toda a propaganda produzida pelas empresas armamentistas em torno das diversas viagens de Roosevelt. Porém, o autor acaba ignorando quaisquer relações entre o *Big Game* e os discursos imperialistas e expansionistas da época.

No Brasil, as pesquisas concentraram-se na recuperação da figura de Rondon, fosse nas inúmeras biografias, fosse em estudos revisionistas que criticaram suas políticas e postura. Entre as “hagiografias”, destaca-se o livro *Rondon conta a sua história* (1969), escrita por Esther de Viveiros, em parceria com o próprio Marechal. Neste caso, durante quase oito meses, Rondon teve a oportunidade de relatar suas experiências de vida à escritora, utilizando como suporte a sua memória e a consulta aos seus diários e relatórios de viagens. Uma importante obra revisionista trata-se do livro de Antônio Carlos de Souza Lima, *Um grande cerco da paz* (1995), no qual as contribuições de Rondon como grande protetor dos índios brasileiros são questionadas. Por outro lado, o livro de Todd Diacon, *Rondon: o marechal da floresta* (2006), visa analisar a atuação das Expedições Rondon como parte de um projeto de integração nacional, e aborda a presença das ideias positivistas nas decisões políticas do marechal¹³. O livro de Laura Antunes Maciel, *A Nação por um Fio* (1998), assim como o de Diacon, focaliza a questão do projeto republicano de construção de uma identidade nacional. Entretanto, Maciel propõe uma análise narrativa apoiada na leitura de relatórios, registros fotográficos (cerca de 1800 fotografias) e nove filmes, além da documentação governamental. Ela busca, nas entrelinhas dos memoriais e relatórios da Comissão, delinear questões que pudessem permitir uma abordagem para além de um viés ufanista ou que apenas reiterassem o relato harmonioso das realizações de Rondon, quebrando o mito do famoso marechal e de seus empreendimentos no noroeste brasileiro. O livro e os artigos de Fernando Tacca (1999; 2001; 2007) são também bastante interessantes ao analisar como as fotografias da Missão Rondon articularam-se ao projeto de integração nacional brasileiro. Artigos como o de Dominichi Miranda de Sá, Magali Romero de Sá e Nísia Trindade Lima (2008) abordam as contribuições de Rondon sob a ótica da História da Ciência. A Casa de Oswaldo Cruz produziu trabalhos cuja preocupação no exame toca à temática da biologia e da saúde, como, por exemplo, as relações entre doenças (em especial a malária) e a ocupação do território na Comissão Rondon (CASER, SÁ: 2010), assim como o impacto das atividades científicas da Comissão em áreas da ciência como a botânica, a geologia, a etnografia e a zoologia no Brasil.

13 O Coronel Rondon, após dividir a liderança de uma grande expedição com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, recebeu, do governo brasileiro, o título de marechal.

Todavia, a análise sobre as relações entre iconografia, narrativa de viagem e imperialismo norte-americano permaneceu marginal em todos esses estudos. A Comissão Roosevelt-Rondon tem ocupado um espaço muito tímido nos trabalhos históricos, o que torna a relação de seu material visual e narrativo com o conhecimento político e científico norte-americano ainda pouco investigado no campo de análise acadêmica. A apreciação desses documentos ajuda a suscitar questões sobre a prática científica e suas relações culturais, capazes de lançar luz sobre algumas representações do Brasil que ainda perduram no imaginário norte-americano. Dessa forma, busca-se nesta pesquisa estudar os mecanismos de um “cultura imperial” articulado por Roosevelt e sua equipe norte-americana, assim como abordar quais representações de Brasil eram produzidas por eles.

Divisão dos capítulos

Diante dessas questões, dividiu-se a tese em três capítulos.

O primeiro capítulo tem como objetivo expor o contexto político em que o empreendimento foi concebido, como, por exemplo, a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina e, especificamente, ao Brasil¹⁴; e as principais questões que poderiam ter impulsionado a viagem de Roosevelt ao noroeste brasileiro. Durante o século XIX, era notório os interesses norte-americanos na região amazônica, visto a elaboração de projetos de colonização da região e as recorrentes pressões do Governo de Washington para a abertura da bacia amazônica à livre navegação estrangeira. Já durante os anos de seu mandato presidencial, Theodore Roosevelt apoiou-se em uma política internacional abertamente expansionista, marcada por uma agressiva postura intervencionista (o “*Big Stick*”) em países mais próximos como Venezuela, República Dominicana e Colômbia. Em relação a esta última, a administração de Roosevelt esteve por trás da separação de uma área do país que, em 1904, se tornou o Panamá. Neste país foi construído um canal de navegação, que, para Roosevelt, tratava-se de sua maior realização enquanto presidente. Ele ainda elaborou, baseado na “Doutrina Monroe”, um postulado político, o “Corolário

14 Sobre as relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos, seguem algumas referências: BRANCHES (2001), BANDEIRA (2000, 2003, 1977, 1973), BURNS (2003), NAPOLEÃO (1999), VALLA (1972), HILL (1970).

Roosevelt”, que pretendia frear o expansionismo europeu nas Américas e colocar o continente como área de influência norte-americana. Essa postura previa a legitimação da interferência e da ocupação dos norte-americanos nos territórios latino-americanos.

Roosevelt, antes de iniciar a sua excursão pelo noroeste brasileiro, também visitaria a Argentina, o Chile e o Uruguai, onde pronunciaria uma série de palestras cujos temas englobavam as reformas políticas dentro dos Estados Unidos e explicações sobre a diplomacia internacional norte-americana, como, por exemplo, as suas interpretações da Doutrina Monroe. A passagem do ex-presidente pela América do Sul causou repercussão e especulações sobre os reais motivos da viagem. A pesquisa procurou mostrar quais eram os principais pontos que a imprensa sul-americana levantava sobre a presença de Roosevelt, e qual foi a recepção dado ao ex-presidente durante a sua estadia. O capítulo se propõe também a analisar as ideias de “fronteira” e de *wilderness*, construídas pela história norte-americana, e como a floresta tropical brasileira passou a ser representada como a “última grande fronteira americana” a ser conquistada. Espera-se, neste capítulo, proporcionar ao leitor uma compreensão melhor dos eventos e dos possíveis interesses envolvidos na viagem de Roosevelt; e de que forma ela ajudaria a reforçar a postura política internacional assumida pelos Estados Unidos naquele período.

O segundo capítulo abordará os sentidos simbólicos e culturais do empreendimento e da atividade de caça, concentrando-se mais na análise da narrativa de viagem. Durante a sua passagem pela Fazenda Palmeiras, Roosevelt realizou uma série de tiros e reuniu a maior parte de seus troféus para ser enviado ao *American Museum of Natural History*. Essa parte da expedição contou com o empenho da equipe e do próprio ex-presidente em relatar a aventura e os detalhes da fauna brasileira. Os momentos de caça de Roosevelt deveriam ser sempre lembrados (e revividos) nas diversas passagens de seu livro e por meio das fotografias que registravam seus troféus e o entorno da floresta. Nesse momento da viagem, ele também expressou os objetivos e os valores que o norteariam como um naturalista-caçador: seu empenho em colocar ao alcance da ciência os animais mais perigosos e exóticos da América do Sul. Busca-se, assim, esboçar quais seriam os valores e significados envolvidos no desenvolvimento do esporte de caça nas culturas ocidentais, em especial na Inglaterra e nos Estados Unidos. Tentou-se relacionar a

ideia da caça ao controle do território e, por conseguinte, ao estabelecimento de uma hierarquia social. Acredita-se que a caça enquanto esporte, mesmo sob o discurso do lazer, da ciência ou da aventura, foi utilizada pela cultura imperialista como um mecanismo de conquista. Sua prática esteve intimamente ligada à exibição de poder, assemelhando-se, em muitos casos, a uma campanha militar.

Deseja-se também avaliar como a fauna brasileira foi entendida e representada pela missão norte-americana. Categorias como “bom” versus “mau”, ou “selvagem” versus “doméstico” eram implicitamente articuladas nas narrativas. Neste aspecto em particular, será privilegiada a análise das representações da onça-pintada, do jacaré e da piranha. Estes animais eram entendidos como três das principais ameaças que habitavam a floresta tropical. Por meio de narrativas repletas de superlativos ou adjetivos ou por fotografias de seus troféus, o ex-presidente apresentou os animais brasileiros ao público norte-americano. O Brasil passou então a ser entendido por sua fauna e pelo valor que ela representava em termos de “civilização”.

E por último, o terceiro capítulo refere-se à análise aprofundada da iconografia da Expedição Roosevelt-Rondon. Embora algumas imagens sejam trabalhadas previamente, este capítulo se dedica a analisar mais especificamente o estabelecimento de uma tradição estética do *Big Game* e de uma linguagem plástica que conectava duas correntes artísticas aparentemente antagônicas: o Realismo e o Romantismo. As fotografias produzidas pela comitiva de Roosevelt fizeram um uso extenso desse diálogo representacional, adaptando-o a um novo suporte e aliando-o ao discurso científico. Roosevelt era um grande defensor do valor da máquina fotográfica na pesquisa científica e em missões expedicionárias. Durante o século XIX, fortaleceu-se a crença na capacidade mimética e imparcial da fotografia transformando o aparelho ótico em um importante instrumento de “captação do real”. Além disso, o ex-presidente confiava que a prática fotográfica poderia transformar, em grande medida, o próprio esporte de caça, ao substituir o “rifle” pela “câmera”. Para ele, a prática fotográfica apresentaria desafios maiores que a simples caçada, e produziria um troféu (a imagem fotográfica) sem, contudo, interferir na natureza. O uso do aparelho ótico no esporte de caça fazia parte do debate norte-americano no período, entretanto, como se verá adiante, esse pensamento de Roosevelt adaptava-se frequentemente aos seus interesses de viagens e à realidade do ambiente da caçada.

Busca-se também analisar a questão da autoria das imagens e a produção visual da comissão. Como uma forma mais didática de examinar os assuntos fotografados pela comitiva em seu trajeto pelo noroeste brasileiro, separou-se a coleção fotográfica da equipe norte-americana em quatro temas iconográficos principais: os tradicionais retratos do caçador junto a sua presa; as imagens do animal em seu habitat natural; as cenas de paisagem “selvagem”, ou seja, de uma natureza não organizada pelo homem; e, por fim, os retratos dos indígenas brasileiros. Em cada um desses tópicos procurou-se salientar as influências culturais, científicas, artísticas e tecnológicas de sua produção, como também suas possíveis leituras e contribuições nos objetivos da expedição. Outra finalidade do capítulo é abordar os mecanismos utilizados por Roosevelt para divulgar as imagens construídas da Amazônia para o seu público norte-americano. Busca-se refletir, embora de maneira breve, como as revistas e as exposições nos museus teriam funcionado como mediadores entre os norte-americanos e a natureza brasileira; e como a dinâmica das narrativas dramáticas de exibição prometiam ajudar a criar um modelo visual e ideológico do que seria o território brasileiro.

Cabe ressaltar, que apesar da tese apresentada ter se limitado, no momento, apenas às análises das representações norte-americanas sobre o Brasil, não se pode ignorar a importância que o material produzido pelos membros brasileiros da expedição, liderado pelo Marechal Rondon, tiveram na produção do conhecimento. O Museu Nacional do Rio de Janeiro foi o grande responsável por abrigar as coleções de animais, plantas, minerais e de artefatos indígenas. Segundo o *Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção do Índio*, a instituição recebeu, referente ao trabalho desenvolvido pela Expedição Roosevelt-Rondon, no ano de 1914, o equivalente a 408 exemplares de espécies de animais do noroeste brasileiro, composto por mamíferos, répteis e peixes. Os jornais da época noticiaram a chegada de grandes caixas vindas do interior da floresta amazônica, com promessas de conterem importantes informações e grandes curiosidades sobre a fauna brasileira. Em seu relatório de 1914, referente ao período da Expedição Roosevelt-Rondon, o botânico Frederico Carlos Hoehne, integrante da missão e representante do Museu Nacional do Rio de Janeiro, informou que, contando os dias gastos com a viagem, no qual tiveram apenas 32 dias de trabalho efetivo, foram reunidas “diversas espécies de aves, peixes e mamíferos representados por mais de duzentos espécimes,

66 tubos com peixes, batráquios e insetos; 110 tubos com amostras de fito e zooplânctons, algas filamentosas e outros micro-organismos aquilocos, e mais 125 espécies de plantas macroscópicas preparadas por dessecação e em líquido” (HOEHNE, 1914).

Sabe-se que os estudos de campo e a análise dessas coleções produziram inúmeras publicações científicas, que abordavam a fauna, a flora, a geologia, a hidrografia e a antropologia brasileira. Porém, para além de um mapeamento bibliográfico, precisam-se investigar questões como: qual foi a verdadeira circulação deste material no país? Quais foram os meios e os suportes de divulgação utilizados na época? Existiram seminários, exposições, leituras destes trabalhos? O público leigo teve acesso a essas informações? Houve uma divisão clara no que tange à produção da Expedição Roosevelt-Rondon dos estudos realizados pelas outras “Missões Rondon”? Como foi vista a colaboração americana na ciência brasileira? O alcance destes conhecimentos poderia ser comparado ao que se produziu nos Estados Unidos? E que tipo de narrativa essas coleções construíam?

Infelizmente, por uma questão de prazo, estas perguntas ainda não foram respondidas. Mas, aproveito para deixar registrado que elas não serão abandonadas e que existe um forte objetivo de continuar a escrita e inclui-las em um futuro breve. Acredita-se que uma investigação desta temática pode contribuir para o entendimento das políticas dos museus brasileiros no início do século XX, bem como sua atuação na esfera pública.

Metodologia e análise de algumas fontes

A construção e a ascensão da carreira política de Theodore Roosevelt estiveram, desde o início, intimamente ligadas ao uso intenso dos novos mecanismos de representação visual da época: no caso, a câmera fotográfica e o cinema. Segundo Ronald Tobias (2011), Roosevelt foi um dos primeiros políticos a reconhecer e abraçar o poder e o alcance do filme na formação da opinião pública – quase vinte anos antes de Lenin fazer seu famoso pronunciamento sobre o papel crítico do cinema no jogo político. De acordo com o documentarista histórico Eric Barnouw, “durante os seus discursos” se “ele notasse [a presença de] qualquer cinegrafista [no ambiente]

dava-lhe o benefício por meio de gestos vigorosos e sorrisos, às vezes andando de um lado para o outro na plataforma”. Albert E. Smith, fundador da produtora de filmes Vitagraph¹⁵, afirmou que Roosevelt parou momentaneamente a sua marcha a *San Juan Hill*, em Cuba, com o objetivo de realizar uma “bateria de poses” para a sua câmera (TOBIAS, 2011: 49-53). Na viagem ao Brasil, o ex-presidente comentou a importância da fotografia e do filme no registro da missão e produziu uma rica iconografia sobre a fauna, os indígenas, e o ambiente exuberante da floresta tropical. As imagens de Roosevelt, como as realizadas na Guerra Hispano-Americana ou em suas viagens à África e à Amazônia, ou então em seus inúmeros pronunciamentos políticos, transformaram-no, para toda uma geração de estadunidenses, em símbolo da virilidade e da masculinidade, do homem da lei, do soldado, do *cowboy*, do naturalista aventureiro e do corajoso caçador: no herói da nação. Diante disso, este trabalho abordará, no Capítulo 2 e no Capítulo 3, a análise das imagens – as fotografias de caça, o filme *Wilderness*, os desenhos e *cartoons* políticos – produzidas por e sobre Theodore Roosevelt ao longo do século XIX e início do XX.

Essa escolha documental, sem dúvida nenhuma, levantará grandes desafios metodológicos. Apesar dos significativos avanços na área da História Visual nas últimas décadas, a utilização das fontes imagéticas na construção do conhecimento histórico é ainda considerada restrita e problemática. Na bibliografia mais antiga, tanto nacional quanto internacional, referente ao estudo da fotografia, por exemplo, prevaleceu o destaque às apreciações estetizantes, voltadas para a qualidade artística ou técnica das imagens. A abordagem tradicional tem sido a de uma acentuada ênfase nos valores estéticos da imagem em detrimento da trama histórica particular que envolveu sua produção e recepção. Contudo, seguindo uma postura crítica atualmente assumida por alguns pesquisadores da área, no sentido de não privilegiar apenas uma característica da figura, descobriu-se um leque de possibilidades e leituras das imagens. O componente testemunhal da fotografia passou a ser levado em consideração. Neste aspecto em particular, a presente pesquisa procura entender as imagens não como meramente ilustrativas, mas como um veículo científico e cultural, transmissora de uma visão de mundo e portadora de um conteúdo cultural dotado de

15 A *Vitagraph Studios* ou *Vitagraph Company of America* foi um dos estúdios de cinema norte-americanos mais famosos no início do século XX. Fundado por J. Stuart Blackton e Albert E. Smith, em 1897, tornou-se, em 1907, a mais prolífica companhia de filmes. Porém, em 1925, foi vendida à Warner Bros. Ver: BOWSER, 1990: 23.

valor histórico. Conforme apontou Chartier (1993: 407), a imagem precisa ser apreendida como documento histórico, uma vez que suas propriedades técnicas, estilísticas e iconográficas ligam-se a um modo particular de percepção e uma maneira de ver, moldada na experiência social. A análise do documento, tanto de sua constituição plástica quanto em seu conteúdo, permite inferir sobre os objetivos do fotógrafo no momento da produção, assim como entender algumas características e demandas de seu tempo.

Todavia, as fontes visuais também são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, mas passivas de análise. Segundo Boris Kossov (2002), o potencial informativo da imagem poderá ser alcançado na medida em que esses fragmentos imagéticos forem contextualizados na trama histórica e em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, científicos, artísticos, culturais), os quais circunscreveram no tempo e no espaço o ato do registro. A pesquisa igualmente pressupõe o cruzamento de diferentes tipos de fontes e a leitura de uma ampla bibliografia. Existe um rico material documental disperso nos arquivos brasileiros e norte-americanos, tanto de documentos oficiais e correspondências pessoais, quanto de jornais e revistas científicas, sendo que parte significativa dessas fontes encontra-se no Museu do Índio (Rio de Janeiro), no Arquivo do Forte de Copacabana (Rio de Janeiro), no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Museu Americano de História Natural (New York), na Biblioteca do Congresso (disponível online), na Biblioteca de *Harvard University* e nas Bibliotecas de *Stanford University*.

A coleta e análise de cartas, relatórios¹⁶, notas de viagem, conferências, imagens zoológicas e artigos científicos explanam sobre algumas das possibilidades do exercício teórico e prático da ciência naturalista no primeiro quartel do século XX. Esses trabalhos versam principalmente sobre a zoologia, a antropologia indígena e a botânica e, frequentemente, retomam antigas teorias de viajantes, que serviam de respaldo aos trabalhos científicos do período estudado. Informações semelhantes também puderam ser encontradas na literatura de caça, como, por exemplo, nos livros de Roosevelt (1885, 1900, 1910), Patterson (1907), Piase (1913) e Cunha (1922). As obras do *Big Game Hunting* apresentavam uma narrativa entremeada por dados

16 No Museu do Índio estão disponíveis quase todos os relatórios e algumas correspondências realizados pelos membros brasileiros da expedição.

zoológicos e morfológicos, observações sobre o meio ambiente (vegetação, relevo e hidrografia), indicações sobre o armamento recomendado e sugestões sobre outros materiais necessários para o sucesso da viagem, como, por exemplo, bússolas, barracas e a máquina fotográfica. Essas obras eram ricamente ilustradas por desenhos e fotografias de paisagem e animais abatidos, que serviam como informações complementares sobre os desafios e resultados da empreitada. Esses elementos também ajudavam a explicar ao leitor os objetivos e os “ideais civilizatórios” do esporte. A análise desses textos pode nos auxiliar a entender os valores, significados e estratégias narrativas compartilhadas pelos esportistas de caça no início do século XX.

Em relação à produção bibliográfica dos membros da expedição foram encontrados os seguintes títulos: *Through the Brazilian Wilderness* (1914), de Theodore Roosevelt; *Through America's Southland* (1916), do Padre John Zahm; *The Roosevelt Expedition to South America* (1955), do zoólogo Leo Miller; *Theodore Roosevelt, naturalist* (1955), de Henry Osborn, diretor do museu norte-americano e patrocinador da viagem; o diário de viagem de George Cherrie (1914); as *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915*, do Coronel Rondon; e os relatórios de Frederico Carlos Hoehne (1914), de Amilcar Magalhães (1916), de Júlio Caetano Horta Barbosa (1916) e do Dr. José Antônio Cajazeira (1916). O livro de Roosevelt, intitulado *Nas selvas do Brasil* na versão brasileira, recebeu uma tiragem relativamente recente da Editora Itatiaia e da Editora da Universidade de São Paulo, e compõe a coleção Reconquista do Brasil. As obras dos demais integrantes da expedição estão disponíveis nas Bibliotecas de *Stanford University* e no Museu do Índio. Os textos de Rondon, Magalhães, Barbosa e Dr. Cajazeira, em especial, são importantes testemunhos da perspectiva brasileira da viagem. A contraposição das experiências culturais dos membros da Comissão Roosevelt-Rondon revela os diferentes objetivos e posturas que cada um tinha durante a travessia do noroeste brasileiro.

Entretanto, torna-se interessante fazer ainda algumas considerações sobre a peculiaridade do uso dessas narrativas de viagem, ou de caça, nos estudos históricos. Assim como na análise de imagens, a literatura de viagem precisa ser analisada com os cuidados teóricos e metodológicos próprios da disciplina histórica, de forma a não tomar essas narrativas como um dado objetivo da realidade. Ao mesmo tempo, é imprescindível levar em conta a sua especificidade frente aos demais tipos de

documentação existente. Tais relatos demandam análises que considerem os fatores culturais, políticos e econômicos que compuseram o período em questão, bem como informações relacionadas à autoria e, em vários casos, à história da edição. Dessa forma, os relatos de viagem possuem uma dimensão multifacetada, que permite o desenvolvimento de pesquisas não apenas sobre aquilo que o viajante observa, como sobre o seu lugar no mundo, suas concepções sociais, valores, interesses econômicos, alinhamento político, motivação da viagem, etc. E o ideal, qualquer que seja o recorte do estudioso, é nunca perder de vista a amplitude e a variedade de camadas contidas nos relatos de viagem, que requerem uma análise crítica, voltada não para a busca da “veracidade” do que é dito, e sim do que aquela narrativa pode contribuir para a compreensão das diversas configurações sociais ali imbricadas.¹⁷

As narrativas construídas pelos viajantes são também tributárias das visões de mundo que integram o panorama cultural do autor (SAID, 1995). É a partir daí que ele lança um olhar sobre esse “outro” a quem dedica curiosidade, estranhamento, empatia ou repúdio. Há que se ressaltar, contudo, que o viajante não mantém um pensamento estático do começo ao fim de suas andanças. Na observação e no acompanhamento de realidades diferentes da sua ele também se transforma, revisa preconceitos ou mantém estereótipos, avalia a sua própria sociedade de origem, compara, estabelece hierarquias, faz julgamentos, muda de ideia ou reforça pontos de vista.¹⁸ As intenções do viajante ao empreender o percurso, seu status social, sua pretensão quanto à publicação ou não do relato, seus objetivos ao retornar para casa, e muitos outros fatores, configuram o fio da narrativa e as escolhas sobre o que contar e o que omitir, o que frisar, quais os “protagonistas” em destaque, quais os “figurantes”, que tipo de conduta enaltecer e qual desqualificar. Por todas essas razões, e muitas outras, o estudo dos relatos de viagem exige que o pesquisador leve em consideração que – longe de ser uma ação isolada e “intimista” do autor, que fala apenas com si mesmo, e por si mesmo –, existem muitas vozes ali presentes que dialogam entre si, oriundas de aportes culturais vários, de uma conjuntura histórica específica, de intenções explícitas ou veladas do autor, da expectativa de possíveis editores, dos

17 Ver: TÔRRES, 2012: 314. Importante considerar também que os relatos não são homogêneos em sua forma, devendo ser estudados de acordo com o formato que adquirem, “autobiografia, cartas, relatórios, memórias etc.”. In: FRANCO, 2011: 159.

18 De acordo com Kátia G. Baggio (2009: 43), “Os relatos de viagem [...] são permeados, constantemente, dessa retórica, em um esforço de tradução e, ao mesmo tempo, de busca e compreensão do próprio e, em certa medida, do *outro*”.

interlocutores e companheiros de viagem, da imagem que o autor pretende projetar de si mesmo no relato, etc. Não se trata de fazer uma história total, que abarque todo e qualquer aspecto ou possibilidade do relato, e sim de se ter em mente a sua complexidade como fonte de pesquisa.¹⁹

Ao atentar também para o aspecto editorial da narrativa de viagem, outras questões analíticas revelam-se ao estudo. Antes de publicar o seu livro de viagem, Roosevelt, por exemplo, divulgou, na *Scribner's Magazine*, parcelas de seu relato, durante os meses de abril e novembro de 1914. Nesses artigos, o ex-presidente expôs suas observações sobre a fauna como também algumas avaliações sobre o território e os nativos brasileiros. Os textos eram ricamente ilustrados com as fotografias produzidas ao longo da expedição²⁰, embora, não necessariamente, as imagens ilustrassem exatamente a passagem em que foram produzidas. Na verdade, existia todo um trabalho de edição. Em cada mês eram expostos alguns episódios de sua viagem pelo noroeste brasileiro, de modo a sempre criar, ao final, algum suspense para que a curiosidade do leitor o fizesse comprar o próximo número. Possivelmente, Roosevelt revisou o texto até ver-se satisfeito com uma versão “final”, que passasse para o leitor a mensagem por ele desejada. Pensando em seu leitor ideal, o ex-presidente, certamente, selecionou aquilo que achava que deveria ser publicado, ou seja, cortou passagens, inseriu dados, trocou palavras, sequenciou os capítulos, e, obviamente, fez um trabalho de memória que na sua característica recriaria aquilo que ocorreu, digerindo e elaborando o passado de acordo com suas reflexões posteriores e a continuidade da vida, que transforma as suas experiências pretéritas à luz de novos acontecimentos, necessidades, emoções e ideias.

Na escolha da editora também não existiu acaso. A *Scribner's Magazine* era uma das três maiores revistas dos Estados Unidos no início do século XX, e definia-se como um periódico mensal de literatura, política, cultura, finanças e artes. Desde a sua criação, em 1887, os relatos de viagem também integravam os assuntos publicados, e vários viajantes famosos já haviam divulgado seus trabalhos em suas páginas. O periódico continha ainda um espaço que explorava o contato com os seus leitores, onde as pessoas podiam manifestar suas opiniões sobre a viagem e outras

19 Para um panorama sobre as possíveis formas de se analisar os relatos de viagem ver: FRANCO, 2011; MONTEZ, 2014.

20 A temática dessas imagens restringia-se basicamente em retratos no modelo estético do *Big Game Hunting* e em paisagens da “deserta” floresta brasileira, com destaques nas cadeias de montanhas e nas caudalosas cachoeiras.

notícias de interesse. Em suas campanhas publicitárias, a revista acumulava várias estratégias de divulgação e autopromoção, como por exemplo, a adição, em cada número, de um *clipping* que reunia, no caso, as reportagens sobre a expedição de Roosevelt divulgadas nos outros meios de comunicação da época. Na edição de julho de 1914, o editor advertia o leitor da necessidade de garantir seus próximos exemplares, uma vez que, devido à grande demanda pelos artigos do ex-presidente, “você pode frequentemente encontrar a revista *Scribner’s* esgotada” (SCRIBNER’S MAGAZINE, julho 1914: adv. 21). Estima-se que a tiragem do periódico chegou ao número de 215.000 exemplares nesse período²¹. Roosevelt, possivelmente, sabia do poder midiático que a *Scribner’s Magazine* possuía e confiava que sua expedição receberia a divulgação que almejava.

Ele não estava errado. Devido ao sucesso de venda da revista, mais tarde, os seus artigos se transformariam no já mencionado livro *Through the Brazilian Wilderness* (1914), publicado pelo mesmo grupo empresarial, a editora *Charles Scribner’s Sons*. Novas modificações foram feitas de modo a adequar-se a configuração de um livro. Somente em 1943 (e depois em 1976, pela Editora Itatiaia), o livro seria traduzido para o português, mas com uma nova formatação. Além dos problemas e diferenças relacionados à tradução, as edições brasileiras apresentavam diversas mudanças em seu conteúdo original, como por exemplo, a supressão das fotografias e do Anexo B, intitulado *The Outfit for Travelling in the South American Wilderness*, no qual o ex-presidente expunha os materiais e ferramentas utilizados na viagem, como por exemplo, qual câmera fotográfica ele sugeria levar. Dessa forma, diante das questões acima mencionadas, optou-se, na pesquisa, por utilizar as três versões do relato de Roosevelt, além dos números da *Scribner’s Magazine*, já que cada uma dessas obras apresentava especificidades interessantes em relação à narrativa e à configuração da viagem²².

Também atentar-se-á, no trabalho, para a análise de alguns jornais brasileiros e estrangeiros. No caso norte-americano, em especial o *The New York Times*, *New York Tribune*, *New York World* e *The Sun*. A imprensa norte-americana, principalmente a nova-iorquina, noticiou tanto o período da viagem em si, reproduzindo correspondências enviadas pelos integrantes da expedição às famílias e instituições

21 *Scribner’s Magazine*. The Modernist Journals Project. Retrieved August 26, 2009.

22 Sobre as edições de livros, ver: DUTRA, MOLLIER, 2006; BARTHES, COMPAGNON, 1987; BELO, 2002.

financiadoras, quanto às repercussões geradas pela volta do ex-presidente. Roosevelt proferiu palestras nos Estados Unidos e na Europa e foi alvo de calorosos debates com membros da comunidade científica. No dia sete de maio de 1914, por exemplo, sir Clemente Markaham²³ declarou a um correspondente do *New York World*, que estava incrédulo quanto aos resultados declarados pelo ex-presidente norte-americano; e em nove de maio do mesmo ano, o famoso explorador Henry Savage Landor²⁴ acusou, no mesmo veículo, Roosevelt de ter baseado sua narrativa nas descrições de viagem que ele próprio, Landor, havia realizado. Roosevelt não ficou calado e uma de suas defesas foi registrada pelo *The New York Times* do dia 14 de maio de 1914. A imprensa não poupou espaço para narrar as polêmicas declarações e as inúmeras defesas proferidas a favor da seriedade e cientificidade da viagem do ex-presidente.

Os materiais recolhidos durante a expedição também foram noticiados na época. O *The Sun*, no dia cinco de julho de 1914, por exemplo, dedicou uma página inteira do jornal à divulgação do desembarque dos exemplares recolhidos por Roosevelt no Brasil, e prometia que, em breve, haveria uma exposição no Museu Americano de História Natural, onde os norte-americanos poderiam desfrutar das informações e descobertas realizadas por seu ex-presidente. A reportagem ainda continha fotografias dos animais brasileiros com os dados retirados dos relatos de Roosevelt. A análise das notícias publicadas nesses periódicos possibilita identificar alguns elementos da dinâmica de produção e de divulgação do conhecimento sobre a Comissão Roosevelt-Rondon e sobre o Brasil, durante as duas primeiras décadas do século XX. Os periódicos ajudam a abordar questões como: quais foram as

23 Clements Markaham foi um respeitável geógrafo e explorador britânico. Durante os anos de 1863 e 1888, presidiu a famosa *Royal Geographical Society* da Inglaterra e foi o responsável, juntamente com Robert Scott, pela criação da Expedição *Discovery*, cujo objetivo era a exploração da Antártida. Markaham foi também considerado um grande especialista da América do Sul, por ter realizado inúmeras viagens ao continente ao longo de sua vida. (MILLARD, 2007: 320-321)

24 Henry Savage Landor era um explorador inglês (embora nascido na Itália), que ficou conhecido por suas viagens pela Europa, pelo norte da África, pelas Américas e pelo Japão. No início de 1911, ele desembarcou no Brasil com o objetivo de cruzar e mapear uma “região inexplorada” que abarcava o Mato Grosso e a Amazônia. A viagem resultou no livro “*Across Unknown South America*”, no qual o explorador contou a história de suas façanhas heroicas e da resistência desesperada do pequeno grupo de funcionários nativos com quem viajava. Segundo Landor, a distância real percorrida foi de 13.750 milhas, sendo que 500 milhas se referiam a uma porção completamente inexplorada e habitada por indígenas hostis (*Dominion*, Volume 7, 11 May 1914, Page 5). Landor era famoso por seus relatos exagerados e imaginativos. Na querela contra Roosevelt, a palavra de Rondon resolveria o impasse a favor do ex-presidente. Em carta aberta, Rondon afirmou: “Posso garantir-lhe que Landor não atravessou um palmo de terra que já não houvesse sido explorado no século anterior”. Rondon disse também que, com a exceção do breve episódio em que o explorador havia se perdido na floresta, o inglês caminhou pelas estradas demarcadas da linha telegráfica; e os aborígenes selvagens, que ele supostamente tinha descoberto, eram, de fato, os índios pacificados da Missão Rondon (BUCK, 1999).

“curiosidades” sobre a fauna e a flora tropicais mais comentadas; quais foram as principais polêmicas que envolveram a viagem; qual foi a aceitação pública da expedição e de seus resultados; e principalmente, qual a imagem de Brasil se construía nos Estados Unidos com essas viagens e em que medida ela [a imagem] contribuía para forjar uma ideia imperialista sobre o país.

A imprensa brasileira também noticiou o empreendimento, principalmente entre o período de outubro de 1913 e abril de 1914. Existe uma coletânea, organizada pelo Escritório Central da Comissão Rondon, que reúne alguns recortes de notícias sobre as expedições Rondon, durante os anos de 1910 e 1930, porém, atualmente, é possível ter acesso virtual a essas fontes por meio do site da Biblioteca Nacional. Os jornais publicados neste período forneceram informações sobre a recepção dada a Roosevelt pelos brasileiros (conferências, jantares, passeios) bem como dados sucintos sobre o andamento da Expedição Científica Roosevelt-Rondon. Além disso, os jornais e as revistas integram o rol de impressos que “nas suas diferentes formas, e na realidade crescente de sua circulação [...] tiveram papel ativo nos processos de transformações culturais, sociais e políticas que levaram à modernidade ocidental”; ligando-se ao mundo da ciência e da política “na sua condição de veículo de formação da opinião pública e divulgação das opiniões políticas” (DUTRA, MOLLIER, 2006: 9).

Espera-se, a partir da análise dos diversificados recursos documentais, que sejam abordados os possíveis significados e leituras, realizados em especial pelos norte-americanos, sobre a expedição Roosevelt-Rondon e sobre o território brasileiro do início do século XX.

Capítulo 1 – O Contexto Histórico da Viagem: Relações entre Brasil e Estados Unidos e a Amazônia brasileira

A ideia de ir ao Brasil surgiu inicialmente em 1908, quando, prestes a terminar o seu mandato presidencial, Roosevelt havia sido procurado pelo Padre John Augustine Zahm, um conhecido de velha data. O religioso, notório por sua obra *Evolução e Dogma*, havia regressado de um passeio feito pelos Andes e pelo Amazonas e dizia-se apaixonado pela natureza do continente. Desejoso em voltar o mais breve possível, procurou Roosevelt para que o acompanhasse numa próxima viagem. A ideia era subir o Rio Paraguai até a bacia amazônica, atravessando, assim, as regiões das florestas do norte do Mato Grosso e do Amazonas, onde poderiam caçar os principais “troféus” da selva sul-americana, como a onça-pintada e os jacarés. Porém, Roosevelt recusou o convite, pois, na época, tinha a intenção de realizar um safari na África, onde ele acreditava que o esporte de caça era mais convidativo.

Uma nova oportunidade de viajar ao Brasil apareceria após sua derrota nas eleições de 1912, quando tentou se eleger para o seu terceiro mandato na Presidência dos EUA. Embora Roosevelt tivesse sofrido uma derrota inquestionável nas urnas²⁵, com recorrentes manifestações contrárias à sua ruptura com o Partido Republicano²⁶, sua reputação e sua popularidade pareciam não ter sofrido nenhum tipo de abalo. Em uma pesquisa realizada pela revista *Independent*, na edição de primavera de 1912, Roosevelt foi escolhido, pelos leitores, como o “cidadão dos Estados Unidos mais útil”. A reportagem ainda acrescentava que ele tinha “tanta influência sobre o público, que poderia esbanjá-la de maneira mais poderosa do que qualquer outro homem vivo”. Prova disso eram as intermináveis correspondências que chegavam todos os dias em seu escritório e o fluxo constante de visitantes que se alojavam pelos corredores e espaços adjacentes na esperança de conseguirem um horário com o ex-

25 O democrata Woodrow Wilson ganhou as eleições com uma vitória esmagadora, obtendo 2,2 milhões de votos a mais que Roosevelt, em um contexto de 15 milhões de votantes (MILLARD, 2007: 22).

26 Em fevereiro de 1912, Theodore Roosevelt decidiu disputar a indicação como candidato do Partido Republicano para as eleições presidenciais, mas, do outro lado do estava William Howard Taft, que tentava a sua reeleição. A máquina do Partido estava nas mãos dos seguidores de Taft, e Roosevelt, sabendo que seria derrotado, fundou um novo partido de caráter progressista, conhecido como *Bull Moose Party*. Essa cisão enfraqueceu o Partido Republicano e culminou com a vitória inquestionável do democrata Woodrow Wilson. Durante a campanha eleitoral, os jornais noticiaram a disputa entre Roosevelt e Taft e a polêmica em torno da criação de um novo partido. Ver: MARSCHALL, 2011; MORRIS, 2011, ORNING, 1998; MILLARD, 2007.

presidente. Seu secretário particular, Frank Harper, concluía que era “fisicamente impossível” agendar consultas para todas as pessoas que desejavam ver, escutar e conversar com o famoso estadista. Para se ter uma ideia da grande demanda que se fazia em torno de sua figura, apenas nas duas primeiras semanas de fevereiro, Roosevelt havia sido forçado a rejeitar 171 convites de palestras. Segundo seu biógrafo Joseph Orning (1998: 18), não existia qualquer refúgio em *Sagamore Hill* – lugar para onde Roosevelt foi com a família após a derrota – que o preservasse de tamanho assédio. A lista de espera dos convidados “mais se assemelhava a um registo de um grande hotel”. Para Orning, a única maneira de escapar daquela pressão seria deixar o país por um tempo prolongado.

A oportunidade de realizar uma longa viagem apareceu no final de sua campanha presidencial, em 1912. A Sociedade Histórica e Geográfica do Rio de Janeiro o convidara para palestrar em uma série de conferências que se realizaria no verão de 1913. O convite ainda vinha acompanhado por uma proposta de expedição de caça com o presidente do Brasil, Hermes da Fonseca. Na época, Roosevelt declinou a oferta, explicando, em carta endereçada a Kermit, que ainda era muito cedo “para ir a uma excursão que pareceria ser uma forma de autopromoção”. Porém, o convite brasileiro foi seguido por outro, vindo de Buenos Aires, em janeiro de 1913, em nome do Museu Social. O então presidente da instituição, Dr. Emilio Frers, ao tomar conhecimento dos rumores de uma possível visita de Roosevelt à América do Sul, desejava que a rota da viagem do ex-presidente se estendesse também à Argentina. Frers explicava que há muito tempo uma importante personalidade estadunidense não se pronunciava na instituição e que a última vez havia sido em 1906, ano em que o secretário de estado de Roosevelt, Elihu Root, fizera uma visita oficial. Se o coronel incluísse a Argentina em seu itinerário, prometia Frers, ele poderia ter a certeza de uma recepção calorosa do povo argentino, “que muito ouviu a seu respeito, a respeito de sua carreira pública e dos altos ideais que defende” (MILLARD, 2007: 29). Como forma de deixar o convite ainda mais atraente, Frers propôs um honorário de 13 mil dólares em ouro, em troca de, no mínimo, três discursos sobre o assunto da escolha de Roosevelt, “que ficaria inteiramente ao seu critério”.

Em um primeiro momento, Roosevelt também recusou o apelo argentino, por estar relutante em “meramente fazer um discurso ordinário ou de realizar uma viagem

comum” (ROOSEVELT apud ORNING, 1998: 19). Porém, segundo Millard (2007), a questão do dinheiro oferecido não deixava de ser um argumento relevante. Roosevelt herdara do pai uma fortuna substancial, que lhe havia proporcionado ingressar na vida política sem preocupações financeiras. Contudo, depois de uma longa e experiente carreira política, suas riquezas tinham diminuído e não muito havia restado para os seus filhos, afora o sobrenome famoso. Assim, convites de palestras que ofereciam altos honorários não deixavam de ser uma sedutora forma de renda para o ex-presidente. Mas, além do dinheiro e do reconhecimento político (que também era importante, principalmente em um momento de orgulho ferido), Roosevelt tinha ainda uma razão pessoal para fazer a viagem à América do Sul: a de ver seu filho Kermit, que havia se mudado para o Brasil. Depois de se formar na Universidade de Harvard em junho de 1912, Kermit foi contratado pela *Brazil Railway Company*. Mas após algumas mudanças repentinas na administração da empresa, ele passou a trabalhar como supervisor na construção de pontes para a *Anglo Brazilian Iron Company*, em São Paulo. Em abril de 1913, ele escreveu ao seu pai para contar sobre uma viagem de caça que tinha feito pelo território brasileiro. E Roosevelt respondeu em tom melancólico: “A floresta deve ser adorável (..) algum dia eu tenho que visitá-lo, e assim poderemos fazer um passeio de duas semanas, e você caçará e eu vou agir como, o que costumávamos chamar em *North Woods* [Maine], um *wangan man*²⁷ e montar o acampamento!” (ROOSEVELT apud ORNING, 1998: 19).

Uma viagem apenas dedicada à compromissos oficiais, possivelmente, não era de muito interesse para Roosevelt. Mas, a chance de adicionar ao roteiro uma exploração à região amazônica causava-lhe grande fascínio. Permeada de história sobre uma natureza implacável, índios canibais e animais ferozes, a “selva” mostrava-se o lugar ideal para trabalhar o seu físico e colocar a prova sua habilidade como caçador, aventureiro e naturalista. Assim, diante dessa nova possibilidade de conhecer a “última grande fronteira das Américas”, Roosevelt desejou repetir a estrutura e respaldo científico que tivera em sua viagem à África. O safari na África Oriental, em 1909-1910, foi visto como um grande sucesso no mundo científico em termos de taxidermia, principalmente para o *American Museum of Natural History* e para o

27 Segundo Robert Hendrickson (2001: 318), a expressão *wangan man* pode ter diferentes significados. Mas, provavelmente, nesta situação se referia ao indivíduo que largava o trabalho e saía apenas carregando um pacote pequeno com os seus pertences pessoais. O que atualmente chamamos de “mochilão”.

Smithsonian Institution, que haviam patrocinado a expedição. Henry Fairfield Osborn, o então presidente do *American Museum*, havia dito que aquela fora “de longe a mais bem-sucedida expedição que já adentrou a África” (OSBORN apud MILLARD, 2007: 34). No entender de Roosevelt, a viagem à América do Sul, embora não se propusesse, inicialmente, a percorrer áreas não exploradas da floresta, poderia oferecer uma rica aventura, além de diversos exemplares da natureza exótica do continente. Como forma de levar essa ideia a cabo, Roosevelt escreveu a Osborn propondo o auxílio. Em resposta, o presidente do Museu dizia-se estar sem palavras “para expressar o quanto a sua oferta de cooperação com o *American Museum of Natural History*” o alegrava. Osborn ofereceu a ajuda e a assessoria de Frank Chapman, chefe do departamento de ornitologia do Museu que já havia viajado para a América do Sul. Chapman, que era amigo pessoal de Roosevelt, organizou um almoço para discutirem os detalhes da expedição. E coincidentemente, no encontro, Roosevelt encontrou Pe. Zahm. O religioso também pretendia realizar uma viagem à América do Sul e solicitava um naturalista à instituição. Vendo a oportunidade de realizar uma expedição científica ao lado do ex-presidente, ele adaptou os seus objetivos e rotas de maneira a viabilizar os planos idealizados anos atrás.

Entre os participantes da reunião incluíam-se: dois naturalistas-coletores, George Kruck Cherrie (ornitólogo) e Leo Edward Miller (que na viagem ocuparia o cargo como mastozoólogo); Anthony Fiala (um ex-explorador do Ártico); Jacob Sigg, (que seria o enfermeiro e cozinheiro) e Frank Harper (secretário pessoal do ex-presidente). O itinerário, inicialmente, previa a subida do Rio Paraguai em direção à bacia amazônica, abrangendo boa parte do extremo oeste brasileiro, de forma a percorrer regiões escassamente povoadas e repletas de vida selvagem. A viagem não seria estafante e perigosa, e estava limitada a rios bem mapeados, que, supostamente, ofereciam uma “aventura” sem riscos. Com a equipe formada, Roosevelt recebeu do Museu a quantia de 1.500 dólares para sustentar a viagem por seis meses. Ele ainda conseguiria da *Scribner's Magazine* 15.000 dólares em troca de seis a oito artigos sobre a viagem ao interior do Brasil, e mais 5.000 dólares adiantando.

O governo brasileiro igualmente prometia contribuir na viagem, e assegurava o transporte dos pesados barcos e das cinco toneladas de bagagem da equipe. Lauro Müller, por intermédio do embaixador Domício da Gama, ainda ofereceu como guia para a expedição o famoso Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Rondon, na

ocasião com 48 anos de idade, era visto como um dos maiores ícones brasileiros relacionados a “conquista” de territórios considerados “selvagens” e “ignotos”. Chefe de uma série de missões, que levavam o seu nome, dedicava-se à construção de linhas telegráficas e à exploração geográfica e científica de regiões vastas e “desconhecidas” do noroeste brasileiro. A presença do coronel na viagem garantiria mais segurança à Roosevelt e à toda a sua comitiva. A equipe seria também composta por um grupo de expedicionários brasileiros, com grande experiência na floresta tropical. Entre os nomes se destacavam o geólogo Euzébio Paulo de Oliveira, o médico José Antônio Cajazeira, o Tenente João Salustiano Lyra, o Capitão Amílcar Armando Botelho de Magalhães e o fotógrafo-cinegrafista Tenente Luiz Thomaz Reis. A comitiva ainda contava com alguns naturalistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, como o taxidermista Henrique Reinisch e o botânico Frederico Carlos Hoehne.

Segundo Todd Diacon (2006), o momento da viagem de Roosevelt não poderia ser mais inoportuno para Rondon. A missão de construir uma linha telegráfica que atravessaria toda a Bacia Amazônica encontrava uma série de obstáculos. Na travessia, além de lidarem com as dificuldades de locomoção na mata fechada, uma série de doenças, tais como a malária, acometiam os trabalhadores e os soldados. A situação era delicada e exigia um enorme esforço administrativo por parte de Rondon. Além disso, a inauguração de uma das linhas telegráficas estava marcada para o mês de novembro de 1914. Uma viagem naquele momento certamente atrasaria o cronograma. Apesar desses motivos, Rondon aceitou o convite, mas com ressalvas, sugerindo aos seus superiores que a viagem não fosse uma excursão esportiva, mas que se apresentasse como uma missão científica, com “utilidade para nossa Pátria” (RONDON apud VIVEIROS, 1969: 369-370). Contudo, Rondon salientava que o trajeto escolhido pelo ex-presidente nada possuía de novo e muito pouco poderia proporcionar a uma expedição que visava “desvendar os aspectos ainda desconhecidos do nosso sertão” (RONDON, 1916: 16). Assim, sugeriu ao ex-presidente outras opções de itinerários:

- a) De S. Luiz de Cáceres ou de Cuiabá, seguir pela estrada da Comissão das Linhas Telegráficas até a estação ‘Barão de Melgaço’, e aí embarcar em batelões para descer os rios Comemoração de Floriano, Ji-Paraná e Madeira;
- b) Seguir o mesmo itinerário até a estação ‘José Bonifácio’, anterior a de ‘Barão do Melgaço’, e daí, ganhando a passo da Linha sobre o Dúvida, descer e explorar este rio, que provavelmente levaria a comitiva ao Madeira;

- c) Ganhar o Tapajós, descendo o Juruena, e não o Arinos, que é caminho conhecido há mais de um século, a ponto de ter servido por largo tempo de via comercial entre Pará e Mato Grosso;
- d) De S. Luiz de Cáceres passar para o vale do Guaporé; descer em lancha, a partir da Cidade de Mato Grosso, este rio e o Mamoré, até a cachoeira de Guajará-Mirim; tomar aí a estrada de ferro Madeira- Mamoré, para chegar à cidade de Santo Antônio do Madeira;
- e) Finalmente, alcançar, pela estrada da Linha Telegráfica, o rio Papagaio, na estação de Utiariti, e por ele entrar no Tapajós. (RONDON, 1916: 16-17)

Segundo Rondon, quase todas as rotas propostas já eram conhecidas por ele e por sua equipe (a maioria sendo, inclusive, inauguradas sob o seu comando), menos aquela que viria mais tarde a ser executada, e a que certamente trazia o maior número de incertezas, que era a descida do Rio das Dúvidas. Em suas palavras: “Destas cinco propostas, a que encerrava maiores dificuldades e imprevistos, era a relativa ao Rio da Dúvida; foi a escolhida pelo Sr. Roosevelt”. O ex-presidente justificou a sua opção dizendo que, com a presença de Rondon, a expedição se tornaria de muito maior valor científico, além das “possibilidades de serem apresentados os conhecimentos geográficos de uma das regiões menos exploradas da América do Sul”. Miller, preocupado com os rumos que essa escolha poderia acarretar, alertou: “Ficaremos maravilhados se o senhor a fizer, mas evidentemente o senhor deve entender que não temos como lhe dizer nada sobre o que acontecerá”. E completou: “É possível que aconteçam algumas surpresas não necessariamente agradáveis” (MÜLLER apud MILLARD, 2007: 66). Mas, para Roosevelt, a viagem se apresentava como uma chance de finalmente se consagrar como um verdadeiro naturalista e “desbravador da selva”. E assim, no dia quatro de outubro de 1914, Roosevelt com a sua comitiva (FIGURA 1), a bordo do navio *Vandyck*, partia em direção à América do Sul.

Neste capítulo, procurar-se-á sintetizar alguns pontos relevantes das motivações de Roosevelt para a viagem. O que se esconderia nos propósitos de uma expedição, vista em primeiro plano, como exótica? Na abordagem dessa questão, pretende-se aprofundar sobre os interesses norte-americanos na América, contemplados, também, na política internacional de Roosevelt; e como teria sido a sua recepção na América do Sul, onde havia tanto aceitação, como resistência à sua política colonizadora. Busca-se, também, apresentar o que seria a ideia de fronteira e o sentido amplo e estratégico que a Amazônia poderia ganhar no projeto expansionista norte-americano.



FIGURA 01 - Fotografia desconhecida. Photography taken aboard the steamship *Vandyck*. Members of Mr. Roosevelt expedition. Da esquerda para a direita: Anthony Fiala, George Cherrie, Pe. Zahm, Theodore Roosevelt, Kermit Roosevelt, Frank Harper e Leo Miller. In: Cortesia AMNH.

1.1 - Objetivos da Expedição

Roosevelt defendia que, ao contrário do que se dizia, a viagem não seria uma campanha de caça, mas um empreendimento com propósitos científicos, cujos benefícios poderiam ser colhidos por ambos os países. O Museu norte-americano desejava obter coleções zoológicas de espécies que habitavam a região noroeste do Brasil. O estudo de tal material poderia garantir grandes avanços nas pesquisas da fauna sul-americana, que, no momento, ainda eram incipientes. Em contrapartida, segundo Roosevelt, o Estado brasileiro, que estava ansioso em desenvolver e explorar os recursos naturais da Amazônia, contaria com a inestimável ajuda de toda a equipe norte-americana no mapeamento hidroviário da região. A viagem também possibilitaria anunciar ao mundo os “espaços abertos” do Mato Grosso como áreas ideais para a colonização europeia, instigando a ocupação do território. Em uma das passagens de seu livro, o ex-presidente comentou:

O solo aqui é fértil; ótima gleba para uma futura grande fazenda de café. Na verdade tal região tão rica e fértil não deve ficar abandonada no meio

das selvas, sem ser colonizada, enquanto uma multidão de indivíduos se aglutina nos países superpopulosos do Velho Mundo. Os próprios rápidos e cachoeiras, que, no momento são o nosso maior e mais perigoso entrave, suprirão a energia necessária para a movimentação das fábricas e conveniente iluminação. (ROOSEVELT, 1976: 188)

Sem dúvida, os dirigentes brasileiros poderiam aproveitar a figura de Roosevelt para enriquecer o discurso de ocupação e expansão do território nacional. Segundo o ex-presidente, o ministro Lauro Müller lhe havia dito do “enorme interesse na exploração e no desenvolvimento do interior do Brasil”, e que estava convencido de que a “expedição seria de grande alcance para tornar o país mais conhecido no exterior” (ROOSEVELT, 1976: 23). Desde o século XIX, o Governo havia iniciado uma política de povoamento e ocupação do Noroeste, que abrangia uma vasta região que ia do Mato Grosso ao Amazonas. A ideia era colonizar estas áreas, pacificar e incorporar a população indígena, construir estradas e instalar meios de comunicação que ligassem o interior ao litoral. A Guerra do Paraguai já havia demonstrado a necessidade de se estabelecer um sistema de comunicação rápido com as fronteiras oeste do país. O conflito trouxera à tona as enormes dificuldades de comunicação da Corte, ora com o Centro-sul, ora com o Norte do país. Segundo Candice Millard (2007), quando os “inimigos paraguaios” invadiram a fronteira sul do Brasil, o imperador D. Pedro II demorou mais de um mês para tomar conhecimento da agressão. A falta de informações rápidas e atualizadas impossibilitava uma defesa eficiente, com a orientação adequada para o avanço das tropas, ou mesmo para a redefinição das estratégias militares (MACIEL, 1998; DIACON, 2006).

A Comissão Rondon²⁸, por meio dos telégrafos e de suas realizações científicas, prometia estender o alcance do Estado central para toda a nação (MACIEL, 1998; DIACON, 2006; BIGIO, 2000). Sob a ingerência do Ministério da Guerra, do Ministério da Viação e do Ministério da Agricultura, tinha por objetivo construir e conservar postes e estações telegráficas como também efetuar a inspeção

²⁸ Como informaram as pesquisadoras Dominichi de Sá, Magali Romero e Nisia Andrade (2008: 784), o projeto conhecido como “Comissão Rondon” abrangia todas as viagens e atividades realizadas por militares brasileiros do setor de engenharia e construção do exército, entre 1900 e 1930, ou seja, durante: “(1) a realização dos trabalhos da Comissão Telegráfica do Mato Grosso (1900-1906) e da CLTEMTA (1907-1915); (2) a administração das estações e da conservação das linhas e a preparação de relatórios, com a sistematização dos resultados e registros das viagens ao Mato Grosso e ao Amazonas, pelo Escritório Central da Comissão, sediado no Rio de Janeiro; (3) a consolidação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no interior do Maic; e, finalmente, (4) a realização dos serviços de Inspeção de Fronteiras aos quais Cândido Mariano Rondon, o comandante militar da CLTEMTA, dedicou-se de 1927 a 1930”. Sobre a questão ver também: MACIEL, 1998; DIACON, 2006; BIGIO, 2000.

das fronteiras brasileiras. Mas, nas diferentes viagens e expedições que promoveu, a pesquisa científica dos recursos naturais era também uma atividade prioritária e sistemática. Para o inventário científico do território, seguiam, sobretudo, as instruções da pasta da Agricultura, cuja ênfase em ciência aplicada em lavouras era tradição seguida desde o Império. Na República a pesquisa dos recursos naturais parecia ainda mais relevante, pois tratava-se, como política pública, da modernização e diversificação das áreas de plantação. Assim, a “integração”, a “colonização” e o “incremento” da agricultura eram aspectos absolutamente indissociáveis do “inventário científico” das riquezas naturais do interior do país (SÁ, SÁ, LIMA, 2008).

Entretanto, apesar da historiografia tradicional possuir numa visão positiva dos “progressos” alcançados pela Comissão Rondon, havia, no período, inúmeras críticas à sua atuação. Parte da imprensa denunciava a situação precária vivida pelos soldados em meio a floresta, que sofriam o temor constante de doenças e ferimentos, como também das agonias do recrutamento e do trabalho forçado. As deserções constantes faziam com que o serviço ficasse paralisado e surgisse, de forma recorrente, a infundável demanda por novos praças. Outros, por sua vez, criticavam a postura “pacifista” de Rondon, que defendia a necessidade da “incorporação pacífica das sociedades indígenas à civilização”, protegendo-as do extermínio e dos ataques violentos advindos principalmente do contato com os seringueiros. Com o lema “Morrer se preciso for, matar nunca”, ele proibia a prática de qualquer tipo de violência contra a população nativa, e se recusava a deixar que seus soldados revidassem mesmo quando atacados. Para muitos, essa postura de Rondon punha em risco a segurança de sua equipe e do projeto de “conquista do sertão brasileiro”. (MACIEL, 1998; DIACON, 2006; BIGIO, 2000; MILLARD, 2007).

O *Jornal do Comércio*, datado do dia três de outubro de 1911, referindo-se a Comissão em um tom debochado, dizia ser preciso “insistir em chamar para seus postos nos quartéis os oficiais do Exército que desertavam do serviço da tropa e andavam como frades no meio da selva, pescando, muito bem pagos, as almas dos rústicos e selvagens”. Segundo Diacon (2006: 112), a alusão à “pescaria das almas” relacionava-se à “clássica crítica de que a Comissão Rondon não passava de uma

sociedade missionária positiva”²⁹. Muitos líderes do Exército também a criticavam por não a considerarem um empreendimento militar. Em 1911, por exemplo, houve uma tentativa de remover todo o pessoal do projeto do telégrafo, o que poderia ter arruinado a missão. Rondon e sua equipe mais dedicada reclamavam que tais críticas negavam à Comissão os créditos e os louvores merecidos pelo trabalho necessário e árduo realizado por eles. Denunciavam, ainda, que o próprio governo não havia demonstrado interesse em publicar e divulgar seus trabalhos, o que tonava a Comissão mal compreendida para o povo em geral. Assim, na visão de Rondon, uma associação com Roosevelt (uma figura tão importante e reconhecida) garantiria a grande publicidade internacional que tanto almejava, e reforçaria a importância do empreendimento estratégico/científico para o Brasil³⁰.

Durante o Governo Vargas, a figura de Roosevelt seria novamente resgatada com a publicação, em 1943, do livro “Nas selvas do Brasil”, pela primeira vez traduzido para o português. A nova edição da obra fazia parte do programa “Marcha para o Oeste”, que buscava a integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas. O programa continha diversos aspectos simbólicos, e o livro de Roosevelt, juntamente com outras publicações sobre a Amazônia, deveria ajudar a imprimir um novo olhar sobre a História do Brasil, ao apresentar a região do Noroeste como abandonada e desocupada, apesar de todas as potencialidades naturais que possuía. O Estado Novo dizia-se contrário do coronelismo da Primeira República e se apresentava como refundador do “sentido bandeirante”, ao anunciar seu destino final da Amazônia: a conquista e o espaçamento

29 A maioria dos oficiais de Rondon era adepta da Doutrina Positivista e pregava, dentro das Forças Armadas, a diminuição da ênfase na instituição militar tradicional, a fim de se privilegiar os ensinamentos positivistas das ciências naturais e da matemática. Posicionavam-se, assim, contra o militarismo, ao acreditarem que a ciência e a tecnologia seriam os únicos meios de se levar o progresso a toda humanidade. Nas palavras de Benjamin Constant, “com o progresso seriam recolhidas a museu de história as armas que se empregam como elemento de destruição” (apud DIACON, 2004: 109) Para os positivistas, o Exército deveria ser reorganizado de modo a constituir apenas uma simples força policial. Esse tom pacifista irritava, principalmente, os membros das Forças Armadas, que viam a legitimidade e funcionalidade de sua instituição ser criticada. Sobre a questão ver: DIACON, 2006; BIGIO, 2000; MILLARD, 2007; TACCA, 2001; TACCA, 1999.

30 Em 1914, a Sociedade Geográfica de Nova York concedeu a Rondon o prêmio Livingstone, por considerar o seu trabalho o mais relevante conjunto de estudos em terras tropicais. Rondon foi equiparado e incluído ao grupo dos grandes exploradores. Ao lado de Amundsen e Peary (descobridores do Polo Norte e Polo Sul), e Charcot e Byrd (exploradores que se aprofundaram nas terras ártica e antártica), teve o seu nome gravado na placa de ouro da Sociedade. Na cerimônia da premiação, Theodore Roosevelt declarou: “A América pode apresentar ao mundo as suas realizações ciclópicas: ao Norte, a abertura do canal do Panamá; ao Sul, a obra de Rondon – científica, prática e humanitária” (apud VIVEIROS, 2010: p. 601-614).

do território a partir de um espírito unitário (ANDRADE, 2010; GOMES, 2002: 192-193). No prefácio da primeira edição do livro “Nas selvas do Brasil”, o então Ministro da Agricultura, Apolônio Salles, escreveu:

O interesse de Roosevelt pelas questões sociais e sua capacidade de administrador patenteiam-se claramente, no texto desta obra, quando preconiza as possibilidades e a necessidade de colonização do Oeste brasileiro, acenando com regime cooperativista como modalidade ideal para se levar a cabo tal empresa. Dir-se-ia que o grande estadista americano anteviu o que hoje o Presidente Getúlio Vargas, com visão não menor das necessidades sociais do país, está aí a indicar, como solução para a nossa desorganização agrícola e para a penúria que reina soberana na maior parte dos recantos agrícolas do Brasil. (ROOSEVELT, 1976: 14).

Além destes elementos expostos, para o estudioso norte-americano Edmund Morris (2010), a parceria com Theodore Roosevelt ainda permitiria ao governo brasileiro estreitar as relações diplomáticas com seu vizinho do Norte, em um contexto de um imperialismo galopante na Europa³¹. No início do século XX, o Brasil era um gigante, uma república recente e não totalmente formada, cujas fronteiras haviam sido definidas apenas nos últimos anos. Um empreendimento como esse poderia assegurar a “proteção” norte-americana e o desenvolvimento do país. Uma aliança com os Estados Unidos garantiria, assim, um apoio moral e o aumento da manobra do Brasil no jogo diplomático, tanto no contexto europeu quando no hemisfério americano. Porém, Morris esquivou-se de abordar quais as repercussões que uma iniciativa como essa teria na sociedade norte-americana e como o Brasil seria retratado após a viagem de Roosevelt.

O ex-presidente era um grande admirador dos exploradores britânicos Livingstone e Stanley (que haviam percorrido a África Central na segunda metade do século XIX), e sonhava em dar aos Estados Unidos, e a si, um lugar de destaque nas descobertas científicas de sua época (BRINKLEY, 2010; ORNIG, 1998). Havia, no período, uma disputa entre as nações pelo domínio do conhecimento científico e tecnológico. Para Roosevelt, a África e a Ásia já eram creditadas às investidas europeias. Assim, o interior da América do Sul permanecia, em sua concepção, como último “continente desconhecido” a ser desbravado. Porém, desde o século XIX, a América Latina já atraía os olhares dos Estados Unidos, que procuravam, por sua vez, construir um corpo de conhecimento variado e complexo sobre a região. De acordo

³¹ É interessante pensarmos que o empreendimento terminou um mês antes do início oficial da Primeira Guerra Mundial, momento em que as grandes nações disputavam territórios e colônias no mundo.

com Mary Junqueira (2007), a marinha de guerra norte-americana – a *U. S. Navy* – foi empregada, nesse período, como mecanismo para coletar dados e saberes sobre a natureza nos trópicos. Entre os anos de 1838 e 1901, realizou doze viagens, as quais eram documentadas pelos comandantes dos navios por meio de narrativas, relatos e diários de viagens. A *U. S. Navy* também ajudou a reunir informações sobre as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas e a desenvolver projetos de mapeamento no território, além de comandar o rastreamento de rotas pela América Central, com o intuito de construir uma passagem interoceânica. Mas, segundo o ex-presidente, apesar dessas viagens científicas, ainda existia escassez de informações ou falta de adequação das representações prévias, o que justificava a necessidade de um empreendimento mais minucioso na região (ROOSEVELT, 1976). Na retórica imperialista, havia sempre estratos ou nichos de realidade insuficientemente entendidos ou trabalhados, e Roosevelt, ao indicar a necessidade de novas investigações na Amazônia, autorizava sua presença no território, assim como naturalizava, por meio de suas pesquisas, a inclusão do Brasil na esfera das preocupações e interesses norte-americanos.

1.2 - Os interesses norte-americanos na Amazônia

Desde o século XIX, a região já havia despertado interesses e projetos nos Estados Unidos. Além das riquezas naturais da floresta, o uso estratégico do rio Amazonas (que tem conexão direta com o Oceano Atlântico) possibilitava comercializar com outros países da América do Sul, no caso, Equador, Peru, Bolívia, Nova Granada e Venezuela. Na década de 1850, por exemplo, o Tenente Matthew Fontaine Maury, oficial responsável pelo Serviço Hidrográfico da Marinha norte-americana, ao afirmar que a Amazônia fazia parte do complexo geográfico formado pelo Golfo do México – como uma extensão natural do Mississipi –, defendeu a tese de que a América meridional devia transformar-se numa dependência dos EUA. “O mundo amazônico é o paraíso das matérias primas, aguardando a chegada de raças fortes e decididas para ser conquistado científica e economicamente”. Como consequência dessa campanha, em 1853, o Governo dos EUA enviou ao Congresso uma mensagem com uma referência à Amazônia: “uma região que, se aberta, à

indústria do mundo, ali se achariam fundos inexauríveis de riquezas”. Diversos órgãos da imprensa norte-americana, como o *National Intelligencer*, o *New York Herald* e o *Evening Post*, faziam eco às investidas de Maury, vociferando, muitas vezes de maneira exacerbada, em favor de transformar a bacia em uma zona livre à navegação internacional. Não faltaram pressões sobre o Império brasileiro (Cf. SAMPAIO: 2009; LUZ, 1968; MACHADO, 2006; PALM, 2009). Porém, o Brasil, em todas as ocasiões – e embora afirmasse que esta abertura seria uma realidade iminente –, ponderava as razões de sua cautela, que, segundo o Gabinete imperial, estavam ligadas, fundamentalmente, à segurança da região (que era escassamente povoada), à sua insignificância comercial e à necessidade de fixar com precisão os limites do Império com os países vizinhos. Ao logo de seu reinado, D. Pedro II não cedeu às pressões, e a Guerra Civil norte-americana retirou, na ocasião, a questão amazônica da pauta expansionista dos EUA, apesar de o interesse sobre o Brasil ainda persistir.

As relações diplomáticas entre Estados Unidos e Brasil, durante os primeiros anos da república brasileira foi, de uma maneira geral, cordial. No desejo de inovar e romper com a tradição diplomática imperial, a nova República procurou ser “pan-americanista”, ao buscar a aproximação das nações hispano-americanas e, nomeadamente, dos Estados Unidos. Se as instituições monárquicas prendiam o Brasil à Europa, as republicanas deveriam ligá-lo ao sistema continental. A abolição da escravatura e a adoção do regime presidencialista diminuía as diferenças entre os países, que tinham também como ponto comum a prevenção contra o imperialismo europeu. Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2012: 163-213), essa nova diplomacia brasileira afigurou, para os norte-americanos, o ensejo de aumentar sua influência no Brasil – até então restrito ao controle britânico, em razão dos interesses financeiros e comerciais. Do lado brasileiro, além da natural atração que a grande República do Norte exercia sobre a recém-criada, havia uma preocupação com a manutenção das novas instituições, que seriam rapidamente reconhecidas pela política de Washington.

Em 1895, a sentença dos Estados Unidos em favor do governo brasileiro no acordo envolvendo questões fronteiriças entre Brasil e Argentina (“Questão das Missões”) estimulou ainda mais simpatia dos políticos brasileiros em relação à nação do Norte. Grover Cleveland, então presidente norte-americano e árbitro das negociações, considerou a região de litígio, localizada entre os atuais estados do

Paraná e Santa Catarina, como território brasileiro. Cleveland apontou que seus critérios se basearam em dois princípios: a considerável presença de brasileiros no local e a importância estratégica do território na defesa das duas províncias do sul do Brasil. A Argentina aceitou os termos da decisão e o conflito que se estendia há cinco anos terminou. Os jornais brasileiros noticiaram com muito entusiasmo a decisão e várias foram as manifestações de gratidão para com o presidente Cleveland (HILL, 1970: 282-284).

Entretanto, a intensificação da política expansionista dos Estados Unidos ocasionou críticas e um sentimento de desconforto nos países da América do Sul. O incidente envolvendo o navio de guerra *U.S.S Wilmington* no alto do Rio Amazonas aumentou ainda mais a desconfiança em relação às intenções políticas dos EUA na região. A embarcação aportou em Belém, aparentemente, em missão de amizade, contudo, partiu em direção à Tabatinga e Iquitos, “furtivamente”, com os faróis apagados durante a noite e sem possuir a licença especial do governo brasileiro para navegar na Bacia do Rio Amazonas. Essa atitude causou irritação na população de Manaus e do Pará, que, em represália, agrediu o capitão do navio e o cônsul norte-americano, que se encontrava a bordo da fragata. Após inúmeras correspondências entre os ministros de ambas as nações, chegou-se a um acordo diplomático.

Porém, a situação tornar-se-ia mais crítica após o *Jornal Província do Pará* divulgar, no dia três de junho de 1899, que o verdadeiro objetivo da canhoneira *Wilmington* era levar ao presidente norte-americano William McKinley as bases de um acordo, firmado com a Bolívia, para explorar a região do Acre. O documento, publicado integralmente na edição de quatro de julho daquele ano no *Jornal Província do Pará*, e posteriormente no *Jornal Commercio* (Manaus), fundamentava a ajuda militar dos Estados Unidos no manutenção e na defesa do território boliviano na Amazônia, principalmente em caso de conflito com o Brasil. Em troca, o governo estadunidense garantiria concessões aduaneiras e territoriais (HILL, 1970; BANDEIRA, 2000, CERVO, BUENO: 2012).

O Acre, durante o século XIX, ficou famoso devido à riqueza ocasionada pela exploração do látex. Até o início do século XX, ele pertenceu às fronteiras bolivianas. Contudo, devido às dificuldades de acesso e à população boliviana se concentrar no altiplano, a região nunca foi efetivamente ocupada pela Bolívia. Seu povoamento começou apenas em 1869, quando alguns brasileiros penetraram o vale, e ganhou

impulso em 1877, após a grande seca que assolou o Nordeste brasileiro, principalmente o território do Ceará. Os proprietários dos seringais passaram a recrutar os retirantes como mão de obra barata e disponível na extração da borracha. A valorização do látex como matéria prima consumida pelas indústrias nos Estados Unidos e na Europa e o crescimento da população brasileira na região transformaram o Acre numa das principais fontes de divisas do Brasil. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2000), em 1900, aproximadamente 60 mil brasileiros habitavam o Acre e as exportações de goma elástica para os Estados Unidos somavam US\$ 16.999,345 contra US\$ 7.569.005, em 1889, e somente US\$3.296.776, em 1879, transformando Belém e Manaus em dois grandes centros do comércio exterior do Brasil. Diante disso, a divulgação dos termos do contrato, negociado pelo cônsul norte-americano a bordo do *Wilmington*, alarmou a população e as autoridades brasileiras, fortalecendo uma campanha antiamericana, em especial nos estados do Amazonas e do Pará.

Diante da repercussão contraproducente, o governo norte-americano negou a existências de tal acordo e tentou abrandar as relações diplomáticas com o Brasil. Entretanto, segundo Lawrence Hill (1970: 285), em 1901, a região seria alvo de um convênio firmado entre o Governo boliviano e o *Bolivian Syndicate* (composto por capitalistas britânicos e, principalmente, norte-americanos³²), no qual atribuía a este último o poder de administrar o território dos seringais. A fim de tornar eficazes os seus direitos na recolha de receitas, o *Bolivian Syndicate* recebeu prerrogativas normalmente reservadas à ação do Estado, como, por exemplo, o poder de organizar uma força armada, incluindo navios de guerra, para a operação nos rios. Além disso, o acordo, que previa o arrendamento da região por trinta anos, garantia também aos empresários a preferência na compra de todas as terras do governo boliviano localizadas nas adjacências. A descoberta da existência desse convênio aumentou a fúria dos brasileiros. O estabelecimento de uma companhia estrangeira daquela natureza, em uma região limítrofe do país, poderia trazer perigos à soberania brasileira na região, já que o território arrendado só teria acesso ao Oceano Atlântico por meio dos rios da Amazônia. Como mecanismo para evitar eventuais embaraços, o Governo retirou do Congresso o tratado de comércio e navegação firmado com a

32 O governo de Washington não estava alheio ao acordo firmado, na Grã-Bretanha, entre a Bolívia e a *Bolivian Syndicate*, empresa na qual W. E. Roosevelt, primo de Theodore Roosevelt – na época vice-presidente, mas que posteriormente se tornaria presidente dos Estados Unidos – aparecia como um dos principais sócios. Ver: BANDEIRA (2000: 154).

Bolívia em 1896, o que causou o protesto das autoridades norte-americanas. Todavia, indagava-se sobre a possibilidade do Brasil em suportar uma eventual pressão diplomática de potências estrangeiras na hipótese de fechamento dos rios.

Em agosto de 1902, em oposição ao *Bolivian Syndicate*, houve um levante dos habitantes do Acre, sob o comando do gaúcho Plácido Castro. A opinião pública e o Congresso Nacional brasileiro explicitamente repudiavam o contrato, e o Executivo, diante de tais pressões, tentava acionar a sua diplomacia em Washington e na Europa a fim de anular o arrendamento, apesar de admitir ser o Acre boliviano. O Barão do Rio Branco, ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, no dia três de dezembro de 1902, reconhecia a fragilidade da situação. Temia-se que os Estados Unidos apoiassem o convênio e, por conseguinte, ameaçassem a soberania brasileira sobre a região, já que o Brasil era quem detinha o controle dos rios amazônicos. Em um ofício endereçado ao chanceler Olinto de Magalhães, no dia 12 de junho de 1902, o recém-diplomata verbalizava o seu receio:

Faço votos para que meia dúzia de ambiciosos de La Paz e Nova York não consigam despertar a cobiça com que os Estados Unidos de outros tempos olhavam para o Amazonas, cobiça que acarretou tantos incômodos e sobressaltos a mais de um Gabinete do Império. (RIO BRANCO apud CERVO, BUENO: 2012: 206)

Havia uma forte crença de que o episódio com o navio *Wilmington* tratava-se do primeiro passo dado pelos “ianques” para a anexação do Amazonas e do Pará, e que a atuação do *Bolivian Syndicate* era parte de uma estratégia expansionista da política do então presidente Theodore Roosevelt³³, que se mostrava atraído pela valorização da borracha. Assim, embora a Doutrina Monroe afirmasse, em suas linhas gerais, que a interferência europeia nas nações americanas era indesejável e combatida, especialmente no que tange à ocupação territorial nas Américas, a união anglo-americana para a criação do *Bolivian Syndicate* mostrava que, em determinadas circunstâncias, os Estados Unidos poderiam passar de defensores a exploradores do continente, dando uma nova interpretação ao preceito “pan-americano”.

O Barão do Rio Branco, preocupado em garantir os interesses da população brasileira, sem, contudo, desgastar suas relações diplomáticas com os Estados Unidos, procurou, primeiramente, neutralizar o *Syndicate*, por meio de uma indenização no

³³ No dia seis de dezembro de 1901, o então presidente William McKinley sofreu um atentado no *Temple of Music*, na Exposição Pan-americana (NY), vindo a falecer no dia 14 daquele mesmo mês. Roosevelt, como vice-presidente, assumiu na ocasião o Governo dos Estados Unidos.

valor de 114 mil libras, assinado no dia 28 de fevereiro de 1903. Segundo os críticos desse acordo, o pagamento efetuado poderia ser visto como uma espécie de extorsão, já que se indenizou um grupo de capitalistas estrangeiros para que desistisse de um acordo firmado com outro país, no caso, a Bolívia. Além disso, possivelmente, a concessão já se apresentava inviável e caduca, em razão das vitórias do gaúcho Plácido Castro na região. Mas, para Rio Branco, o que importava no momento era afastar imediatamente o apoio do Governo norte-americano em favor do *Syndicate* numa possível querela ou embate entre o grupo e a população brasileira. Com essa ameaça afastada, os esforços da diplomacia poderiam ser redirecionados às negociações com a Bolívia. Em 21 de março de 1903, um *modus vivendi* estabilizou a situação na fronteira e iniciou-se uma fase de entendimentos entre os dois Governos. Com o Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903) e a aprovação do Congresso Nacional (29 de dezembro de 1903), o Brasil incorporou o Acre à sua geografia. O acordo estabelecia a permuta de território com a Bolívia, cedendo-lhe cerca de 3.200 quilômetros quadrados; a indenização de dois milhões de libras-ouro (em duas prestações) – em troca de 191 mil quilômetros quadrados, representados pelo Estado do Acre; e a construção, em território brasileiro, da Ferrovia Madeira-Mamoré, na qual a Bolívia teria livre acesso³⁴.

Apesar de a questão do Acre ter chegado a um fim diplomático, os intentos estadunidenses continuaram a rondar, mesmo que de maneira discreta, a imensidão amazônica. Caso exemplar foi a manifestação do presidente William Taft, em 1909, quando afirmou que “não está longe o dia em que bandeiras de estrelas e listras [norte-americanas] marcarão a extensão do nosso território (...). Todo o hemisfério será nosso, já que, em virtude de nossa superioridade racial, é nosso moralmente” (apud SCHOULTZ, 1998: 163). Antes de ser presidente, Taft havia sido nomeado, em 1904, secretário de guerra de Theodore Roosevelt e, assim com seu predecessor, também manifestava profundas ambições expansionistas. Desde meados do século XIX, os EUA iniciaram um violento processo de ampliação territorial, com a anexação de grandes parcelas do México, como o Texas e a Califórnia, em 1840. As dezenas de expedições que vieram ao continente sul-americano naquela quadra histórica serviam também, segundo o historiador Frederick Pike (1992), ao chamado

34 Sobre a compra do Acre ver: HILL, 1970; BANDEIRA, 2000, CERVO, BUENO: 2012.

“destino manifesto” da expansão territorial dos EUA. E a região amazônica, com sua grande extensão natural, tornava-se sempre atraente aos olhos estrangeiros.

A constatação de um persistente interesse norte-americano sobre o território brasileiro fez com que surgissem diversas críticas sobre a política externa de Washington. Um dos mais famosos opositores à influência estadunidense no país foi Eduardo Prado. Proveniente de uma família da elite cafeeira paulista e um monarquista convicto, Prado acreditava que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, promovida pela nova República, tratava-se de um grande erro. Ele insistia que “por trás” das declarações de defesa dos ideais de fraternidade e cooperação pan-americanos, a Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe (1815-1825), pretendia, de fato, reservar a América para si, e os Estados Unidos sempre operariam do modo como, mais tarde, preconizaria Theodore Roosevelt, “falando suavemente e com um porrete na mão”. Prado apresentava os EUA como um inimigo político do Brasil, uma ameaça que prejudicaria a economia nacional. As consequências nocivas da política de boa vizinhança, invisíveis para muitos republicanos brasileiros, seriam descritas pelo escritor na obra “A ilusão americana”: “Os brasileiros devem aceitar a lição, e sejam quais forem as fatalidades do momento, saibam eles repelir o estrangeiro que só conseguirá aviltar o país que aceitar os seus serviços” (apud FELGUEIRAS, 1999: 234).

Cabe ressaltar, que a reação brasileira à política norte-americana não foi apenas marcada por manifestações de repúdio. Personalidades das mais variadas inclinações políticas escreveram sobre a questão e expuseram suas ideias sobre as vantagens de uma aproximação com a “Terra de Tio Sam”. Embora, em linhas gerais, a diplomacia brasileira, configurada na imagem do Barão do Rio Branco, não encarasse os Estados Unidos como “desinteressados guardiões do Novo Mundo”, ela defendia que a parceria das duas nações era importante, sobretudo no âmbito comercial, já que os Estados Unidos eram os principais compradores do café brasileiro. Rio Branco tentou conduzir uma política utilitária, e, ao mesmo tempo, cultivar certas prevenções contra os Estados Unidos, sobretudo quando a política externa desse país parecia estar no nítido caminho de um imperialismo político, comercial e territorial, como foi o caso do Acre.

Entretanto, mudanças no cenário industrial e o aparecimento de concorrentes mais eficientes na extração do látex levaram a borracha brasileira, na primeira década

do século XX, a enfrentar uma vertiginosa desvalorização no mercado internacional (FRANK, MUSACCHIO, 2006: 271-299). O contrabando realizado pelo botânico Alexandre Wickam de 70 mil sementes para a Malásia no final do século XIX foi apontado como um dos principais motivos para o declínio do produto. As sementes traficadas teriam facilmente se adequado ao clima asiático, formando extensos seringais, sem, contudo, estarem tão distantes dos centros consumidores, como era o caso da Amazônia. Mas a crise da borracha brasileira não significou o esquecimento estrangeiro em relação à floresta tropical. O apelo da Amazônia para alguns observadores norte-americanos não estava somente na produção do látex, mas também em suas promessas de aliança pan-americana, de aventura financeira e de redenção física, como se verá mais adiante³⁵. A exploração dos rios era sempre reconhecida como a maneira mais viável de se atingir os países da América do Sul e de fornecer possibilidades comerciais e de exploração. Nesse sentido, a Bacia Amazônica continuava a ser estratégica para qualquer tipo de aventura na América do Sul (SENA, 2008).

Grupos, como a *Pan-American Society*, criada em 1910, em Nova York, incentivavam o estabelecimento de empresas e negócios na América Latina³⁶. Existia a ideia de que o território norte-americano já havia sido todo ocupado no século XIX, tornando a competição ferrenha e as oportunidades escassas para os jovens que iniciavam a vida profissional. A América Latina, embora ainda não fosse encarada como próspera, ofereceria grandes possibilidades de crescimento e enriquecimento para aqueles que tivessem “coragem” e “determinação”, assim como os primeiros desbravadores do Oeste (JUNQUEIRA, 2000). Não por acaso, Kermit encontrou o seu primeiro emprego na América do Sul. A *Brazil Railway Company* era administrada pelo arrojado capitalista estadunidense Percival Farquhar, que também controlava, além das ferrovias, outros segmentos estratégicos de serviço, como, por

35 O interesse norte-americano pela extração do látex na Amazônia voltaria anos mais tarde, visto que, em 1920, Henry Ford comprou uma gleba de terra na cidade de Santarém, no Pará, com objetivos de abastecer sua empresa como o produto para então confeccionar os pneus de seus automóveis. O projeto ficou conhecido como Fordlândia, e pretendia produzir, no interior da floresta, 300 mil toneladas anuais de borracha natural. Apesar de Ford ter sucumbido às adversidades e ao ambiente hostil da selva, seu desejo também refletia a ideia da existência de riquezas e potencialidades guardadas no coração da mata (SENA, 2008).

36 Quase uma década depois, a *Pan American Society* ainda tentava incentivar os empresários norte-americanos a visitar a América do Sul. Com esse objetivo, a sociedade publicou um panfleto de 24 páginas intitulado *The Call of South America*, escrito por John Barrett, o diretor geral da *Pan-American Union* e autor de outras obras com as mesmas finalidades: “demonstrar o espírito de colaboração comercial e cultural entre as Américas” (BARRET, 1922: I).

exemplo, empresas de navegação, madeireiras, seringais, indústrias de eletricidade, portos, fazendas de gado, extração mineral, etc. A América Latina mostrava-se como lugar ideal para quem desejasse empreender. Pe. Zahm em seus dois livros sobre a América do Sul, além de contar as suas histórias vividas no território, exortava os empresários norte-americanos a investirem nos “trópicos” e vislumbrava um eminente *boom* econômico na região em decorrência da abertura do Canal do Panamá, em 1914. Para o religioso, a região era a futura promessa de aventuras comerciais, físicas e científicas.

Desde o século XIX, os norte-americanos expressavam um assombro pelo fato de as “fronteiras” da América Latina, em uma perspectiva etnocêntrica, não terem sido “ocupadas” e “delimitadas”. O Tenente Matthew Fontaine Maury, na década de 1940, concluía que a “fronteira amazônica” nunca poderia ser colonizada por um “povo imbecil e indolente”. Tal tarefa caberia “a uma raça avançada, que teria iniciativa e energia para subjugar a floresta e desenvolver e produzir os vastos recursos que se escondiam por lá”. Existia, assim, uma ideia, assentada na cultura norte-americana, de que uma “fronteira inexplorada” atestava a “inferioridade de seu povo”, disposto a viver em uma relação “preguiçosa” com a natureza, por não ter força moral para conquistá-la (PIKE, 1992:125).

Note-se que Roosevelt também apresentaria o noroeste brasileiro como um espaço que apenas aguardava a iniciativa de homens fortes, inteligentes e dispostos a vencerem os desafios que a natureza apresentasse. O ex-presidente, nas páginas de seu diário de viagem, procurava fazer um levantamento e o reconhecimento físico das potencialidades naturais do território: “Há mina, quedas d’águas e abundância de solos ricos. Breve essa zona será cortada por estrada de ferro. Oferece, pois, todas as possibilidades de colonização. É uma zona de grande futuro” (ROOSEVELT, 1976: 75). Mais à frente, acrescentava: “Certamente, no futuro, esta região será centro de uma *população sadia e altamente civilizada*. Trata-se de excelente zona para criação de gado, possuindo ainda ótimos vales para agricultura”. E concluía: “Qualquer *raça pura do Norte* poderá aí radicar-se, pois que tal terra e tal clima prodigalizariam excelente viver”. (ROOSEVELT, 1976: 122. Grifo nosso). Para Roosevelt, na região havia todas as condições para um empreendimento de sucesso: comunicação fluvial, fertilidade do solo e energia, o que justificava a posse por meio da “utilização plena” da floresta. Porém, só faltava o “homem branco”, a “raça pura do Norte”, “sadia e

altamente civilizada”, munida de conhecimentos e tecnologia, para, então, dar movimento ao progresso e à geração de riqueza. Roosevelt oferecia ao seu público leitor uma avaliação das riquezas contidas na Amazônia. Por meio da produção de conhecimento e de descrições sobre a floresta tropical, ele procurava autorizar e legitimar a tomada de posse de uma terra considerada ignota. “A riqueza natural não explorada” era o que prevaleceria como argumento para “colonizar” o território.

Porém, Roosevelt, não apresentava uma proposta de desenvolvimento regional a ser liderado pelo Governo brasileiro, tampouco reconhecia a presença e o direito indígena sobre a região. Em seu entendimento, a floresta encontrava-se “vazia” e ainda “não produtiva”, disponível para a “ocupação racional” do espaço, principalmente pelo empresariado estrangeiro. Seus dados seriam lidos, primeiramente, pelos “cidadãos do Norte”, e não pelo povo brasileiro, já que o livro, *Through the Brazilian Wilderness* (1914), somente ganharia uma publicação em português na década de 1940, ou seja, quase trinta anos depois de sua viagem. Roosevelt produzia um mundo colonial amazônico, por meio do seu olhar imperialista. Ele, assim com Pe. Zahm, se apropriava e reconstruía narrativamente de tudo aquilo que seria de interesse de sua audiência metropolitana e prometia recompensas financeiras para o controle “racional” da região. Por mais que o ex-presidente não possuísse um projeto de colonização ou propusesse a tomada formal do território, sua narrativa, ao apresentar a Amazônia, como um “espaço vazio e não ocupado” justificava a presença norte-americana na região, assim como reforçava o controle estrangeiro sobre o “imaturado” continente sul-americano.

1.3 - A política internacional de Roosevelt e sua recepção na América do Sul

Para os embaixadores das chamadas “Potências ABC” – Argentina, Brasil e Chile –, a visita de Roosevelt era motivo de orgulho tanto quanto de preocupação. A viagem ao Brasil previa também uma série de palestras a serem proferidas na Argentina, no Chile, e no Uruguai (este país foi acrescentado na última hora). Roosevelt havia provocado mais controvérsias na América do Sul do que em qualquer outra parte do mundo e, não obstante já houvesse passado quatro anos desde que

deixara a Casa Branca, os sul-americanos não tinham se esquecido de suas políticas e de seu imperialismo despudorado (MILLARD: 2007).

Porém, há que se ressaltar que a política imperialista de Roosevelt não surgiu como uma irrupção repentina e voluntarista do seu governo. Antecedentes ideológicos, como a Doutrina do Destino Manifesto, o temor das ações colonizadoras ou recolonizadoras das potências europeias, a expansão territorial rumo ao Oeste do território, ajudaram a configurar um ambiente propício para a crença de que os EUA possuíam uma missão civilizadora no continente, visando não apenas resguardar os seus interesses econômicos e políticos, como também “auxiliar” os irmãos do sul a superarem o que era visto por muitos políticos e pensadores estadunidenses como atraso no seu desenvolvimento, com todas as implicações, até mesmo raciais, que tais crenças envolviam (FERES JR., 2005: 76).

Destaque especial deve ser dado à chamada Doutrina Monroe, enunciada pelo então presidente dos EUA, James Monroe, em um discurso dirigido ao Congresso do país no fim do ano de 1823. Na ocasião era preciso deixar claro que os EUA estavam atentos ao desenrolar dos acontecimentos políticos que agitavam o continente, marcado por conturbados processos de independência, e que o país não toleraria intervenções de países europeus na ordem interna do continente para retornar a um *status quo* colonial, visto como superado. A frase emblemática que condensava a declaração presidencial era “A América para os americanos”, cabendo aos EUA o papel de fiel da balança e garantidor do equilíbrio de forças regionais, resguardando para o país posição superior aos demais vizinhos e atuando como potencial interventor quando julgasse necessário. É certo que o real poder de intervenção dos EUA, com mobilização de efetivo militar, era limitado naquela época, de modo que mesmo que a Doutrina Monroe estivesse longe de ser uma carta de intenções vaga, na prática as ações de ingerência só poderiam ocorrer em escala limitada e pontual.³⁷

Alinhado com as diretrizes da política externa dos seus antecessores, Roosevelt procurou reafirmar no seu mandato as atribuições que os EUA assumiram

37 De acordo com Carlos G. P. Teixeira (2014), “A Doutrina Monroe adquiriu assim um caráter distinto na América do Sul em relação ao restante da América Latina em função de fatores geográficos e políticos. Quanto ao primeiro, a relativa distância que separava os países sul-americanos dos Estados Unidos dificultava a projeção de poder daquele país ao sul do Canal do Panamá, particularmente se considerarmos que durante a maior parte do século 19 as forças navais norte-americanas eram relativamente modestas. Quanto ao fator político, a presença de países relativamente estáveis e com recursos de poder na América do Sul permitiu aos Estados Unidos desenvolver uma abordagem de caráter multilateral a fim de evitar os altos custos associados a intervenções unilaterais”.

para si como guardiões da ordem e da estabilidade política das Américas. Desnecessário dizer que no exercício dessa função, sob o pretexto de proteger os “amigos” do Sul e evitar que incorressem em “decisões equivocadas”, buscava-se garantir, em primeiro lugar, os interesses estratégicos dos EUA e os investimentos econômicos das empresas que tivessem negócios nesses países. O Corolário Roosevelt, inicialmente formulado como mensagem do presidente dirigida ao Congresso no ano de 1904, vivificava a intenção daquele governo de agir no sentido de assegurar o cumprimento dos contratos firmados com os EUA, punindo eventuais desvios daquilo que fosse considerado como comportamento correto. Essa disposição em lançar mão de soluções bélicas para resolver impasses ficou plasmada na expressão *Big Stick* (Grande Porrete), criada pelo presidente Roosevelt para evidenciar sua intenção em manter conversações com os países do continente, ao mesmo tempo em que deixava clara a possibilidade do uso da força como último argumento para fazer valer a vontade e os interesses estadunidenses frente aos países mais fracos da região³⁸.

A formulação dessas doutrinas não marcou apenas intenções, elas ajudaram a pautar a política externa dos EUA de forma concreta, dando subsídio ideológico e preparando o caminho para ações e intervenções reais, principalmente em países da América Central. Os anos de seu mandato presidencial foram marcados por uma política internacional abertamente expansionista, caracterizada por uma agressiva postura intervencionista em países como a Venezuela, a República Dominicana e a Colômbia. O imperialismo do governo Roosevelt foi pragmático nos seus alvos diretos, agindo segundo chances reais de sucesso: relativa proximidade geográfica do país em relação aos EUA, tamanho da nação, importância geopolítica na região, capacidade de negociação e de resistência, etc. Mesmo existindo um tom de superioridade moral, cultural, “racial” e intelectual a guiar discursos que muitas vezes se referiam a todo o continente americano, a estratégia utilizada pelos EUA para estabelecer relações com cada país se alterava conforme o poder do interlocutor de lidar com as suas pressões e exigências. Nesse sentido, o Brasil era quase sempre citado como um bom vizinho, diplomaticamente respeitado e a quem se considerava, ao menos nos discursos oficiais, como um “igual”.

³⁸ Para caracterizar sua conduta externa, Roosevelt buscou inspiração em um provérbio africano que dizia: “fale com suavidade e tenha na mão um grande porrete”, que ficou conhecida como “Big Stick” (ou Grande Porrete). Ver: BURTON, 1965; DYER, 1980; MARSCHALL, 2011.

As aventuras imperialistas dos EUA defendiam muito mais do que suas políticas nacionais. Elas serviram para fazer valer interesses privados de empresas, desrespeitando, muitas vezes, a soberania de um país ou de um povo diante de reivindicações de cidadãos estadunidenses, deixando entrever que, por de trás de interesses econômicos reais, existia um “profundo desprezo” pelos vizinhos, que nem mesmo em seus territórios poderiam pretender possuir direitos ou reivindicações contrárias à de multinacionais norte-americanas. Diante disso, era natural que a notícia da viagem de Roosevelt à América do Sul reanimasse antigas preocupações. Alguns jornais do período publicaram reportagens, em alguns aspectos alarmistas, sobre o recorrente interesse norte-americano na América Latina e no Brasil e sobre os cuidados que os Governos locais deveriam ter em suas relações diplomáticas com o país do Norte. Ou seja, a vinda de Roosevelt levantou questionamentos sobre os verdadeiros motivos de sua viagem à América do Sul e o que ela poderia representar em termos políticos para as nações envolvidas³⁹.

No caso da Argentina, durante o período prévio à viagem, o governo e a imprensa, de uma maneira geral, apresentaram sentimentos de entusiasmo com a vinda de uma figura tão importante como Roosevelt. Todos os dias eram noticiados os preparativos e as decisões tomadas para receber o ilustre hóspede com toda a pompa exigida. Porém, os ânimos ficaram um pouco balançados com as declarações feitas pelo ex-presidente durante a sua estadia na Bahia. Em um café da manhã oferecido a Roosevelt na Câmara Municipal, em Salvador, o ex-presidente, em um breve discurso, disse, aos seus convidados, que os Estados Unidos e o Brasil deveriam agir, futuramente, como mantenedores da paz do Hemisfério Ocidental e previa que essa união seria capaz de trazer a “paz universal para todo o século XX”. Sem dúvida, como visionário, Roosevelt estava mais esperançoso do que preciso, mas aquelas palavras acabariam por criar uma polêmica na Argentina. Desde o século XIX, Brasil e Argentina possuíam sistemas operacionais militares e econômicos historicamente rivais. Além dos problemas fronteiriços, como o litígio de Palmas e o crescente armamento nos dois países, existiam também dificuldades advindas das leis alfandegárias. Do lado brasileiro, havia o interesse em aumentar a presença de seus produtos no mercado da Argentina que, por sua vez, lutava pela manutenção de suas

39 Sobre o imperialismo de Roosevelt sobre a América Latina, ver: BURTON, 1965; DYER, 1980; MARSCHALL, 2011; FERES JR. 2005; TEIXEIRA, 2014; CERVO, BUENO; SALVATORE, 2006.

exportações, especialmente a de farinha de trigo, no comércio brasileiro. Neste caso, o país platino encontrava nos Estados Unidos seu grande obstáculo, já que estes recebiam tratamento tarifário diferenciado por serem o principal comprador do café brasileiro.

Além disso, a amizade do Brasil com os Estados Unidos despertava receio. Ao analisar a política externa brasileira, muitos políticos argentinos viam-na como pretensões de domínio na América do Sul, com respaldo norte-americano. Existia a ideia de que essa aproximação Brasil-Estados Unidos poderia representar uma diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre os dois países, conferindo ao primeiro a tarefa de ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental (CERVO, BUENO, 2012). Diante disso, o principal jornal portenho, *La Prensa*, não hesitou em vociferar contra aquele “insulto” não intencional realizado por Roosevelt que, segundo eles, feria a honra e a “alma” nacional argentina. Se Roosevelt não tomasse medidas para redimir sua declaração feita na Bahia, dizia o jornal “era melhor que ficasse no Brasil”. E concluía: “A Argentina não tem a intenção de tocar como segundo violino para o Brasil no concerto pan-americano”.

Já durante a estadia do ex-presidente em Buenos Aires, alguns periódicos reclamaram sobre a recepção exagerada e desproporcional dada à comitiva norte-americana. O jornal *El País*, em uma matéria publicada no dia 13 de novembro de 1913, produzia uma entrevista com Manuel Ugarte, um importante escritor, diplomata e político argentino, que era conhecido por seu pensamento hispano-americano e socialista e por sua oposição anti-imperialista aos Estados Unidos⁴⁰. Para Ugarte, as festas organizadas em homenagem à Roosevelt, além de lamentáveis, eram evidências da falta de bons critérios e de um alienamento pavoroso, já que se vivia um momento em que o “México, nossa irmã latina do Norte, luta[va] desesperadamente contra as pretensões absorventes de um inimigo formidável”. Ugarte afirmava que o argumento utilizado por muitos para justificar a ostentação de tais festejos – no caso, de que a “Argentina não podia ser inferior ao Brasil” (referindo-se à boa repercussão da acolhida brasileira) – era visto como uma ofensa e como uma deslealdade para com as nações que sofriam com o expansionismo estadunidense. E quando perguntado se

40 Sobre a atuação de Manuel Ugarte e seus posicionamentos antiamericanos, ver: LAIDLER (2010); BETHELL (2009), ROJAS (2006).

aquela recepção amistosa teria alguma ressonância negativa nos países da América Latina, Ugarte respondeu:

Quando os colombianos souberem que a República Argentina diviniza o homem que há tido o cinismo de dizer “eu tomei o Panamá”; quando os mexicanos acharem que rendemos tributo de admiração ao inventor do imperialismo que hoje os aniquila; quando na Nicarágua, em Cuba e em outras nações americanas verem a genuflexão gigantesca de um grande país de oito milhões de habitantes ante ao personagem que prega a política do “*big stick*” – lei do garrote – tem que ter em muitos lábios uma maldição para o destino que faz com que as grandes forças se propagam à serviço do mal.

Para Ugarte, qualquer norte-americano poderia ser bem recebido pelos cidadãos argentinos, com exceção do ex-presidente Roosevelt, que, para ele, “não representava a nacionalidade norte-americana, já que havia sido desautorizado pela imprensa e pelo sufrágio universal de seu país”, mas seria um “homem que sempre falava com extremo desprezo por toda a América Latina”. Ugarte sintetizava o pensamento daqueles que viam nos desígnios do imperialismo norte-americano, que teria em Roosevelt seu maior representante, a tentativa de submeter todo o continente americano à sua supremacia. Por isso, a recepção dada ao ex-presidente deveria ser condenada. Ao final da reportagem, a diplomata argentino se dizia ainda confiante, apesar da boa receptividade dada ao ex-presidente, no retorno da “sensatez do povo argentino” e no apoio e no “sagrado dever de solidariedade, que assim o reclama, e assim o exige” às repúblicas “fraternas da América Latina”. O jornal, em claro consenso com as declarações de Ugarte, ainda afirmava que, enquanto a maioria de seus colegas buscava uma declaração de Theodore Roosevelt, aquele periódico acreditava que era “de um patriotismo e de uma urgência maior” inserir a entrevista de Manuel Ugarte “frente à doutrina ianque”⁴¹.

No Chile, Roosevelt recebeu a maior manifestação de oposição, quando estudantes colombianos organizaram um protesto contra ele: “uma multidão humana, mostrando nítida hostilidade, gritava a plenos pulmões ‘vivas’ ao México e à Colômbia, e ‘abaixo o imperialismo ianque!’”, conforme registrou um jornalista do *West Coast Leader*, de Lima. A agressividade colombiana se justificava pela política imperialista de Roosevelt na construção do Canal do Panamá. Em 1903, após um

41 O recorte do jornal para parte da Coleção dedicada a Theodore Roosevelt, localizada na *Houghton Library*, na Universidade de Harvard (EUA).

caloroso debate no governo norte-americano, decidiu-se que o lugar mais adequado para a localização de um canal que ligasse o Oceano Atlântico ao Pacífico seria a região do Panamá, e não da Nicarágua, como muitos haviam cogitado antes. Naquele período, o Panamá era um estado pertencente à Colômbia. Roosevelt, em seu terceiro ano de mandato, havia oferecido ao governo colombiano doze milhões de dólares pelo direito de construir o canal. Porém, o senado colombiano respondeu com restrições e com a exigência de um montante maior do que o oferecido. A reação de Roosevelt, por sua vez, foi de indignação e impaciência, e passou a incentivar e apoiar uma revolução panamenha na região. Em três de novembro de 1903, com o apoio da Marinha norte-americana, o Panamá declarou a sua independência. Quinze dias depois, foi assinado um documento que dava aos Estados Unidos o controle da Zona do Canal, uma faixa de terra de oito quilômetros de largura de cada lado do Canal. Na viagem ao Brasil, quando Roosevelt foi questionado sobre o porquê da exclusão da Colômbia em seu itinerário sul-americano, o ex-presidente respondeu: “O senhor não sabe, meu caro amigo, que sou uma persona *non grata* na Colômbia?”. (MILLARD: 2007: 70-71).

O governo chileno se desculpou e, de maneira discreta, comprou e destruiu grande quantidade de jornais de Santiago que faziam qualquer menção àquele distúrbio. Apesar da manifestação, Roosevelt teve oportunidade de defender a Doutrina Monroe, chamando-a de “uma doutrina viva e atual como sempre foi”, e nomeando o Chile como um dos seus coguardiões. Mas, segundo Ornig (1994: 69), o assunto estava se tornando cansativo para muitos na plateia, o que levou uma proeminente autoridade chilena a perguntar a um jornalista norte-americano: “por que ele repete aqui os discursos que ele já fez na Argentina e no Brasil? ”.

Já a visita de Roosevelt ao Uruguai, adicionada mais tarde ao itinerário, ocorreu de maneira muito mais amistosa, embora o país também tivesse algumas desconfianças sobre as posições e políticas internacionais estadunidenses. Interessante nesse sentido foi o relato de um jornalista local, que estando presente na recepção da comitiva norte-americana, teve a oportunidade de encontrar, e olhar mais de perto, a figura singular de Roosevelt, que tanto gerava curiosidade. “Por um lado, ele não era tão alto como se supunha, embora fortemente construído”, diria o jornalista. “Ele empinava a sua cabeça, sugerindo orgulho, mas seus modos eram extraordinariamente simples, considerando sua posição”. Havia, segundo o repórter, uma qualidade curiosa

e viva nos olhos azul-acinzentados do ex-presidente, apesar de estarem escondidos pelo brilho do *pince-nez* de ouro de seus óculos. “Seu sorriso, dominado por uma dupla fileira de dentes brancos e brilhantes, era a sua característica mais cativante”. E, ao final, questionando-se se aquele era o “verdadeiro” Roosevelt, o jornalista concluía: “seria difícil encontrar um rosto mais simpático e uma pessoa que com mais facilidade subjuga e fascina à primeira vista” (apud ORNIG, 1994: 58).

No Brasil, também repercutiram algumas manifestações de crítica à personalidade de Roosevelt e à sua evocativa imagem imperialista. Assim como no Chile e na Argentina, houve, por parte de alguns meios de comunicação, censuras quanto à sua participação na guerra Hispano-americana e à manipulação norte-americana nos eventos do Panamá durante seu mandato governamental. A viagem à América do Sul ativava essas lembranças negativas sobre os mecanismos de negociação e amizade empregados, sobretudo, com o apoio pessoal do ex-presidente. Alguns jornalistas brasileiros esbraveceram contra os discursos realizados por Roosevelt em defesa da Doutrina Monroe, conquanto outros se convenciam sobre a impossibilidade, provavelmente sentida pelo estadista, de exercer ou instigar ações colonialistas sobre um país tão “grande e próspero” como o Brasil.

Na revista *O Imparcial*, datada do dia primeiro de novembro de 1913, destacava-se a afirmação pronunciada por Roosevelt de que os Estados Unidos e o Brasil, como aliados políticos e econômicos, poderiam levar juntos a paz e a civilização ao restante da América do Sul. O jornal, em tom ferino, concluía: “É o tipo de mentira que os pais contam para os filhos”. A viagem de Roosevelt pelo Noroeste fortaleceu algumas críticas, principalmente dos meios de comunicação contrários ao atual governo, sobre as relações políticas e econômicas discrepantes entre os dois países. Acrescentava-se à crítica o fato de o Brasil ser recorrentemente retratado pelo público estrangeiro como uma nação de florestas e animais selvagens, e não como um país “moderno” e “civilizado”, resultado de um projeto nacional iniciado ainda no Império. A imprensa mais crítica a política norte-americana dizia, por repetidas vezes, que o ex-presidente “não sabendo como passar o tempo, acabara por optar pelo esporte de devastar as florestas brasileiras, decidido a matar todos os animais que chegassem ao alcance do seu fuzil” (SENADO FEDERAL, 2003: 235-236).

Um artigo publicado no jornal *O Imparcial* lamentava que “o que mais preocupava o grande americano não foram os nossos homens e suas necessidades

sociais e políticas, mas antes os nossos bichos, e a necessidade de extirpá-los!”, em uma clara alusão aos intuitos de caça da expedição. No editorial do mesmo jornal, assinado pelo autor com o pseudônimo de “C. L”, satirizava-se a decisão das autoridades brasileiras de acompanhar o ex-presidente em uma excursão pela capital brasileira. Roosevelt não queria ver prédios, explicava o jornalista, “muito menos viera para ver sinais de civilização, como ferrovias e edifícios, pois os Estados Unidos já os tinha de sobra. Nada disso. Roosevelt só queria saber de feras e selvas”, garantiu o editorialista. E ainda zombou, que se fosse ele o organizador da visita, “teria recebido o navio de Roosevelt com meninas do colégio vestidas de índias, com serpentes empilhadas nas docas e macacos correndo no meio da multidão, para deleitar Roosevelt com uma ‘autentica’ experiência brasileira. Graças a Deus”, escarneceu C. L., “que Roosevelt protegera um povo tão selvagem da invasão europeia!” Em um tom mais sério, sugeriu um pequeno adendo à preciosa Doutrina Monroe de Roosevelt: “que ela também protegesse as nações da América de conquistas e expansão territorial de certa nação americana; aí sim os brasileiros poderiam apoiar a Doutrina Monroe” (DIACON, 2004: 46-47).

Após a passagem de Roosevelt pelo Brasil, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro realizou uma entrevista com Rondon, no qual ficava latente a preocupação da imprensa brasileira com os tipos de imagens que o ex-presidente norte-americano produziria sobre o país. O jornalista se dizia farto da visão estrangeira apenas salientar “referências às belezas da nossa baía, com suas montanhas e penhascos, e à nossa tão decantada natureza”. Ele desejava saber as “verdadeiras opiniões” de Roosevelt, sem maquiagens retóricas, mas aquelas ditas livremente, “no abandono da intimidade” no sertão brasileiro, sobre a política mundial e sobre os povos e os governos da América Latina. E assim continuou:

Houve quem afirmasse que o Sr. Roosevelt viera ao Brasil com as mesmas ideias que para aqui tem trazido tantos estrangeiros ilustres: descobrir o nosso país e o nosso povo e revelá-los ao mundo, o primeiro como cenário de belíssimos quadros da natureza agreste, e o segundo como um composto de mestiços indolentes e boçais, incapazes de se constituir em nação civilizada... (SENADO FEDERAL, 2003: 248)

Rondon, de forma diplomática, respondeu: “Enganaram-se redondamente os que assim pensaram”, disse-nos, sorrindo”. E continuou: “O Sr. Roosevelt só duma descoberta se vangloriou: foi a da canjal” (SENADO FEDERAL, 2003: 248). Rondon

afirmou veementemente que o estadista norte-americano havia apenas produzido opiniões positivas sobre “a índole, o caráter e a moralidade do povo brasileiro, (...) destinado a ir muito longe”. Argumentava ainda que, no Rio de Janeiro, o ex-presidente ficou admirado com a capital brasileira, que “não é só mais bela e mais bem iluminada do que Nova York, Paris, Londres e Washington, como também superior a essas cidades em polícia, higiene e calçamento”. Sobre o “sertão do Noroeste”, Rondon afirmava que Roosevelt vislumbrava meios de aproveitar as “enormes riquezas que existem nos nossos campos de criação”, no qual a “pecuária ocuparia lugar proeminente no conjunto de nossos recursos econômicos”, fazendo o Brasil “tomar a dianteira de todos os países neste ramo da indústria”. Para Rondon, não restava dúvida que o Sr. Roosevelt só teria um “conceito elevado” do Brasil, reconhecendo-o como um “digno Estado independente” da América do Sul.

Mesmo com algumas declarações negativas ou de desconfiança registradas em alguns jornais da época, a recepção brasileira dada a Roosevelt e a sua equipe foi majoritariamente cordial. Os jornais e periódicos, simpatizantes ao discurso pan-americano, ressaltavam que Roosevelt foi sempre considerado “um grande e sincero amigo do Brasil”, e lembravam que, durante o seu mandato presidencial, a delegação brasileira nos Estados Unidos teria sido elevada à categoria de embaixada, situação, que segundo os jornais, havia auxiliado no crescimento do prestígio do país numa escala mundial. A grande maioria da imprensa concordava com a política internacional iniciada por Rio Branco e também reproduzia a ideia de que os Estados Unidos poderiam desempenhar ações benéficas em favor da paz em nações mais fracas. Uma aliança com o Governo de Washington, diziam os repórteres, só poderia proporcionar benefícios econômicos e políticos aos brasileiros.

O Ministro Lauro Müller se empenhou para dar as boas-vindas a Theodore Roosevelt com toda a pompa esperada de um chefe de estado e procurou organizar uma rica e diversificada listas de eventos e programas oficiais. Segundo o *New York Times*, datado do dia 23 de março de 1914, os brasileiros, fazendo jus a sua fama de bons anfitriões, gastaram aproximadamente 80 mil dólares para entreter o ex-presidente. Padre Zahm (1916: 53) descreveu em seu livro que a chegada da equipe norte-americana ao Brasil foi sentida de maneira muito calorosa, “de um entusiasmo semelhante ao dos feriados nacionais”. Segundo o religioso, multidões de pessoas, “compostas por funcionários do governo e cidadãos comuns”, foram às ruas para os

“felicitar com boas-vindas e para oferecer a liberdade da cidade capital”. Zahm explicava que a comitiva, recém-aportada no Rio de Janeiro, no dia 22 de outubro de 1913, havia recebido “as mesmas manifestações de prazer e deleite” que já haviam “testemunhado na Bahia, mas [agora] em uma escala muito maior (...), com bandas tocando, tambores rufando, multidões aclamando e agitando bandeiras com todo o vigor entusiasta”.

Durante a sua estadia no Rio de Janeiro, Roosevelt seguiu uma programação oficial: visitou as cidades na companhia de sua esposa; conheceu autoridades brasileiras; compareceu aos jantares de gala promovidos em sua homenagem; e proferiu palestras em eventos científicos e políticos, como na Associação Cristã dos Moços e no Jóquei Clube. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro condecorou o ex-presidente com o título de membro honorário e o evento foi noticiado com manchetes e fotos nos principais jornais cariocas. Na Escola Politécnica, Roosevelt realizou a sua primeira palestra importante, intitulada *American Internationalism*, na qual procurou discutir a Doutrina Monroe, sem, contudo, se referir a ela pelo nome. Um artigo publicado no *New York Times*, do dia 21 de outubro de 1913, relatava que “todos os homens notáveis no Rio de Janeiro”, do simples político ao presidente da República, estavam lá, “muitos com suas esposas”. Roosevelt, falando de maneira enfática, dizia à sua audiência que ele “considerava que o Brasil, a Argentina e o Chile estavam no mesmo nível dos Estados Unidos nas instâncias internacionais” e pedia unidade hemisférica e ação conjunta para manter os intrusos estrangeiros fora do “Novo Mundo”. Olhando para o futuro, o ex-presidente ainda previa que as Américas do Norte e do Sul se aproximariam e juntas aumentariam substancialmente o mercado comercial com a abertura do Canal do Panamá. Finalizou dizendo que, para ele, o acontecimento mais importante do século XX seria o “crescimento e o desenvolvimento da América do Sul”. Segundo o jornal, Roosevelt havia levado a sua plateia a uma acalorada ovação.

Em São Paulo, visitou o Instituto *Butantan* e foi recebido pelo Dr. Vital Brasil. Desta visita, o ex-presidente manifestou impressões positivas e foi a única instituição agraciada com uma narrativa em seu diário de viagem. Possivelmente, o entusiasmo de Roosevelt para com o Instituto teria sido motivado por suas longas conversas realizadas com o cientista Roy Chapman Andrews⁴², que era considerado um

42 Nos anos de 1909 e 1910, Chapman Andrews viajou à Índia, onde dedicou-se à coleta de serpentes.

especialista no estudo das serpentes no *American Museum of Natural History*. De qualquer forma, as serpentes apareciam no livro de Roosevelt como um assunto de seu interesse, principalmente devido ao caráter “mortal” e “brutal” de seus venenos, o que, em seu entendimento, poderia representar um “desafio” a qualquer incursão pela “maior floresta tropical”. Uma parte considerável do primeiro capítulo do livro *Through the Brazilian Wilderness* (1914) foi dedicada a descrever o encontro que teve com as diversas serpentes brasileiras dentro do Instituto. Inicialmente, sua narrativa descrevia o comportamento de uma cobra que, embora não venenosa, era “muito agressiva” e havia tentado atingi-lo “violentamente por três vezes”. Roosevelt também discorreu sobre as serpentes venenosas, mas o episódio que realmente lhe agradou e que lhe mais dispendeu detalhes na narrativa foi o encontro produzido no laboratório entre uma muçurana e uma jararaca. No experimento, Roosevelt deixava a “amigável muçurana”, aparentemente inofensiva, deslizar em torno de seu braço e até mesmo esconder a cabeça na manga do paletó, antes de se dirigir, lentamente, em direção à jararaca, localizada na outra extremidade da mesa. Segundo Roosevelt, sem demonstrar o mais leve sinal de excitação ou agressividade, a muçurana atacou a jararaca, de forma tão “instantânea, que era difícil aperceber-se do que estava acontecendo”. Embora o “tremendo esforço e agitação” da peçonhenta, cujo “olhar frio e maligno brilhava diabolicamente como nunca”, sua vida se “desfalecia” aos poucos (ROOSEVELT, 1976: 32).

Para ele, aquela cena representava um dos “segredos da natureza”, por permitir que um animal, aparentemente inofensivo, matasse de maneira tão “calma” e “displícite” “uma das espécies mais perigosas da América”. O ex-presidente ainda auxiliou os fotógrafos presentes na ocasião a realizarem algumas imagens, “ao suspender a muçurana contra um fundo branco”, para que o “banquete” continuasse a ser registrado sem o risco de comprometer a nitidez dos negativos. Uma das fotografias produzidas foi adicionada ao seu livro e se fazia acompanhar por uma legenda, que visava resumir, e direcionar, o conteúdo da imagem: “A muçurana engolindo a jararaca, ou *fer-de-lance*, depois de ter acabado de matá-la” (ROOSEVELT, 1914: 25). Na foto (FIGURA 01), Roosevelt localizava-se no centro da composição e segurava a cobra com uma de suas mãos. Uma plateia curiosa – com Dr. Vital Brasil e o Pe. Zahm ocupando as pontas – debruçava-se sobre a mesa a fim de observar a cena. Roosevelt ainda afirmava que as pesquisas do Dr. Vital Brasil

“não somente representavam um grande valor sob o ponto de vista puramente científico, como também no terreno prático.” Informava, ainda, que lhe foram dadas como presente, durante a visita, algumas doses de soros antiofídico para o uso em suas incursões pelo interior da floresta, já que encontros com aqueles animais prometia ser uma constante. A visita ao Instituto *Butantam* era apenas uma pequena amostra do que a “selva amazônica” prometia mostrar para Roosevelt e seus leitores.

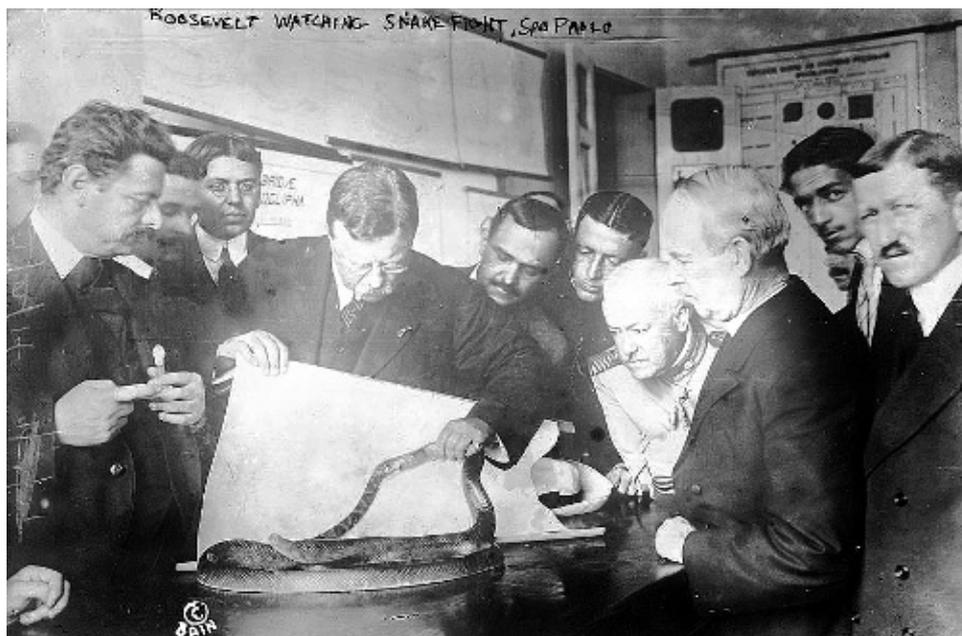


FIGURA 02 - From a photograph by Maza. The mussurama swallowing the jararaca, or *fer-de-lance* after having just killed it. Cortesia AMNH.

Apesar da animosidade expressa por alguns meios de comunicação da época, a viagem, em seu caráter diplomático, foi vista como tendo um resultado positivo e teria contribuído para acalmar o clima de tensão existente entre os Estados Unidos e a América Latina. Se, inicialmente, os sul-americanos esperavam encontrar um Roosevelt brandindo um “porrete grande”, o rápido contato com o ex-presidente, frequentemente, fizeram-nos mudar de opinião, ao deixarem-se “encantar” pela simpatia e carisma do estadista norte-americano. Roosevelt era um político experiente, que embora não falasse português e nem espanhol, se esforçava, como podia, para deixar uma mensagem de “colaboração” e de ajuda entre as nações. Em seus discursos enfatizava que reconhecia a “necessidade de estreitar cada vez mais as relações entre todas as Repúblicas do Hemisfério Ocidental por meio dos delicados

laços da justiça, da boa vontade e conhecimento mútuo”⁴³. Esquivou-se, com todo o cuidado, de tocar nos assuntos mais polêmicos, como, por exemplo, na política agressivamente expansionista de seu governo ou em fazer qualquer tipo de comparação entre as repúblicas sul-americanas, principalmente após a repercussão negativa na Argentina com aquele breve pronunciamento em Salvador. Segundo o repórter do Jornal do Brasil, Roosevelt “sempre se mostrou muito circunspecto a tal respeito... Limitava-se a dizer que, em adiantamento e progresso, o Brasil, o Chile e a Argentina estavam em igualdade de condições” (SENADO FEDERAL, 2003: 250).

Porém, embora sua visita ao Brasil tenha sido interpretada pela maioria como um ganho em termos diplomáticos, e os jornais tivessem-no exaltado como uma figura importante e de influência mundial, seu discurso, mesmo com todos os mecanismos de uma retórica afável, não apresentava os países sul-americanos com o mesmo grau de maturação já atingido pela nação ianque. Os Estados Unidos serviriam, em seu pensamento, como um alto padrão de governo, de “civilidade” e de “progresso”. E por mais que a Argentina, o Chile e o Brasil estivessem no caminho certo, o ex-presidente insinuava que ainda faltava muito trabalho e esforço a fim de se alcançar a situação vivida pelos estadunidenses. Roosevelt explicava que essas nações apresentavam o potencial de construir um grande futuro e poderiam “realizar no século XX progressos tão consideráveis como os que os Estados Unidos realizaram no século passado”. Em seus livros, palestras ou mesmo na documentação que recolheu durante a viagem, ele não procurou frisar o quanto ficou maravilhado com o Rio de Janeiro, com sua iluminação, policiamento, higiene e urbanização, ainda que a imprensa e o governo brasileiro insistissem nisso. Tampouco outros centros urbanos foram citados de maneira detalhada ou destacada. A ele não interessava avaliar os desenvolvimentos alcançados pelas capitais das nações sul-americanas, mas, ao contrário, seu intuito era explorar os grandes “espaços abertos” e “selvagens” que, a seu ver, ainda constituíam grande parte dessas nações. Mesmo que Roosevelt argumentasse que a viagem não fosse configurada como uma caçada, sua narrativa privilegiaria seus encontros com os “ferozes animais que habitavam o interior da selva”. A ele interessava mostrar como o veneno de uma cobra ou o ataque de uma onça pintada eram perigosos e que aquele tipo de contato só seria possível em regiões

43 Discurso de Roosevelt reproduzido no Jornal do Brasil, do dia 21 de outubro de 1913.

ainda afastadas das civilizações, onde a natureza revelava sua face mais “primitiva” e “brutal”.

1.4 - A ideia de “fronteira” no pensamento norte-americano

Há que se ressaltar que o interesse de Roosevelt por regiões tidas como remotas e inexploradas se coadunava com um ideário forte na cultura estadunidense, que atribuía ao seu povo uma vocação histórica para o desbravamento de regiões de fronteira. A experiência marcante da chamada Marcha para o Oeste, constituída de sucessivas vagas migratórias de colonos que se deslocaram para tal direção, tomando posse do que hoje conhecemos como o território dos EUA, ajudou a plasmar uma faceta da identidade⁴⁴ nacional do país. O principal responsável por defender e divulgar essa tese foi o historiador Frederick Turner (1861-1932), que em 1893 lançou *The significance of the frontier in American History*, ensaio inaugural sobre o tema, que mais tarde foi desdobrado em artigos e conferências, culminando com a publicação do livro, em 1921, *The Frontier in American History*.

A produção acadêmica de Turner foi dedicada ao desenvolvimento da denominada *Frontier Thesis*, que postulava o papel fundamental da expansão fronteiriça para a formação da democracia e da cultura dos EUA. O processo de avanço dos pioneiros na direção ao Oceano Pacífico teria moldado o desenvolvimento de traços de caráter “tipicamente” estadunidenses. No transcurso dos imensos e novos desafios enfrentados pelos desbravadores estes teriam se afastado cada vez mais dos padrões culturais europeus, solidificando novas referências e valores, construídos na longa e árdua experiência comum de superação de obstáculos materiais e mentais. Caçadores, comerciantes, mineiros, criadores de gado, fazendeiros e vaqueiros defrontaram-se, na Marcha para o Oeste, com uma realidade duríssima, que exigia adaptação rápida ao meio hostil circundante, e onde o modo de vida europeu, apontado como intelectualizado e artificial pelo autor, seria de pouca valia.

44 De acordo com Sandra Pesavento (2004: 90), “As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo indivíduo superponha e acumule, em si, diferentes perfis identitários. Estes não são, a rigor, excludentes por si mesmo, nem forçosamente atingem uma composição harmônica e sem conflitos nessa espécie de rede poli-identitária que cerca o indivíduo”.

A natureza desconhecida (o *wilderness*), os animais selvagens, o relevo acidentado, o clima rigoroso, a escassez de víveres e de abrigo e a presença dos índios integravam um rol de desafios inimaginável para as pessoas que se aventuravam para longe do Leste – mais urbanizado e dotado de infraestrutura –, moldando homens que, como estratégia de sobrevivência, teriam desenvolvido qualidades bem precisas: rudeza, agilidade, engenhosidade, pragmatismo, capacidade de adaptação, inventividade e vontade férrea. Segundo Turner, a solidão dos pioneiros e o instinto de preservação favoreceram a emergência e a consolidação do individualismo e do feroz desejo de independência do estadunidense, forjando homens refratários ao jugo e aos desmandos de um poder central forte e autoritário, abrindo caminho assim para que a democracia fosse a única forma de governo adequada ao caráter desse povo, capaz de garantir sua pretensa vocação para a liberdade e a condução autônoma de suas vidas. Portanto, de acordo com a perspectiva do citado autor, a experiência da fronteira teria sido fundamental para moldar as instituições políticas do país, o modo de vida de grande parte da população e os traços marcantes do “caráter” estadunidense, “americanizando” os pioneiros. Sem a experiência do avanço rumo ao oeste e da delimitação da fronteira (com todas as suas implicações políticas e culturais), teria sido difícil, na opinião de Turner, viabilizar a existência do EUA tal como ele se apresentava à sua época, dada a enorme extensão territorial e a diversidade de origem da população que ali habitava.

Turner defendeu ao longo de toda sua carreira que a fronteira foi o elemento principal na definição da peculiaridade dos estadunidenses, plasmando homens que, apesar de simples, eram ambiciosos, tenazes, verdadeiros agentes do progresso social e econômico do país. Os assentamentos de colonos estabelecidos na esteira da marcha teriam fomentado as trocas comerciais, propiciando também a descoberta e a exploração de recursos naturais que alavancaram a economia dos EUA. Assegurada a posse do terreno e das condições básicas à sobrevivência, os núcleos populacionais formados passariam a demandar do poder central que investisse na melhoria dos locais conquistados. A pressão exercida sobre o Governo Federal para dar assistência aos habitantes do Oeste teria acabado por fortalecer a própria legitimidade desse poder, e à medida que a União proporcionava infraestrutura de transporte, segurança e a instalação de um aparato legal nas áreas ocupadas, sua própria autoridade se afirmava. Para os empreendimentos de custos muito elevados, o governo firmou

parcerias com a iniciativa privada, delegando às empresas a autorização para explorar, por exemplo, as vias férreas que as companhias instalavam ao longo do território. Tal circunstância teria alavancando a economia do país e propiciado emprego à massa de imigrantes⁴⁵.

Percebe-se, assim, que o tom triunfalista e comemorativo da obra de Turner revestia a Marcha para o Oeste de aspectos positivos, processo desencadeador de uma série de experiências únicas que teriam criado e solidificado a peculiaridade estadunidense frente às demais nações. Há que se ressaltar que, dentro do contexto do governo de Roosevelt, a teoria desenvolvida por Turner era bastante conveniente e oportuna, já que ela proporcionava fundamento histórico e explicação intelectual para a excepcionalidade dos EUA frente aos demais países do mundo e para sua pretensa vocação expansionista. O encerramento do processo de formação da fronteira estadunidense, declarado oficialmente no ano de 1890, encerrava um importante ciclo na história do país. Contudo, políticos e intelectuais também passaram a encarar a consolidação das fronteiras internas como uma oportunidade para voltar a atenção e a força conquistadora nacional em direção a outros objetivos, alavancando a política externa de forma a sobrepor os interesses econômicos, políticos e militares dos EUA principalmente sobre os vizinhos da América Central e do Sul, em razão da natural proximidade geográfica. Portanto, a instrumentalização da tese de Turner não apenas ajudava a firmar uma explicação histórica positiva para a constituição da nação, como também abria um leque de possibilidades futuras. Ao focar seu interesse e suas ambições para fora do território dos EUA, iniciava-se um novo ciclo de expansão norte-americana, amparado na “vocação” conquistadora e viril do passado recente. Tal movimento evitaria a estagnação das forças econômicas e funcionaria como válvula de escape para manter ocupada uma população pauperizada e em crescimento. O prolongamento do poderio estadunidense, para além de suas fronteiras internas, ajudaria a manter vivo o “espírito” pioneiro, ao mesmo tempo em que alavancaria economia e as possibilidades comerciais do país (ENRIGHT, 2009).

Nas considerações de Turner não havia muito espaço para sentimentalismo ou culpa no que toca, por exemplo, ao violento extermínio da população indígena e a perda de suas terras em razão do avanço dos colonos. O autor encarava o processo

45 Sobre a tese da fronteira na formação do povo americano, ver: (TURNER,1996; NASH, 1982; URGO, 1994; FARAGUER, 1998; OLIVEIRA, 2000; JUNQUEIRA, 2000.

como um fenômeno natural de dominação de uma cultura superior, europeia e branca, sobre povos “primitivos”, incapazes de deter o avanço rumo ao progresso. O enfrentamento bélico com os índios teria sido um fator “positivo” na formação do caráter indômito do estadunidense, ajudando a moldar sua coragem e têmpera marcial. A população nativa é coadjuvante no relato de Turner, tanto que ele nomeia a região oeste dos EUA como “*free land*”, grande vazio territorial, desabitado, desconsiderando solenemente a presença dos indígenas e o fato de que a marcha rumo ao Pacífico significava a expulsão de inúmeras tribos de suas terras ancestrais. Do mesmo modo, o enaltecimento dos valores da liberdade e da igualdade de oportunidades supostamente franqueados pela expansão fronteiriça, parecia voltado para uma categoria restrita de pessoas (brancos, europeus e seus descendentes). Frederick Turner, ao enaltecer as trocas comerciais, de conhecimento e de habilidade proporcionadas pelo encontro de diferentes matrizes culturais nas regiões fronteiriças, ressaltava sempre a capacidade do colono de se adaptar às condições dadas, desconsiderando que grande parte das estratégias de sobrevivência empregadas pelos pioneiros fazia parte do repertório indígena, bem como informações preciosas e determinantes para a sobrevivência dos assentamentos como localização de rios, áreas de matas para cortar madeira, regiões de potencial agrícola e de caça, etc. (URGO, 1994: 321-34; OLIVEIRA, 2000).

Outro ponto a ser considerado é que a tese de Turner, de que a expansão da fronteira foi o elemento principal na formação da singularidade estadunidense, ignora que o processo de criação e consolidação fronteiriça ocorreu em diversos contextos históricos e em outros países, constituindo-se, guardadas as especificidades de cada processo, em fenômeno relativamente comum. Portanto, o que se pode inferir da hipótese do autor, sua boa recepção no meio acadêmico e político durante longo tempo, é que a história age como elemento fundamental na formação de uma identidade nacional, selecionando certos acontecimentos do passado e apresentando-os como legitimadores da ordem existente, de modo que mesmo aqueles sujeitos distantes no tempo e no espaço dos eventos citados se reconheçam como herdeiros de códigos sociais e culturais destacados nos relatos. Findo o processo de delimitação das fronteiras, Turner dá como “pronta” a formação da identidade nacional dos EUA, fundindo a complexa multiplicidade cultural, étnica e social dos habitantes do país em um tipo único, representante maior de um caráter estadunidense de feição quase

definitiva. Na obra do autor, parece que indivíduo e território se engendram mutuamente, abandonando o seu estado e as suas condições originais de forma a dar lugar a um novo homem e a uma nova terra, ambos americanos (OLIVEIRA, 2000).

A fronteira enaltecida por Turner é aquela que, dada sua enorme extensão, delimitaria simbolicamente a própria grandeza e soberania dos EUA e o caráter notável do estadunidense. Frente à iniciativa e a capacidade de realização desse sujeito ímpar, quase que desaparece qualquer referência à feição coletiva do empreendimento migratório e colonizador. Pouco se destaca na obra a rede de cooperação e de amparo mútuo desenvolvida entre os pioneiros. Sem este suporte e sem o apoio do governo (e do seu efetivo militar), poderiam ter enfrentado uma sorte diferente. A tese de Turner enfatizou os aspectos positivos da expansão da fronteira tendo em vista a formação e a consolidação de uma identidade nacional dos EUA. Dentro desse projeto otimista, a fronteira foi considerada como fator de homogeneização cultural justamente pela necessidade dos pioneiros de relativizarem seus valores de origem em busca de qualidades e habilidades que lhes permitissem sobreviver aos desafios de uma realidade física dura e completamente diferente da europeia. O autor desconsiderava que a região de fronteira também podia ser lugar de criação e de imposição de diferenças econômicas, culturais e étnicas, criando hierarquias sociais não menos reais porque novas. Ou melhor, Turner atentava para o fato, dado que ele não desconhecia o destino nefasto das tribos que ali habitavam, mas compreendia que a “supremacia” do colono sobre o indígena assinalava o triunfo do mundo civilizado sobre a barbárie. Os pioneiros teriam conquistado pelo esforço e sofrimento o “direito” ao território, de modo que tal vitória assinalava também uma supremacia moral (OLIVEIRA, 2000; JUNQUEIRA, 2000).

Importante ressaltar que na obra de Frederick Turner há uma clara associação entre território e nação, como se a partir da consolidação do longo processo de delimitação das fronteiras todos os nacionais, ou habitantes do país, se identificassem e tivessem um forte vínculo de lealdade com os EUA. O contraponto de tal visão idealizada e estabilizadora é que em muitos casos o indivíduo pode ter uma identificação maior com sua região ou seu estado, e não com a nação. Ainda mais considerando as diferentes referências culturais e históricas dos vários estados norte-americanos, que ao longo de sua história sustentaram orgulhosamente um forte senso de independência, por vezes abrigando movimentos separatistas relevantes. Mas foi

justamente em razão de sua visão otimista e agregadora da história dos EUA que a obra de Turner foi bem acolhida no meio político. Afinal, ao mesmo tempo em que conectava, por meio da experiência da fronteira, as inúmeras matrizes culturais que formaram o cadinho migratório dos EUA, atribuía distinção ao tipo estadunidense em comparação a outras nacionalidades. Para este, foi estabelecida uma identidade própria e inconfundível, que se distanciava dos referenciais europeus (sem romper com eles) e que os tornava excepcionais diante dos vizinhos do continente (FARAGHER, 1998).

Assim, não é de se estranhar que Roosevelt buscasse reviver o dito pioneirismo estadunidense no desbravamento de outras áreas, considerando que a Amazônia era tida como uma das últimas fronteiras a ser conquistada pelo homem. E aqui certamente considerava-se como homem o branco ocidental, já que a presença indígena na região não seria vista como ocupação “civilizada” e produtiva da terra. A busca pela aventura em região inóspita (do ponto de vista de um estrangeiro) era a oportunidade de colocar à prova o seu caráter americano, indômito e destemido. De modo que, nesse segundo momento, o que estava em jogo não era a formação da identidade nacional e sim a confirmação e o reforço dessa identidade no enfrentamento de outra “fronteira”, externa aos EUA. No encontro com a realidade estrangeira e com o “outro” surgia a possibilidade de reforçar a imagem do “eu” como inequivocamente distinto e, muito possivelmente, superior.

1.5 - A construção da Amazônia: o sentido máximo do “wilderness americano”

Existia também um forte simbolismo em “conquistar” a Floresta Amazônica.

Imersa numa série de mitos históricos e preconceitos culturais relacionados à América Latina tropical, as percepções norte-americanas da Amazônia foram moldadas por uma mistura de imagens historicamente construídas. Segundo Neide Godim (1994), as representações da floresta, desde épocas anteriores, estiveram associadas a discursos e narrativas sobre a América, o Novo Mundo e, até mesmo, sobre as Índias. Denominações como “Eldorado” e “Paraíso”, embora ressemantizadas ao longo do tempo, seriam remetidas a essa porção do território. A busca por riquezas e pelo Éden eram motivos que instigavam expedições. Sublinhava-

se a topografia grandiosa e a rica biodiversidade, e a configuravam como fonte inesgotável de recursos naturais. Porém, explicava Godim (1994: 29), “paralelamente às veleidades oníricas da bem-aventurança edênica, as monstruosidades corporais eram o contraponto apavorante do homem nesse incessante jogo imagético de ouvir, ver, reproduzir, contar, reescrever”. A região também seria descrita como “Inferno”. Esta dicotomia paraíso/inferno tornar-se-ia recorrente e reconhecida nos relatos de viagem, perpetuando tal estigma sobre o território amazônico.

Tais compreensões da floresta seriam reforçadas, até o século XIX, pelo isolacionismo brasileiro, que alimentava curiosidades e variados sentimentos por parte do público estrangeiro (BUENO, 2002). Antes da transferência da corte para o Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa procurou, de imediato à conquista do território além-mar, proibir a entrada de forasteiros, visando resguardar as informações das potencialidades e recursos exploráveis no país, contendo, assim, eventuais manifestações de cobiça por parte de outras nações. Exemplo dessa política exclusivista portuguesa foi o episódio da expulsão do célebre cientista alemão Alexander von Humboldt, cuja expedição foi considerada suspeita e prejudicial aos interesses políticos do Reino. Dessa forma, o Brasil colônia, do ponto de vista do conhecimento ocidental, era pouco explorado, com exceção de sua orla marítima⁴⁶. Todavia, Humboldt conseguiu atingir o vale amazônico – ao partir da América espanhola, mais especificamente da região dos Andes – e a sua narrativa ajudou a consolidar, nos dois lados do Atlântico, a ideia de que o interior da América do Sul permanecia “desconhecido” e “desabitado”, mas com grande potencial de exploração (JUNQUEIRA, 2007).

Apenas com a abertura dos portos brasileiros e a conseqüentemente permissão para a navegação da bacia amazônica às “nações amigas”, em 1808, as curiosidades sobre o Brasil e sobre a sua “enorme floresta tropical” começaram a ser sanadas. A partir dos anos quarenta do século XIX, o número de viajantes de origem estadunidense cresceu vertiginosamente, assim como os registros de suas observações. A viagem de Humboldt provara que a América do Sul era uma área de particular interesse para os naturalistas norte-americanos. De acordo com Katherine Manthorne (1996), de todos os mitos que povoavam a região, o que mais se fortaleceu

46 As primeiras e poucas estradas estrangeiras no vale do Amazonas partiram da América espanhola, mais especificamente da região dos Andes, como foi o caso de Alexander Von Humboldt.

no imaginário do viajante estadunidense teria sido o da superabundância e da resistência da natureza tropical: florestas com árvores altíssimas, frutos e flores de cores e sabores indescritíveis, rios largos a se perderem no horizonte (povoados por monstros carnívoros e violentos), animais estranhos e abundantes; “pássaros cobrindo o céu e colorindo-o em nuvens de penas e plumas de todas as cores”. Como foi visto, existia na cultura norte americana um verdadeiro fascínio por regiões percebidas como “fronteiras abertas”, ou como áreas ainda desconhecidas pelo homem branco. A autora falava ainda do crescente interesse pela História Natural e da existência de uma “cultura de viagem”, o que levava a um consumo por jornais, revistas e livros que narrassem essas aventuras. Alguns relatos chegavam a ser utilizados como “guias” para outros viajantes que quisessem conhecer determinados lugares. Durante a sua narrativa, Roosevelt citou Humboldt, Burton, Darwin e Bates, fosse para respaldar suas opiniões ou até mesmo para adicionar (ou refutar) conhecimentos. Eles serviriam também como fonte de estudo para muni-lo de conteúdo sobre os desafios que a floresta lhe reservava. Essa literatura de viagem possibilitava, ainda, que não apenas os cientistas pudessem usufruir dos conhecimentos produzidos sobre o território brasileiro como também a população em geral.

Assim, mais que um lugar, a Amazônia era um símbolo cultural de riqueza e aventura, ao mesmo tempo em que expressava profundas questões relacionadas à nação e ao território norte-americano. Roosevelt, que dispendeu parte de seu tempo como homem de governo na tarefa de preservar reservas naturais em solo americano, olhou para as florestas tropicais como lugares privilegiados para as suas aventuras, o que revelava, segundo Roderick Nash (1982), um momento marcante na redefinição do “*wilderness*” na cultura norte-americana.

A palavra *wilderness*, embora de difícil definição, mesmo na língua inglesa, foi comumente usada para se referir a lugares considerados “ermos”, “vastos” e “sertões”, onde imperava a “vida selvagem”. Para Mary Junqueira (2000), o elemento mais importante de seu significado tratava-se do sentimento que esses espaços incitavam no indivíduo. Sua compreensão estava intimamente relacionada a um lugar em que as percepções humanas seriam abaladas, ampliadas ou perturbadas. Nas palavras da historiadora (2000: 61), “a relação seria a da permanência do homem num meio ambiente estranho, onde a civilização, que normalmente ordena e controla a sua vida, estaria ausente”. Para Nash (1982), essas experiências e sentimentos, aliados à

ideia de fronteira, tornaram-se uma espécie de bem simbólico cultural do imaginário estadunidense, ajudando na construção de sua identidade nacional, como também na justificativa da conquista e da expansão territorial.

Contudo, ao longo do tempo, a caracterização do “*wilderness*” foi construída de diferentes formas, seguindo as mudanças experimentadas nas noções de civilização, fronteira e do lugar a ser ocupado pelo homem no mundo natural. Os primeiros colonos europeus da Nova Inglaterra identificaram a “terra virgem” e os seus habitantes “selvagens” em um lugar a que denominaram de “*wilderness*”. No século XIX, a costa leste tornou-se, progressivamente, mais populosa e industrializada, e o lugar percebido como “*wilderness*” moveu-se em direção ao oeste, estabelecendo como “fronteira inicial” o que se tornaria mais tarde o Centro-Oeste norte-americano. Com o passar dos anos, a cultura ocidental e industrial também chegou a esses espaços, e o “*wildernes*” foi novamente deslocado no sentido do Oceano Pacífico. Acompanhando essas transformações geográficas assentou-se a ideia de que o “*wilderness*” – que era principalmente definido como um espaço livre da intervenção do homem – estaria em processo de extinção. Foi este significado – como terra sem habitação humana – que Roosevelt tanto procurou preservar, com a criação de um sistema de parques nacionais (NASH,1982; ENRIGHT, 2009; BRINKLEY, 2009; JUNQUEIRA, 2000).

Entretanto, como pondera Kelly Enright (2009), foram esses mecanismos de preservação que causaram uma ruptura com a noção de “*wilderness*” desenvolvida até então, ao deliberadamente separarem uma determinada porção de terra dentro do território nacional e gerenciarem o seu uso de maneira retraída. No caso de *Yellowstone*, por exemplo, os índios que habitavam a região foram retirados da área do parque e alojados em reservas, com o objetivo de cumprir a ideia de que aquela natureza era intocada pelo homem. No mesmo sentido, vinte e três cabeças de bisões foram para lá, realocados, como forma de resgatar a imagem do que seria a região antes da colonização. Assim, o avanço da fronteira significava, em contrapartida, o confinamento do *wilderness*, de tudo aquilo que era considerado selvagem ou espontaneamente natural. Na virada do século XIX para o século XX, a nação e as questões referentes à identidade norte-americana estariam, portanto, profundamente relacionadas ao controle desses territórios.

Roosevelt estava intrigado com a noção de uma paisagem ainda “mais selvagem” e completamente fora do controle da civilização. Se *Yosemite National Park* e *Yellowstone* encarnavam o *wilderness*, então, certamente, em sua visão, a “selva amazônica” seria o seu exemplo máximo. De acordo Enright (2009), ao localizarem o *wilderness* fora dos Estados Unidos, o público norte-americano se voltou para as regiões cobertas pelas florestais tropicais e ainda consideradas como não exploradas pela “civilização”. Ao contrário do que acontecia nos Andes – geralmente definido por suas formações geológicas e mineralógicas –, o Brasil seria caracterizado por meio de suas matas e florestas, com destaque para a sua fauna e flora, consideradas “exóticas”, “selvagens” e “primitivas”. A floresta amazônica passaria então a integrar o seio dessas representações.

É interessante notar que apesar de Roosevelt se referir à região do noroeste brasileiro como “floresta amazônica” ou “região amazônica”, o trajeto estipulado de sua viagem iniciava-se em Corumbá, hoje localizado no estado de Mato Grosso do Sul. Combinando o uso de barcos, para os rios do Pantanal, com uma marcha terrestre, a equipe chegaria à Cuiabá, para então seguir até as proximidades do rio das Dúvidas, cuja descida (entre fevereiro e abril de 1914) prometia ser o clímax da viagem. Roosevelt chegaria por fim à Manaus, de onde partiria de volta para casa. Durante toda essa excursão, a equipe passaria por variadas paisagens, com diferentes climas e vegetações: montanhas, cerrados, pantanais e densas florestas tropicais. Entretanto, em seu relato, ele não teve a preocupação em demarcar claramente essas geografias físicas, criando uma visão totalizante da região como parte da floresta amazônica. Na época da viagem, o Mato Grosso compreendia o que hoje são os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. No caso da formação de Rondônia, apenas em 1943, na Era Vargas, os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim seriam desmembrados dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso e passariam a constituir uma nova unidade federativa, conhecida como Território Federal do Guaporé. Em 1956, por decisão do Congresso Nacional, o nome do território passou a ser Rondônia, em homenagem ao sertanista brasileiro (COSTA, 1991). Todos os rios de Rondônia pertencem à bacia do Rio Madeira, afluente do Amazonas, e cerca de setenta por cento da superfície de seu território era, naquela época, coberta pela floresta fluvial amazônica. Embora a viagem de Roosevelt compreendesse parte do Mato Grosso e do Amazonas, não fazia muito sentido para

ele pensar em ecossistemas diferentes – o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica – já que, em sua percepção, essas regiões seriam “sertões” ou “*wilderness*” ainda não cartografados e, por isso, desconhecidas do ponto de vista biológico. Assim, em diversos momentos de sua narrativa, o ex-presidente apenas se referiria ao ambiente percorrido pelo nome genérico de “floresta tropical” ou, simplesmente, “selva”.

A palavra “selva” teria uma conotação especial no discurso de Roosevelt, atuando dentro de uma dinâmica estabelecida entre as noções de “*wilderness*” e de “aventura”, bem como no entendimento da responsabilidade do “homem branco civilizado” sobre aquelas paisagens. Cabe ressaltar que a “selva” não substituiu o espaço tradicional do “*wilderness*”, localizado em solo norte-americano, mas proporcionava uma paisagem contrastante, na qual se podiam imaginar novos papéis para a natureza, para os indivíduos e para as nações. De acordo com Kelly Enright (2009), para os cientistas norte-americanos, bem como para o público em geral, a “selva” significava uma floresta com vegetação densa e composta por fauna tropical – o que não delimitava a paisagem a um local geográfico específico. A palavra, concebida dentro de um sentimento de aventura, conjurava imagens dos encontros “acalorados” com uma mata fechada, com animais perigosos e com “nativos hostis”. Para Theodore Roosevelt, a Amazônia era a sua “última chance de ser um menino” e a forma mais direta de desafiar a morte⁴⁷. A floresta sul-americana, além de um lugar belo, seria, sobretudo, um espaço para ousadias físicas e “descobertas”.

Durante a sua narrativa, Roosevelt, ao se referir à “selva brasileira”, utilizava-se de adjetivos tais como “forte”, “grandioso”, “impenetrável” e “mortal”. A região era “horivelmente quente”, diria o ex-presidente, mas possuía o “rio mais poderoso do mundo” e “as maiores extensões de florestas tropicais”. Seu tamanho era

47 A frase integrava uma troca de correspondência entre Roosevelt, Henry Fairfield Osborn e Frank Chapman. O assunto principal era sobre as mudanças no itinerário da Expedição. Osborn estava preocupado com a escolha que o ex-presidente fizera de seguir uma rota tida como extremamente perigosa, a da descida do Rio das Dúvidas. O presidente do Museu ameaçava retirar o patrocínio da expedição caso Roosevelt insistisse em ir a “esta região particular” e jurava “não assumir nenhuma responsabilidade pelo que poderia acontecer caso ele não voltasse vivo”. Do Brasil, Roosevelt respondia aos apelos de Osborn por meio de uma carta endereçada à Frank Chapman: “Diga a Osborn que eu tenho vivido e desfrutado da vida mais do que qualquer homem que eu conheça; eu já gastei a minha quota, e se for necessário deixar os meus ossos na América do Sul, tenha certeza que eu estou completamente pronto para fazê-lo”. E concluía dizendo que aquela era a sua única chance de realizar o sonho de andar por uma região desconhecida da selva amazônica, aquela “era a sua última chance de ser um menino”. A frase ficou famosa entre os biógrafos de Roosevelt, por acreditarem que ela traduzia a sua personalidade corajosa e aventureira. Não por acaso, um dos principais livros que trata a viagem de Roosevelt ao noroeste brasileira, do autor Joseph Ornig (1998), a incorporou em seu título. Ver também: Millard (2007) e Morris (2010).

importante, porque prometia ser um espaço para a aventura, exploração e descoberta. Ele explicava ao seu público leitor que “grandes somas de dificuldade se apresenta[va] na exploração dessas florestas”, uma vez que, “a vegetação é de tal sorte espessa e vigorosa que se torna quase impenetrável; as correntezas embaraçam a navegação, ao mesmo tempo que o explorador sofre os terríveis azorragues dos insetos e das moléstias mortíferas” (ROOSEVELT, 1976: 22-23). Além disso, os animais e as plantas que habitavam o seu interior eram “perigosos”, “monstruosos” e “desconhecidos”, e “seus nomes regionais em nada [nos] esclareciam”. Segundo o ex-presidente, a expressão “natureza benfazeja” não passava de um mito e não iludiria nem “mesmo ao mais insignificante ser pensante, se se vir isolado frente a dureza cruel da vida tropical” (ROOSEVELT, 1976: 105). A “selva amazônica” de Roosevelt era imensa, ameaçadora e habitada por espécies desconhecidas. E era exatamente esse sentimento de “incógnito” que impulsionava a viagem do ex-presidente. A ideia de *wilderness* construída por Roosevelt era um lugar de descoberta, um lugar a ser mapeado e analisado. Sua falta de familiaridade com plantas tropicais, com os animais e a geografia fazia da Amazônia o espaço da aventura. Para ele, o desconhecido criava um ambiente legítimo, em que os exploradores e cientistas poderiam trabalhar de maneira original. O “inexplorado” fazia desta paisagem selvagem, temerária e, ao mesmo tempo, estimulante.

No início do século XX, a ideia de uma Amazônia inóspita havia sido reforçada também com a divulgação das dificuldades de implementação da estrada de ferro Madeira-Mamoré. A ferrovia, que se estendia por mais de três mil quilômetros ao longo dos rios Madeira e Mamoré, foi projetada para transportar a seiva da seringueira do interior da floresta amazônica até a costa, onde poderia ser assim enviada para o mercado internacional. Porém, apesar das altas promessas de lucro que o seu funcionamento geraria, os relatos dos horrores em sua construção transformaram-na, no imaginário da época, em símbolo de uma guerra assustadora travada entre a “civilização” e “natureza indomável” (HARDMAN, 2005). A obra *The sea and the jungle*, do autor britânico H. M. Tomlinson, publicada um ano antes da viagem de Roosevelt ao Brasil, narrava o estado físico delicado dos operários que trabalhavam na famosa estrada de ferro: “Estavam barbudos como Crusué, pálidos como mulheres anêmicas e salpicados de mordidas de insetos (...). Esses homens disseram que lá onde eles trabalhavam o sol nunca brilhava, pois, sua luz era barrada

pelo verde compacto que, exceto onde corriam os grandes rios, cobria todo o território” (TOMLINSON apud MILLARD, 31). Apelidada de “*Mad Maria*” pelos engenheiros que a projetaram, a ferrovia levou cinco anos para ser concluída. Quando ficou pronta, em 1912, a atividade de extração da borracha sul-americana enfrentava a sua bancarrota. A morte dos milhares de homens que ajudaram em sua construção passava a ser entendida como sem sentido e em vão. Entretanto, para Roosevelt, aqueles relatos de horror eram o que tornava o território ainda mais fascinante e atrativo. O interior da selva, ao apresentar-se como “desconhecido” e “inexplorado”, oferecia-lhe todas as possibilidades de desafios capazes de galgar-lhe o título de “verdadeiro explorador naturalista”. Com suas matas virgens e extensos cerrados, montanhas e “violentas” corredeiras, a região representava o tipo de “fronteira ilimitada”, “ignota” e de aventura física radical. Poucos lugares na Terra, acreditava o ex-presidente, poderiam oferecer tantas riquezas de experiências como a floresta amazônica.

Cabe ressaltar que, para os brasileiros, o noroeste brasileiro também era uma região “deserta”, “misteriosa” e “lendária”. Para quem olhava o interior do país a partir do litoral ou da capital federal, a região por onde Roosevelt desejava percorrer era ainda considerada “abandonada”, mas, aos poucos, vinha sendo descoberta pela Comissão Rondon e ocupada por seringueiros e aventureiros em busca de riquezas. Segundo Rondon, ao se debruçar sobre os mapas do Brasil, encontravam-se enormes espaços “em branco, vazios, e a lentidão do seu povoamento e desenvolvimento material”. Sua missão seria “quebrar os encantos dos sertões, devassá-los para os tornar acessíveis à atividade humana” (RONDON apud MACIEL, 96). Os jornais da época se referiam à região como a fronteira mais ocidental do País, coberta por florestas, áreas semidesérticas de cerrado ou planícies alacáveis, ocupada, em grande parte, por grupos indígenas “arredios à civilização”. Essa porção do território nacional brasileiro era vista como “isolada”, “estranha” e de “difícil acesso”, encarnando a

própria representação geográfica do “sertão”⁴⁸. Tal visão aproximava-se das percepções construídas pelos viajantes estrangeiros ao longo do tempo.

Em sua narrativa, Roosevelt jogava com a noção de “inferno verde”, quando se referia ao contexto de aventura que a “selva” proporcionava e aos perigos representados por seus habitantes, e, igualmente, com elementos do “paraíso perdido”, principalmente, quando falava das potencialidades naturais da região. Sua crença no “progresso” natural do espaço moldaria a sua visão sobre o destino final reservado à floresta tropical. Acima de tudo, ele enxergava na região amazônica uma promessa de civilização futura. Como foi visto antes, Roosevelt possuía planos de ocupação e colonização. Sua viagem deveria proporcionar o conhecimento da paisagem natural, de maneira a viabilizar a ocupação humana. Ele teria relacionado a paisagem da “selva” tropical com aquela que havia existido em seu país, por meio de uma visão utilitária dos recursos naturais. Roosevelt, durante a sua presidência, embora denunciasse o desmatamento e a extinção de inúmeras espécies de animais, defendia uma política pública de administração dos recursos naturais norte-americanos. Suas ideias de manejo florestal alinhavam-se com o movimento conservacionista de Gifford Pinchot que, ao contrário do preservacionismo – que defendia a remoções de qualquer atividade humana do *wilderness*, propunha o uso racional da natureza⁴⁹. Pinchot sintetizou os objetivos do movimento em três princípios básicos: desenvolvimento (o uso dos recursos existentes pela geração presente), a prevenção do desperdício, e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos, e não para

48 Euclides da Cunha, por exemplo, em sua obra *À margem da história*, apresentou uma visão semelhante às opiniões expressas por muitos viajantes estrangeiros que estiveram na região. Em uma passagem, ele comentou: “A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza [...] tem[-se] a sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades, como se rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos” (CUNHA apud BUENO, 2002: 51). Em outra passagem, ele reforçava seu argumento de que a Amazônia era uma terra imatura habitada por “monstruosas criaturas”: “Complete-a, ainda esta forma antiga, a fauna singular e monstruosa, onde imperam, pela corpulência, os anfíbios, o que é ainda uma impressão paleozoica. E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animais que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples elos da escala evolutiva” (CUNHA apud BUENO, 2002: 52). Sobre os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, ver: BUENO, 2002; GODIM, 1994.

49 Durante a presidência, Theodore Roosevelt nomeou Gifford Pinchot como secretário de Estado para os assuntos de conservação, introduzindo na política pública a administração dos recursos naturais. Entretanto, o movimento preservacionista, que tinha em John Muir como seu principal líder, também atuou na visão do então presidente. O movimento preservacionista valorizava a natureza a partir de uma noção de pertencimento e também pelo prazer da contemplação estética, pregando, assim, a permanência do *wilderness* longe de qualquer interferência humana. Sob a influência, grupo, Roosevelt incorporou mais terras ao Parque Nacional de Yosemite, criou de 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais e regulamentou cinco novos parques nacionais. Ver: DIEGUES, 2000; BRINKLEY, 2009; NASH, 1982.

poucos. Os conservacionistas, sob uma perspectiva mais instrumental da relação do homem com a natureza, acreditavam que a questão principal a ser defendida era o uso dos recursos naturais de maneira adequada e criteriosa, garantindo, ao mesmo tempo, a sua existência para as próximas gerações e uma melhor distribuição entre a totalidade da população (DIEGUES, 2000; BRINKLEY, 2009; NASH, 1982).

Além disso, o conceito de fronteira foi fundamental para a opinião geral do ex-presidente sobre a Amazônia (ENRIGHT, 2009). Na medida em que apreciava a “beleza selvagem” do território, ele constatava a experiência fugaz daquela realidade: a civilização, assim como acontecera nos Estados Unidos, seria inevitável e, por isso, a “selva” deveria ser conquistada. O verdadeiro fascínio de Roosevelt residia nos recursos e no potencial energéticos da floresta, que apenas poderiam ser explorados por uma “raça branca e forte”, tal como acontecera no território estadunidense. Mesmo nos momentos em que exaltava a grandiosidade e a beleza da paisagem, seus olhos se redirecionavam para as expectativas de futuro, para o poder transformador do colonizador sobre aquela região. Por conseguinte, utilizou-se, frequentemente, de referências urbanas para descrever a paisagem, como, por exemplo, na ocasião em que a expedição acampou em uma clareira da floresta e ele apresentou o rio como uma “*longa rua* de águas barrentas, que se espalhava em curvas por entre filas intermináveis de árvores da densa floresta tropical” (ROOSEVELT, 1915: 156. Grifo nosso). Roosevelt se sentia maravilhado com o colorido dos pássaros, mas, ao mesmo tempo, exaltava o solo fértil do terreno, que seria uma ótima área para a plantação de café quando “a região fosse aberta à colonização”. No mais extremo de sua imaginação sobre o desenvolvimento da Amazônia, ele encontrava na floresta a solução para os problemas de superpopulação, ocasionados com os “avanços do progresso” nos países industrializados. “Na verdade”, dizia Roosevelt, “tal região tão rica e fértil não deve ficar abandonada no meio da selva, sem ser colonizada, enquanto uma multidão de indivíduos se aglutina nos países superpopulosos do Velho Mundo”. E, mais à frente, acrescentava: “Os próprios rápidos e cachoeiras, que, no momento são o nosso maior e mais perigoso entrave, suprirão a energia necessária para a movimentação de fábricas e conveniente iluminação” (ROOSEVELT, 1976: 188). A floresta tropical representaria, assim, em seu pensamento, uma reserva de recursos para as gerações futuras.

Porém, para que os projetos de ocupação racional dos espaços se concretizassem, a “selva” precisava ser “conquistada”. Roosevelt identificava uma série de obstáculos que a colonização poderia enfrentar, dentre eles, os insetos e os animais carnívoros. Sem dúvida, colonizar a Amazônia requeria mais esforços do que simplesmente mapear e categorizar a natureza sul-americana. Ao seu ver, o comportamento da biologia tropical precisava ser entendido. Roosevelt, por exemplo, estabelecia uma conexão entre doenças e insetos, e acreditava que somente com o entendimento das relações entre os animais – neste caso entre homens e mosquito – a natureza poderia ser controlada. Para o ex-presidente, o único meio de levar adiante o projeto colonizador seria por meio da produção de conhecimento e, assim, prometia criar para os norte-americanos um arsenal de subsídios científicos sobre aquela floresta até então “incógnita”. Ele desejava aprender “a posição real e as dinâmicas de relacionamento ambiental”, tornando o “desconhecido” visível e preenchendo os “vazios” com informações. “Grande soma de trabalho de natureza geográfica e zoológica ainda está por fazer na América do Sul”, dizia o ex-presidente, que “somente poderá ser executado, com relativa amplitude, por meio do esforço de muitos especialistas” (ROOSEVELT, 1976: 221).

Mas, além do trabalho do especialista, Roosevelt encontrava no esporte de caça o seu melhor aliado. O ex-presidente defendia que a caça ajudaria a fornecer e a aumentar o conhecimento científico sobre a região, eliminando lendas e mitos que até então balizavam o entendimento da “vida selvagem”⁵⁰. A atividade de caça para este tipo de conquista era um mecanismo aceitável na época. Frederick Turner, em sua tese, também reconhecia que o *wilderness* tinha sido interpenetrado, no processo contínuo da civilização, primeiro pelo caçador; depois, pelo negociante de peles; em

⁵⁰ Cabe ressaltar que embora o período já vivesse o início de um processo de profissionalização da ciência, com o surgimento do especialistas (indivíduo exclusivamente dedicados a um só gênero de estudo), ainda se fazia presente um importante segmento de homens vistos como “polivalentes”, que se dedicavam a diferentes áreas do conhecimento, como a matemática, a botânica, a história, a geografia, a agricultura, a política, as artes, etc. Valorizava-se personalidades que cultivassem uma curiosidade aguda e interessada em fazer progredir a humanidade tanto quanto em desvelar os mistérios da natureza. Roosevelt, por exemplo, era conhecido como político, naturalista, caçador, explorador, escritor, soldado e historiador. O saber era concebido como um campo unitário onde o pensamento humano poderia, e deveria, passear de ponta a ponta. Dessa forma, as contribuições de indivíduos, que não exerciam a ciência como sua fonte de renda ou principal atividade, eram validadas e incorporadas às pesquisas. Não por acaso, a ação dos soldados, viajantes, caçadores e agentes colonizadores foram vistas como essencial para o desenvolvimento dos estudos das Ciências Naturais. Por isso, não era de se estranhar que Roosevelt não visse como problema uma atividade de caráter esportista ser utilizada como ferramenta e método científico. Sobre o embate entre “especialista” e “intelectual polivalente”, ver: SÁ, 2006.

seguida, pelo agricultor e pelo comércio e, por fim, pela manufatura, que se instalava no país (JUNQUEIRA, 2000: 85; PIKE, 1992; RITVO, 1987; RYAN, 1997). Em sentido semelhante, Roosevelt acreditava que a produção de conhecimento fornecida, primeiramente, pelo caçador, sobre uma localidade “selvagem”, tornava-se mais compreensiva, e, por sua vez, mais controlada. Em uma determinada passagem de seu livro, afirmou:

Apenas limitado número de naturalistas que tem trabalhado nos trópicos evidencia alguma experiência com as grandes feras, cuja biologia apresenta interesse singular. De todos os biólogos que seriamente têm estudado, no seu habitat, a fauna sul-americana, provavelmente Bates é um dos maiores. Parece, porém, pouco provável que tenha visto os animais com os quais os caçadores estão bastantes familiarizados. Seu interesse, assim como o de outros biólogos de sua classe, foi despertado para outras direções. Por essa razão, ao jogarmos com a biologia dos grandes animais de caça, tivemos que lançar mão ou das informações de fonte popular, nas quais se misturam invariavelmente observações acuradas e inteligentes com lendas grosseiras, ou então das notas esporádicas de alguns viajantes ou desportistas sem o necessário conhecimento prático do assunto. (ROOSEVELT, 1976: 87)

Para o ex-presidente, adquirir conhecimento sobre uma natureza tão distinta exigia habilidades que o caçador parecia congrega. O conhecimento sobre o comportamento de uma “natureza selvagem” seria apenas “conquistado” por meio da experiência de campo e da observação direta. Sem esses procedimentos, a natureza permaneceria “invariavelmente misturada às lendas grosseiras”. Na Amazônia, Roosevelt procurou a experiência com o objetivo de encontrar uma “verdade”, a “totalidade dos fatos”. A caça, portanto, não seria um ingrediente necessário, mas o método exigido e empregado para uma prática científica eficiente. Somente com ela, acreditava o ex-presidente, a conquista completa do território amazônico seria possível. Porém, como veremos mais adiante, a “selva”, no relato de Roosevelt seria descrita como uma paisagem que não cedia facilmente à visão colonizadora do “homem branco”. A floresta amazônica seria apresentada como um lugar “violento”, “hostil” e, muitas vezes, imaginada como um dos últimos redutos “primitivos” do mundo. Roosevelt prometia travar uma “batalha épica”, porém “justa”, da “civilização” contra a “selvageria” dos trópicos e, ao mesmo, tempo alimentar o seu público com a melhor arma colonizadora: “o saber científico”. Seria por meio da caça que o ex-presidente apresentaria “visualmente” o Brasil aos Estados Unidos e também

identificaria o seu lugar/imagens na conquista do “*wilderness* máximo” na fronteira sul-americana.

CAPÍTULO 2 – A CAÇADA NO BRASIL

Depois de finalizada a primeira parte da viagem destinada às palestras e obrigações oficiais no Rio de Janeiro, São Paulo, Uruguai, Argentina e Chile, Theodore Roosevelt estava livre para dedicar-se à sua expedição pelo noroeste brasileiro. A região do Rio das Dúvidas, encarada como seu principal roteiro, era vista como tão remota dos principais centros urbanos “civilizados”, que, segundo Roosevelt, seriam necessários no mínimo dois meses para se chegar àquela localidade. Assim, no dia onze de dezembro de 1913, as equipes brasileira e norte-americana encontraram-se defronte à foz do Rio Apa, no perímetro entre Mato Grosso e Paraguai. A comissão penetraria o território pelo largo do Rio Paraguai e continuaria rio acima até onde fosse possível, desembarcando em uma estação telegráfica e cidade de fronteira chamada Tapirapuã. A partir dali, atravessaria 650 quilômetros do Planalto Central brasileiro até alcançar o Rio das Dúvidas (RONDON, 1916: 18-19)⁵¹. A cada momento que adentravam no interior da selva, o ambiente e a natureza seriam percebidos pela comitiva estrangeira como inóspitos e ameaçadores.

A mata era muito densa nas imediações do rio, onde as árvores se emaranhavam ao longo das margens, “numa eterna batalha pela luz do dia”. O terreno era acidentado e com muitas corredeiras, o que tornava necessário o pesado transporte das canoas por terra, como forma de se desviar dos grandes obstáculos. Mesmo para os membros da comitiva brasileira, veteranos em viagens como aquela, a região que Roosevelt pretendia atravessar era considerada de difícil acesso e de extrema periculosidade. Na verdade, embora Roosevelt e seus homens tivessem conhecimento e experiências em outras aventuras ou fossem caçadores furtivos e bons de tiro, o interior da floresta amazônica revelava-se como um mundo estranho e implacável

51 Nem todos os integrantes norte-americanos participaram da descida ao Rio das Dúvidas. Devido às dificuldades do trajeto, Roosevelt teve que fazer alguns cortes em sua equipe: Miller, juntamente com o Padre Zahm, desceram o Rio Ji-Paraná, que Rondon já havia mapeado, mas que oferecia “boas oportunidades de pesquisa”; e Anthony Fiala tomou o caminho do Rio Papagaio, que embora a foz e nascente já fossem conhecidas, ainda apresentaria alguns desafios ao aventureiro.

para eles, capaz de os transformarem em forasteiros vulneráveis ou simples presas desajeitadas e óbvias.

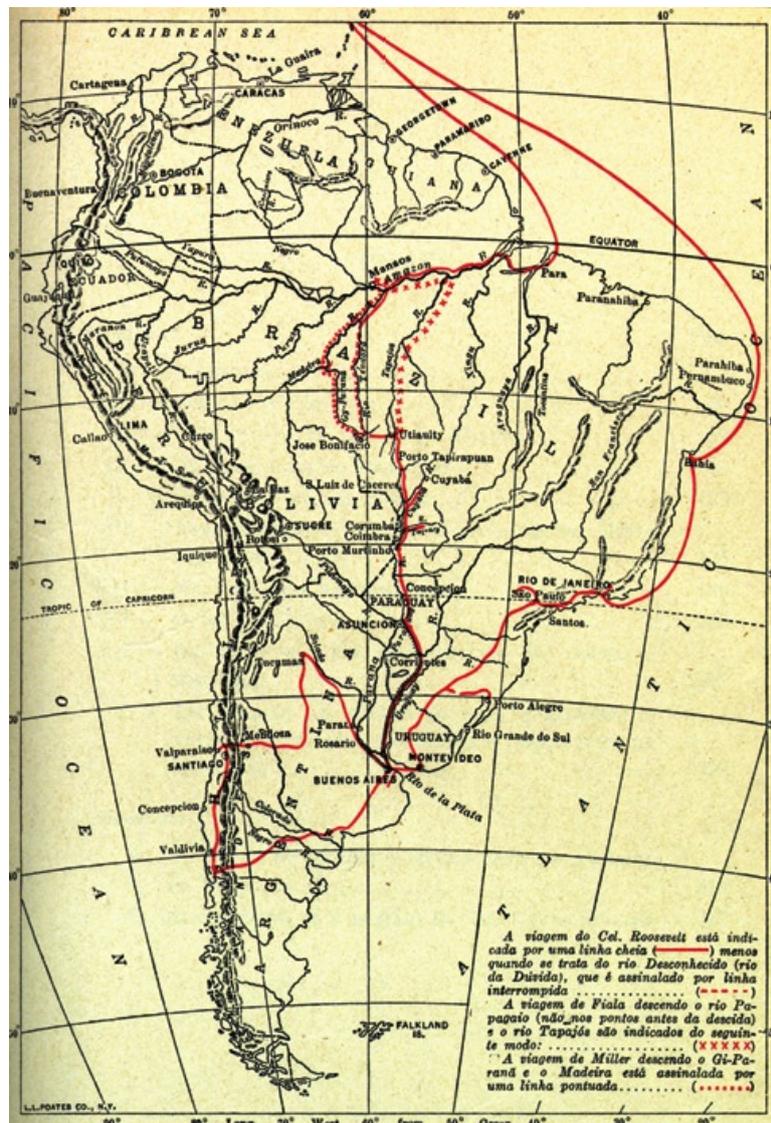


FIGURA 3 - Mapa da América do Sul, indicando o itinerário da Expedição de Roosevelt no Brasil. In: ROOSEVELT, 1976: 227.

Legenda

- | | |
|---------------------------------|---|
| — Viagem de Theodore Roosevelt. | XXXXXX Viagem de Antonio Fiala descendo o Rio Paraguai e o Rio Tapajós. |
| --- Descida do Rio das Dúvidas | Viagem de Miller descendo o Ji-Paraná e o Madeira |

A partir do momento em que adentraram na região do Rio das Dúvidas, a tarefa de garantir as provisões da expedição parecia quase impossível. A paisagem mostrava-se restrita e impossibilitava a visão para além dos primeiros troncos retorcidos da mata. Havia ainda, segundo Roosevelt, uma angustiante e sinistra

ausência de sons: “a floresta se mostrava quase despovoada e silenciosa. Não era dado a ouvir aquele coro de pássaros e de mamíferos, o que ocasionalmente acontecia em nossas viagens por terra” (ROOSEVELT, 1976:165). A realidade daquela região era interpretada pelo ex-presidente como sendo de natureza antagônica: ao mesmo tempo em que se exibia uma exuberância de vida, havia uma “quietude alarmante”. E o zoólogo George Cherrie concluiu: “Vê-se muito pouca vida animal ao longo da margem” (CHERRIE, 1913,1914: 48). Se nas primeiras semanas da viagem o ex-presidente teve a oportunidade de exibir suas habilidades como renomado caçador, o território do Rio das Dúvidas mostrava-lhe que seus conhecimentos pouco o ajudariam na conquista de alimento ou de espécimes zoológicos para o Museu norte-americano. E, assim, Roosevelt desabafou em seu diário sobre os fracassos na tentativa de encontrar animais no meio da mata:

“O coronel [Rondon] e um auxiliar mediram a distância e, em seguida, foram caçar, mas nada conseguiram. Eu também me meti no mato, ao longo do rio, sem encontrar qualquer peça de caça. Nas densas florestas tropicais da bacia amazônica, matar uma caça é algo difícil, sobretudo para quem está muito apressado. Em viagens como a que estávamos empreendendo, conseguir caçar alguma coisa era mais uma questão de sorte”. (ROOSEVELT, 1976: 170)

Em sua viagem ao noroeste do Brasil, Theodore Roosevelt vivenciou diversas situações: se num primeiro momento a expedição apresentou certo conforto, a segunda parte do empreendimento o levou à exaustão, deixando-o a um triz da morte. Diante destes fatos, este capítulo se concentrará na análise do material relativo à primeira fase da expedição – concentrada nos arredores da Fazenda Palmeiras. Nesse ponto da viagem, a equipe continha o apoio da iate-canhoneira paraguaia *Adolfo Riquielme*, como transporte fluvial, e de diversas cidades e fazendas localizadas nos arredores, que serviriam também de alojamento e postos de abastecimento⁵². O navio foi utilizado até a cidade de São Luís de Cáceres, onde terminou a primeira e mais fácil das etapas do percurso. Houve ali o transbordo dos passageiros, das cargas e equipamentos, para uma embarcação menor. A chegada dos expedicionários no

52 Roosevelt assim relata em seu diário sobre a experiência e o conforto da embarcação paraguaia: “Na tarde de nove de dezembro deixamos a atraente e pitoresca cidade de Assunção para subir o Paraguai. Com generosa cortesia, o governo paraguaio havia posto à minha disposição a canhoneira-iate do próprio presidente, vapor fluvial muito confortável, de modo que os primeiros dias de nossa expedição foram absolutamente agradáveis. O alimento era bom, nossas acomodações asseadas, dormíamos bem, embaixo ou no convés, usualmente sem mosquito. Durante o dia o convés, sob o toldo, era agradável” (ROOSEVELT, 1976: 41).

quartel general da Comissão Rondon, em Tapirapuã, ocorreu no dia 16 de janeiro e, nesse povoado, foi efetuada a preparação de, aproximadamente, mil pássaros e de 250 mamíferos para serem enviados ao *American Museum of Natural History*, em Nova York. Afinal de contas, dever-se-iam cumprir os acordos e obrigações estabelecidos com a principal instituição financiadora da viagem.

Roosevelt teve ainda a oportunidade de produzir inúmeras fotografias e caçar outros animais. Os relatos do ex-presidente publicados na Revista *Scribner's*, ou em jornais da época, sobre as experiências de caça ou dos principais animais capturados, basearam-se nessa fase da expedição, que produziu a maior quantidade de material iconográfico, cinematográfico e zoológico da viagem. Torna-se óbvia a escolha dessa etapa para a análise proposta no capítulo, uma vez que ela foi elucidativa dos ideais e valores envolvidos na empreitada. As fontes trabalhadas abordam algumas visões do ex-presidente sobre a caça enquanto esporte e sobre seu lugar/imagens enquanto caçador. Elas também discutem o valor do animal e, como a escolha da presa era um importante elemento na dinâmica de legitimação da atividade. Busca-se, portanto, entender de que forma os relatos e imagens da atividade de caça produzidas pela equipe de Roosevelt ajudaram a fundamentar uma postura de superioridade norte-americana em relação ao noroeste brasileiro.

2.1 O “*Big Game Hunting*”: os significados do esporte de caça

Esses homens [caçadores esportistas] vêm realizando trabalho de alto valor científico. O tipo de caçador-magarefe tende a desaparecer. Por outro lado, o caçador de grandes animais, que seja bom observador ou naturalista de campo, ocupa atualmente a posição de mais relevo do que nunca, pois está fora de dúvida que pode realizar trabalhos que aos naturalistas de gabinete se tornam impraticáveis. Para estes e para os estudiosos da biologia dos grandes mamíferos, a América do Sul é um maravilhoso campo de realizações. (ROOSEVELT, 1976: 87-88)

“A nossa viagem não foi planejada como uma simples caçada e sim na forma de uma expedição científica”, afirmou Theodore Roosevelt ainda nas primeiras páginas de seu relato de viagem (ROOSEVELT, 1976: 33). Embora tenha recolhido um grande número de espécimes animais, Roosevelt procurou diferenciar a sua

empreitada de uma simples incursão de caça: ela era legítima, uma vez que seus troféus seriam utilizados pela ciência.

A partir do final do século XIX, iniciou-se uma mudança de percepção e conduta em relação ao esporte de caça. O surgimento de movimentos preservacionistas e a queda brusca da vida silvestre na África, na Ásia e nas Américas, fizeram com que termos como “abate” ou “carnificina”, que haviam sido utilizados como sinônimos “coloridos” do esporte, fossem, cada vez mais, entendidos como uma cruel oposição a um ideal moralizante da atividade. Como um escritor inglês expressou a distinção, “existe o esporte razoável, e existe a matança inútil e desconsiderada” (apud RITVO: 278). A revista inglesa *The Field*, que era o principal periódico de caça da época, também condenou o “massacre” praticado por muitos “renomados esportistas”, que passaram a ser caracterizados como “grosseiramente antidesportivos”, “egoístas”, “tolos”, “cruéis” e “sanguinários”. A fim de evitar acusações e nomeações pejorativas, os atletas tiveram que mudar suas atitudes e entender que a “morte real de um animal não se tratava de um esporte, a não ser que as circunstâncias ligadas a ela fossem de natureza a criar um sentimento peculiar, que só poderia ser expresso pela palavra ‘esporte’”. O “atleta justo” desejava simplesmente experimentar essa sensação inebriante e não “fazer do jogo um holocausto” (BAKER apud RITVO, 1987: 278).

Embora a sua carreira política tenha sido marcada pelos avanços nas leis ambientais e no surgimento de reservas naturais,⁵³ Roosevelt foi alvo frequente de acusações sobre a matança exagerada em suas incursões de caça. Em 1901, por exemplo, um editorial do *New York Sun* o criticou por “impiedosamente tirar a vida de animais inocentes e inofensivos, sem provocação, com o único objetivo de satisfazer o desejo de matar” (apud TOBIAS, 2011: 65). Durante seu safari na África,

53 Durante sua carreira política, Roosevelt empreendeu diversas transformações na área da preservação ambiental. Em 1887, ele uniu-se a alguns caçadores esportistas para fundar a *Boone e Crockett Club*, uma instituição de caça orientada para a conservação ambiental. Ao longo de seu mandato presidencial, ele criou a *U.S. Forest Service* e inaugurou 150 florestas nacionais, 51 reservas federais de aves, quatro reservas nacionais de animais selvagens, cinco parques nacionais, dezoito monumentos nacionais (como o *Grand Canyon*, que hoje é considerado parque nacional) e vinte e quatro projetos de recuperação. Atuou, ainda, em diversos movimentos em defesa dos animais e afirmou a necessidade de uma postura consciente de caça. Em 1905, por exemplo, ele ajudou a fundar a *Bison American Society* (ABS), em uma tentativa de salvar o bisão norte-americano da extinção. Roosevelt dizia-se preocupado com a ineficiência das leis ambientais e expressou seu medo de que algumas espécies se tornassem extintas: “Será uma verdadeira desgraça se os nossos animais selvagens desaparecerem das montanhas, planícies e florestas, e só puderem ser encontrados nas grandes reservas de proteção animal” (ROOSEVELT, 1906: 11).

em 1909, sua comitiva matou 11.397 animais, dentre os quais se incluíam seis rinocerontes brancos, espécie que, na época, já se encontrava em ameaça de extinção. Entretanto, Roosevelt defendeu-se veementemente, alegando que, na verdade, realizava uma contribuição significativa para a ciência. “Como vocês sabem, pelo menos, eu não sou um açougueiro esportista”, ele escreveu em uma carta aberta ao secretário do *Smithsonian*, Charles Doolittle Walcott, em 1908. “Eu gostaria de participar de alguns números de caçadas, mas, meu interesse principal e real é o interesse de um naturalista da fauna, que, no presente, ocupa a mais importante posição nunca antes ocupada” (*apud* TOBIAS, 2011: 66). A ciência da época justificava sua preferência por animais abatidos na natureza. Os naturalistas argumentavam que os animais mortos em cativeiros não possuíam a oportunidade de trabalhar seus ossos e músculos de “maneira violenta, e, por isso, seus esqueletos seriam conseqüentemente menos desenvolvidos” (RITVO, 1987: 248). Apostava-se em uma descrição objetiva da natureza, inclusive em termos materiais, o que tornava intolerável qualquer elemento que pudesse camuflar ou deturpar tal realidade.

Assim, apesar dos discursos conservacionistas em defesa dos animais, os caçadores não abandonaram o esporte. Eles apenas encontraram novas maneiras de justificar sua atividade: como forma de controle contra pestes, ou como materiais necessários para os estudos naturalistas, ou, ainda, como prática necessária na busca do vigor físico masculino. Para John MacKenzie (1988), fosse a caça respaldada cientificamente ou não, ela, em sua essência, nunca deixou de ser uma clara demonstração de poder. Ao ser narrada pelo olhar do caçador, ela apelava para determinados valores colonialistas e manifestava, por meio de sua prática, as diferenças e os problemas sociais de uma época. Um exame nas estruturas sociais do esporte, em seu contexto histórico, em suas ferramentas e nos tipos de preparação pode revelar seus possíveis papéis na fundamentação do imperialismo sobre os “países coloniais” ou “em desenvolvimento” durante os séculos XIX e XX.

William Storey, em seu artigo intitulado *Big Cats and Imperialism* (1991), demonstrou que, na Inglaterra, o desenvolvimento da caça enquanto esporte esteve sempre vinculado a um discurso de poder e a uma tentativa de enrijecimento da hierarquia social. Na Grã-Bretanha, do século XIX e até a Primeira Guerra Mundial (com a vertiginosa queda da elite agrária), o esporte de caça, como, por exemplo, a caça à raposa, serviu como um baluarte aristocrático contra os valores burgueses, em

particular contra a reforma agrária. A própria existência do esporte dependia inteiramente da ideia da grande propriedade privada. Desde o período medieval e renascentista, a terra esteve concentrada nas mãos da Coroa, dos nobres e da Igreja, e os animais selvagens que vivessem nela eram também entendidos como parte de seus domínios. Ou seja, a população camponesa não podia caçar e a atividade era inviável em comunidades compostas por pequenas fazendas. Desta forma, sua prática foi sempre associada aos símbolos de poder e prosperidade. Sob o aspecto utilitário, o esporte não traduzia nenhuma finalidade no que se refere ao desenvolvimento da agricultura ou da pecuária, e as raposas tampouco representavam uma significativa ameaça física para a população rural. A atividade em si não se assemelhava a um confronto épico entre homem e besta. Pelo contrário, comparava-se mais a um restrito “clube de viagem”, ou, até mesmo, a uma prática de reafirmação do status quo.

Ironicamente, nesse mesmo período, a caça à raposa também serviu como um dos veículos mais visíveis de assimilação da burguesia ascendente à cultura das elites. Com chegada das ferrovias, a caça tornou-se mais acessível para os cidadãos que viviam nas cidades. E o esporte cresceu entre os membros da ascendente burguesia e entre alguns representantes da classe média, que almejavam participar da atividade como uma maneira de entrar no meio cultural e social aristocrático. Embora a grande propriedade continuasse a ser um requisito essencial para a admissão ao círculo nobre, outras condições foram igualmente importantes, como: ascendência familiar, educação, casamento, fortuna e função no Estado. Isso não quer dizer que britânicos endinheirados possuíam ampla entrada na aristocracia. Pelo contrário, as classes em ascensão encontraram inúmeros obstáculos e dificilmente eram considerados “pares”. O processo de assimilação despendeu gerações e exigiu sorte e paciência por parte das famílias aspirantes (STOREY, 1991: 138-140). Todo tipo de estratégia era utilizada para aproximar-se do ambiente e dos hábitos tradicionalmente considerados nobres.

O esporte de caça também foi praticado nas áreas coloniais controladas por europeus. O imperialismo britânico e seus assentamentos na África e na Ásia ao longo do XIX e XX possibilitaram a transposição da prática esportiva (e seus valores e hierarquias) para um novo território. Assim como na Inglaterra, o esporte serviu como elemento de diferenciação social. Ao contrário das diversas técnicas e tradições de caça utilizadas pelos indígenas, ele expressou uma manifestação natural da cultura do colonialismo, devido ao seu forte simbolismo e por ser uma atividade aberta apenas

para os habitantes mais poderosos da colônia. Para os soldados e agentes coloniais, a caça na Índia e na África era uma demonstração assumida de seu posto social, pois embora acolhessem pouca estima dentro da alta sociedade britânica, nas regiões africanas e asiáticas, eles recebiam o status de elite. A prática do esporte de caça era uma forma de legitimar esse status, já que se tratava de um privilégio exclusivo de sua posição. Além disso, o esporte foi também uma esfera fundamental na afirmação do controle econômico imperial. A natureza exótica de elefantes, zebras, leões e rinocerontes estimulou o desejo e a procura de peles e produtos, como o marfim, nos mercados internacionais. Por isso, a acossa de tais animais, cada vez mais, tornava-se restritiva e prerrogativa de poucos.

Os europeus colonizadores também perceberam a caça na África e na Ásia como um combate final entre a “natureza” e a “cultura”, o “selvagem” e o “domesticado”. As espécies mais atrativas eram aquelas que se portavam como ameaça aos seres humanos e sua caça era vista como o desafio da civilização. As coleções eram estruturadas não apenas de maneira a enfatizar a variedade da natureza, mas, principalmente, a dominação humana sobre ela. Em seu livro *Empire of Nature* (1988: 80), John MacKenzie sugeriu que “a caça ofereceu à elite (...) um domínio simbólico sobre o meio ambiente, uma maneira de afirmar as fronteiras do território, da ação e do comportamento”. Para Storey (1991), o *Big-Game Hunting* foi uma “tradição inventada”⁵⁴, apropriada e reinterpretada pelos agentes coloniais. Os ingleses expatriados, que viviam em regiões na África e na Ásia, caçavam diferentes tipos de animais, de formas distintas, por razões e objetivos também diversos da população local e nativa. Tratava-se de um esporte pertencente à cultura ocidental, que tinha a intensão de exibir as faculdades do poder europeu sobre os demais povos e territórios conquistados.

O desenvolvimento do esporte de caça nos Estados Unidos aconteceu de maneira um pouco diferente. Não havia um senso tão estrito de hierarquia como no Velho Mundo e a terra, em um momento de incentivo à ocupação do Oeste, não era encarada como um elemento limitado e restrito. Após a Independência do país no

54 Storey utilizou o conceito de “tradição inventada” elaborado por Eric Hobsbawm. Segundo Hobsbawm, por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1997: 09).

final do século XVIII, surgiu a necessidade de um rompimento com os valores da metrópole inglesa, e a fundamentação da ideia de que o Novo Mundo, a América, significava um começo, uma ruptura com o passado, sendo o “povo americano” a “síntese do novo homem”: “o Adão que teria apenas o futuro pela frente”. Tudo que lembrasse a Europa deveria esvanecer. A nascente democracia norte-americana vinha acompanhada por um enorme sentimento de possibilidades, procurando manter a liberdade da livre iniciativa contra uma retórica pautada nos valores sociais e hierárquicos da tradição britânica⁵⁵. “Como um novo Adão, motivado pelas melhores intenções, podia tudo tentar” (JUNQUEIRA, 2000: 74-78). O acesso à terra, pelo menos no plano do discurso, era aberto às iniciativas individuais daqueles que, como os primeiros peregrinos⁵⁶, portavam uma energia excepcional, capaz de construir um mundo a partir do zero, mesmo que ele se revelasse selvagem e desafiador⁵⁷.

A natureza norte-americana, encarada anteriormente como entrave à modernização, dada as dificuldades climáticas e os obstáculos territoriais, passou a ser entendida como algo que diferenciava a América da “Velho Mundo”. Nas artes e na literatura, a “natureza selvagem e virgem” passou a ser apresentada como singularidade da identidade nacional e como elemento constitutivo das qualidades do povo americano. O pioneiro que dominasse aquele mundo, habitado por animais ferozes e índios hostis, seria recompensado com o revigoramento de sua força física e o fortalecimento de seu espírito. Somente um indivíduo forte poderia conquistar eficazmente aquele território, ao transformar a terra em cultivável e ao levar os valores da civilização para os locais mais recônditos. Baseados na crença de ser parte de uma nova nação especialmente escolhida por Deus e destinada a ser a maior de todas elas, os estadunidenses intensificaram sua expansão territorial e a justificaram com a missão que lhes foi supostamente designada de levar o esclarecimento aos povos considerados inferiores (JUNQUEIRA, 2000; NASH, 1982; PRADO, 1999).

55 Não se pode esquecer que os valores democráticos norte-americanos foram construídos com base nos ideais liberais europeus.

56 Como Mary Anne Junqueira (2000) explicou, embora os Estados Unidos tenham sido colonizados por uma variedade de grupos culturais, foram os peregrinos e seus textos sobre a travessia do Oceano, o pacto do *Mayflower* e as dificuldades encontradas no início da colonização que permaneceram fortemente enraizados no imaginário norte-americano. Ainda nos dias atuais, a imagem do peregrino tem sido utilizada como símbolo do desbravador e aventureiro nacional.

57 Pelo menos nos primeiros tempos coloniais, a maior parte da terra foi avaliada como “pública”. Não se considerava os índios norte-americanos como proprietários de terra (DEMELLO, 2012: 68).

A atividade de caça também foi empregada nos Estados Unidos como uma forma de conquista e controle de uma região, embora tenha sido utilizada no princípio com propósitos de subsistência. A população nativa, e em menor escala a euro-americana, explorou os recursos naturais com o objetivo de conseguir alimentos, roupas e abrigo. Com a descoberta e a exploração das riquezas e potencialidades no Oeste norte-americano, ambos passaram a atuar também como “caçadores de mercado”, buscando abastecer o comércio e a indústria com produtos extrativos. Estes recursos foram relacionados, no imaginário da época, à conquista e ao controle do território. Segundo Margo DeMello (2012), já na virada para o século XX, a população, mesmo a de fronteira, não mais precisava caçar para conseguir suas provisões. A comida consumida vinha, cada vez mais, das grandes fazendas ao invés dos mecanismos anteriores de subsistência. E, com isso, a atividade foi ganhando contornos mais evidentes de um esporte⁵⁸ e de uma aventura. Porém, cabe ressaltar que, desde o início da colonização no país, alguns norte-americanos já utilizavam a caça como atividade recreativa e a compreendiam como traço remanescente de sua herança cultural britânica. Ela também se tornaria, no final do oitocentos, um esporte de elite nos Estados Unidos, como o foi na Inglaterra, em que era necessário dinheiro para se contratar guias e ajudantes para os trabalhos manuais⁵⁹.

Para Richard Rattenbury (2008), o caráter distintivo de caça nos Estados Unidos, especialmente no Oeste, surgiu a partir de muitos elementos, entre eles: a imensa escala da região, a existência de uma variedade de animais selvagens de médio e grande porte, e sua condição de “fronteira”. Durante os anos de 1865 e 1900, o desenvolvimento das ferrovias transcontinentais e da tecnologia das armas de fogo, juntamente com suas estratégias publicitárias, trouxeram um crescimento vertiginoso na adesão de novos praticantes e na valorização da atividade enquanto esporte. As caçadas passaram a ser descritas como épicas, nas quais apenas personagens com qualidades especiais poderiam se destacar e alcançar a vitória. O “verdadeiro caçador”

58 Mesmo no período antigo, a caça passou a ser entendida como esporte. Por este termo entende-se que tratava-se de uma forma de praticar atividade física que, por meio de participação ocasional ou organizada, visava equilibrar a saúde ou melhorar uma aptidão física e/ou mental, além de proporcionar entretenimento aos seus participantes. Ao contrário da caça de subsistência, cuja única preocupação era a sobrevivência do indivíduo, a caça esportiva apresentava-se como um elemento cultural, dotado de valores simbólicos e sociais. Outras características, como lazer e aventura, se imbricavam à atividade e tornavam-se indissociável da prática.

59 Americanos abastados, como, por exemplo, J. P Morgan e Cornelius Vanderbilt, chegaram ao extremo de desenvolver reservas de caça privadas, como forma de garantir bons espécimes para as suas perseguições. Ver: DEMELLO (2012).

seria aquele que detivesse um instinto de sobrevivência primário e possuísse um espírito aventureiro e empreendedor, assim como os primeiros peregrinos. Deveriam portar-se como esportistas meticolosos, exploradores e amantes da natureza, pois afinal de contas, enfrentariam batalhas contra os representantes mais perigosos da natureza: o território e os seus habitantes.

Ainda que a “conquista do Oeste” tenha sido descrita como um processo heroico, o mito da fronteira e a ideia de território selvagem validaram a destruição das áreas conquistadas e o extermínio das comunidades indígenas em função do estabelecimento da propriedade privada (JUNQUEIRA, 2000). A caça foi utilizada como mecanismo de fundamentação e exibição da superioridade americana frente às intempéries da natureza e dos “selvagens” do Oeste. No século XIX, com a justificativa nacionalista do Destino Manifesto, surgiria ainda mais forte a ideia dos valores superiores dos norte-americanos e de seu dever – e predestinação – em dominar qualquer território que fosse classificado como bárbaro e inculto. O esporte de caça, antes mais restrito ao território estadunidense, passou a abranger outras localidades do globo, como a África e as outras Américas. E a cultura norte-americana, assim como a britânica, acabou por embutir valores nacionais a este tipo de entretenimento. As expedições de caça apresentavam claras conotações simbólicas sobre as relações humanas com a natureza, e, sobretudo, com as relações estabelecidas entre “raças”, povos e nações.

As caçadas em terras desconhecidas ou “selvagens” – fossem elas realizadas por ingleses ou norte-americanos – eram vistas como empreendimentos caros, vinculados às classes abastadas. Assemelhavam-se em muitos casos às campanhas militares. Existia uma preparação cuidadosa e minuciosa, na qual mapas eram estudados, informações coletadas, e um pedaço do país selecionado como uma espécie de “teatro das operações”. A política se misturava aos anseios de lazer, e era necessário utilizar de relacionamentos e diplomacia para se conseguir adentrar em áreas repletas de riquezas naturais e consideradas estratégicas na defesa de um país. Antes de sua viagem ao noroeste brasileiro, Theodore Roosevelt trocou diversas correspondências com o embaixador Domício da Gama, e conseguiu a promessa do governo brasileiro na ajuda do transporte dos barcos e das cinco toneladas de bagagem de sua equipe. Além disso, assegurou a participação do Coronel Cândido da Silva Mariano Rondon como guia da missão. Ainda a bordo do navio *Vandyck*,

Roosevelt enviou uma carta ao ministro Lauro Müller, lembrando-lhe da conversa que já havia realizado com Da Gama, como forma de asseverar o combinado (MILLARD, 62-63). Müller não só concordou com o pedido como dispôs, a serviço dos visitantes estrangeiros, uma equipe de cientistas do Museu Nacional, juntamente com todo o apoio do Exército brasileiro, o que propiciou à viagem uma aparência acentuada de operação militar.

Para o sucesso da empreitada ainda era necessário o emprego de uma grande quantidade de mão de obra humana e de um volumoso arsenal de armas de fogo. Esses empreendimentos demonstravam o poder estrangeiro em obter força de trabalho nativa, a fim de atender tais ensejos de lazer e aventura. A população local era empregada como força física bruta, e ocupava funções sem prestígio ou pouco valorizadas, como cozinheiros, carregadores e picadores. Concomitante às tarefas servis, os nativos também demonstravam uma habilidade imprescindível no sucesso da viagem: a disposição em encontrar os rastros dos animais. De uma maneira geral, os esportistas estrangeiros costumavam elogiar o conhecimento que seus auxiliares demonstravam em interpretar os sinais da natureza, porém, entendiam que a acumulação desse saber era meramente intuitiva. Eles reconheciam que o “homem branco” nunca conseguiria competir com a habilidade do “homem da terra” em seguir os rastros do “Grande Jogo”, pois era um conhecimento primário, como um instinto de sobrevivência animal. Não obstante a convivência da comitiva pudesse ser harmoniosa e sem muitos sobressaltos, os visitantes europeus e norte-americanos não costumavam apontar mais que esse tipo de qualidade na população empregada. Na visão colonialista da época, o nativo apresentava uma série de intermináveis obstáculos em seu comportamento e personalidade que dificultavam a gestão eficiente da viagem.

No caso de Roosevelt no Brasil, apesar de reconhecer a gentileza e boa hospitalidade do povo simples do noroeste brasileiro, seus relatos – que ainda mantinham um tom de superioridade, mesmo quando o intuito era elogiar – tenderam a representar seus auxiliares de caça como gente rude, ignorante e ingênua, características de quem ainda estava alijado da convivência com as “civilizações superiores”. Segundo o ex-presidente, pouco havia se produzido sobre a biologia das “feras sul-americanas”, por isso, as informações populares trazidas por esses ajudantes foram de grande serventia, conquanto, invariavelmente, misturavam-se

“lendas infantis” com a experiência prática no assunto, sem qualquer cientificidade ou rigor (ROOSEVELT, 1976: 87). Os “rastreadores brasileiros” eram descritos como homens “escuros e mestiços”, que “andavam descalços e mal vestidos”, e carregavam junto ao corpo armas grosseiras, como um “chuço grande e um afiado facão” (ROOSEVELT, 1976: 62). Exerciam genuinamente a função de encontrar animais, mas não se podia esperar muito mais do que esse serviço. Sobre um de seus auxiliares, Roosevelt sintetizou o assunto:

E só pudemos encontrá-los novamente [rastros da onça pintada] devido a um de nossos caboclos, um índio que tinha cara esquisita de mongol e era completamente desprovido de entendimento, a não ser a sua especial habilidade de lidar com animais selvagens. Vestia uma roupa quase em trapos, porém nada escapava à sua vista e estava sempre pronto a perseguir qualquer coisa em qualquer lugar. (ROOSEVELT, 1976:82)

Esses ajudantes, citados por Roosevelt, eram também conhecidos como “azagaieiros”. O nome era derivado da “azagaia”, uma arma de lança curta atada a um travessão comprido, que era utilizada pela população local na defesa contra os ataques da onça pintada. Segundo Rondon (1916: 27-28), o “azagaieiro” posicionava-se sempre ao lado do caçador, pois caso o animal resolvesse investir um assalto, ele deveria, prontamente, assumir a linha de frente de forma a atrair a atenção do bicho para si. “Com a azagaia em riste, firme, sem procurar atirar golpes, que seriam infalivelmente rebatidos com uma pancada de braço do felino, espera que este, levantando-se sobre as pernas e jogando a parte dianteira do corpo para o amplexo fatal, venha, por si mesmo, espetar-se no ferro, que lhe é apresentado”. Assim, o animal, além de ferido, posiciona-se a uma distância adequada do caçador, para que este, seguro e com o tempo suficiente, pudesse encontrar a melhor ocasião para atirar. Como se pode perceber, a função do “azagaieiro” não era matar, mas, proteger o caçador. Sua presença era de extrema necessidade para o sucesso e a segurança da caçada. Entretanto, Roosevelt não dispendeu uma palavra sequer para registrar tal suporte. A narrativa da empreitada apresentava apenas um personagem principal: o caçador.

Havia uma divisão social implícita, embora não velada, no esporte. James Ryan (1997: 102-103) mostrou como as fotografias do *Big-Game* revelavam mais do que seu assunto aparente, e expunham também importantes detalhes sobre as hierarquias estabelecidas na época. Como exemplo, Ryan examinou a imagem do

vice-rei inglês, Lord Curzon, na Índia (FIGURA 4). A composição da imagem era dividida em três planos. No primeiro, mais próximo ao fotógrafo, aparecia o corpo caído de um tigre de bengala, ladeado por seu algoz, Lord Curzon. Este segurava uma espingarda e adotava a postura convencional do caçador vitorioso e proprietário de terras. Sua pose confiante simbolizava a autoridade britânica na Índia em um momento de apogeu do imperialismo inglês. No segundo plano, aparecia sua esposa, trajada com roupas femininas para este tipo de viagem. Sua posição secundária poderia também dizer alguns elementos importantes sobre a situação da mulher na Inglaterra do final do século XIX. Porém, a parte mais instigante a este trabalho, encontra-se no pano de fundo da imagem, na qual estavam dispostos, no matagal escuro, os funcionários do vice-rei. Suas silhuetas se confundiam com o cenário da floresta, e as posições das cabeças, levemente abaixadas, dificultam ainda mais a identificação dos traços faciais. Na verdade, não importava a identificação destes personagens, e suas presenças na imagem justificavam-se apenas enquanto testemunhas do grande feito de seu senhor. Suas posturas não eram de heróis ou de grandes caçadores. Eles nem portavam armas. Na imagem, assim como no relato, suas atuações foram consideradas marginais e de pouco importância para o triunfo final do caçador estrangeiro.



FIGURA 4- LALA DIN DIYAL & SONS. *Their Excellences just after Shooting.* Souvenir of the Visit of H. E. Lord Curzon of Kedleston, Viceroy of India to H. H. the Nizam's Dominions, April 1902. In: RYAN, 1997: 102

Nas fotografias de Roosevelt, tanto no Brasil quanto na África, o mesmo tipo de composição se reproduz. Seus auxiliares ou eram totalmente excluídos da cena, ou apareciam de maneira marginal. O enfoque era apenas no caçador e no animal abatido por ele. Assim como na fotografia de Lord Curzon, os nativos brasileiros também apareceriam sem portar armas, e se posicionavam na cena como meros observadores da façanha, como mostra a FIGURA 5. O tipo de armamento que cada integrante carregava representava o seu poder e hierarquia na viagem. Roosevelt chegou a descrever o tipo de arma que os rastreadores brasileiros empregavam: “um chuço grande e grosseiro e um afiado facão”. Suas munições, simples e rudimentares, eram consideradas inferiores às “sofisticadas” espingardas e pistolas norte-americanas. As armas de fogo eram equipamentos necessários no esporte, e a presença ou a ausência delas identificava os verdadeiros integrantes da aventura. Segundo Storey (1991), em algumas áreas coloniais da África e da Ásia havia restrições legais sobre a posse de armas de fogo pela população local. Somente os agentes coloniais ou os nativos abastados podiam portar armamento. O alto custo do equipamento, que o tornava um artigo de luxo, também restringia ainda mais o número de proprietários e reafirmava o poder bélico e social de uma pequena parcela de homens.



FIGURA 5- *Caçada à queixadas.* Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Cortesia AMNH.

O armamento da expedição consistia em um assunto bastante importante e estudava-se a escolha de cada arma com antecedência. Os caçadores portavam uma variada gama de rifles e espingardas, cada uma específica para uma determinada situação. As armas preferidas eram os rifles e as espingardas de cano duplo, por serem ideais para a caça de grandes mamíferos. Essas armas de maiores dimensões disparavam uma bala pesada e em alta velocidade, proporcionando maior “impacto” e avaria no animal. Outros esportistas preferiam utilizar pistolas ou espingardas menores, com velocidades elevadas, porém, com balas mais leves, tais como o Magnum calibre 0,375. Estas eram mais fáceis de manejar, embora não fizessem tanto dano a um grande animal, como um leão ou um tigre. As armas menores ficavam reservadas para animais menos perigosos, já que geravam menos lesões e estragos no corpo das presas. Roosevelt, em diversos momentos do relato de viagem ao Brasil, descreveu o tipo de arma escolhido e a situação em que foram utilizadas.

Os naturalistas trouxeram, como armas de defesa, espingardas de calibre 16, tendo uma das de Cherrie o cano raiado. Para o restante da comitiva, as armas de fogo foram fornecidas por mim e por Kermit, inclusive meu rifle “Springfield”, duas “Winchesters” de Kermit, de 405 e 30-40, uma “Fox” calibre 12, uma outra calibre 16, um par de revólveres, sendo um “Colt” e um “Smith Wesson”. (Roosevelt, 1976: 21)

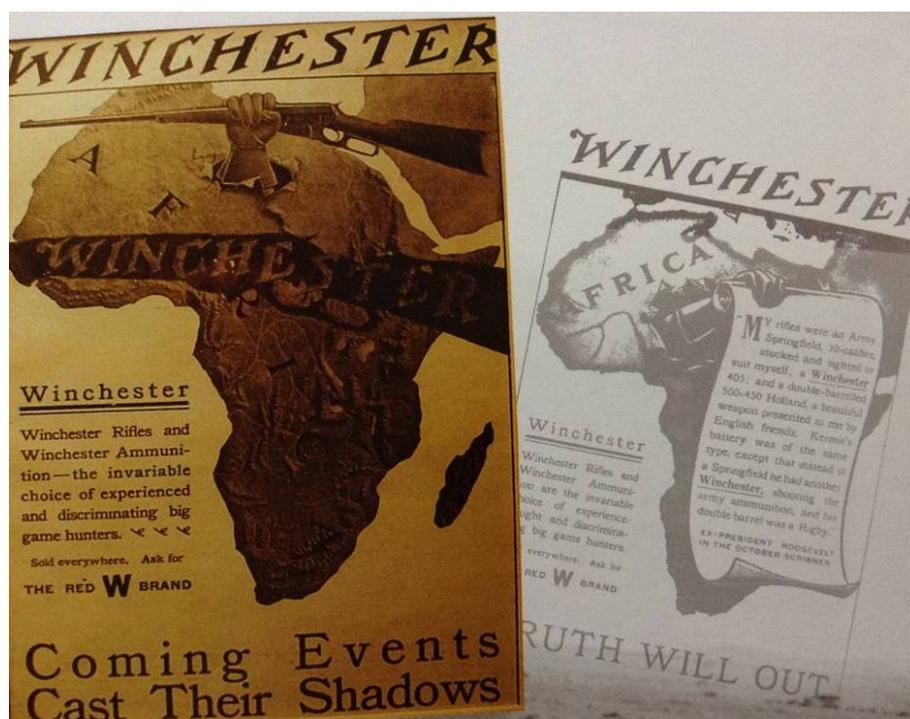
Houve a colaboração dos grandes fabricantes bélicos do período no abastecimento das armas para as expedições de Roosevelt. A maior parte do armamento citado na viagem ao Brasil já havia sido adquirida durante o safari à África, em 1911. Seus fabricantes eram majoritariamente companhias norte-americanas, e esta característica tornar-se-ia um importante elemento na retórica da conquista. No dia 13 de agosto de 1908, por exemplo, Ansley H. Fox, presidente da empresa armamentista que levava o seu nome, enviou uma carta a Roosevelt oferecendo uma espingarda duplo cilindro, calibre 12, como presente para a sua viagem. Na mensagem, ele mencionava a importância do uso de uma arma genuinamente produzida nos Estados Unidos para uma conquista verdadeiramente americana na África: “Estamos empenhados nisto puramente pela nossa alta consideração e estima a você, assim como nosso desejo de que você deva fazer o seu tiro com um produto americano, feito por norte-americanos, especialmente para você”. Infelizmente, grande parte dessa troca de correspondência se perdeu no tempo.

Porém, no dia 10 de setembro de 1908, Roosevelt respondeu não apenas elogiando a espingarda, como também solicitando a encomenda de uma nova pistola: “Eu tenho muito orgulho em usar espingardas americanas nesta viagem, e da mesma maneira eu gostaria de ter uma pistola americana” (apud WILSON, 2009: 177). Um mês após o início do safari, TR escreveu uma carta para o senador Henry Cabot Lodge, dizendo que ele teve o “prazer em constatar que meus rifles americanos, que todos haviam me advertido contra, funcionaram muito bem” (apud WILSON, 2009: 192).

A espingarda duplo cilindro, presenteada por *Ansley H. Fox*, havia sido confeccionada para atender o gosto particular de Roosevelt, e exibia um acabamento refinado para os padrões da época. A empresa tentou produzir uma arma personalizada, que manifestasse a importância e a autoridade de seu dono. Na parte superior do cilindro direito da espingarda aparecia a inscrição: “feita expressamente para Hon. Theodore Roosevelt”; e no topo do cilindro esquerdo a referência: “Feita pela Companhia A. H. Fox, Filadélfia EUA”. A nota de registro ainda comunicava que: “Esta arma é para fins de exposição e deve ser tão perfeita quanto a habilidade de quem a pode manusear”. O verso da nota original ainda confirmava o nome do proprietário: Pres. Roosevelt. Talvez como retribuição ao galanteio, a empresa contou com a própria colaboração do presidente, que reforçou a propaganda em vários momentos de seu livro *African Game Trails* (1910: 28): “Eu tenho uma espingarda Fox No. 12, e não há melhor arma feita do que esta”. A Companhia aproveitou a situação para realizar uma série de anúncios publicitários, cujo *slogan* era: “O que Theodore Roosevelt diz sobre a *Fox Gun*”. (WILSON, 2009: 177-179). O endosso de Roosevelt foi empregado como principal ferramenta de marketing da empresa.

Contudo, nenhuma outra companhia soube usufruir dessa reciprocidade de forma mais intensa do que a *Winchester*. Ela havia sido escolhida para fornecer as principais armas do safari africano. Roosevelt admirava os produtos da empresa e esta, por sua vez, aproveitou a oportunidade para estreitar relação e convertê-la em publicidade. Tão logo Roosevelt embarcou em direção à África, a *Winchester Arm* lançou uma campanha publicitária na *Collier Magazine*. O primeiro anúncio da série apresentava a ilustração de uma mão que surgia de dentro do continente africano. A mão vestia uma luva de cavalaria e empunhava o modelo *Winchester* 1895. À esquerda do mapa aparecia a seguinte frase: “*Winchester Rifles* e *Winchester Ammunition* são a escolha invariável da experiência-ensino dos destacados caçadores

do *Big Game*.” Na parte inferior do anúncio aparecia ainda a inscrição: “Próximos eventos lançam suas sombras”. A alusão a Roosevelt foi velada, embora a luva de cavalaria fosse vista como uma clara referência ao então presidente, e os eventos se tratassem do safari à África, já muito divulgado pela imprensa da época. Nos meses subsequentes, a *Winchester* publicou diversos anúncios que apresentavam o esporte de caça na África como perigoso e desafiador. E, finalmente, na propaganda do dia três de abril, a *Winchester*, a “Arma que Venceu o Oeste”, como era conhecida, se colocava como pronta para conquistar a África. A mesma estrutura do anúncio inicial foi utilizada, porém, a nova versão trazia um trecho do relato de Roosevelt, que continha um destaque na palavra “*Winchester*”, e o seguinte dizer: “A verdade se revelará”. Segundo Wilson (2009: 192-193), os anúncios publicitários da *Winchester* ocorreram sem que houvesse uma consulta formal ao presidente, e não se sabe ao certo como ele reagiu às propagandas. Mas, possivelmente, não demonstrou grande descontentamento, já que continuou a relatar o bom desempenho das armas em suas narrativas, além de escalá-la para a expedição ao Brasil⁶⁰. No livro *African Game Trails* apareciam alusões carinhosas à empresa como: “a minha arma medicinal contra leões”, e “a amada *Winchester*”. A companhia não poderia ter pedido um apoio mais explícito aos seus produtos do que este.



⁶⁰ Sobre a propaganda produzida pela *Winchester*, ver: Wilson (2009) e Tobias (2011).

FIGURA 6- Anúncios publicitários da Winchester. In: Wilson, 2009: 192.

Embora em diversos momentos de seu livro Roosevelt tenha citado e explicado a importante atuação das armas no momento da caça, ao contrário do que aconteceu na expedição à África, não houve uma intensa publicidade das empresas armamentistas em relação à viagem ao Brasil. Acredita-se que este fato pode ser explicado por dois fatores: 1- Roosevelt não havia feito uma nova grande encomenda bélica. Ele reutilizou suas armas pessoais, fornecidas anteriormente, para ajudar a abastecer os membros norte-americanos da missão. 2- A viagem não havia sido divulgada como dedicada ao esporte de caça, e sim como um empreendimento científico. O público alvo das empresas armamentistas eram os amantes do esporte de caça e o destino almejado ainda era a África. Além disso, a fauna brasileira, apesar de famosa pela rica biodiversidade, não possuía a quantidade de mamíferos considerados ferozes e de grande porte como no território africano, e a localização dos animais na mata fechada era bastante difícil. Como já foi visto, Roosevelt, em diversos momentos, reclamou da aparência desértica da região, na qual se passava dias sem se avistar um único alvo, conquanto se soubesse de sua possível presença.

Mesmo sem esse tipo de publicidade na ocasião da expedição ao noroeste brasileiro, a descrição do armamento disposto para a viagem tinha importante valor simbólico. A munição escolhida por Roosevelt, ao ser citada em seu relato de viagem, acabava por incitar, nos leitores e cidadãos norte-americanos, uma associação, mesmo que inconsciente, às experiências anteriormente vividas pelo ex-presidente nas grandes incursões de caça. E, se estas armas já eram conhecidas como tendo conquistado o oeste norte-americano e o continente africano, agora, também, lançavam-se à tarefa de dominar o território brasileiro.

2.2 O ideal de masculinidade norte-americana: Roosevelt e a figura do caçador

Nos Estados Unidos, a diligência da expansão para o Oeste e a subsequente valorização do esporte de caça também forneceram subsídios para o desenvolvimento da ideia de etapa imprescindível para a construção da masculinidade dos jovens norte-americanos. Isto se aplicava, especialmente, aos homens abastados da sociedade, que, a cada dia, eram instruídos a gastar suas energias nas salas de aula e nas bibliotecas,

dedicando-se aos estudos abstratos e imateriais das artes liberais e filosóficas (MACHADO, 2006). Em seu livro *Manhood at Harvard* (1996), o autor Kim Townsend abordou a emergência de uma cultura americana do cavalheirismo a partir dos anos da Guerra Civil, centrada especificamente nos valores da masculinidade e na necessidade da experiência de viagem, do contato com os desafios da natureza, como forma de desenvolver a força e o autocontrole físico. Essa concepção de masculinidade, produzida e articulada dentro do universo acadêmico e social da Universidade de Harvard (envolvendo alunos e professores), visava preparar os jovens para as pressões e a “brutal” competitividade do mundo dos negócios.

Maria Helena Machado (2006: 125-126) sublinha que esses valores, ligados à extroversão autocontrolada do vigor e da liderança, buscava armar os jovens contra os perigos da neurastenia e da fragilidade provocada por um sistema de educação excessivamente reflexivo e abstrato. A neurastenia, durante a segunda metade do oitocentos, era entendida como uma doença de classe, particular daqueles que não exerciam nenhum tipo de trabalho manual. Imaginada como subproduto da superioridade da atividade cerebral sobre a energia bruta, a neurastenia acabou sendo vinculada à ideia de inteligência, aos trabalhos mais seletos, à sofisticação dos anseios e às atividades mentais. Embora a doença tenha encontrado legitimidade social, ela não deixou de ser combatida pelos médicos e pelas próprias instituições de ensino. Prevalencia a confiança de que, além dos esportes, a vida ao ar livre e as viagens eram a maneira mais saudável e eficaz de resguardar a mente dos norte-americanos, sobrecarregados por uma rotina sedentária e por trabalhos demasiadamente abstratos e contemplativos ou exageradamente sentimentais e femininos, como, por exemplo, a literatura (MACHADO, 2006:126). Ao contrário das receitas indicadas para as mulheres histéricas e nervosas – repouso e abstinência de qualquer atividade física –, aos homens era recomendado que se envolvessem em atividades de força física, como as viagens, as cavalgadas e caçadas no Oeste americano.

Theodore Roosevelt foi igualmente influenciado por essa corrente de ideias. Sua infância foi marcada por uma saúde frágil e por recorrentes ataques de asma. Aos doze anos, o médico da família disse-lhe que, caso não começasse a trabalhar, o seu corpo e sua mente iriam procrastinar. “É uma labuta árdua transformar o corpo”, disse-lhe o doutor, “mas eu sei que você vai conseguir”. Então, o menino Teddy imediatamente prometeu: “Eu vou fazer o meu corpo” (apud TOWNSEND, 1996:

258). Acreditava-se que por meio de uma rotina de exercícios físicos intensos poder-se-ia transformar um menino doente, estudioso e precoce em um homem ferozmente competitivo e fisicamente exuberante. O jovem Roosevelt passou a participar de atividades consideradas viris, como a caça esportiva, as cavalgadas e caminhadas extenuantes. Durante seus anos como estudante de Harvard, integrou as equipes de remo e boxe e participou de vários jogos esportivos. Como um dos editores do Jornal acadêmico *Advocate*, ele contribuiu com apenas três artigos, que tocavam na mesma temática: a prática esportiva. O primeiro texto referia-se a um pequeno apelo editorial em nome da Associação Atlética; o outro propunha a criação de uma competição de *traking* contra Yale; e o terceiro, exortava os membros do time de futebol americano a realizar exercício diário (ver: TOWNSEND, 1996: 256). Para Roosevelt, o cultivo de uma força viril deveria também ser acompanhado pela devoção inquestionável aos ideais de pureza física, que previam o abandono do consumo de bebidas alcoólicas e de hábitos não saudáveis.

As viagens aos territórios selvagens e inóspitos também se integravam, no pensamento rooseveltiano, como etapas indispensáveis na construção do “caráter” de um homem. Roosevelt realizou a sua primeira viagem ao Oeste-americano logo após graduar-se no curso de Direito, na Universidade de *Harvard*. Em 1883, ele novamente repetiria a experiência, desta vez, sob a justificativa de buscar alívio às suas crises de asma e pela oportunidade de conseguir bons investimentos financeiros na região. Em relação à sua aventura especulativa, tornou-se proprietário de parte de uma fazenda de gado em Dakota, localizada numa região conhecida como *Badlands*. A área havia recebido este nome devido à sua paisagem estranha, marcada por uma “bizarra” vegetação, constituída de ravinas, fontes termais e “caldeirões de enxofre”. Segundo uma lenda local, os caçadores franceses, que chegaram primeiro à região, chamaram o território de “uma terra ruim para se atravessar”, pois, além da paisagem exótica e perigosa, era povoada por bandidos. Mesmo a “justiça de fronteira” era difícil de aplicar e a sobrevivência era encarada como um desafio diário (MARSCHALL, 2011: 66).

Durante os anos seguintes à aquisição, a propriedade não foi utilizada como residência de sua família, e, tampouco, assegurou-lhe bons investimentos. Porém, foi ali que encontrou refúgio e consolo após a morte de sua mãe e de sua mulher Alice,

em fevereiro de 1884.⁶¹ Durante o período de luto, ele dedicou-se à montaria e à caça, associando-se aos *cowboys*, símbolos da resistência física e personagens que tanto admirava desde a infância. Para ele, a realidade do Oeste revitalizaria as suas energias, e expressões como “regeneração por meio da violência” ganhariam sentido. Cresceu, dentro de Roosevelt, a convicção de que o oeste norte-americano, ou a experiência de viver uma vida mais primitiva, era responsável pelo fortalecimento físico e espiritual do homem, assim como pelo surgimento de um senso de individualismo, do amor pela liberdade e da independência intelectual, características que supostamente teriam moldado o início da nação estadunidense.

O esporte de caça também teve um importante lugar no estilo de vida de Roosevelt. Durante o período em que viveu na Fazenda Elkhorn, Roosevelt escreveu três obras: *Hunting Trips of a Ranchman* (1885), *Ranch Life and the Hunting Trails* (1888) e parte do popular multi-volume *The Winning of the West* (1889-96). Estes livros ilustravam simultaneamente a visão que ele tinha sobre o Oeste e o seu lugar nele. As representações dos índios selvagens foram substituídas pela temática do trabalho, pelo retrato da vida e da natureza no rancho. Ao contrário dos barracos rurais, “grosseiros como um ninho de gralhas”, que pareciam vulneráveis aos caprichos da natureza, a Fazenda Elkhorn de Roosevelt, descrita no livro *Hunting Trips of a Ranchman*, estabelecia-se em um ambiente tranquilo, à sombra de enormes choupos. Sua sede havia sido erguida sobre uma paisagem marcada por “histórias de conquistas”, que eram sempre lembradas pelos chifres de alces que adornavam a varanda principal da residência. Porém, por mais que ele tenha celebrado a vida e a ética dos *cowboys* e dos trabalhadores da terra, em seus livros sua preocupação recaía mais na descrição dos episódios de caça e da atuação do caçador. Segundo Tobias (2011), Roosevelt imaginava-se como um caçador excepcional, e as ilustrações de suas obras testemunhariam seus atos enquanto tal. Das vinte e seis imagens do livro *Hunting Trips of a Ranchman*, apenas duas retratavam a pecuária. A grande maioria delas ilustrava uma galeria de cabeças de animais, que vinham acompanhadas pela data do abate: “Cabeça de Búfalo, tiro no dia 12 de setembro de 1884” – “Cabeça de

61 Dois dias após o nascimento de sua filha, a esposa de Roosevelt, Alice Hathaway Lee, faleceu, vítima de uma paragem renal (nessa época chamada de *doença de Bright*). Coincidentemente, sua mãe havia morrido de febre tifoide, no mesmo dia e na mesma casa, apenas onze horas antes. Após essas mortes quase simultâneas, Roosevelt deixou a sua filha aos cuidados da sua irmã, Anna, em Nova York, e viajou para o oeste americano para se recuperar das perdas. Até o fim de sua vida, ele não mais falou sobre a sua primeira esposa, e deixou de mencioná-la em sua autobiografia.

Urso Pardo (*Grizzly*), tiro no dia 12 de setembro de 1884” – “Cabeça de Veado, tiro no dia 14 setembro de 1884” – e assim por diante, para cada uma das sete espécies principais da região, todas elas baleadas dentro de um período de dez dias. As observações sobre a natureza foram sempre vinculadas ao contexto da caça. Roosevelt defendia que o conhecimento sobre o meio ambiente era necessário à sobrevivência humana primária, mas, sobretudo, era fundamental para o sucesso do caçador. “Na caça, a descoberta e a matança da presa é, afinal, apenas uma parte do todo”, declarou no *The Wilderness Hunter* (1900: 11):

“A vida ao ar livre, autossuficiente e aventureira, com sua democracia forte e robusta; o selvagem circundante; a beleza da paisagem grandiosa; a oportunidade de estudar a maneira e os hábitos das criaturas da floresta – tudo isso unido para dar à carreira do caçador seu charme peculiar. A caça está entre os melhores de todos os passatempos nacionais, ela cultiva aquela masculinidade vigorosa, cuja falta em uma nação, assim como em um indivíduo, outra posse de qualidade possivelmente não se poderia expiar”.

No centro de cada uma dessas histórias e ilustrações, aparecia um personagem singular: o caçador. O “caçador de Roosevelt” era muito diferente do “caçador de subsistência”. Este último era entendido como um oportunista, que não hesitaria em matar uma presa por qualquer mecanismo disponível. Ele, possivelmente, não teria desperdiçado seu tempo e esforço numa caminhada fatigante de sete semanas e mil milhas pelo sertão, com apenas o objetivo de matar um grande exemplar macho de cabra das rochosas. Tampouco se importaria com o tamanho ou o sexo do animal, o comprimento do chifre ou da barba. Sua atividade era regida pelo instinto de sobrevivência, e não por um conjunto complexo de regras socialmente determinadas, como a concepção cavalheiresca da “caça justa”⁶². Sua preocupação era apenas com o conhecimento necessário à sobrevivência – o que ele poderia matar e o que poderia matá-lo – e ao uso eficiente de seu trabalho, de forma a garantir o seu sustento e o de sua família (TOBIAS, 2011: 44).

Contrariamente, o “caçador de Roosevelt” se importava menos com o provisionamento do que em relação aos desafios que natureza poderia oferecer. Ele era um “Hércules americano”, que acolhia a dor e a fadiga pelo fato de elas definirem

62 Neste caso, por “caça justa” entende-se uma série de regras que buscavam “humanizar o esporte”, estabelecendo uma compreensão ética, legal e de espírito esportivo da prática. Dentre as normas mais conhecidas, destacam-se: o dever do caçador em realizar uma morte rápida e indolor do animal, o equilíbrio no jogo (pelo menos no discurso) entre presa e caçador, e a preocupação com o meio ambiente, ou seja, o esporte não deveria prejudicar ou ameaçar a natureza.

a qualidade e o valor de seus objetivos. Nas palavras de Roosevelt (1885: 11), ele era “vigoroso, forte, autossuficiente”, e levava uma vida que o obrigava “a ser ao mesmo tempo ousado e aventureiro”. Um homem cuja história estava gravada nas linhas de seu rosto, “linhas que falam de perigos e dificuldades enfrentadas em silêncio sem reclamar do sofrido”. Cada dificuldade e cada milha valia apenas como teste. A caçada era vista como um duelo entre ele e o representante da natureza, um troféu macho de uma espécie que viveu em redutos inacessíveis ao homem. O caçador de Roosevelt buscava confrontar o urso pardo, em oposição ao proprietário rural que não tinha escolha a não ser defender-se dele. A economia do trabalho e a conservação de energia não importavam, mas sim a filosofia que construía um homem, que deveria ser responsabilizado, nas palavras de Roosevelt, “por aquilo que ele realmente é, e pode mostrar-se”. O verdadeiro caçador era um homem destemido, “um guerreiro na luta pela posse de sua alma”. A seus olhos, a natureza era implacável e exigente com os fracos de espírito e corpo. Para opor-se aos seus rigores, o caçador deveria ser um observador, um aventureiro, um desbravador e um bom atirador. Seu objetivo era purificar a alma por meio do combate contra a assertiva e a violenta força da natureza. Tratava-se de uma saga sobre “sangue, ossos e músculos” (TOBIAS, 2011: 44).

Roosevelt também lançou mão de valores estéticos, pertencentes a uma tradição colonial, para fortalecer a ideia da masculinidade, assim como sua imagem de grande conquistador, aventureiro e herói da nação (CORDERY, 2007). Na fotografia de estúdio (FIGURA 7), datada de 1885, o jovem Roosevelt apresentava-se nos trajes convencionais do *cowboy*: usava chapéu, camisa de camurça, calças de couro, botas e uma faca, além de portar uma espingarda. O cenário pintado no fundo tentava remeter a uma floresta selvagem e distante. Embora fosse notório que sua visão era muito pobre, devido ao alto grau de miopia, ele optou por ser retratado sem óculos. Sua postura era confiante diante da câmera, cuja pose deveria anunciar os atributos viris e as virtudes masculinas. Ao analisar suas imagens de caça, nota-se que Roosevelt procurava sempre recorrer a esses elementos de composição. Na imagem produzida no Brasil (FIGURA 08), por exemplo, ele novamente procurou vestir um traje específico para a atividade: uma roupa própria para viagens a territórios considerados inóspitos, semelhante àquelas usadas pelos europeus nos safaris africanos, e uma arma de grande calibre, própria para a caça de animais perigosos. Da mesma maneira que havia feito anteriormente, imprimiu um olhar fixo e altivo para a câmera, ao mesmo

tempo em que apresentou, junto ao seu corpo, a presa abatida. Desta vez, o cenário era real assim como a “ameaça” retratada. Porém, ele a venceu.



FIGURA 7 – G.G. BAIN (photographer). Theodore Roosevelt, 1885.



FIGURA 8- Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Fonte: Almanac of Theodore Roosevelt

Sua participação na Guerra Hispano-Americana como tenente-coronel e vice-comandante da Primeira Cavalaria Voluntária dos EUA, em 1898, ajudou também a consolidar, na consciência nacional, sua imagem de cowboy corajoso e viril. Seu regimento foi apelidado de “*Rough Riders*”, e a extensiva cobertura da imprensa, exaltando sua ousadia nas batalhas, o transformou em celebridade e em herói de guerra. Theodore Roosevelt novamente lançaria uma obra, que recebeu o mesmo nome de seu regimento e imediatamente se tornou um *best-seller*. No relato, ele descreveu em detalhes como seus homens corajosamente enfrentaram a morte e derrotaram as tropas espanholas. O livro foi ricamente ilustrado com fotografias e ainda reproduziu uma gravura de Frederic Remington (FIGURA 9), que se tornou o ícone do heroísmo norte-americano da época. Ao analisar a gravura, pode-se identificar Roosevelt no lado esquerdo da composição, montado em um cavalo e liderando destemidamente a sua divisão, apesar da artilharia inimiga (FEHN, 2005: 54). Na imagem também se localiza, próxima à figura de Roosevelt, a representação

de um soldado, após ser baleado no peito. “Segurando seu coração”, escreveu o historiador de arte Alexander Nemerov, “ele levanta o rosto para o céu, de maneira patriótica e piedosa, uma mistura inebriante” (apud FEHN, 2005: 54). Alguns estudiosos apontam que a gravura se parecia com a composição de um jogo de futebol americano. Roosevelt havia elogiado a galhardia do futebol, uma vez que, para ele, o jogo, embora muitas vezes fosse letal, alimentava a força humana e, como a guerra, promovia a ligação masculina de camaradagem.

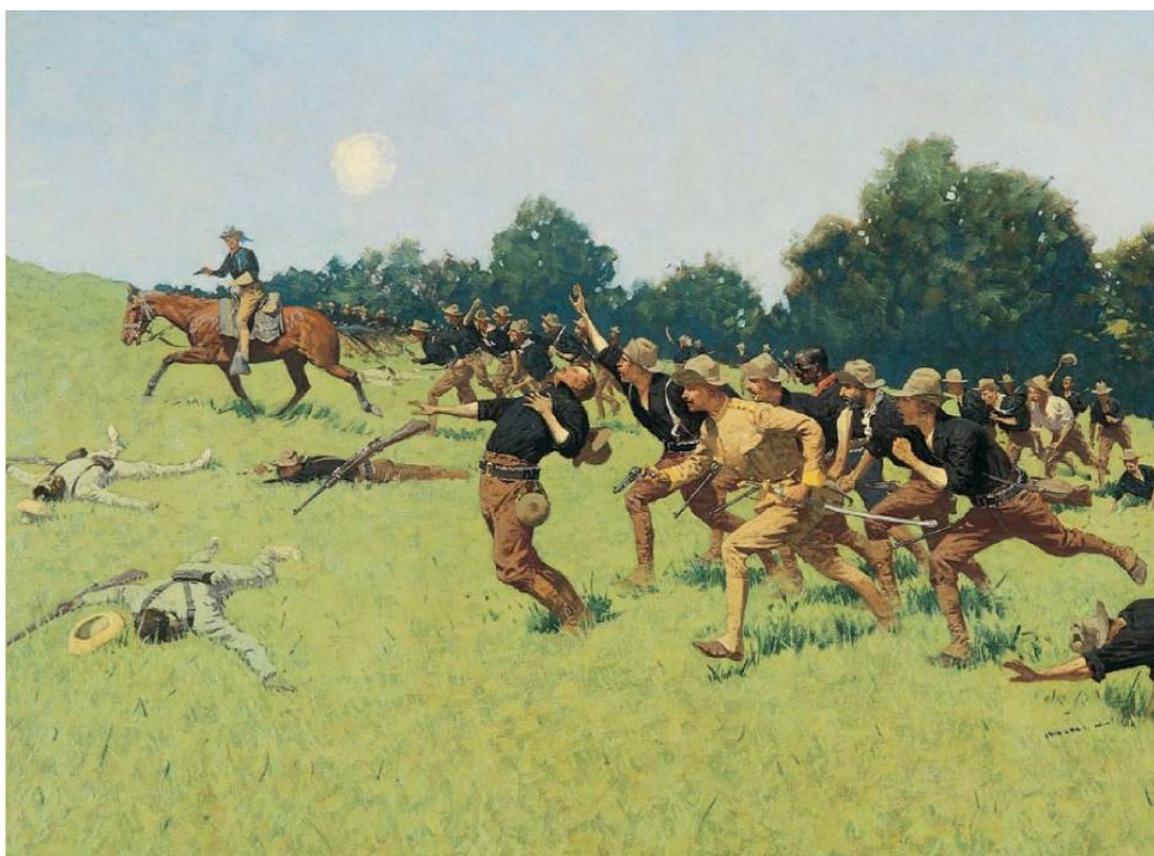


FIGURA 9 – REMINGTON, Frederic. *The Charge Up San Juan Hill*, s/d. In: WILSON, 2009: 109.

A imprensa americana, fosse ela simpática ou hostil às políticas de Roosevelt, reproduziu sua imagem como homem forte e combativo. Geralmente, as ilustrações e charges utilizavam-se desses elementos e símbolos do *cowboy*, do caçador e do *Rough Riders* para construir comentários sobre as atividades e posicionamentos políticos de Roosevelt. Na imagem publicada no jornal *Harpers Weekly* (FIGURA 10), do dia 21 de novembro de 1903, por exemplo, Roosevelt vestia o uniforme característico dos *Rough Riders*, porém, a cena não retratava a Guerra Hispano-americana, mas a atitude

inconformada dos Estados Unidos após a recusa do governo colombiano de vender uma faixa de terra para a construção do Canal do Panamá (FEHN, 2005: 54). No segundo desenho (FIGURA 11), Roosevelt, trajando um casaco de *cowboy* e montado em um elefante (símbolo do Partido Republicano), punha para fora do edifício dos Correios uma série de homens engravatados, que representavam a corrupção e os escândalos políticos. Durante sua presidência, ele tentou aplicar uma série de reformas no governo federal, dentre elas, mudanças na estrutura dos Correios, por muito tempo visto como casa do favoritismo e clientelismo político (MARSCHALL, 2011: 244-245). Já a revista francesa *L'Assiette au Beurre*, do dia 29 de outubro de 1910, dedicou um número para fazer uma paródia sobre o romance barato norte-americano (*dime novel*), e escreveu uma biografia satírica de Theodore Roosevelt. No desenho da capa (FIGURA 12), havia uma caricatura do então presidente dos Estados Unidos, apresentando-o como um sanguinário e implacável esportista de caça (MARSCHALL, 2011: 308).



FIGURA 10- ROGERS, William A. *Held Up the Wrong Man*, *Harpers Weekly*, November 21, 1903. In: FEHN, 2005: 58.



FIGURA 11- More Rough Riding. July 29, 1903. Prints and Photographs division. Library of Congress.

Segundo Bruce Fehn (2005: 54), essa retórica “masculina” também tocou em um “nervo” da época: a insegurança sobre o papel dos homens diante da reivindicação feminina pelo direito de ação na política norte-americana. O modelo de “comportamento vigoroso” de Roosevelt teria ajudado a distinguir as fronteiras de comportamento entre homens e mulheres. Muitos desenhos e caricaturas que circularam na imprensa simulavam, de maneira invertida, as tradicionais esferas de distinção entre homens e mulheres. Como mostra um *cartoon* de 1909 (FIGURA 13), os homens eram muitas vezes descritos como fracos e covardes e representados em papéis domésticos, enquanto suas mulheres, numa atitude “agressiva”, marchavam em direção aos espaços públicos e políticos. Com a ajuda dos grandes jornais e editoras, as histórias e façanhas físicas de Theodore Roosevelt foram continuamente publicadas na época, tornando-o “o mais famoso fornecedor da atividade viril” como antídoto para o “medo da feminização e enfraquecimento do caráter masculino americano”. Ironicamente, Roosevelt foi, em 1913, um defensor do sufrágio feminino. No entanto, ele permaneceu firme em sua visão de que os homens deviam unir-se em

organizações fraternais e instituições apenas masculinas, separadas das mulheres. Para ele, somente homens viris e robustos poderiam transformar uma nação em uma potência e levar a mensagem civilizatória ao restante do mundo (FEHN, 2005).

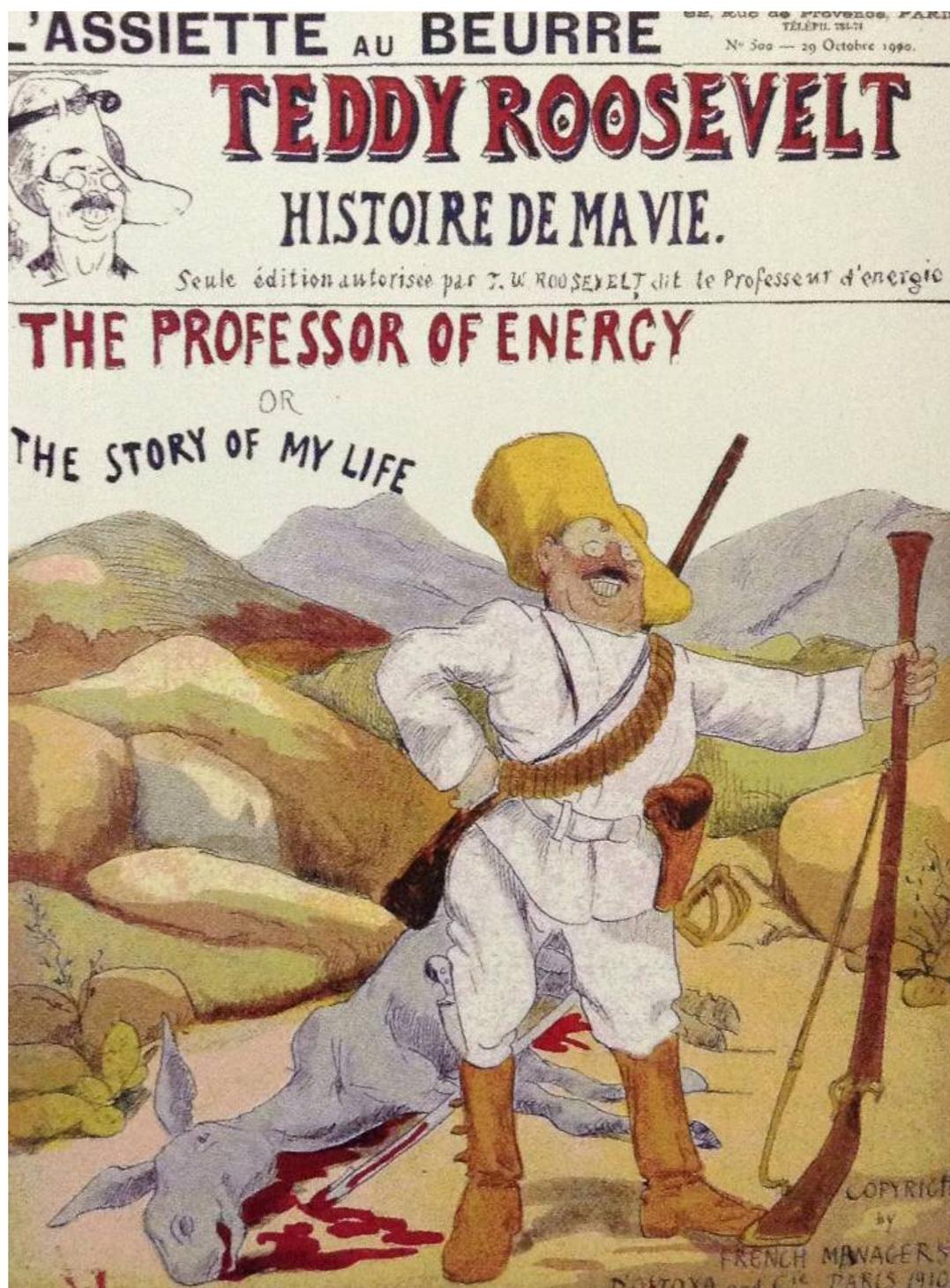


FIGURA 12 - Cartoon. *L'Assiette au Beurre*, 1910. In: MARSCHALL, 2011: 308



FIGURA 13- Election Day! (1909) In: FEHN, 2005: 54

Essa concepção de masculinidade era um valor tão caro a Roosevelt que, ao descrever os integrantes da expedição ao Brasil, procurou registrar alguns dos atributos que considerava ilustrativos da estima: no caso, a coragem e o espírito aventureiro. As primeiras páginas de seu livro *Nas selvas do Brasil* dedicaram-se a relatar as experiências de viagens já vividas pela comitiva: George Cherrie e Leo Miller eram “velhos conhecedores das florestas tropicais da América”; Antônio Fila, um “antigo explorador do Ártico” que participara da Guerra Hispano-americana; Jacob Sigg “havia servido três anos no Exército norte-americano”; o Padre Zahm havia viajado pelas florestas do Brasil; e Kermit, seu filho, além de companheiro durante a viagem à África, atuava, na época, na construção de pontes em regiões

vistas como pouco exploradas da América do Sul. Roosevelt também descreveu a ascendência parental da comitiva, no objetivo de ressaltar o caráter “desbravador” de suas famílias, principalmente no que tange às experiências nas guerras ou em situações de aventura, como, por exemplo, as travessias transatlânticas em períodos remotos⁶³. O ex-presidente tinha como objetivo comprovar que sua equipe portava uma energia excepcional, construída geração após geração, como uma “característica hereditária”, e, por isso, mostrava-se capaz de desafiar mundos selvagens e conquistar realidades desafiadoras.

Como figura proeminente no cenário político, Theodore Roosevelt fortaleceu a noção de masculinidade trabalhada ainda no começo do XIX. Ele passou a ser identificado como o principal defensor da “vida extenuante” como forma de preparar homens viris e de transformar a nação em uma nova liderança global. Desenvolveu-se dentro da cultura norte-americana uma valorização da força física, da conquista, da vitória do homem sobre a natureza inóspita. A ideia de masculinidade parecia se fundamentar em um sentido mais ideológico (um valor a ser seguido) do que propriamente como um atributo anatômico. Ao examinar as obras e discursos de Roosevelt, assim como fotos e charges, pode-se vislumbrar como essas virtudes masculinas afetaram a vida política, a cultura e a sociedade norte-americana no século XIX e início do século XX. Para Roosevelt, tais características seriam necessárias para enfrentar qualquer tipo de adversidade, fossem estas trazidas pela natureza ou pelo homem. Em sua expedição ao noroeste brasileiro, ele apresentaria novamente todos esses elementos discursivos e estéticos da masculinidade. O Brasil – país com maior extensão territorial da América do Sul e possuidor de grandes riquezas naturais, porém ainda adormecido na “imensidão do sertão” – apresentava-se como ambiente ideal e desafiador para reafirmar seu vigor e coragem, assim como para demonstrar o seu verdadeiro desejo de ação no mundo: o de ser um grande conquistador.

2.3 – As simbologias da fauna: o caçador e sua caça

A conquista da Amazônica deveria ser a sua verdadeira aventura, já que, para Roosevelt, ela continha umas das faunas mais “letais” do mundo. Em sua visão, a

63 Sobre as descrições dos membros da comitiva, ver ROOSEVELT (1976: 20-21).

“dureza cruel da vida tropical” apresentava-se em todas as suas formas, da ameaça dos grandes mamíferos, como a onça pintada, aos ataques de seres pequeninos, como as “formigas venenosas” e os “mosquitos da malária”. Seguindo a mesma proposta de suas obras anteriores, os destaques narrativos de Roosevelt recaíam sobre os seus encontros com os perigosos bichos da floresta. A iconografia também enfatizaria apenas dois personagens: o caçador, representado de maneira altiva e vitoriosa; e a presa, cujo corpo, sem vida, era disposto aos pés de seu algoz. Embora a representação do animal sempre se resumisse, majoritariamente, ao seu estado moribundo, sua presença desempenhou um papel importante na construção da cultura imperial.

As imagens do caçador com a presa certamente tinham o potencial de ampliar a compreensão do simbolismo animal e da dominação humana sobre a natureza, bem como revelar a interface violenta entre diferentes culturas e as enormes mudanças provocadas pela colonização. A imagem de Roosevelt com a onça pintada (FIGURA 8), por exemplo, revelava um espaço semiótico, no qual o animal morto, ao ser posteriormente colocado em exposição pública, atingia um significado político e cultural nos Estados Unidos do início do século XX. Estudos como os de Harriet Ritvo, William Storey e James Ryan demonstraram a convicção de que a forma como os seres humanos se relacionavam com os animais poderia ser usada como elemento-chave na leitura sobre como os homens concebiam a si mesmos e ao “outro”. Essa questão trata de um elemento importantíssimo, uma vez que, durante todo o oitocentos, os países passaram a ser representados e compreendidos pelos valores de sua fauna e flora, em uma dicotomia estabelecida entre “selvageria versus civilização”.

De uma maneira geral, na cultura colonialista, os animais foram imaginados como arquetípicos do “outro” e passaram a desempenhar um papel importante e vital na construção simbólica da natureza e da identidade humana. Eles entraram na literatura e na iconografia do poder por meio de representações de inimigo ou como fieis aliados, e desempenharam um papel central na política, no entretenimento e nas interações sociais. Utilizando-se desse mesmo olhar inaugurado em outros estudos, procura-se examinar, por meio da análise do material da expedição de Roosevelt, como as representações dos animais sul-americanos foram construídas e de que forma estas percepções afetaram seu tratamento no período. Acredita-se, também, que

algumas dessas ideias construídas há mais de um século ainda perduram nos dias atuais.

2.3.1 – O “Caráter do Bicho”: o “bom” e o “mau” animal

Ainda que a História tenha mostrado a presença animal na construção de uma cultura humana, essa dinâmica de interações nem sempre significou uma mesma relação sentimental entre homens e animais. Em cada época, as pessoas estabeleceram diferentes percepções e inquietações em relação aos outros animais, cujas representações foram construídas às vezes de modo afetuoso, e outras de maneira pejorativa, mas sempre mantendo uma visão distorcida. Desde as décadas de 80 e 90 do século XX, a academia anglo-saxã iniciou novas abordagens no campo das ciências humanas, que se propunham a analisar as atitudes e experiências das pessoas em relação aos animais, assim como os possíveis significados que os bichos adquiriam deste contato⁶⁴. Uma das obras mais relevantes no assunto trata-se do livro *Animal Estate* (1987), da historiadora inglesa Harriet Ritvo. Na obra, a autora não se contentou com uma interpretação meramente teórica da interação humano-animal, mas também buscou – por meio das fontes históricas, como documentos inquisitoriais, administrativos, científicos e pessoais – examinar as atitudes das pessoas em relação aos animais de sua convivência ao longo do tempo.

Ritvo iniciou o livro narrando um episódio, na Inglaterra medieval, no qual um cachorro foi acusado de ser cúmplice em um crime humano e, como castigo, recebeu a mesma punição de seu dono. As leis da época investiam, implicitamente, direitos e responsabilidades humanas aos animais, o que tornava frequentes casos semelhantes a este. No século XVII, por exemplo, a jurisprudência germânica aplicou uma multa que abarcava todos os membros da família, na qual eram incluídos tanto as mulheres e os empregados quanto os animais domésticos. Somente no século XIX, as autoridades europeias pararam de sentenciar animais por seus supostos crimes. Esta mudança foi interpretada pela população da época como uma evidência de uma incipiente vitória

⁶⁴ Sobre a temática dos Estudos Animais (*Animal Studies*) ver: DEMELLO (2012); BENES (1993); FEW, TORTORICI (2013); BAKER (1993); WOLFE (2003).

da “refinada e moderna concepção da justiça humanista” sobre “a vulgar e brutal concepção medieval” (RITVO, 1987: 02,).

O término de tais espetáculos poderia ser um indicador do surgimento de uma sensibilidade moral em relação aos animais, no entanto, o “advento de um humanismo iluminado e auto-consciente” tinha o seu lado reverso. Como os animais foram absolvidos da culpa de práticas criminosas, como a feitiçaria, o homicídio e a sodomia, o senso de poder e independência – que era implícito em sua capacidade de transgredir intencionalmente a ordem – também foi retirado. O direito europeu do século XIX passou a vislumbrar os animais como meras propriedades dos homens, apenas trivialmente diferentes de outros tipos de bens móveis. E como eles não eram mais considerados moralmente responsáveis por suas ações, seus donos passaram a assumir os riscos e as consequências dos perigos que pudessem representar.

A questão sobre o papel legal dos animais refletiu uma mudança fundamental em suas relações com a sociedade, e teve como resultado a perda de seu poder, tornando-o um simples objeto da manipulação humana. Essa transformação ocorreu, em grande parte, como consequência dos novos métodos de aquisição e aplicação do conhecimento associado ao Iluminismo. No início do século XVIII, as pessoas acreditavam estar à mercê das forças naturais, já no final do XIX, a ciência e a engenharia tornaram a natureza mais vulnerável ao controle humano. Por meio de metáforas ou sinédoques, os animais representavam o poder da natureza e, ao se tornarem menos ameaçadores, transformaram-se em seres domináveis. Os avanços pragmáticos em áreas do conhecimento como a pecuária, a ciência veterinária e a tecnologia de armas, os tornaram mais fáceis de gerenciar.

Esta nova concepção formulada sobre os animais foi estruturada de várias formas. As recorrentes viagens às “distantes regiões” colocaram os cientistas em contato, cada vez mais estreito, com animais considerados selvagens e exóticos. Na tentativa de classificar e dominar essa vasta natureza, a História Natural elaborou uma visão hierárquica da “Criação”, na qual o homem ocupava o patamar mais alto de desenvolvimento. Por sua vez, cada animal, em especial os mamíferos, passou a ser condicionado por um limitado conjunto de metáforas e imagens, em que ficava evidente o seu lugar na “escala da Ordem”. Segundo Ritvo, os critérios de avaliação de cada espécie recaíam no sentido utilitário que o bicho proporcionava à

“civilização”. O reino animal passou a ser classificado com base na hierarquia moral estabelecida pela sociedade oitocentista.

A justificativa divina de domesticação tornou-se atraente como um elemento de representação das relações sociais humanas. Foi geralmente aceita a ideia de que os animais foram criados para o uso da humanidade, mesmo que ainda não tivessem sido descobertos seus reais papéis. Como um escritor de caça esportiva chegou a colocar, “certamente há um número imenso de animais sobre a superfície do Globo, cujos usos são atualmente desconhecidos para nós, e presumir que eles são inúteis seria uma espécie de blasfêmia” (THORNHILL apud RITVO, 1987: 17). Na verdade, a subordinação aos propósitos humanos transfigurou e elevou os animais em si mesmos. A própria propensão a ser domesticado foi, de acordo com um naturalista do século XIX, evidência de que alguns animais não eram inteiramente desprovidos de razão, ou, como acreditavam outros, que os animais domésticos poderiam ser “recuperados da selvageria” (BARLOW apud RITVO, 1987: 17). Eles também podiam servir os povos de outras maneiras, como fontes de couro, chifres e produtos comerciais, ou como brinquedos. Mas, os animais domesticados foram considerados os mais úteis, e sua condição expressava a mais clara aceitação da “hierarquia da natureza” (Cf. THOMAS, 2010; KALOF, 2007).

Diversos livros populares de História Natural dedicaram grande parte de suas narrativas em descrever os animais domésticos, considerados representantes persuasivos dessa ordem social. O cavalo e o cachorro foram os que melhor se destacaram na tarefa. Eles ofereceram um modelo de conduta pelos quais os outros animais seriam julgados. O cavalo, por exemplo, foi descrito pelo zoologista inglês Thomas Pennant como “dotado de todas as qualidades que podem torná-lo subserviente aos usos da humanidade, inclusive a coragem, a docilidade, a paciência, a perseverança, a força, a disposição benevolente e certa consciência dos serviços que eles podem nos prestar” (apud RITVO, 1987: 20). Os cachorros, por sua vez, seriam vistos como servos leais, “incapazes de quebrar a sua aliança primária”, e se apraziam com a função da subserviência. Ambas as espécies foram frequentemente caracterizadas como nobres (THOMAS, 2010: 130-171).

O “bom animal” era aquele que exibia qualidades como diligência, docilidade, e disposição para servir aos interesses humanos. Já “o pior” seria aquele que, além de recusar a posição de servo, ainda desafiaria a supremacia humana. Os animais

carnívoros, especialmente aqueles que apresentavam grandes presas e garras, constituiriam a imagem mais perturbadora da “Ordem”. Eles ameaçariam a humanidade, ao invés de submeter-se ou de servi-la, tornando-se rebeldes e assassinos. Os livros populares de zoologia tendiam a apresentá-los como perigosos e depravados, como grupos alienígenas ou socialmente excluídos, que não reconheciam a autoridade de seus superiores. A dicotomia entre animais domésticos e animais selvagens era frequentemente comparada à que existia entre as “sociedades humanas civilizadas” e as “selvagens”. No livro *Natural History of Beasts*, essa analogia tornava-se ainda mais explícita, ao expor a ideia de que “países cujos habitantes são bárbaros, os animais tendem a ser mais cruéis e ferozes” (apud RITVO, 1987: 25).

Os mamíferos carnívoros de grande porte foram ainda considerados mais ameaçadores, e descritos como implacavelmente “perversos”. Tanto na África e na Ásia quanto nas Américas, os grandes felinos integraram-se a este último grupo. O tigre, por exemplo, sintetizou essa maneira de pensar e concebeu genuinamente o temor causado pela insubordinação do reino animal sobre a humanidade. Sua beleza era uma maneira de camuflar o seu caráter desviante. Símbolo da selvageria e carnificina, foi considerado “o animal mais cruel, voraz e destrutivo da Criação”. Acreditava-se que era uma “besta” gananciosa, que assassinava suas vítimas por bel prazer. Diversos colonos ingleses, na Índia, narraram situações em que o tigre interrompia sua alimentação para matar outro animal que por ventura viesse a lhe chamar a atenção. Abatia um rebanho de ovelhas por “diabólico prazer”, e deixava suas carcaças inteiras apodrecendo nos campos. E não era propício à “redenção”, já que “nenhuma disciplina poderia corrigir a natureza selvagem do tigre, e nenhum tipo de tratamento o regeneraria”, lamentaram os autores do livro “*The British Museum*” (apud Ritvo, 1987: 28). Como os lobos, a hiena e outros grandes felinos, foi muitas vezes chamado de “covarde”, já, que, aparentemente, não estava disposto a enfrentar as armas de fogo.

Mas o elemento principal que, no olhar da época, reafirmava o desvio de sua conduta era a preferência adquirida pela carne humana. Ritvo (1987) explica que muitos tigres viviam nas partes povoadas da Índia e Ceilão e, rotineiramente, caçavam animais domésticos. Porém, ocasionalmente, atacavam também as pessoas dos vilarejos. A opção por comer carne humana explicava-se pela fragilidade e facilidade na localização de suas vítimas, ainda mais quando o felino já se encontrava em uma

idade avançada, ou doente, e não mais conseguia perseguir suas presas naturais. Os rebanhos, e com ele o pastor, tornavam-se alvos fáceis. A recorrência nos ataques fortaleceu o pensamento de que quando o animal experimentava o sangue humano desenvolvia-se, em sua dieta, um desejo por este tipo de refeição. O tigre antropófago causava medo e fascínio nos colonos europeus, e tornou-se objeto de desejo entre os caçadores.



FIGURA 14- Autor Desconhecido. Mechanical Organ, Automaton, Mysore, ca. 1793.

Segundo James Ryan (1997), o tigre também serviu de símbolo de poder utilizado tanto pelos indianos quanto pelos colonizadores ingleses. Tipu Sultan Fateh Al, governante do reino do Mysore, localizado no sul da Índia, e conhecido também como Tigre do Mysore, utilizou a imagem e características do felino como emblema de sua bandeira, mobiliário, trajes e armas. Solicitou aos aliados franceses que construíssem um tigre mecânico para adornar o seu palácio. A obra (FIGURA 14), que representava o felino devorando um soldado britânico, aludia ao incidente ocorrido em 1792, quando o filho do general inglês Sir Hector Munro, inimigo declarado de Tipu Sultan, havia sido morto pelo animal. A escultura simbolizava, portanto, a resistência nativa à expansão inglesa na Índia. Porém, após a vitória do Exército inglês sobre Tipu Sultan e seus coligados, em 1799, a peça ficou detida junto à Companhia das Índias Orientais, em Londres, onde foi, posteriormente, exibida ao

público, tornando-se a obra estrangeira mais famosa da Inglaterra do século XIX. A figura do tigre foi comparada, no imaginário imperialista britânico, à ferocidade oriental e à sua violência desmedida, permitindo a associação entre a caça e o controle do animal à conquista da Índia pelo poderio inglês (RYAN, 1997: 103-104).

No caso dos leões, suas representações basearam-se em uma perspectiva um pouco diferente. Interpretado, desde os bestiários medievais, como o “rei dos animais”, seu prestígio foi reforçado pela função contemporânea de sua imagem como emblema do poder real britânico. Embora tenha sido considerado um animal perigoso e enérgico, ele era admirado pelo porte imponente e majestoso e por sua suposta generosidade. Acreditava-se que, ao contrário dos outros grandes felinos, o leão não matava mais do que necessitava para sobreviver. Além disso, não possuía o abominável hábito de torturar as suas vítimas e era suscetível à dominação moral do homem. Na selva, o animal tendia a evitar as pessoas por reconhecer seu poder de fogo. Porém, cabe ressaltar, que quando este se transformava em um “comedor de homem”, sua representação aproximava-se dos tigres e demais carnívoros. Existiram vários relatos que mostravam o pânico espalhado nos vilarejos africanos devido ao ataque de leões. Um dos casos mais famosos foi divulgado pelo engenheiro e oficial britânico John Henry Patterson, em cujo relato descreveu o terror gerado pelos sucessivos ataques de dois leões aos operários da ferrovia Uganda Railway. Patterson, responsável pela obra, acreditava na importância da construção férrea, já que levaria a “civilização em seus trilhos” através de um país que “ainda permanecia em seu estado de selvageria primitiva” (PATTERSON, 1907: VII-VIII). Patterson, ao descrever e justificar sua empreitada contra os dois leões, corroborou com a difusão da ideia do “triunfo europeu” contra a “natureza selvagem da África”. A FIGURA 15, que ilustra o frontispício de seu livro “*The Man-Eaters of Tsavo*” (1907), reforça esta ideia. Nela, estão dispostas oito cabeças de leões, cuja ênfase recaía sobre as expressões de fúria dos animais, ao revelarem os focinhos franzidos e seus dentes afiados. A imagem, ao mesmo tempo em que exaltava a coragem do caçador, que enfrentou e venceu os perigosos bichos em seu habitat natural, também oferecia dados sobre a vida e as “personalidades” dos leões. O livro era ainda ilustrado por diversas fotografias, as quais caberia a função de immortalizar o desafio de Patterson e reforçar sua coragem e

vitória sobre os animais⁶⁵. Na FIGURA 16, por exemplo, o leão foi disposto no primeiro plano, à frente de seu caçador, como estratégia para criar a sensação de que suas dimensões eram ainda maiores.



FIGURA 15- Frontispício do livro *The Man-Eaters of Tsavo*. In: Patterson, 1907.

A dicotomia entre “animal bom”, como símbolo da domesticidade, e “animal mau”, como representante da selvageria e da insubordinação, foi abarcada nos estudos científicos e no imaginário popular ao longo do XIX e início do XX. Mesmo o livro de Charles Darwin, *A origem das espécies*, publicado em 1859, não conseguiu romper com essa ideia. Certamente, a obra foi encarada como um marco científico, ao eliminar, por meio da teoria da evolução pelo processo de seleção natural, o intransponível abismo que separava o ser humano do animal bruto e irracional. Darwin destronou Deus e esboçou um elaborado esquema no qual, aparentemente, as

⁶⁵ A narrativa de Patterson foi interpretada pelo cinema hollywoodiano no filme “Sombra e Escuridão” (1996), do diretor Stephen Hopkins. Sobre a simbologia dos leões, ver: Ritvo (1987). Sobre o episódio de Patterson, ver: Patterson (1907), Storey (1991:149-154) e Tobias (2011: 93).

pessoas eram destituídas de uma posição superior naturalmente estabelecida. Em sua obra seguinte, *A descendência do homem e seleção em relação ao sexo* (1871), ele discutiu melhor a evolução humana, argumentando que a mente humana, bem como seu corpo, desenvolveu-se por meio de gerações de antepassados animais. No livro *A expressão das emoções no homem e nos animais* (1872), ele continuou esse argumento, utilizando uma série de ilustrações para provar que os seres humanos e animais compartilhavam não apenas sentimentos, mas também os mesmos mecanismos físicos de expressá-los (RITVO, 1987: 39-42; ver também: THOMAS, 2010:).

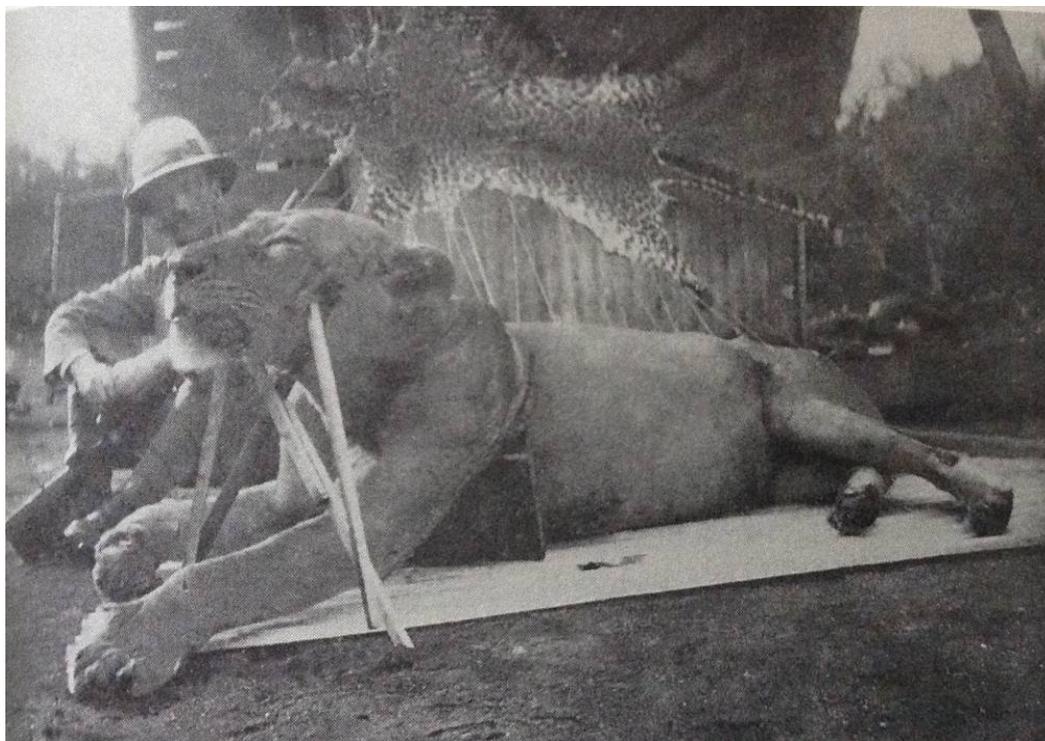


FIGURA 16- *John Henry Patterson with the Lion.* In: Tobias, 2011.

Por mais que seus trabalhos tenham sido revolucionários em vários aspectos, a teoria darwinista não prescrevera uma verdadeira ruptura no sistema tradicional de metáforas descritivas da subjacente História Natural. De certa forma, ela foi uma extensão do trabalho de dominar a natureza iniciada nos séculos anteriores. Embora tenha eliminado a sanção divina e a separação entre os homens e os animais, a nova teoria não diminuía a superioridade humana. Ao contrário, ela descrevia todo o processo pelo qual esta superioridade havia sido estabelecida e legitimada.

Ironicamente, ao tornarem-se animais, as pessoas apropriaram-se de alguns dos atributos anteriormente reservados à divindade, e o mundo natural continuou a ser classificado de acordo com a sua relação com o homem. Este *ranking* passou a ser expresso “na luta pela sobrevivência”, como o subtítulo de *A origem das espécies* sugeria. Na medida em que as pessoas dominavam os ambientes em que os animais viviam, cães e cavalos se multiplicavam, enquanto as populações de tigres e leões eram eliminadas. Em sua viagem às tribos da Tasmânia – cujo número de comunidades diminuía na medida em que a população inglesa aumentava – o jovem Darwin concluiu que “as variedades de homem parecem agir uns sobre os outros, da mesma forma como as diferentes espécies de animais agem umas sobre as outras – os mais fortes sempre extirpam os mais fracos” (DARWIN apud RITVO, 1987: 40-41). Os animais tornaram-se não apenas trabalhadores ou empregados domésticos, mas um tipo de povo exótico que os europeus subjugariam no curso da História. Darwin pode ter transformado a relação entre as pessoas e outros animais, em princípio, mas o igualitarismo que ele incipientemente sugeriu, incluindo a humanidade entre os animais, teve pouco efeito prático, até mesmo sobre o pensamento naturalista. Mais influente foi a noção da sobrevivência do “mais capaz”, que parecia justificar e celebrar a ascendência humana. Os animais continuaram a permanecer símbolos de várias ordens dentro de hierarquias humanas, bem como vítimas desse controle.

2.3.2 - A fauna brasileira: os animais caçados por Roosevelt no noroeste brasileiro

Ao que tudo indica, durante a sua viagem ao noroeste do Brasil, Roosevelt também utilizaria a oposição “bom x mau” e “doméstico x selvagem” em sua retórica narrativa sobre a fauna tropical. Assim como na cultura popular, ele valorizou os cavalos e os cães da expedição, cuja ajuda na travessia era sempre reconhecida. No caso específico dos cachorros, Trigueiro e Shenzi, a relação sentimental era ainda mais explícita. Os animais haviam sido dados à Roosevelt como presente de seus amigos argentinos, durante sua estadia no país e, desde então, passaram a integrar a comitiva. Segundo o ex-presidente: “eram animais de tamanho indescritível, naturalmente ótimos caçadores, e rapidamente se afeiçoaram a todos os membros da

expedição, especialmente a Kermit” (ROOSEVELT, 1976: 57). A característica mais destacada dos animais era sua lealdade aos donos, demonstrada mesmo em ocasiões de perigo e ameaça de morte, como o quase afogamento de Kermit em uma das corredeiras do Rio das Dúvidas: “o bom Trigueiro o havia acompanhado, fielmente, de roldão com as águas, nadando a seu lado até alcançar também a margem” (ROOSEVELT, 1976: 176). Trigueiro parecia congrega todas as qualidades de um “bom animal”: a coragem, a docilidade e, principalmente, a sua incapacidade de quebrar a aliança primária, a de ser, até o fim de sua vida, o “melhor companheiro do homem”. Toddy Dicon (2006: 85-86) recorda-nos que Rondon também possuía sentimentos semelhantes em relação aos cachorros e cavalos. A morte de um de seus animais, diferentemente da morte de um de seus soldados, era lamentada com comoventes louvores em seus diários de viagem. Os cães e as mulas não desertavam, e segundo Rondon, mostravam excelência e dedicação em seus trabalhos.⁶⁶

Porém, apesar de Trigueiro e Shenzi possuírem papéis reconhecidos na viagem, outros animais receberiam mais destaques nas narrativas de Roosevelt. Da mesma forma que o ex-presidente parecia estar em consonância com a visão valorizada dos cavalos e cães, ele também resgataria a importância simbólica dos grandes felinos nas atividades de caça. Suas experiências esportivas nos Estados Unidos e na África parecem comprovar essa questão. Em sua viagem à África, por exemplo, Roosevelt e seu filho Kermit mataram dezessete leões, três leopardos e sete chitas⁶⁷. O livro *African Game Trails*, publicado em 1910, relatava esses momentos e apresentava inúmeras fotografias de Roosevelt com os animais abatidos. E, em sua narrativa de viagem ao Brasil, ele não deixou de registrar o entusiasmo de caçar o jaguar sul-americano (a onça-pintada). A este, dedicou um capítulo especial em seu livro *Nas Selvas do Brasil*, no objetivo de esmiuçar as características do felino e o ambiente desafiador de sua caçada. A empreitada ajudaria a consagrar a sua imagem como um hábil e corajoso caçador. Na descrição do animal, tentou equipará-lo, em tamanho e ferocidade aos outros grandes felinos, cujas representações já se encontravam fundamentadas no imaginário esportivo de caça oitocentista:

66 No dia 23 de dezembro de 1900, Rondon escreveu: “companheiro de viagem e vigia da minha barraca [...] Pobre companheiro! Como sinto a sua morte [...] Que tanto me serviu, sem que eu pudesse retribuir ao menos metade dedicação”. No dia 14 de setembro de 1908, Rondon também lamentou a morte de Lontra, sua mula favorita: “Pobre Lontra, tão forte, se mostrou esplendida em toda a campanha de Mato Grosso e mesmo até aqui”. Apud DICON, 2006: 85-86.

67 A relação dos animais abatidos (*Game Shot*), durante a viagem de Roosevelt e seu filho à África, está disponível no livro *African Game Trails* (ROOSEVELT, 1910: 532-533).

A caçada de jaguar é a mais interessante da América do Sul, equivalendo-se à dos demais nobres animais da América do Norte, e inferior apenas à dos maiores e mais ferozes da África e da Ásia. Essa que fizemos foi de um exemplar adulto fêmea. O animal tinha mais peso e volume do que um *cougar* ou pantera norte-americana adulta, ou um leopardo africano. De fato, era um forte e grande animal, dando a impressão, pelo seu tamanho, de um tigre e um leão, impressão que não se tem quando se abatem os ágeis leopardos ou os pumas. (ROOSEVELT, 1976: 65)

O critério das dimensões do animal reintroduziu a equação entre o poder físico da presa e as proezas do atleta que a venceu. Por isso, devia-se ter o maior cuidado no momento da retirada da pele para a taxidermia, de forma a não prejudicar ou encurtar as proporções do animal. Roosevelt sabia que o tamanho da onça legitimaria sua habilidade de caçador e tornaria ainda maior a estima do público norte-americano por ele. Na tentativa de formular um critério inteligível para os seus leitores, o ex-presidente lançou mão da estratégia da comparação, como forma de dimensioná-lo ao seu público leitor: “o animal tinha mais peso e volume do que um *cougar* ou pantera norte-americana adulta, ou um leopardo africano”, e “era forte e grande” como um tigre e um leão. Esse cotejo possibilitava hierarquizar o valor de seu troféu. O tamanho e a ferocidade do animal eram qualidades tão caras na época que Roosevelt recorreu a todas as suas estratégias narrativas para tornar seus alvos exemplares reais de sua habilidade como caçador. E talvez por toda essa ânsia exibicionista, torna-se interessante, e até mesmo engraçado, contrapor o relato de Roosevelt à narrativa de Heitor Pereira da Cunha⁶⁸ (1922) sobre as características do felino abatido pelo ex-presidente:

“Era uma onça pintada, fêmea, medrosa e de fracas dimensões; pena é que o nosso ilustre hospede não tivesse assistido ao combate de um “macharrão” malcriado, acuado no mato sujo, e não tivesse visto as proezas dos caboclos zangaieiros em tais ocasiões”. (CUNHA, 1922: 34)

Porém, o tamanho, ou mesmo a força, não era o único fator determinante na designação do valor da caça. Mesmo antes de se tornar ilegal a matança de fêmeas, os

⁶⁸ Heitor Pereira da Cunha foi um comandante da marinha brasileira, que viajara ao Mato Grosso no início de 1914, com objetivo de caçar a onça-pintada. Na ocasião, também foi convidado a se juntar à comitiva de Roosevelt na Fazenda Palmeiras. Nesta região, o ex-presidente recolheu o maior número de animais alvejados para o Museu Americano. Em 1922, Heitor Pereira da Cunha publicou a obra *Viagens e Caçadas em Mato Grosso*, na qual relataria suas experiências de caça no Pantanal, assim como observações e comentários sobre o seu convívio com Theodore Roosevelt. Ao contrário do que se pode pensar com esses trechos apresentados aqui, seus comentários sobre a figura de Roosevelt não foram pejorativos, antes, dedicou palavras de elogio e admiração ao ex-presidente durante toda a sua narrativa, como sobre a lucidez e bom senso de seu “amigo” norte-americano (CUNHA, 1922).

exemplares machos eram universalmente preferidos como troféus da conquista (RITVO, 1987: 275)⁶⁹. Roosevelt sentiu necessidade e desejo de caçar mais desses animais, de preferência que fosse um exemplar masculino e, assim, reclamou por diversas vezes: “mais onça”!⁷⁰. Na ocasião, foi seu filho Kermit quem atirou a derradeira bala na onça macho, mas isso não impediu o ex-presidente de despendar algumas linhas em seu livro para descrevê-lo: era um “belo troféu”, com “o dobro de peso de qualquer leopardo africano macho”, e “possuía grandes ossos, arcabouço reforçado e uma forte compleição muscular como se fora um pequeno leão”. Roosevelt ainda salientou o ambiente desafiador da caçada e os sentimentos de entusiasmo da equipe, envolvendo o leitor em uma verdadeira trama de aventura: “o latido furioso da matilha, os gritos de incitamento dos cavaleiros, a selva em torno, o pavor que a fera impõe – tudo isso combinado torna o momento angustioso e de grande sensação” (ROOSEVELT, 1976: 66).

Havia a necessidade de narrar o encontro de caça como uma “luta esportiva”, mesmo quando as iniciativas contra o animal eram bastante antidesportivas⁷¹. De fato, o risco de vida nesses tipos de embates era mais imaginado do que propriamente real, já que eram raros os momentos em que o animal tornava-se o “assassino”. O homem entrava na selva portando armas modernas, com precisão e rapidez impressionantes. Cada munição era destinada a uma espécie de animal, de forma a perfurar mortalmente a sua carne sem, contudo, danificar a pele para a montagem posterior⁷².

69 No Catálogo do Museu Britânico sobre a coleção de animais abatidos pelo famoso imperialista inglês Frederick C. Selous, que também havia integrado a comitiva de Roosevelt à África, em 1911, salientava que “a maioria dos espécimes era de cabeças de machos adultos”. Ver em DOLLMAN, 1921: 10.

70 “(...) Roosevelt que até então havia limitado os seus conhecimentos em português à palavra ‘obrigado’ e à frase ‘mais café’, ampliou a aplicação do nosso idioma reclamando por duas vezes ‘mais onça’” (CUNHA, 1922).

71 É interessante notar que não apenas a caçada dos “ferozes animais carnívoros” era descrita como um desafio ao caçador. Mesmo o embate com animais herbívoros ou considerados menos agressivos deveria ser descrito com emoção. Roosevelt esclareceu a ferocidade do tamanduá bandeira e da queixada, que eram capazes de “dilacerar um homem ou qualquer outro animal”. Assim como uma caçada que se preze, esses animais não eram passíveis ao caçador e sua natureza rebelde merecia ser comentada. Sua resistência designava a sua qualidade enquanto troféu. No caso da caçada à capivara, o ex-presidente assim descreveu: “Kermit e Fiala perseguiram uma delas, a pé, por mais de um quilômetro, com dois cães, que, finalmente, conseguiram acuá-la, aliás na acepção literal da palavra – porque de fato ela parou e enfrentou corajosamente os perseguidores. Se a cainçalha conseguia apanhar um desses grandes roedores, naturalmente, dava-lhe cabo em poucos minutos; porém, um único cão da nossa fraca matilha não seria capaz de vencê-lo na luta” (ROOSEVELT, 1976: 82).

72 A seguinte passagem no livro de Roosevelt ilustra adequadamente esta ideia: “Os cães enveredaram por uma clareira com algumas árvores altas e, enquanto galopávamos através do pântano, avistamos o jaguar bem no alto, entre galhos bifurcados de um tarumã. Era um belo quadro o daquele grande e formidável gato – a pele marchetada – rosnando a desafiar a matilha, em baixo. Da minha parte, não confiava nos cães, pois não eram fortes, e, se o felino descesse para ataca-los, estariam liquidados.

Não existia no período uma política que reconhecesse a necessidade de se oferecer proteção legal aos animais ou alguma regra que tornasse a luta mais equilibrada. Porém, reconhecer a existência deste desequilíbrio era desqualificar o esporte em toda a sua essência e glória. Era necessário que os caçadores abandonassem, em seus relatos, qualquer descrição de vulnerabilidade que os grandes felinos pudessem apresentar, atribuindo-os características, muitas vezes falsas, como “perigosos”, “ferozes” e “sanguinários”, para então associá-los a um comportamento violento. Era também comum nos relatos a descrição das cenas de morte dos animais, em que se registravam as suas feições e seus comportamentos corajoso diante a morte: era um “formidável gato – a pele marchetada – rosnando a desafiar a matinha. (...) Com o tiro, o jaguar caiu como um fardo pelos ramos abaixo e, embora vacilante nas patas, não pode dar senão poucos passos e deixou-se esvair”. Segundo Ritvo (1987), apesar de esse tipo de narrativa apresentar a agressividade do esporte de caça, possuía também uma atmosfera de admiração. Roosevelt parecia oferecer uma medida de simpatia, mesmo que brevemente, a ponto de transformar a onça, de objeto, em personagem da história. Afinal, quanto mais singular e agressivo fosse o animal, mais justificado seria seu papel como caçador, e, conseqüentemente, mais impressionante seria o troféu, entendido como símbolo da vitória humana sobre a força assassina do animal.

“O jaguar [...] é de há muito conhecido como um inimigo perigoso, quando atacado, sabendo-se também, que de quando em quando, se torna antropófago”. (ROOSEVELT, 1976: 36)

“[...] o jaguar é uma fera terrível que muitas vezes se torna antropófaga e ataca com ferocidade quando acuada. Sabia o coronel [Rondon] de um caso em que um caçador fora morto por jaguar quando no seu encaço, em um capinzal espesso”. (ROOSEVELT, 1976: 50)

Como nos relatos de Patterson, ou como no episódio do filho do general Munro, Roosevelt destacou o caráter “canibal” do grande felino sul-americano. A prática de “comer carne humana” simbolizava a derradeira rebelião do mundo animal, a inversão radical de papéis entre “senhores e servos”. A carne humana era “fruto proibido” para todas as espécies de animais, fosse a vítima viva ou morta. Infringir tal

Desse modo, atirei imediatamente, de uns 60 metros de distância, usando a minha espingarda favorita, uma “Springfield” pequena, com a qual já havia abatido muitas espécies de caça africanas, desde leão ao elefante e outras menores. As balas eram pontiagudas, com a ponta de aço puro. Com o tiro, o jaguar caiu como um fardo pelos ramos abaixo e, embora vacilante nas patas, não pode dar senão poucos passos e deixou-se esvair” (Grifo nosso. In: ROOSEVELT, 1976: 64).

premissa significava se revoltar contra uma ordem supostamente estabelecida por Deus e, como punição, deveria ser condenado à morte (RITVO, 1987). Ao indicar que o animal era antropófago, tornava-se justificável a sua caça, revestindo-a sob um tom paternalista: o “bravo caçador” teria como dever livrar a população local de uma grande ameaça, e restaurar o progresso na região. No caso de Roosevelt, ao matar os jaguares, ele teria protegido as pessoas e os animais nos vilarejos da Amazônia, já que os felinos eram famosos por ataques à comunidade ribeirinha e aos seus rebanhos domésticos.

Era um jaguar [macho] bastante conhecido este, pois que já tinha abatido algumas reses. Certa ocasião, durante as enchentes, a fera se estocara próximo à casa da fazenda, onde chegou a devorar duas vacas e um bezerro. Naquela ocasião os caçadores deram-lhe uma batida sem resultado, pois fugira das redondezas (ROOSEVELT, 1976: 66)

A narrativa de Roosevelt também apresentou outros animais como “selvagens”, “mortíferos” e “perigosos”. Dentre estes se destacam o jacaré e a piranha, igualmente qualificados como “comedores de carne humana”. Embora não fossem enquadrados na classe de mamíferos, ambos os animais produziram uma retórica de “brutalidade” e “terror” nos leitores norte-americanos. No caso do jacaré brasileiro, sua imagem já havia sido amplamente difundida no século anterior. É provável que durante todo o XIX ele tenha sido o animal mais relatado pelos viajantes da floresta amazônica, uma vez que sua numerosa população se fazia presente nos rios da região. Era considerado “selvagem” e “monstruoso”, porém, de uma maneira geral, foi rotulado como “covarde” por alguns viajantes. Para o famoso naturalista Henry Walter Bates, em sua *Viagem ao Norte do Brasil*, em 1848-1859, este animal teria como característica central o seu “acobardamento”, pois só atacava a presa quando tinha certeza de que não corria risco de vida e de que sairia impune da agressão. Na tentativa de validar sua posição, Bates comentou o caso de um ataque de jacaré a um colono embriagado, que havia ido tomar banho noturno sozinho no rio. O assalto fora violento e mortal, mas seu sucesso estava vinculado ao estado frágil da vítima. O jacaré, embora não fosse negada a sua periculosidade, não era descrito nos relatos como uma grande ameaça ao homem. Eram entendidos como medrosos, mas oportunistas e, por isso, eram necessárias precauções. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, durante sua viagem ao Brasil, na década de 1820, também registrou

suas dúvidas em relação ao grau de perigo que o animal representava. Em suas palavras:

“Contam-se muitas histórias fabulosas a respeito da sua voracidade, mas a espécie aqui mencionada, que tem no máximo 8 a 9 pés de comprimento, não é temível, embora alguns pescadores mostrem cicatrizes nos pés, dizendo-as causadas pelas dentadas desse animal; e de nenhum modo é provável que pudesse, como nos contaram, atacar e devorar um cachorro, que atravessasse o rio a nado. (WIED-NEUWIED, 1940: 119)

Contrariamente, na narrativa de Roosevelt, o jacaré seria descrito de uma maneira diferente. Embora reconhecesse a existência de inúmeras situações em que estes animais não representaram nenhuma ameaça à comitiva e às populações locais, o ex-presidente elencaria outros elementos de seu temperamento como características principais: a ausência de medo e a insensibilidade à dor. Essas qualidades seriam entendidas como perigosas, uma vez que inverteriam uma ordem supostamente estabelecida das coisas, onde os animais deveriam, senão obedecer, pelo menos temer a presença humana. Os jacarés brasileiros “não se alarmam com o tiro da espingarda ao serem visados e permanecem com a cabeça levantada ao invés de estendê-la na areia” (ROOSEVELT, 1976: 41). Na lógica do caçador, no momento em que sua presa porta-se como indiferente ao seu poder fogo, ela torna-se imprevisível e, por isso, temerária.

Os jacarés do Paraguai não são ordinariamente perigosos para o homem; às vezes, porém, se transformam em *comedores de carne humana*, razão por que *devem ser combatidos em toda a oportunidade*. Os enormes jacarés e crocodilos da Amazônia são consideravelmente mais *perigosos* e o Cel. Rondon sabia de inúmeras ocorrências em que homens, mulheres e crianças foram vítimas desses anfíbios. (Grifo meu. In: Roosevelt, 1976: 49)

Enxames de jacarés apareciam a toda hora, e nós matamos inúmeros desses nocivos anfíbios. E eles – coisa singular – ficavam impassíveis à nossa aproximação e ao estampido dos tiros. Às vezes se punham ereto sobre as pernas como se fossem miniaturas de monstros pré-históricos. Um deles mostrou, pelo seu modo de agir, a insignificância das dores casadas pelo tiro sobre esses animais de nervos insensíveis e sangue frio. Estava estirado na praia quando foi atingido por uma bala calibre 22. Deslizou para a água, mas caiu justamente no meio de um cardume de piabas. Num momento pareceu haver esquecido tudo com exceção do seu voraz apetite e começou a deglutir os peixes. Abocanhava peixe por peixe, levantando a cabeça acima da água cada vez que agarrava um; mas uma segunda bala pôs fim à cena. (Grifo meu. In: Roosevelt, 1976: 56)

Roosevelt avaliou os jacarés amazônicos como “monstros pré-históricos” e atestou a alta periculosidade do réptil, que seria inferior apenas ao crocodilo africano. Sua população numerosa era um fator preocupante e a indicação de que o animal era canibal confirmava a nocividade da espécie. A fotografia 17, produzida pelo zoólogo Leo Miller, mesmo sem os critérios de objetividade requeridos pela ciência da época, desejava mostrar as dimensões do animal, de forma a registrar seu comprimento total, da mandíbula à cauda. No caso, o que chama bastante atenção na imagem é a presença de um menino, com os braços levantados e o sorriso contido, ao lado do bicho morto. Apesar da feição levada do garoto sugerir que aquilo não passasse de uma grande brincadeira, sua presença possuía outros significados. A introdução de uma criança na imagem, além de oferecer uma noção de escala, reforçava também o potencial ameaçador destes animais em relação ao homem e à civilização. Para Roosevelt, esses “bichos feios” chegavam a ser prejudiciais não somente à comunidade humana, mas também aos animais domésticos e ao equilíbrio da natureza, principalmente em relação à sobrevivência de algumas espécies de peixes. Por isso, deveriam “ser combatidos em toda a oportunidade”. “Eu mesmo matei uma dúzia e errei outros tantos”, diria Roosevelt (1976: 52). Veja que, neste contexto, a morte do animal não se justificava como troféu de uma caçada desafiadora, mas como um ato necessário para “domar” a natureza.

Este tipo de narrativa – fosse ela literária ou visual – ao mesmo tempo em que provocava temor nos leitores, também aguçava a sua curiosidade, por deixá-los ávidos por informações sobre o primitivismo de um animal considerado “pré-histórico”, ou seja, um descendente vivo dos dinossauros. Porém, ao contrário do que havia feito com a onça pintada, que foi confrontada com a selvageria e poder de alguns dos grandes felinos do oeste norte-americano, Roosevelt ignorou qualquer semelhança que o jacaré brasileiro pudesse ter com seus primos do norte. Os encontros com os “*alligators*” norte-americanos, embora não muito frequentes, também não foram isentos de violência e receberam alguma atenção na imprensa da época. O jornal *The Daily Dispatch*, datado do dia 12 de outubro 1864, noticiou que os restos mortais de um homem foram encontrados, na Carolina do Norte, após um “horrrível ataque” de crocodilo. O animal, que também havia acometido o gado de uma fazenda na região, foi morto pelo proprietário, que descobriu partes humanas em seu estômago, confirmando a sua culpa no “crime”. O jornal *Belmont Chronicle*, de 13 de julho de

1871, descreveu outro episódio de ataque, no qual uma embarcação havia sido agredida por um número “incalculável” de crocodilos. Na tentativa de desbloquear a passagem do barco, que quase estava indo a pique, algumas pessoas foram feridas e três “homens de cor” tiveram as mãos decepadas pelos animais. Relatos como estes eram narrados em um clima de suspense e terror, o que contribuiu para que os jacarés norte-americanos também fossem encarados como uma ameaça, embora os registros de ataque fossem realmente muito irrisórios.



FIGURA 17- MILLER, Leo. *Alligator*. Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Cortesia AMNH.

A falta de uma legislação específica e a intensificação da caça ao jacaré (considerada lucrativa), ao longo de todo o século XIX, proporcionou a diminuição de

sua população nas principais regiões do sudeste dos Estados Unidos (principalmente na Flórida e no Mississippi), encaradas como seus habitats naturais. O herpetólogo norte-americano Raymond Ditmars (1908: 87) relatou que “a partir desta onda de extermínio [até meados de 1900], o jacaré recuou ainda mais para os pântanos isolados e igarapés... [e a partir de então] evidencia-se grande timidez em relação ao homem”. Ele afirmou que “tão grande é o medo deste réptil em relação ao homem que não importa qual o seu tamanho... de um doze polegadas, como um cachorro, até um de doze pés, como um touro... todos possuem a mesma timidez”. Sem dúvida, a diminuição da espécie reduziu, concomitantemente, os encontros entre os seres humanos e o animal, cada vez mais distante dos vilarejos e outros centros urbanos. Essa proposição pode ser sustida pela dificuldade na localização de notícias e relatos sobre possíveis ataques e ameaças do jacaré às pessoas durante as primeiras décadas do século XX⁷³.

Ainda que Roosevelt tivesse avaliado a experiência norte-americana com o réptil como algo pertencente ao passado, torna-se, de qualquer forma, notável que não houvesse qualquer menção aos encontros ocorridos no século anterior. O relato de Roosevelt indicava que este tipo de preocupação e perigo encontrava-se restrito a África, a Ásia e a América do Sul, continentes vislumbrados como ainda distantes dos padrões de civilidade das grandes nações ocidentais. Roosevelt também não fez menção às possíveis diferenças de espécies de jacarés e crocodilos. A única distinção era a sua localização geográfica, que parecia justificar o grau de agressividade do animal: a África, por ser considerada pelo ex-presidente mais “bárbara” do que o Brasil, teria um jacaré mais perigoso; por sua vez, o jacaré que vivia no interior da floresta amazônica seria mais hostil do que os que viviam nas populosas cidades

⁷³ Somente na década de 1960, os *alligators* americanos foram considerados uma espécie ameaçada. A legislação passou a reconhecer a importância do réptil no equilíbrio do ecossistema das zonas úmidas do país, e sua preservação tornou-se de caráter compulsório. No período em que estiveram sob a proteção da lei, sua população aumentou rapidamente. Nestes anos, foram registrados alguns (poucos) encontros e ataques fatais de crocodilo (Ver: HINES, KEENLYNE, 1977). Assim, durante a década de 1980, os estados passaram, um a um, a permitir novamente a prática do esporte. Desta vez, sob um controle maior do Governo, por meio da gerência do *Department of Wildlife and Fisheries*. Atualmente, existem regras específicas para a caça dos *alligators* (como, por exemplo, o tipo de arma permitido) e sua prática é autorizada apenas em determinados períodos do ano, como forma de assegurar a sobrevivência e o equilíbrio da espécie. Segundo dados do *Department of Wildlife and Fisheries*, somente na Louisiana, existem mais de 2.000 caçadores licenciados, e, estima-se que entre 30.000 a 35.000 jacarés selvagens são abatidos anualmente. Ver em: <http://www.wlf.louisiana.gov/alligator-hunting-regulations-overview>

norte-americanas. O grau de agressividade parecia se estabelecer pelo ambiente em que o réptil vivia: quanto mais perto da “civilização” mais dócil seria o animal e, em contrapartida, quanto mais “selvagem” a região, mais perigosa a sua população. Note-se que o ex-presidente conhecia bem a obra de Henry Bates, porém sua divergência de opinião em relação ao perigo representado pelo jacaré, embora não explícita, poder-se-ia fundar no local onde se concentraram os trabalhos do cientista. De acordo com Roosevelt, “Bates viajou o Amazonas justamente antes da era dos vapores naquele rio, e nunca se afastou dos caminhos comuns”, ou seja, ele visitou “lugares colonizados e habitados” e não chegou a explorar as “regiões ignoradas e desconhecidas” (ROOSEVELT, 1976: 220). E como Roosevelt, segundo ele mesmo defendeu, era um “verdadeiro explorador das selvas”, os jacarés que encontrou pelo caminho possuíam, naturalmente, um nível de nocividade maior. Por isso, a sua caça era ainda necessária e de grande utilidade pública e nacional.

Mas, devido à fama já estabelecida outrora, a caça ao jacaré, assim como a da onça-pintada (ou jaguar), era uma empreitada esperada pelo público norte-americano. Caçadores hábeis já haviam realizado tal proeza, e Roosevelt não poderia ser diferente. As imagens pejorativas dos animais apenas haviam sido reforçadas pelo relato do ex-presidente. Entretanto, o mesmo não ocorreu com a piranha, “o peixe mais feroz do Universo” nas palavras de Roosevelt (1976: 43). Ela foi apresentada ao público norte-americano como uma “novidade” e como exemplo real dos perigos que habitavam o interior da floresta tropical. Roosevelt acreditava que as piranhas representavam o maior flagelo do noroeste brasileiro, “porque devoram o homem quando o têm ao seu alcance”. Observou, ainda, que elas “não eram canibais em relação às suas próprias companheiras, e sim [principalmente] no tocante à carne humana” (Roosevelt, 1976: 55). Eram tão agressivas, que ao contrário dos tubarões ou das barracudas, “que geralmente atacavam presas menores do que eles próprios”, não se intimidavam pelo tamanho de suas vítimas.

A piranha, porém, é um peixe curto, de corpo arqueado, com a face romba e queixo inferior de movimentos largos. Os dentes, *afiados feito navalha*, têm a forma de cunha como nos tubarões e os músculos do queixo são dotados de extraordinária força. As bocadas, *ferozes e violetas*, fazem com que os dentes se enterrem na carne e nos ossos. A cabeça com seu focinho curto, *olhos malignos* sempre atentos e *mandíbulas cruelmente armadas*, a bater, eis a fisionomia de sua *ferocidade demoníaca*. E as ações do peixe estão perfeitamente de acordo com a sua aparência. Nunca testemunhei uma exibição de *fúria incontida e selvagem* com a piranha ao debater-se no

tombadilho. Logo que são arrancadas da água e atiradas no chão de tábua, emitem um som extraordinário de protesto. Começam a se debater por ali e a qualquer coisa que se lhe encoste procuram *morder com terrível violência*. São o *pavor das águas* e é necessário muita precaução para nadar ou atravessar o rio em lugares por elas frequentados. (Grifo nosso. ROOSEVELT, 1976: 43)

O biólogo norte-americano Herbert Axelrod (1976) defende que a opinião de Roosevelt a respeito das piranhas brasileiras havia sido fundamentada após o ex-presidente ter presenciado um furioso ataque de um cardume à um boi machucado que tentava atravessar o rio. Porém, Axelrod acredita que este chocante episódio tratava-se de uma situação fabricada e não natural. O estudioso lança mão da hipótese de que o ictiologista brasileiro Miranda Ribeiro, na tentativa de proporcionar um fantástico espetáculo para o ex-presidente, isolou centenas de piranhas famintas em uma pequena parte do Rio Amazonas. Ao deixá-las sem comidas durante vários dias, o cientista teria contribuído para torná-las bastante agressivas. Assim, ao colocarem um boi ferido em contato com as piranhas do reservatório, produziu-se uma cena chocante: água em ebulição com os peixes em frenesi, muito sangue e, após um minuto ou dois, apenas a carcaça do animal.

Infelizmente, ainda não foi encontrado nenhum documento que comprove a hipótese de Herbert Axelrod sobre o episódio de Roosevelt com as piranhas. Porém, é notório o surgimento de alguns estudos sobre este peixe no intuito de desconstruir sua imagem como canibal. Podemos citar, por exemplo, os trabalhos dos biólogos Helder Queiroz e Anne Magurran (2005). Segundo estes pesquisadores, no senso comum, as piranhas seriam peixes vorazes que, atraídos pelo cheiro de sangue, formavam cardumes para atacar pessoas e animais que tentassem atravessar os rios. Em sentido oposto a essa ideia, eles defendem que, além de terem uma dieta composta principalmente de vegetais, e às vezes se alimentarem de pequenos peixes e invertebrados, insetos e restos de animais mortos, as piranhas se agrupam para se proteger de predadores como botos e pássaros e não para praticarem a caça grupal, elemento considerado a principal razão da brutalidade de seus ataques. No momento, Queiroz trabalha em outra pesquisa para provar que estes animais não são carnívoros obrigatórios, e sim onívoro-carnívoros oportunistas. Em suas palavras: “Isto nem é tanta novidade assim, pois outros trabalhos já falaram coisas parecidas, mas quando colocamos isso no contexto da nossa pesquisa continuada fica claro que estes animais são muito mal compreendidos por nós, humanos”.

Para Roosevelt, a ferocidade da piranha era uma coisa real. Por isso procurou validar o seu relato com a descrição de inúmeros encontros fatais (ou quase) de seres humanos com esses “flagelos da água”. De acordo com o seu diário, há três semanas antes da comitiva americana chegar ao Mato Grosso, um menino de doze anos teria sido “atacado e devorado vivo” ao nadar em um rio próximo à Corumbá. Segundo Roosevelt, este não seria um caso isolado. Diversos soldados, durante os anos de exploração da Comissão Rondon na região, foram vítimas de assaltos semelhantes. O tenente Pyrineus, por exemplo, depois de jogar uma dinamite no rio para conseguir pescar alguns peixes, colocou uma piranha na boca como forma de apanhar outras mais. Porém, a piranha, ao recobrar os sentidos, feriu-o-lhe gravemente. Pyrineus teve a metade da língua decepada com uma única mordida, o que lhe causou uma hemorragia a deixar-lhe a um triz da morte. E anos atrás, o próprio Rondon teria perdido uma lasca do dedão ao checar a temperatura da água antes de tomar seu banho matinal no rio (ROOSEVELT, 1976: 48-49). A equipe norte-americana também havia sido agredida pelo peixe durante a viagem: “Miller, antes de minha chegada a Assunção, foi seriamente mordido por uma delas” (ROOSEVELT, 1976: 43).

Na FIGURA 18, publicada na edição de outubro de 1914 da *Scribner's Magazine*, Roosevelt e Cherrie foram retratados banhando-se nas águas rasas do Rio das Dúvidas. Os dois homens claramente estavam abaixados, de forma que seus corpos ficassem completamente encobertos. Ao fundo, a floresta, representada por uma vegetação amorfa. Para Rondon, a imagem do ex-presidente boiando com seus cem quilos lembrava “uma espécie de peixe grande e gordo”. Embora os personagens apresentassem uma fisionomia despreocupada, a legenda encarregar-se-ia de propiciar o tom de suspense da cena, a partir de um trecho retirado do relato de Roosevelt: “Nadamos e tomamos banho no rio, mesmo após termos pescados algumas piranhas nele”. O observador não conseguia ver os peixes, mas sabia de sua existência pela confirmação da legenda. Tal imagem se juntava à memória das histórias já contadas por Roosevelt nos números anteriores da revista, como, por exemplo, o incidente com Rondon, que havia perdido o dedo ao nadar num rio. Segundo o ex-presidente, embora o coronel tivesse feito uma checagem visual antes de entrar na água, o ataque daquelas pequenas criaturas não fora evitado. Escondidas nas águas turvas da bacia amazônica, o ambiente se mostrava perfeito para os ataques surpresas dos “peixes

canibais”. Assim, o simples cuidado com a higiene pessoal era transformado, por meio do narrativa de Roosevelt, em uma atividade altamente arriscada.



FIGURA 18 - ROOSEVELT, Kermit. We bathed and swam in the river, although in it we caught piranhas. In: Scribner's Magazine, Oct. 1914: 438.

Cabe ressaltar que o “canibalismo” das piranhas sul-americanas não era um assunto inédito naquela época. Entre os primeiros relatos que chegaram à Europa, destaca-se a obra de George Margraves, *Historia Naturalis Brasiliae*, publicada em Amsterdã, em 1648. Os elementos de horror, tão comuns nos contos posteriores, já estavam incluídos neste trabalho. Margraves enfatizou seus dentes afiados e a natureza selvagem, o perigo de entrar em águas infestadas por este peixe, e sua capacidade de realizar uma “mordida limpa”, ou seja, de arrancar de uma só vez pedaços de carne e osso (SCHLESER, 1997). Em 1790, o explorador e naturalista Alexander von Humboldt (1819) também dedicou algumas páginas à descrever as piranhas, em que destacou sua “natureza cruel”. Ele se referiu a elas como sendo uma

das maiores ameaças dos Sul-americanos. Em suas narrativas pessoais sobre a vida no Onoroco, ele escreveu:

(...) nossos índios pegaram com um gancho o peixe conhecido no país pelo nome do caribe⁷⁴, ou caribito, porque nenhum outro peixe tem essa sede de sangue. Ele ataca banhistas e nadadores, de quem, muitas vezes, leva embora pedaços consideráveis de carne.

A importância do relato de Roosevelt sobre as piranhas não recai sobre o ineditismo do assunto, mas na dimensão da divulgação que elas receberam no período. Antes da publicação de seu artigo na Revista *Scribner's*, em abril de 1914, este peixe era praticamente desconhecido nos Estados Unidos, o que tornou o assunto ainda mais atrativo. Em suas primeiras páginas, o periódico prometia um “relato vívido e pitoresco da viagem até o rio [das Dúvidas]”, além de “observações sobre a temida piranha, o peixe devorador de homens”. A reportagem ainda continha uma fotografia do peixe (FIGURA 19), que havia sido disposto sobre um pano escuro, como forma de dar visibilidade aos seus contornos e estruturas. Ao seu lado, aparecia um dos auxiliares brasileiros de Roosevelt que, ao mesmo tempo em que segurava o espécime, propiciava referência à escala e tamanho do animal. A piranha era um peixe pequeno, como havia descrito Roosevelt, o que tornava ainda mais surpreendente a violência de seus ataques. Talvez, pela primeira vez, a imagem fotográfica colocava ao alcance do olhar norte-americano a “verdadeira feição” da piranha, que ganhava ares mais sombrios com a legenda e o assustador relato que acompanhavam a publicação.

74 Em algumas regiões da floresta amazônica, mais próximas à Venezuela, as piranhas também são conhecidas pelo nome “caribe”. Existem duas explicações etimológicas para a origem do nome “piranha”. A mais conhecida seria a junção dos termos tupis: “pirá” (peixe) e “anha” (dente), significando “peixe com dente”; outra vertente interpreta que o termo “pira” (sem acento) referente à palavra “pele”, e raim teria o sentido de “o que corta”, expressando a ideia “corta a pele”. O significado “tesoura” foi atribuído anos mais tarde, após a colonização europeia na região. Os nativos utilizavam a mandíbula da piranha, com os dentes ainda ligados, como uma ferramenta de trabalho. Sua aparência assemelhava-se a uma mistura de faca e tesoura. Não foi à toa que ao receberem as primeiras tesouras como presentes, eles a nomearam de “piranha”. Ainda hoje, em certas áreas da Amazônia brasileira, as tesouras são conhecidas por este nome. Ver: SCHLESER (1997: 5-6).

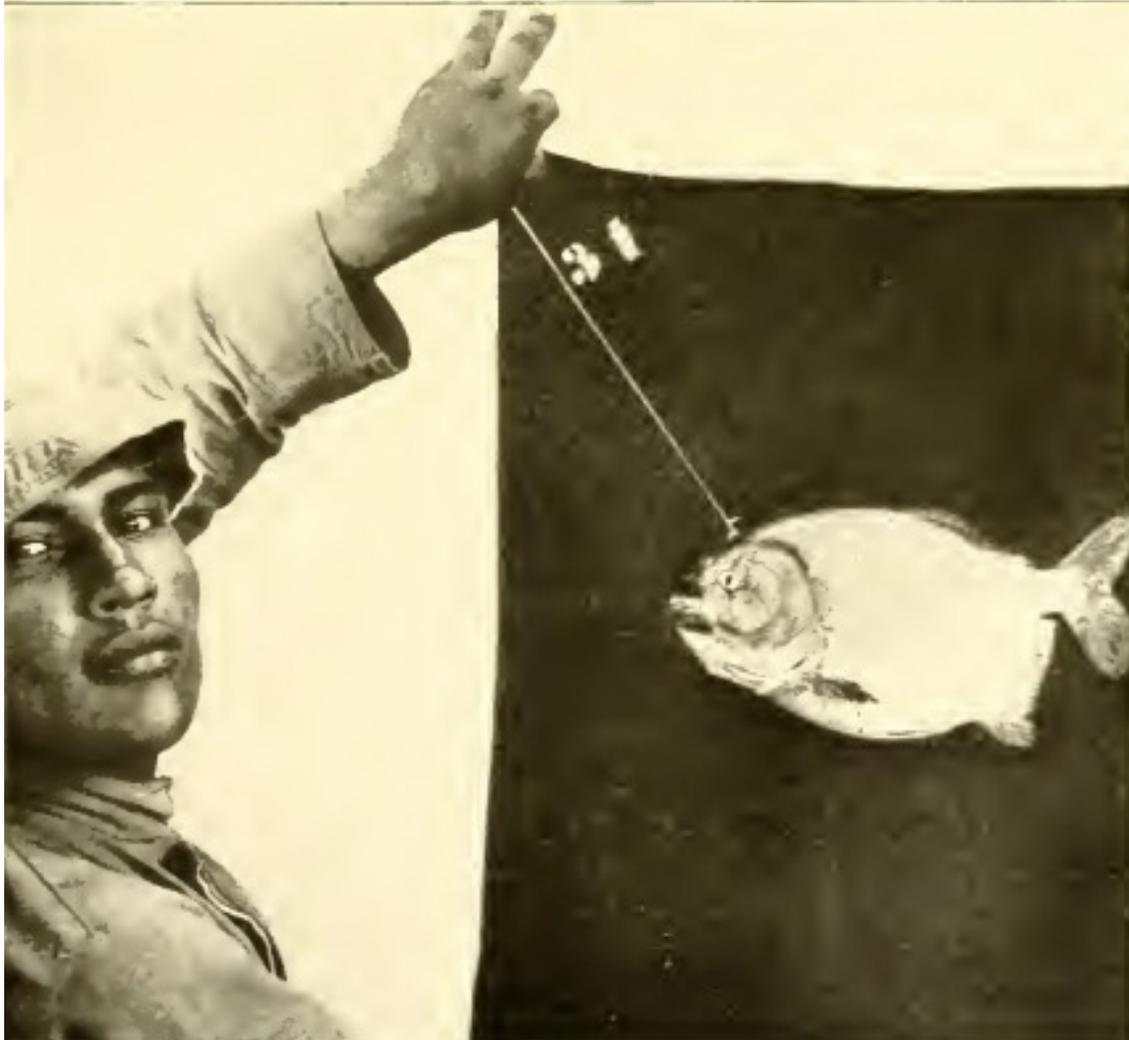


FIGURA 19- Piranha. Expedição Roosevelt-Rondon, Brasil, 1914. Cortesia AMNH

Roosevelt também narrou os episódios com “o peixe canibal” em seu livro de viagem e em palestras organizadas nos Estados Unidos e na Europa. Sua primeira apresentação foi um evento muito esperado e a audiência alcançada mereceu destaque nos meios de comunicação da época. O jornal *New York Tribune*, datado de 11 de dezembro de 1914, noticiou que, meia hora antes da chegada de Roosevelt ao local, uma multidão já o aguardava e “recusou-se a mover-se de lá quando a gerência colocou um enorme cartaz informando que o auditório não poderia acomodar mais uma pessoa sequer. No momento, a polícia que vigiava os portões foi quase varrida pela aglomeração que se atirou contra ela”. De acordo com esse mesmo jornal, aproximadamente três mil pessoas não conseguiram entrar no auditório, apenas os mais pacientes foram recompensados ao final da noite, quando o ex-presidente se dirigiu à rotunda do Museu para uma conversa informal. Todos estavam ansiosos em

escutar suas palavras sobre as aventuras na maior floresta da América do Sul, dentre as quais se destacava os incidentes com as piranhas.

Os jornais também divulgavam essa temática em suas manchetes e reportagens. Segundo o *The Sun*, de Nova York, do dia cinco de julho de 1914, a piranha teria “um apetite especial por carne humana. Nativa dos rios da bacia amazônica, é pequena, mas extremamente feroz”. De acordo com o periódico, estas “pequenas criaturas atacam um homem e, literalmente, o comem em pedaços, caso ele não seja capaz de escapar rapidamente”. E continuou: “Uma viagem a cavalo através de um ribeiro infestado por elas [piranhas] é perigosa. “Um pequeno sinal de uma ferida causada por um esporão” atrairiam suas atenções em direção ao cavalo e o “comeriam até chegar ao seu intestino”. Já a reportagem publicada no jornal *The Kansas City Sun*, do dia 11 de julho de 1914, sob o título “*Man-Eating Fish Go Mad*”, citava trechos do diário de Roosevelt e alertava os leitores sobre o perigo do “peixe canibal da América do Sul”, que impedia os homens de entrar no rio para tomar um simples banho, pois o “mais leve distúrbio na água” já atraía a atenção do “voraz animal”. Durante todo o século XX, a mídia reproduziu repetidamente o relato de terror sobre as piranhas, e a histeria provocada legitimou o senso comum.

O relato de Roosevelt teve tanto impacto que também influenciou, anos mais tarde, a política ambiental norte-americana. A partir de 1961, o *Department of Fish and Game*, da Califórnia, encabeçou um regime legal que limitava a criação e a importação de piranhas para o Estado. A Seção nº 2150 do novo Código dava autonomia ao Órgão em distribuir ou restringir licenças de criação ou importação de animais. Seu critério de consentimento baseava-se na premissa de que “o animal não [seria] prejudicial ou que não causa[sse] nenhum dano ou prejuízo à agricultura, a fauna nativa, ou para a saúde pública ou segurança, como resultado de tal importação (...)”. No caso, a piranha foi considerada perigosa. Acreditava-se que a importação generalizada do peixe iria resultar, ocasionalmente, em sua liberação em águas abertas, onde haveria a possibilidade de se estabelecer com uma população numerosa (MAGALLANES, 2002). Como forma de avaliar seus efeitos nocivos, o Departamento estimulou pesquisas sobre os possíveis impactos que o peixe traria caso se instalasse no meio ambiente norte-americano. Em 1967, James A. St. Amant produziu um relatório no qual declarava o potencial de adaptação da piranha nos rios do sul da Califórnia. O estudo mostrava a capacidade do peixe em sobreviver e se

reproduzir em águas com temperatura baixas, como as alcançadas durante o inverno. Além disso, caso fosse solto em algum rio da região, os prognósticos seriam preocupantes, a ponto de destruir todos os peixes naturais do local em apenas um ano. A viagem de Theodore Roosevelt à Amazônia foi usada no estudo como componente testemunhal do perigo que representava. Trechos de seu relato foram utilizados no intuito de robustecer a necessidade de uma legislação que proibisse a presença e a criação de piranhas na Califórnia. E St. Amant concluiu ainda em sua primeira página: “evidências suficientes existem para demonstrar que as piranhas representam uma ameaça aos humanos, aos peixes e à vida selvagem” (ST. AMANT, 1967: 01). Posteriormente, outras regiões dos Estados Unidos assumiram o mesmo regime em relação ao peixe.

Porém, a nova legislação causou polêmicas. No dia sete de abril de 1965, por exemplo, as autoridades do *Department of Fish and Game* autuaram um negociante de peixes tropicais pela venda ilegal de 140 piranhas ao público geral. Como punição à contravenção, exigiu-se que, num prazo de 30 dias, os peixes fossem destruídos ou devolvidos ao seu lugar de origem, ou então, doados a um aquário público ou “jardim zoológico”. O negociante recusou-se e, no mês seguinte, iniciou um processo contra o Estado da Califórnia. Sua denúncia alegava que desde 1964 já havia vendido aproximadamente 4.000 piranhas sem a ocorrência de nenhum tipo de incidente. Cada animal havia sido comercializado no valor de 50 a 100 dólares, e o número de sua clientela alcançava à cifra de mil. A apelação baseava-se na convicção de que a piranha não representava um real perigo à comunidade e à “vida selvagem”, uma vez que, nos Estados Unidos, sempre esteve restrita a uma criação em cativeiro. Além disso, não havia estudos conclusivos que confirmassem sua sobrevivência no Estado. Diante desses fatos, o comerciante alegava que a nova lei era “arbitrária, caprichosa, irracional, *ultra vires*”, e sua existência não promovia a segurança que tanto clamava. A ação judicial exigia a revogação imediata da aplicação do regulamento e solicitava um mandado de segurança compelindo o *Department of Fish and Game* a promulgar uma constatação de que “a piranha não [seria] hostil, perigosa ou uma ameaça à fauna natural ou interesses agrícolas deste Estado”. Por fim, o comerciante também esperava que fosse emitida uma licença para importar e vender suas piranhas, já que o peixe não mais estaria na lista de cerceamento do Órgão do Governo.

Em sua defesa, o *Department of Fish and Game* justificou seu ato como mecanismo necessário na proteção das águas da Califórnia. Sua alegação respaldava-se em vários trabalhos de especialistas da época, dentre eles, o estudo de James A. St. Amant, de 1967. Em 1970, após duas apelações mal sucedidas por parte do comerciante, o veredito foi novamente a favor do Estado. O tribunal estabeleceu que a ação do *Department of Fish and Game* em executar o novo Código baseava-se em fundamentos sólidas de que “a piranha é um peixe extremamente voraz, agressivo e carnívoro. Em seu habitat nativo da América do Sul, é um perigo aos outros peixes, mamíferos, e aos seres humanos. Existem evidências também de que piranha poderia estabelecer-se nas águas da Califórnia [...] o que comprometeria seriamente a ecologia e a vida aquática na região”, tornando-se justificável a redução drástica de sua importação⁷⁵. Ainda hoje, o comércio e criação de piranha são proibidos no Estado da Califórnia.

Hollywood também não deixou de abordar a temática. Em 1967, dois anos após o início do julgamento e no mesmo ano do relatório de St. Amant, o filme “James Bond” (“Só se vive duas vezes”) abordaria o assunto, ao representá-las como animais de estimação do vilão da trama. Em uma passagem, o arqui-inimigo de Bond, Ernst Stavro Blofeld, alimentava suas piranhas com grandes pedaços de carne crua. O cheiro de sangue aticava a voracidade dos peixes carnívoros, que devoravam o alimento em segundos. Em outra cena da película, uma mulher, a atraente secretária Helga Brandt, foi jogada dentro do tanque que continha o cardume. A agitação na água causada pela queda teria atraído os animais, que atacaram a moça de maneira brutal. Do assalto somente era possível ver a água borbulhante, como se estivesse em ebulição, numa clara alusão ao famoso ataque grupal. O filme utilizou de todas as características fornecidas pelo relato de Roosevelt para representar a piranha como uma arma perigosa e uma ameaça aos seres humanos.

Em 1978, em uma tentativa de criar outro *blockbuster*, com a mesma fórmula do filme “Tubarão”, de Steve Spielberg, o peixe foi apresentado como vilão e protagonista na versão “Piranhas”, do diretor Joe Dante. Na sinopse, um cardume de piranhas de um laboratório de pesquisa científica do exército norte-americano havia fugido para um rio abarrotado de turistas e crianças em férias. As piranhas faziam

75 Sobre este julgamento ver: Adams v. Shannon (1970) 7 Cal. App. 3d 427, 86 Cal. Rptr. 641. Disponível na página: <http://www.lawlink.com/research/caselevel3/47928>. Acesso em: 06/01/2014.

parte de um extinto projeto do governo durante a Guerra do Vietnã, e seriam usadas como arma voraz e prodigiosa, capazes de suportar a água fria dos rios norte-vietnamitas e inibir o movimento vietcongue. O projeto foi encerrado com o término da guerra, mas alguns dos espécimes continuariam vivos e sua fuga causaria a morte de muitos cidadãos e traria destruição para a região. Note-se que o roteiro envolvia as mesmas preocupações expressadas pelo *Department of Fish and Game* da Califórnia, e também corroborou com o prognóstico pessimista de St. Amant (como a crença na resistência à água fria), sem oferecer uma solução ao problema, a não ser o extermínio do animal. O filme teve uma boa recepção e agradou os críticos de cinema, alcançando uma bilheteria de seis milhões de dólares nos Estados Unidos e 10 milhões de dólares na bilheteria internacional (KOETTING, 2009: 146-147).

Devido ao enorme sucesso, em 1981, surgiria sua continuação: *Piranha II: A Desova*, do diretor James Cameron. Desta vez, o filme foi considerado um fracasso de crítica, porém isso não significou o fim da temática. O longa-metragem de 1978 recebeu ainda dois *remakes*: “Piranhas”, do diretor Scott P. Levy, de 1994; e “Piranhas 3D”, que foi dirigido por Alexandre Aja e lançado em 2010. A última versão arrecadou em seus três primeiros dias o valor de 10.106.872 dólares. No Reino Unido, estreou como quarto lugar nas bilheterias, faturando na primeira semana aproximadamente 1.487.119 de libras esterlinas⁷⁶. Todas essas versões utilizaram dos elementos descritos por Roosevelt: atração por sangue, sensibilidade ao movimento da água, ataque grupal e preferência por carne humana. Hollywood ajudou a perpetuar, no senso comum, a imagem pejorativa do peixe antropófago trazida pelo ex-presidente. Hoje, existem diversos estudos, principalmente na área da Biologia, que tentam romper com esse forte estereótipo do peixe iniciado ainda nas primeiras décadas do século XX.

Embora as piranhas, assim como a onça pintada e o jacaré, tenham recebido maior destaque nos meios de comunicação da época, outros animais também receberam alguma atenção no livro de viagem de Roosevelt, como, por exemplo, os “imponentes” jaburus, o “grotesco tucano”, o “lindo alcaravão”, “os paternais saguis”, os “bravos” quatis, o “feroz” porco do mato, e outras aves e “mamíferos esquisitos”. Segundo Heitor Pereira da Cunha, “Roosevelt tinha vivo empenho em matar um

76 As informações sobre a bilheteria foram encontradas no site: <http://www.boxofficemojo.com/movies/?id=piranha3d.htm>. Acesso em: 10/02/2014.

tamanduá, pois como a onça, o queixada, o catetú, a capivara e a anta, formavam eles o grupo de peças que mais desejava para o Museu de Nova York”. (CUNHA, 1922: 30). Seus troféus deveriam representar algo além da simples morte de um animal, e, por isso, buscou critérios, como raridade e singularidade, na História Natural. Roosevelt desejava recolher espécimes que traduzissem o exotismo da floresta brasileira e revelassem a sua habilidade como caçador naturalista. Ao todo, foram coletados pela comitiva “mais de 2.500 aves, cerca de 500 mamíferos, alguns reptéis, batráquios e peixes, muitos dos quais novos para a ciência”, pois, de acordo com Roosevelt, “grande parte da região ainda não havia sido visitada por colecionadores científicos” (ROOSEVELT, 1976: 216).

Ainda que este número possa impressionar nossa percepção contemporânea, a viagem do ex-presidente não apresentou grandes contribuições científicas e tampouco representou uma verdadeira conquista de caça. Do ponto de vista do esporte, esta quantidade de troféus era pequena se comparada à coleção do safari africano. E, possivelmente, nem todos animais foram aproveitados pela taxidermia. Em muitos casos, o animal chegava ao museu com a pelagem danificada, devido às interferências de um clima úmido e quente e ao mal armazenamento durante a viagem. Além disso, Roosevelt não havia realizado seus abates na região do Rio das Dúvidas – onde a natureza era considerada “implacável” – ou em uma área ainda não conhecida pelos viajantes naturalista, como ele havia afirmado. Suas caçadas ocorreram em um espaço específico, que abarcava o entorno da Fazenda Palmeiras. Sua passagem na região foi marcada por um grau de conforto e por uma conveniente estrutura de caça. Essa fase da viagem assemelhava-se a um tipo de experiência de caça que crescia na África e na Ásia, assim como na América do Norte, conhecido como reservas privadas de caça ou sociedades de caçadores. Nos Estados Unidos, por exemplo, destacam-se dois clubes privados, o *Blue Mountain Forest*, em New Hampshire, do magnata norte-americano Austin Corbin II, e o *Jekyll Island Club*, localizado no litoral da Geórgia. Nesses clubes, as famílias ricas eram encorajadas a caçar, passear pelo campo ou aproveitar os “pseudo” acampamentos montados nos caminhos. As caçadas possuíam um roteiro de atividades previamente estabelecido e e raramente havia espaço para o acaso. Funcionários eram contratados para manter as propriedades abastecidas por diversas espécies de animais, dentre elas: faisões, perus, codornas e veados. Os clubes

apresentavam uma estrutura de resort e continham lojinhas de taxidermia para a montagem dos troféus de seus sócios e convidados (MCCASH, 1989).

Por mais que a Fazenda Palmeiras não fosse um resort ou clube privado, sua localização privilegiada possibilitava a concentração de uma variedade de animais, tornando-a um santuário natural para os amantes da caça esportiva. Segundo Rondon, devido ao período das enchentes, congregavam-se na parte alta da Fazenda “os mais diversos representantes da riquíssima fauna brasileira”. Nos poucos dias que a comitiva permaneceu na propriedade, “todas as turmas de caçadores, em que se haviam subdividido as duas comissões, puderam apanhar exemplares de pássaros, quadrúpedes e quadrúmanos, que em outras regiões vivem separados, conforme os seus hábitos de aquáticos, de campestres e de florestais” (RONDON: 1916: 30). Ainda, segundo Rondon, a ideia era também ir à Fazenda Firme, “onde as onças nunca faltavam”. Mas, como ponderou o então coronel brasileiro, Roosevelt havia pressa em regressar à Nova York, devido a um possível impasse nas relações internacionais entre Estados Unidos e México, que “enchia seu espírito de constantes preocupações”. (...) Por isso, não hesitou em sacrificar (...) tudo quanto lhe parecia não ser estritamente indispensável à caracterização dos traços gerais da Expedição” (RONDON, 1916: 31). E, assim, a Fazenda Firme foi retirada do roteiro.

Somente quando o ex-presidente adentrou na região do Rio das Dúvidas a viagem tornou-se realmente perigosa para a equipe. O território não respeitava o roteiro planejado e o “desconhecido” era entendido como a regra. Para Roosevelt, a natureza o desafiava a cada minuto, fosse através de uma caudalosa corredeira, das frequente chuvas, das doenças tropicais ou dos possíveis ataques indígenas. A dificuldade em carregar as bagagens nos trechos sinuosos e alagados, representados por cachoeiras, causaram discussões sobre a necessidade de abandonar as caixas de peles taxidermizadas (G.K. Cherrie *in* Naumburg 1930: 15). De qualquer forma, ao longo da descida do Rio, os animais coletados pela comitiva começaram a perder o seu valor científico ao servirem, principalmente, como importante fonte de proteína para os expedicionários, que tinham enorme dificuldade em caçar. O ornitólogo George Cherrie, preocupado com a ineficiência na coleta e transporte de espécimes, relatou em seu diário, no dia 28 de março de 1914:

As corredeiras continuam e, agora, encontramos-nos acima de uma série de rápidos e cachoeiras (6 delas) formadas pelo rio que corre através de um

profundo desfiladeiro entre as montanhas! É possível que abandonemos as canoas. Todos serão obrigados a reduzir suas bagagens a praticamente o que puder ser carregado nas costas. Não sabemos o que nos aguarda amanhã. A coleta de espécimes adicionais de aves será, agora, praticamente impossível. (CHERRIE, 1914: 61)

Não estava prevista uma marcha por terra, e sim uma viagem rio abaixo em pequenos barcos. Anthony Fiala havia programado utilizar duas canoas canadenses leves. Ele acreditava que estas embarcações eram muito mais adequadas e seguras para os afluentes do Amazonas do que as “pesadas e inflexíveis pirogas” sul-americanas. Contudo, não foi isso o que aconteceu. O rio, que nasce no que hoje é considerado Rondônia, atravessa o noroeste do Mato Grosso e o sul do Amazonas, num sentido Sul-Norte. Desde o início de seu curso, seus trechos, numerosos e longos, eram assinalados por cachoeiras, corredeiras, estreitos, pedras e quedas d’água. Para se chegar a sua nascente (parte inicial da viagem), a rota da expedição determinava uma longa marcha, com mulas e gados, pelo Planalto Central. O imenso volume de bagagem e a impossibilidade de seu transporte fizeram com que os barcos trazidos por Fiala fossem abandonados ainda no início da caminhada, assim como grande parte das provisões empacotada em Nova York.

Dessa forma, quando atingiram o território do Rio das Dúvidas, Roosevelt e sua equipe tiveram que comprar canoas das tribos locais ou, como aconteceu no final da viagem, construí-las com as próprias mãos. Pouco mais do que troncos de árvores escavados, essas canoas não era adequadas para as funções imputadas pelos viajantes, já que possuíam uma capacidade de flutuação pequena e pouca disposição de manobra, obrigando os ocupantes a atravessar – ou a colidir com – o que tivesse a frente. Quando estavam sobrecarregadas inundavam-se rapidamente em águas mais agitadas. Suas condições de uso eram precárias e Roosevelt assim as descreveu: “Uma era pequena, outra era toda torta, e duas estavam velhas, alagadas e avariadas” (ROOSEVELT, 1976). Isso obrigava a equipe a fazer estafantes e demoradas operações de descarregar e carregar os barcos, que eram manobrados com a ajuda de cordas. O material considerado menos importante era descartado ao longo do caminho. No final da viagem, com a perda de duas canoas em uma das cachoeira, foi ainda necessário realizar o abate de árvores para a construção de outras novas. Como forma de evitar mais corredeiras e eventuais perdas, foi necessário realizar, diariamente, cansativas caminhadas pelas margens íngremes e rochosa. Os expedicionários ainda encontravam dificuldades na abertura e na montagem de

acampamentos na selva, dominada pela excessiva umidade amazônica no auge da estação chuvosa. Tudo isso fez com que o ritmo da viagem caísse a poucas centenas de metros por dia, o que causou grande atraso. Houve acidentes, barcos avariados, equipamentos perdidos, feridos, doentes, fome e mortos⁷⁷. O esporte de caça e a coleta de animais, cada vez mais, apresentavam-se como um objetivos pertencente ao passado.

Quando pensou a expedição, Roosevelt e sua equipe possuíam uma ideia completamente equivocada sobre a natureza sul-americana: nada do que haviam planejado ou previsto encontrar apresentava-se como realidade. O próprio período da expedição não fora escolhido de maneira adequada. A estação chuvosa que prometia facilitar a navegabilidade pelos rios, na verdade, dificultou a locomoção da tropa por terra ao proporcionar um caminho enlameado e extremamente úmido. A expedição que se intitulava como zoológica não conseguiu recolher o número de espécimes necessários e o material produzido apresentava mais lacunas do que contribuições científicas concretas. Rondon, em suas *Conferências* (1916: 78), ainda explicou a razão dessa inexatidão das informações, uma vez que o seu objetivo principal era “acompanhar e guiar na travessia do sertão” o ex-presidente e que, portanto, empregariam “os maiores serviços para lhe dar a satisfação de ver reduzido ao mínimo possível o tempo que ainda tinha de gastar nesta expedição”. E concluía: “Por tal motivo, o levantamento topográfico prosseguiu sem podermos retirar todo o proveito dos recursos técnicos de que dispúnhamos e com os quais vínhamos realizando um trabalho bastante exato e rigoroso”.

A própria relevância da descoberta do curso do Rio das Dúvidas também foi vista com descrença pela comunidade científica da época, como demonstraram as declarações realizadas por sir Clemente Marjham e Henry Savage Landor no jornal *New York World*. No caso de sir Clemente Marjham – o ex-presidente da famosa

77 Durante a viagem, ocorreram dois acidentes mais graves. O primeiro, como foi comentado antes, tratava-se do afogamento do soldado Simplicio em uma das corredeiras do Rio das Dúvidas, a mesma corredeira em que Kermit quase morreu, mas que também revelou a lealdade e companheirismo de seu cão Trigueiro. Já o segundo incidente foi o assassinato do sargento Paixão, pelo jagunço Júlio de Lima, um dos responsáveis pelo transporte da bagagem. Segundo os relatos de Roosevelt e Rondon, Júlio atirou no sargento como forma de vingança, pois, momentos antes, Paixão o havia repreendido por furtar a comida e por não realizar os trabalhos exigidos. Como punição pelo crime, Roosevelt acreditava que o assassino deveria ser executado, numa reparação “olho por olho”, ao contrário de Rondon, que defendia que Júlio deveria ser preso e julgado pelo Governo brasileiro. Porém, o criminoso havia fugido e, como única medida possível, os líderes foram forçados a deixar que o destino de Júlio fosse traçado pela selva. Ver: Rondon (1916: 69-71; 89-91)

Royal Geographical Society, da Inglaterra, e considerado um dos principais especialistas na América do Sul – embora reconhecesse a “história muito extraordinária” contada por Roosevelt, questionou o caráter de “descobrimento” reivindicado pela expedição: “Fico um pouco incrédulo quanto ao coronel Roosevelt ter de fato descoberto um rio com cerca de 1600 quilômetros de extensão”. A alegação sobre o desconhecimento do curso do Rio das Dúvidas seria vista com suspeita não apenas por sir Clemente Marjham, mas também por outras personalidades da época. Tal ceticismo se fundamentava principalmente no fato de que Rondon, antes mesmo de iniciar a descida do Rio, havia ordenado a um destacamento, sob o comando do tenente Pirineus, que esperasse a comitiva no Rio Aripuanã, do qual era afluente. Para quem clamava sobre o “mistério” da rota do Rio, parecia improvável prever o lugar exato do deságue. Esse encontro com a equipe do tenente Pirineus aconteceu no dia 26 de abril de 1914 e foi fundamental para socorrer a expedição do fracasso e de uma iminente tragédia⁷⁸. Assim, para muitos estudiosos, a expedição Roosevelt-Rondon teria apenas enriquecido – sem revolucionar ou mesmo reformar – as informações geográficas e biológicas sobre uma pequena parte da bacia amazônica.

Os conhecimentos prévios de toda a equipe eram, em diversas ocasiões, encarados com insuficientes ou inaplicáveis para a sobrevivência na selva. Nesta última fase da viagem, a figura de Roosevelt havia se transformado: com desidratação, disenteria, malária e uma grave inflamação na perna direita, ele havia perdido trinta quilos e não mais podia caminhar. Em suas palavras: “Eu estava em piores condições: os efeitos da febre ainda se faziam sentir e a perna machucada na ocasião em que ajudava a revirar a canoa dentro d’água se agravava, apresentando um abscesso”. (ROOSEVELT, 1976: 204). Segundo Candice Millard (2007: 256), em um determinado momento da viagem, Roosevelt pediu ao seu filho e ao seu amigo Cherrie que prosseguissem a marcha sem ele, pois não gostaria de se transformar em um “estorvo” e nem de ser o responsável pelo atraso na jornada. O pedido foi imediatamente rejeitado. Rondon, em seu diário, também demonstrava grande

78 Sobre o encontro da comitiva de Roosevelt com o acampamento: “À uma hora alcançamos a embocadura do Rio Castanho propriamente dito e avistamos a barraca do Tte. Pirineus com a bandeira dos Estados Unidos e do Brasil à frente. Foi uma salva de tiros partido das canoas e outra da praia que aportamos naquele sítio de acampamento limpo e marcial. (...) Pirineus nos aguardava havia mais de um mês, na confluência do que os seringueiros denominavam Castanho e do que eles chamavam de Alto Aripuanã (...) Ficamos realmente satisfeitos em encontrar o Tte. Pirineus e aderimos ao esplendido acampamento” (ROOSEVELT, 1976: 211-212).

preocupação com o estado do líder norte-americano. A morte de Roosevelt poderia prejudicar as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, além de possivelmente macular a imagem do “progresso” brasileiro que ele tanto tentava construir. Roosevelt somente conseguiu chegar ao destino final com a ajuda dos “camaradas”, que o carregaram em vários trechos, e do médico Dr. Cajazeira, que conseguiu, com improvisos, aliviar alguns dos sintomas das moléstias⁷⁹. Na “batalha contra a natureza”, Roosevelt não portava-se mais como um campeão. Sua irmã Corinne declararia mais tarde que a “selva brasileira havia lhe roubado dez anos de sua vida” (ORNIG, 1994: 03). A doença tropical indubitavelmente contribuiu para a sua morte, ocorrida cinco anos depois da viagem, no dia seis de janeiro de 1919.

Porém, Roosevelt tentou “vender”, ao seu público norte-americano, a ideia de que a Comissão havia sido um grande sucesso, e não apenas no âmbito científico, mas, principalmente, como uma grande aventura e prova de superação humana diante aos obstáculos trazidos pelo “desconhecido”. Ao descrever a fauna brasileira como “carnívora”, “letal” e “insubordinada” ao controle humano – recorrendo frequentemente às tradicionais referências do “animal mal” – reforçava-se a construção da paisagem como territórios selvagens, onde a “verdadeira masculinidade” poderia ser testada. Em seus artigos, diário de viagem e palestras, Roosevelt não separou de maneira tão clara a descrição do ambiente da caçada da atmosfera da região do Rio das Dúvidas. Ele tentou, sempre que possível, narrar a natureza como estranha e desafiadora: “Somente ali se vêm peixes do tamanho de uma truta matar pessoas que nadam e vampiros da envergadura de morcegos comuns do Hemisfério Boreal exaurir o sangue de grandes animais e do próprio homem” (ROOSEVELT, 1976: 117). O título da reportagem do dia oito de agosto de 1914, do jornal *The Ogden Standard*, traduzia a maneira como a fauna amazônica deveria ser apresentada ao público norte-americano: “Ao longo do Rio das Dúvidas: peixe

79 Em seu relatório, o médico Dr. Cajazeira relatou sobre o estado de saúde de Theodore Roosevelt e as tentativas de tratamento ministradas. Segue a seguir uma pequena parte de sua narrativa: “O Coronel Roosevelt durante duas noites foi cuidadosamente velado por nós. Os quartos eram feitos pelo Coronel Rondon, 1º Tenente Salustiano Lyra, Kermit Roosevelt e nós. De quando em quando, nas ocasiões em que não estava no quarto, ia observar o nosso ilustre enfermo. (...) Mantinha-se ainda sob a ação diária de uma grama de cloridrato de quinina, quando no dia 13 do mesmo mês, solicitou nossa atenção para a sua perna direita. Do exame efetuado adquirimos a convicção de tratar-se de um fleimão profundo na face interna (terço médio) da perna em questão, motivado naturalmente por um traumatismo sofrido nas nossas lutas com as cachoeiras. (...) Empregávamos a medicação paliativa de tais casos. Dia a dia, porém, agravava-se seu estado, e sérias apreensões começaram a povoar nosso espírito” (CAJAZEIRA, 1916: 38-44).

antropófago, vampiros sugadores de sangue e macaco-aranha infestam o muito falado Rio, que Roosevelt colocou no mapa da América do Sul”. Os animais eram expostos quase como seres mitológicos, próximos às descrições fantásticas das Grandes Navegações, e a sua existência somente poderia ser real em uma região perdida entre as intransponíveis árvores do noroeste brasileiro, longe de qualquer tipo de racionalidade.

A ideia era ainda mostrar como o entorno da floresta era ameaçador, cujo perigo vinha até daquelas criaturas mais invisíveis: “nessas florestas é inacreditável a multidão de insetos que pica, ferroa, persegue e devora criaturas”. Na FIGURA 20, publicada na edição de outubro da *Scribner's Magazine*, desejava-se ressaltar essa narrativa, ao apresentar o ex-presidente com vestimentas semelhantes às roupas características de um apicultor: luvas longas e rústicas e um capacete com uma tela acoplada, que funcionava como uma espécie de máscara protetora. Porém, sua atividade naquele momento não era cuidar de uma colmeia ou analisar o comportamento de um enxame de moscas. A fotografia retratava uma das tarefas cotidianas de Roosevelt, que era a de escrever em seu diário de viagem. Apesar de não ser possível notar a presença dos insetos na imagem, a vestimenta especial juntamente com o ambiente da mata no fundo da composição funcionariam como elementos evocativos dos sentimentos de incômodo descritos repetidas vezes pelo ex-presidente. Durante as suas palestras no Museu de Nova York, Roosevelt retomaria o relato e levaria sua plateia a gargalhadas ao contar um episódio sobre a fúria das formigas, que haviam devorado as suas roupas. “Eu tinha colocado o meu chapéu no chão, ao lado da minha cama”, explicou, “e, de manhã, quando eu olhei para ele, não o vi, mas apenas uma procissão interminável de formigas carregando-o para fora. Elas pegaram também todo o lenço vermelho. Mas isso não era tudo! Quando tentei me vestir, descobri que elas tinham comido uma meia e a maior parte das minhas roupas íntimas”⁸⁰. Seus relatos sobre os insetos não se restringiam somente a casos engraçados: ele não poderia deixar de relatar a forma como a sua comitiva havia sido vítima de doenças trazidas por seres pequeninos, como o mosquito da malária.

O tormento e a ameaça de insetos, de mosquitos e mesmo de outros ainda mais intoleráveis bichinhos, de carrapatos e de agressivas formigas

⁸⁰ Este relato faz parte da reportagem publicada no jornal *New York Tribune*, no dia 11 de dezembro de 1914 (página 09).

venenosas, as quais já têm causado o despovoamento de aldeias e até de distritos inteiros. Esses insetos e as febres que eles transmitem, assim como as disenterias, a inanição, o esgotamento e a fadiga e os acidentes, são, em traço rápido, o que os exploradores devem temer. (ROOSEVELT, 1976: 50)

Ao contar, tanto de maneira dramática quanto jocosa, suas frustrações, perdas e fracassos (como a fome, a enfermidade e a desnutrição), Roosevelt não minou sua estatura de herói. Ao contrário, tal retórica o valorizou, ao exibir as qualidades consideradas masculinas: a virilidade, a frieza, a contenção e a racionalidade, mesmo diante da morte. Sua narrativa deveria ser uma resposta diante dos ataques de seus detratores, como Markam, Landor e alguns jornalistas, que questionavam a validade e a dificuldade da viagem. Em um dos artigos publicados na *Scribner's Magazine*, já consciente de tais críticas, Roosevelt escreveu que lamentava que “certos indivíduos que permanecem sempre no recesso confortável do lar, ou que viajam com todas as facilidades possíveis” não perdiam “a oportunidade em menosprezar as realizações dos exploradores e desbravadores das selvas”⁸¹. E defendeu que os trabalhos de expedições desbravadoras, como aquela que ele empreendia, “eram cheios de perigos, de sofrimentos e de fadigas”. Seu público deveria continuar o vendo como um ícone da aventura e da masculinidade norte-americana. A reportagem publicada no *New York Times*, no dia dois de maio de 1914, sob o título de “*The Returning Conqueror*”, correspondia aos seus desejos ao insistir que o ex-presidente não havia sido sobrepujado pela floresta Amazônica. “A notícia do surgimento do coronel Roosevelt após ter cruzado o *wilderness* foi recebida com alegria por milhares de pessoas”, celebrava o jornal. “O Coronel, ao que parece, está voltando em uma condição um pouco maltratada, depois de ter explorado regiões até então desconhecidas pelo homem”, mas, asseverava o periódico, “suas aflições do corpo, que confiamos ser passageiras e que irão desaparecer em breve, compelem a simpatia da nação”.

⁸¹ Essa passagem do texto parecia ser dedicada às críticas de Landor, principalmente quando Roosevelt acrescentou o seguinte comentário: “Certos impostores e literati que se dizem exploradores e desbravadores das selvas sul-americanas, mas que deveriam ser condenados ao escárnio, têm desfrutado de grande conceito (os mais eminentes dessa classe não são sul-americanos diga-se de passagem)”. Ao que tudo indica, Roosevelt desejava sugerir o que já havia sido dito por Rondon em uma carta aberta, na qual afirmava que, embora Landor gozasse da fama de desbravador, suas viagens ao noroeste brasileiro restringiram-se a territórios já demarcados e ocupados pela linha telegráfica, o que lhe garantia segurança e certo conforto. *Scribner's Magazine*, oct, 1914.



FIGURA 20 - ROOSEVELT, Kermit. I did my writing in headnet and gauntlets. In: Scribner's Magazine, Oct. 1914: 438.

Assim, ao expor seus contratempos, ele estabelecia um contexto em que os desafios, como a caçada à onça-pintada, poderiam ser apreciados com maior emoção, mesmo quando a realidade não se mostrava perigosa. Pois, para Roosevelt, as narrativas da caça não eram pautadas em fins recreativos, e, portanto, não poderiam ser entendidas como meras atividades de prazer. A viagem ao Brasil deveria novamente o consagrar como um grande caçador e aventureiro, viril o suficiente para enfrentar os medos e conquistar um território assustador. A “selva tropical”, diria Roosevelt, lembrava-o uma realidade primitiva, que, segundo ele, já havia sido superada pelos norte-americanos: “Muitas regiões dos Estados Unidos, onde atualmente a vida é confortável e fácil, apresentaram entraves mais difíceis aos seus desbravadores, há um ou dois séculos passados” (ROOSEVELT, 1976: 119). E assim como aconteceu com os *cowboys* do oeste, que haviam marcado a sua infância, a sua viagem, mesmo com todos os percalços apresentados, também entraria no imaginário da época como um grande triunfo da civilização sobre a “natureza selvagem”. Afinal de contas, para eles, a “selva” amazônica e os seus habitantes “foram colocados no mapa”!

Parte 3 – Os registros visuais da Expedição Roosevelt-Rondon

Visualmente, o Brasil, e em especial a região do noroeste brasileiro, ainda era um “enigma” para o público norte-americano. Mas as imagens da equipe de Theodore Roosevelt prometiam “revelar” os segredos da vida e dos animais que a selva “escondia”. Seus olhares sobre a natureza procuravam ser descritivos. O ex-presidente e a sua comitiva seguiam uma tradição, reiterada na crença iluminista – e Lineu era o seu maior divulgador –, no poder de nomear as coisas. O ideal de uma “descrição total” seria um mecanismo de ganhar o controle do objeto a partir do recolhimento dos fatos que constituiriam a essência de seu comportamento, que, neste caso, se expressaria na vida dos animais e dos nativos daquela terra. Tal descrição deveria ser completamente fiel, sem lapso de informação e precisa. Acreditava-se que uma linguagem não contaminada pelos sentimentos ou emoções do observador teria o poder de atuar como “instrumento nomeador”, devido à sua exatidão e ao seu caráter factual. “Ao longo de todos estes esforços (...) para definir seus métodos e normas científicas”, escreveu Foucault, “paira o grande mito do olhar puro que seria a linguagem pura”. A pedra angular do “mito do olhar puro” dependia da falácia de que tudo o que “era visível era enunciável e que era inteiramente visível, porque seria integralmente enunciável” (FOUCAULT, 2001: 130-131).

Ao lado do texto escrito, o aparelho fotográfico se colocaria como uma ferramenta de auxílio nessa busca pela observação imparcial e precisa da realidade: um olhar “fiel ao imediato, que ele retoma sem modificar”. Durante a viagem, a Expedição Roosevelt-Rondon conseguiu produzir um repertório iconográfico, especialmente composto por fotografias, sobre a natureza tropical, que era representada desde os retratos do caçador junto à sua presa até por meio de cenas e panoramas da floresta e de sua gente. Roosevelt e sua equipe atribuíam grande valor à câmera fotográfica, e viam-na como uma pioneira ferramenta no uso das investigações científicas. Eles acreditavam em seu poder de registrar, de forma objetiva e neutra, a realidade visível das regiões até então consideradas “inóspitas” e “selvagens”. Porém, alertava Foucault (2001: 131), a pretensão de uma “descrição total” tratava-se de uma simulação, de um estratagema do desejo pela onisciência. A “descrição total” seria “um horizonte presente e recuado. Seria muito mais o sonho de um pensamento do que uma estrutura conceitual básica”. Ou seja, apesar de sua

linguagem, fosse ela escrita ou visual, ao se autoconceber como imparcial e científica, ela estaria estreitamente relacionada a um modo de perceber, moldada por um contexto histórico específico e por uma determinada formação cultural e artística/literária.

A recente literatura crítica da História da Ciência tem mostrado, entre outras coisas, que a iconografia, mesmo quando buscava a objetividade na descrição de seus componentes, podia transmitir uma mensagem “ideológica” e, em muitos casos, funcionava como um veículo de informação que não era, ou que era apenas parcialmente, expresso nos textos que acompanhava. Em vários períodos da história, a arte foi usada a serviço da conservação do poder e dos interesses da classe dominante, contrabalançando elementos estéticos e discursos políticos. Com a fotografia não seria diferente. Seu entendimento de “verdade revelada” a transformaria em um instrumento de alto poder de convencimento, sendo empregada em campanhas políticas e científicas como forma de divulgar determinadas ideias e valores. David Livingstone, em seu livro *Putting Science in Its Place* (2003), argumentou que a iconografia das regiões geográficas – a forma como escolhemos representar os lugares, as pessoas, os animais, as plantas e as paisagens – tratava-se de um “imenso significado moral e político”. As representações visuais contribuíram (e ainda continuam a contribuir) para a construção da percepção humana sobre os diferentes territórios do mundo, e essa capacidade de representação “teria sido fundamental para as práticas de supremacia política”. Da mesma forma, a exibição desse material também modelaria seus produtores, estabelecendo seus lugares na sociedade e na natureza.

Assim, quais seriam as ideias que as imagens produzidas pela comitiva de Roosevelt teriam o poder de comunicar? Como elas seriam configuradas? Quais as suas referências culturais e artísticas?

Apesar da subjetividade das representações, o capítulo tem como objetivo analisar a relação estabelecida entre as fotografias e as ideias da comitiva de Roosevelt sobre a fauna, a paisagem e os indígenas brasileiros. Buscou-se analisar as fotografias dentro de suas finalidades, de seus envolvimento com a ciência da época e suas relações com as artes. Deseja-se explorá-las aqui como rico documento da prática científica e do pensamento político e cultural do período, por meio de sua análise compositiva e artística, juntamente com a contextualização do ambiente

cultural e tecnológico de sua produção. Acredita-se que, por meio do exame desses documentos visuais, pode-se abordar, mesmo que de forma fragmentária, algumas estratégias visuais utilizadas por Roosevelt e por sua comitiva como meio de configurar um entendimento de Brasil para o público norte-americano.

3.1 - A iconografia de caça esportiva

Como foi visto no capítulo anterior, a Expedição Roosevelt-Rondon se misturava entre as pretensões científicas do rigor analítico e os sentidos simbólicos de um empreendimento de caça e aventura, relação que também se refletia em sua produção visual. As fotografias da fauna brasileira funcionariam, entre outras coisas, como documentos e evidências científicas e como uma forma de “troféu” de caça, cujo objetivo expresso era sempre a modalidade de apropriação. Conseqüentemente, esse material iconográfico, ao mesmo tempo em que circulou no interior de revistas científicas e de diários de viagem, foi veiculado também em periódicos destinados à comunidade de caçadores. A construção compositiva dessas imagens mostrar-se-ia intimamente ligada, apesar de todas as pretensões objetiva, às estruturas conceituais e perceptivas trabalhadas por uma tradição visual do esporte de caça. Assim, para se entender melhor essa relação e os discursos e as estratégias visuais utilizados pelas fotografias da comitiva norte-americana, torna-se necessário realizar, primeiramente, uma breve retrospectiva histórica sobre o estabelecimento de uma iconografia de caça dentro da cultura norte-americana.

Segundo Richard Rattenbury (2008: 247), o desenvolvimento visual do esporte de caça teria sido iniciado antes mesmo da consagração do aparelho fotográfico. O homem do Paleolítico já havia imortalizado seus feitos de caça há milhares de anos. As pinturas animistas de cavalos, veados, touros e bisões nas paredes da caverna de Lascaux, na França, e Altamira, na Espanha, ilustravam caçadores no ato de matar, fosse para a subsistência ou como parte de um ritual cultural. Posteriormente, com as grandes civilizações no Oriente Médio, representações evocativas da caça esportiva de gazelas e leões apareceriam na Arte Egípcia e Assíria. Tanto a Arte Grega quanto a Romana incluíram também imagens deste tipo de acoisa. Após o Renascimento europeu, que trouxe uma nova

compreensão de realismo à pintura, a arte esportiva dos séculos XVI, XVII e XVIII focou em retratos das caças de veados, raposas e javalis, promovidas pela aristocracia europeia. O esporte, nesse momento, adquiriu outros significados, decorrentes do estabelecimento de uma nova relação do homem com a natureza e, especialmente, com a estrutura social de seu tempo⁸². A atribuição desses valores à arte incentivaram os artesãos a embelezarem suas armas com desenhos de animais e cenas de caça, incluindo as representações clássicas de Ártemis e Diana, deusas da caça na Grécia Clássica e em Roma.

Porém, foi ao longo do século XIX e início do XX que a produção artística do *Big Game* alcançou o seu ápice. As pinturas e os desenhos de animais, ou de cenas de caça, foram abastecidos por duas importantes correntes artísticas da época: o Romantismo e o Realismo. A primeira estimava a natureza como ilimitada e sublime, muitas vezes infundindo conteúdo emocional e simbólico em seu imaginário representacional. A paisagem ampla e dramática do Oeste norte-americano, as florestas da Ásia, da África e das Américas, a vida selvagem abundante, o exotismo dos nativos e dos “homens de fronteira”, tudo isso se transformava em rico material de trabalho. Em contraste, o Realismo defendeu a necessidade de resguardar-se dos sentimentos e sensações, buscando representações objetivas por meio da acuidade na observação e nos detalhes minuciosos. Os artistas e os ilustradores do Realismo tentaram retratar a “vida selvagem” como verdade experienciada em todo o seu rigor. Nesse sentido, a união das duas correntes artísticas teve como objetivo criar imagens por meio de uma inusitada composição narrativa, que se esforçava para contar uma história e, concomitantemente, incitar a imaginação do espectador (RATTERNBURY, 2008: 247-269; WONDERS, 1993: 35-45).

A fusão do realismo com o romantismo tornou-se central na pintura de gênero norte-americano, em especial, entre as décadas de 1830 e 1860, quando os aventureiros, os exploradores de “fronteira” e os caçadores tornaram-se protagonistas na “conquista” do Oeste. Desenhistas e pintores passaram, cada vez mais, a serem solicitados a compor as expedições exploratórias, fossem elas privadas ou do Governo, e produziram, inevitavelmente, inúmeras cenas de caça. Tinham como missão, a partir da exploração da experiência pelos sentidos, observar, coletar e desenhar a fauna, a flora e os nativos das regiões excursionadas. Suas imagens

82 Sobre os valores atribuídos à caça a partir da Europa Moderna, ver William K. Storey (1991).

deveriam ter um viés científico, mas também ter o poder de expressar e fortalecer os sentimentos nacionalistas. Embora construídas a partir de uma técnica aprendida na Europa, com perspectiva e forma europeia, essas pinturas e desenhos acabariam sendo uma contribuição efetiva para a construção da identidade nacional⁸³. O cenário selvagem do interior inspiraria toda uma geração de artistas nascidos na costa leste, mas que, em larga medida, ainda desconhecia as belezas naturais de seu país. Porém, não em raras situações, suas funções de observadores tornar-se-iam secundárias ao acumularem outras tarefas no “teatro da conquista”.

Titian Ramsay Peale, por exemplo, ao participar da Expedição Long às Montanhas Rochosas, em 1819-1820, como artista-naturalista, precisou utilizar inúmeras vezes sua habilidade com o rifle, e tornou-se o principal caçador da comitiva. Peale produziu um grande número de desenhos de animais, os quais incluíam os espécimes abatidos durante suas caçadas. Suas imagens ajudaram a elaborar a ideia da existência de uma vida selvagem abundante nas Grandes Planícies, e os animais abatidos foram posteriormente montados no *Philadelphia Museum*, instituição fundada anos antes por seu pai. Fascinado pelos búfalos norte-americanos, ele ainda produziu, após sua volta à Filadélfia, uma série de desenhos e pinturas baseados nos esboços feitos durante a viagem. Na litografia colorida à mão, intitulada *American Buffalo* (FIGURA 21), ele representou, na forma clássica, o drama da caçada equestre ao bisão. Segundo os relatos da época, os indígenas costumavam caçar os bisões com o arco e flecha, mesmo já possuindo armas de fogo, uma vez que era complicado recarregá-las durante a cavalgada. Suas imagens das “caçadas indígenas aos búfalos” receberam uma ampla atenção do público norte-americano, e ajudaram a construir uma imagem do que seria a “vida selvagem do oeste” (MURPHY, 1957).

⁸³ As ferramentas realistas com um sentido pictórico romântico também foram utilizadas nas pinturas e desenhos dos naturalistas-viajantes oitocentistas, não se restringindo apenas à iconografia de caça. As imagens da natureza e dos distintos povos, produzidas para fins científicos, seriam igualmente embebidas por técnicas e expressões cromáticas da corrente romântica, servindo, da mesma maneira, como alimento para os projetos de construção da identidade nacional. Havia, assim, uma forte ligação entre ciências naturais e paisagismo. Ou seja, ao mesmo tempo em que os cientistas buscavam referências nos trabalhos dos artistas, como forma de expressão; os artistas utilizavam as ciências naturais como referências do real para compor suas pinturas de paisagens. Sobre a pintura e desenho dos naturalistas-viajantes, ver: MANTHORNE (1989); BELLUZO (1994); DINES (1999); ADES (1997).



FIGURA 21 - Peale, Titian. *American Buffalo*. Litografia colorida, 1832. In: RATTERNBURY, 2008: 248.

Motivado, entre outras coisas, a registrar a vida dos indígenas norte-americanos, antes de sua destruição ou “corrupção” pelos progressos vindos do leste, o artista aventureiro George Catlin tomou a iniciativa de viajar ao *Fort Union*, em 1832. O forte havia sido construído próximo ao rio Missouri, na fronteira entre os estados de Dakota do Norte e Montana e tratava-se do mais importante posto de comércio de peles no Alto do Rio Missouri. Nele, as tribos indígenas do Norte da Planície trocavam vestes de búfalo e peles menores por variados produtos, incluindo pano, armas, cobertores, e grânulos. O posto chegava a negociar aproximadamente 25.000 peles de búfalo e 100.000 dólares em mercadoria por ano (BARBOUR, 2001). Catlin acreditava que a região poderia oferecer-lhe os materiais necessários para o sucesso de sua arte. Embora a grande maioria de seu trabalho tenha consistido em retratos de indígenas, com alto valor etnográfico, ele também produziu uma série de pinturas sobre as dramáticas caçadas aos búfalos, que ilustravam tanto o ambiente natural dos animais quanto as técnicas empregadas na caça. Nas imagens ficava latente a preocupação do artista em retratar, com realismo, seus personagens e a atmosfera da região. Na pintura *Buffalo Hunt, Chasing Back* (FIGURA 22), concluída em 1860, Catlin procurou registrar o perigo – e o humor latente – de fugir dos búfalos

enraivecidos. Como alguém que já havia participado de várias caçadas, Catlin compreendia bem como um animal ferido poderia virar o jogo contra um caçador incauto. Na cena, ele procurou descrever seu amigo Charles Murray sendo acuado por um búfalo – um episódio que, provavelmente, baseou-se em uma de suas experiências. Em seu livro, intitulado *Letters and Notes*, Catlin assim descreveu o incidente vivido por ele:

Eu sempre me considerei um homem prudente, mas muitas vezes tenho acordado... fora do delírio da perseguição (em que eu havia caído... e pela qual passei para um sonho delicioso), onde morrido eu teria, mas ter-se mantido, cavalgando, sem luta ou tormenta. (apud RATTENBURY, 2008: 73)

Em 1834, o artista acompanhou a cavalaria *U.S. Dragoons* nas negociações com os Comanches no sudoeste de Oklahoma, em uma expedição que resultou em diversas pinturas adicionais de caça. Ao todo, George Catlin produziu mais de 600 pinturas do Oeste, de seu povo e suas formas de vida, incluindo um número considerável de cenas de animais e de caça. Essas obras foram montadas e exibidas por todo o leste dos Estados Unidos e na Europa. Outro fato interessante e que cabe aqui relatar é que, embora o artista tenha trabalhado principalmente como um documentarista, ele não deixou de comercializar seus talentos artísticos. Em meados de 1850, ele aceitou o pedido de seu amigo e proprietário da *Colt's Manufacturing Company*, Samuel Colt, em utilizar sua arte nas campanhas publicitárias da empresa. Com base nas suas façanhas de caça no oeste norte-americano e na América do Sul, Catlin forneceu a Colt uma série de pinturas, duas das quais o ilustravam em suas caçadas no Alto do Missouri e no sudoeste do país. O artista Inglês J. M. Gahey litografou seis destas pinturas, e a empresa *Day & Son* produziu portfolios coloridos à mão, cada um com um título e testemunhos escritos por Catlin, os quais louvavam a eficácia e o bom desempenho das armas de Colt.



FIGURA 22- Catlin, George. *Buffalo Hunt, Chasing Back*. Litografia colorida a mão, 1860. In: RATTENBURY, 2008: 248.

Na imagem *Shooting Buffalos* (FIGURA 23), de 1855, por exemplo, o artista aparecia no primeiro plano da cena, trajando a roupa de couro típica do esporte, montando um cavalo e empunhando um revólver, que atirava em direção a um dos búfalos. O ambiente parecia retratar a região do Wichita Mountain (atual Oklahoma), marcada por uma vegetação de pradarias. No segundo plano da pintura, podem-se identificar dois indígenas, que também caçavam, porém utilizando-se de arco e flecha ou da lança, ferramentas consideradas tradicionais na caça deste animal. A obra, ao mesmo tempo em que apresentava informações importantes sobre o ambiente e a cultura local, evocava sentimentos e dinamismo. Catlin representava ali uma figura emblemática: um caçador de fronteira valente e vitorioso. Na legenda, adicionada pela campanha publicitária, lia-se a subsequente frase, em tom laudatório: “Eu realizei cinco tiros à direita e à esquerda, quatro dos quais foram fatais, direto no coração, e tudo em menos de meio minuto” (apud RATTENBURY, 2008: 247). Contudo, o que torna mais interessante essa pintura é o fato de ela retratar o artista executando um búfalo com a ajuda de um revólver em 1834, ou seja, mais de uma década antes de qualquer revólver ser capaz de matar um búfalo. Segundo Rattenbury (2008),

nenhuma das armas de fogo ilustradas na campanha existia na época das expedições de Catlin.



FIGURA 23 - Catlin, George. *Shooting Buffaloes*. Óleo sobre tela, 1855. In: RATTERNBURY, 2008: 246.

Outro personagem que soube aliar suas habilidades artísticas com as demandas do mercado foi o nova-iorquino Frederic Remington. Nas décadas seguintes a Guerra Civil, as Revistas Ilustradas dos Estados Unidos, tais como a *Harper's Weekly* e a *Frank Leslie's Illustrated Newspaper*, também contrataram artistas viajantes com o objetivo de descobrir e narrar novas histórias, emoções e “cores” aos seus leitores. Os índios, os soldados e os “homens de fronteira” do Oeste foram enfaticamente apresentados como figuras centrais nas reportagens. Remington talvez tenha se tornado o mais conhecido artista-ilustrador do gênero. Ele sabia do fascínio que esses personagens – a quem chamava de “homens de casca grossa” – causavam no público que vivia no leste do país. Por isso, viajava frequentemente ao Oeste norte-americano, com o objetivo de esboçar suas experiências e observações sobre a região, que serviriam de inspirações para as inúmeras ilustrações demandadas pelas revistas. Suas criações visuais dos “tipos humanos da fronteira”, entre eles os caçadores,

normalmente retratavam o confronto dramático e, muitas vezes, violento entre o homem e a natureza, numa tentativa de pressagiar o domínio último da tecnologia e da civilização sobre a “selvageria” e o “deserto” (TOLLES, 2000). Entre 1885 e 1913, os desenhos de Remington foram publicados em quarenta e um periódicos, incluindo o *Century Magazine*, *Collier's Magazine*, e, principalmente, a *Harper's Weekly*. Além disso, ele ilustrou livros de autores notáveis da época, entre eles, Henry Wadsworth Longfellow, Owen Wister e Francis Parkman. Em 1887, Remington recebeu uma encomenda de oitenta e três ilustrações para compor o livro de Roosevelt, *Ranch Life and the Hunting Trail*, que seria, primeiramente, serializado em breves publicações na *The Century Magazine*.



FIGURA 24 - Remington, Frederic. *The First Shot*. In: ROOSEVELT, 1899: 180.

Na imagem *The First Shot* (FIGURA 24), por exemplo, ele apresentava o jovem Roosevelt atirando em direção a uma cabra das Rochosas. A qualidade congelada da ação do primeiro plano, em que era possível identificar até mesmo a fumaça da pólvora, era contraposta à diminuição dos detalhes na medida em que os planos se afastavam. Para mostrar a distância entre Roosevelt e a cabra, o artista procurou delinear o animal apenas como uma série de manchas claras. Essa imagem

demonstrava o seu grande senso narrativo ao tentar reproduzir as mesmas dificuldades visuais de seus personagens. Remington também ilustrou o livro *Big Game Hunting in the Rockies and on the Great Plains*, e, em 1898, como correspondente de guerra e ilustrador do *New York Journal*, produziu inúmeras imagens sobre a Guerra Hispano-Americana, dentre os quais a obra *The Charge Up San Juan Hill* (FIGURA 07 / Cap. 2), na qual registrava o assalto ao monte de San Juan liderado por Roosevelt.

Seu estilo era Naturalista, que se alternava entre pinceladas soltas e uma paleta brilhante associada ao Impressionismo; e entre imagens suaves, poéticas, típicas do Tonalismo. Sua técnica o levava a produzir uma grande variedade de efeitos, alguns dos quais muito semelhantes às impressões que a natureza causava sobre o olhar humano. A qualidade congelada da ação e a baixa nitidez de um ponto distante, relatado na imagem anterior, provavelmente decorriam de seu trabalho com a câmera fotográfica, utilizada como recurso de memória para compor posteriormente suas obras no atelier. Remington também fazia anotações sobre as “verdadeiras cores do Oeste”, como, por exemplo, as “somas dos cavalos, que deveriam ser em azul e carmim fresco”. Porém, seu foco principal era sobre as pessoas e os animais da região, o que, geralmente, tornava a paisagem secundária em suas obras (CONRADS, 1990: 139). Na pintura a óleo intitulada *His Last Stand* (FIGURA 25), de 1890, ele representou um urso encurralado por cães e por dois cavaleiros. A imagem revelava o seu pleno domínio e acuro sobre a anatomia dos cavalos, mas também demonstrava seu pouco conhecimento sobre o urso preto, cujas pernas dianteiras eram excessivamente longas em relação ao tronco. Segundo os pesquisadores Peggy e Harold Samuels (1982: 42), a pintura simbolizava o tratamento violento dado aos indígenas na época. Remington havia viajado com o exército americano por várias regiões do Oeste e presenciou algumas batalhas contra os índios. Porém, cabe ressaltar, que sua atitude em relação aos nativos norte-americanos não se diferia da maioria de seus conterrâneos. Ele também os via como “seres insondáveis, sem medo, supersticiosos, ignorantes, e impiedosos” e, geralmente, os retratou como tais⁸⁴.

84 Após o massacre contra os Sioux, em 1890, na região de Wounded Knee (Dakota do Sul), no qual 150 indígenas foram mortos, a maioria sendo mulheres e crianças, Remington escreveu um artigo, intitulado *The Sioux Outbreak in South Dakota*, em que saudava as “heroicas” ações do Exército sobre os índios (SAMUELS, 1982: 42).



FIGURA 25 - Remington, Frederic. *His Last Stand*. Pintura a óleo, circa 1890. In: RATTERNBURY, 2008: 262

Contudo, suas obras também ofereciam um tom nostálgico e mítico. Representavam um olhar sobre uma “fronteira” que desaparecia rapidamente, que sofria transformações dramáticas em decorrência do transporte transcontinental, da imigração e da industrialização, e que, por conseguinte, confinava os indígenas em pequenas reservas. Ele acreditava que aquele “mundo selvagem” chegava ao fim. Como Theodore Roosevelt observou, num artigo publicado sobre o artista, na *Pearson's Magazine*, em 1907:

Ele [Remington] é, naturalmente, um dos mais típicos artistas americanos que já tivemos, e ele tem retratado o tipo mais característico, ainda que cada vez mais desaparecido, da vida americana. O soldado, o *cowboy*, o rancheiro, o índio, os cavalos e o gado das planícies viverão em seus quadros e estatuetas de bronze – e eu verdadeiramente acredito – para sempre⁸⁵.

Remington era um comerciante hábil de sua arte e sua carreira refletia no sucesso comercial e no reconhecimento público da época. Ao longo da vida, ele expôs

⁸⁵ *Pearson's Magazine*, July-December, 1908, p. 395. A revista na íntegra encontra-se disponível em: https://books.google.com/books?id=grMRAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

seu trabalho de forma consistente. A *American Art Association*, em Nova York, realizou, entre 1893 e 1895, diversas exposições e vendas de suas pinturas e ilustrações; e em 1905 e 1906, suas obras foram exibidas nas *Noe Galleries*. Remington também expôs em showrooms proeminentes de Nova York, como a *Tiffany & Company* e a *M. Knoedler*. Porém, a aprovação institucional veio com a adição de suas peças pela *Corcoran Gallery of Art*, em 1905, e pelo *Metropolitan Museum*, em 1907. Suas pinturas receberam ampla divulgação e acabaram sendo utilizadas nas campanhas publicitárias das empresas armamentistas, assim como aconteceu com Catlin. Remington foi o responsável pela construção de quatro calendários para a *Winchester Repeating Arms Company* e, em 1890, a figura central dos *cowboys*, na imagem *His Last Stand*, apareceu na capa do catálogo da *Marlin Fire Arms Company* (FIGURA 26), para, finalmente, se tornar o logotipo da empresa. Nessas propagandas ficava evidente a tentativa de retratar o esporte de caça a partir de um tom realista – mesmo que se utilizando de ferramenta narrativas e imaginativas – como forma de atestar a eficácia do produto ou da marca. De acordo com Richard Rattenbury (2008: 269), este gênero comercial foi chamado de “pinturas da contrariedade”, pois eram construídas com o objetivo de representar o encontro dramático entre o homem e o animal, cujo resultado (sem solução explícita) dependia da qualidade da arma ou do cartucho anunciado.

Entretanto, por mais que este tipo de arte tenha, indubitavelmente, promovido as companhias de armas de fogo, ele também ofereceu ao público norte-americano um passado histórico rico e dinâmico, que serviria de inspiração e reforço ao imaginário iconográfico de caça. Artistas como Peale, Catlin e Remington ajudaram a criar um legado estético duradouro. Ao mesclarem elementos realistas a um estilo romântico, ou ao permearem uma linguagem narrativa a uma locução documentarista, seus trabalhos tentaram capturar tanto a realidade quanto a sensação vivida numa grande caçada. Suas descrições romantizadas dos caçadores possibilitaram estabelecer a figura do caçador como homem valente, como figura emblemática e nacional. Os detalhes da ciência e da etnografia ofereceriam legitimidade e veracidade às visões do “homem de fronteira” na natureza em transformação. Esta estética fortaleceu a identidade visual e histórica do esporte de caça desde então, expandindo-se para além do território nacional. Os norte-americanos passaram a produzir essas obras visuais

em suas excursões pelo mundo, embutindo valores e comportamentos expressos pelo Destino Manifesto.

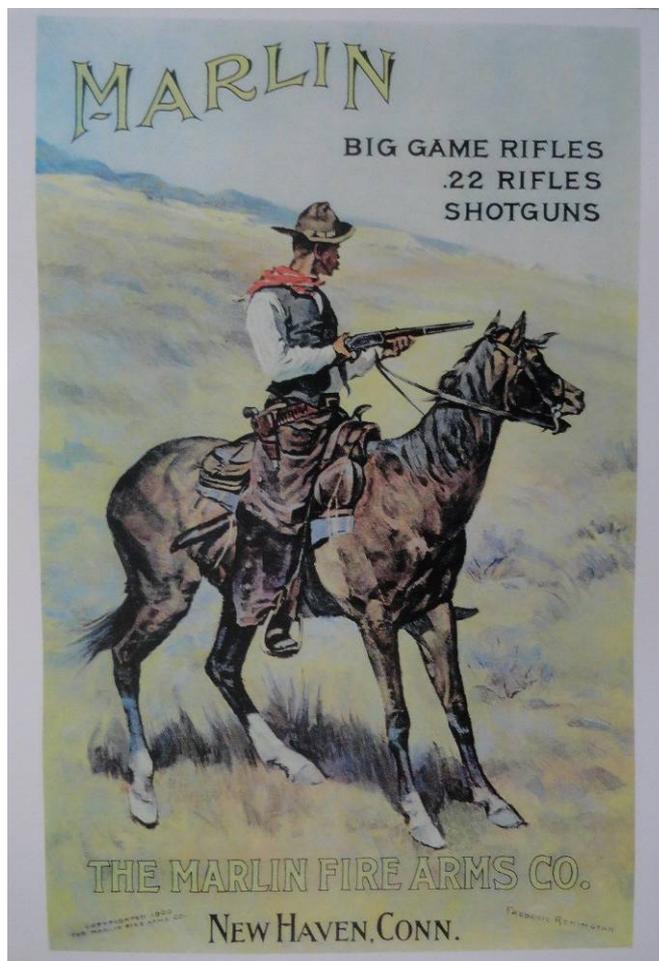


FIGURA 26 - Remington, Frederic. Catálogo da *Winchester Repeating Arms Company*, 1890.

O advento da fotografia não minou esse diálogo representacional entre o Realismo e o Romantismo. Pelo contrário, tentou-se, muitas vezes, adaptar a comunhão destas duas correntes artísticas em um novo suporte. Embora o instantâneo tenha adquirido um discurso de fidedignidade e objetividade com a realidade, e seu conteúdo tenha perdido, em grande parte, a alta carga dramática presente nas pinturas e ilustrações de caça, as fotografias do *Big Game* também proporcionavam um caráter narrativo e anedótico. Fosse a imagem produzida em estúdio ou no ambiente da caçada, o caçador sempre tentava expressar sua personalidade corajosa e a singularidade de sua ação. Vestido apropriadamente para o esporte, ele deveria exibir um porte imponente e, ao mesmo tempo, apresentar as armas utilizadas: geralmente,

facas e a tradicional espingarda. Por sua vez, o animal era retratado de forma a ressaltar seu tamanho ou o perigo de suas presas. Essas imagens seriam utilizadas como auxílio visual aos textos escritos, e como forma de evocar o passado e acender a imaginação do espectador.



FIGURA 27- Photographer unknown. *A Fight for life in the Wild of Oregon*.
In: RATTENBURY, 2008: 280.

Em alguns casos, a proposta narrativa das fotografias aproximava-se da tradição pictórica das pinturas e dos desenhos. Sobretudo nas primeiras décadas do advento fotográfico, quando a tecnologia ainda não permitia a instantaneidade do registro, eram produzidas algumas imagens curiosas, em que ficava evidente a prematura tentativa de recriar o exato momento da ameaça ou do triunfo final do caçador. Na fotografia denominada *A Fight for life in the Wild of Oregon* (FIGURA 27), por exemplo, encenava-se o ataque de um urso (claramente empalhado) a um homem já caído no chão. Seus dois camaradas respondiam ao chamado de socorro com a ajuda de um rifle e de um machado. A imagem sugeria que, apesar do presente perigo, o urso fracassaria no embate. O pano de fundo da composição, decorado por

um emaranhado de galhos e mato, referia-se a uma suposta região distante e ainda selvagem. Já na fotografia dos ingleses Willoughby Wallace Hooper e George Western (FIGURA 28), tentou-se produzir o exato momento em que o tigre de bengala havia sido alvejado. Os fotógrafos do período viram na taxidermia uma possibilidade de superar a deficiência da câmara fotográfica, uma vez que, devido às limitações dos primeiros procedimentos fotográficos, não se conseguia congelar os movimentos ligeiros dos animais, que transformavam o documento em um verdadeiro borrão. Dessa forma, passou-se a empregar essa “arte” com a finalidade de recriar a fauna selvagem em uma pose aparentemente viva.

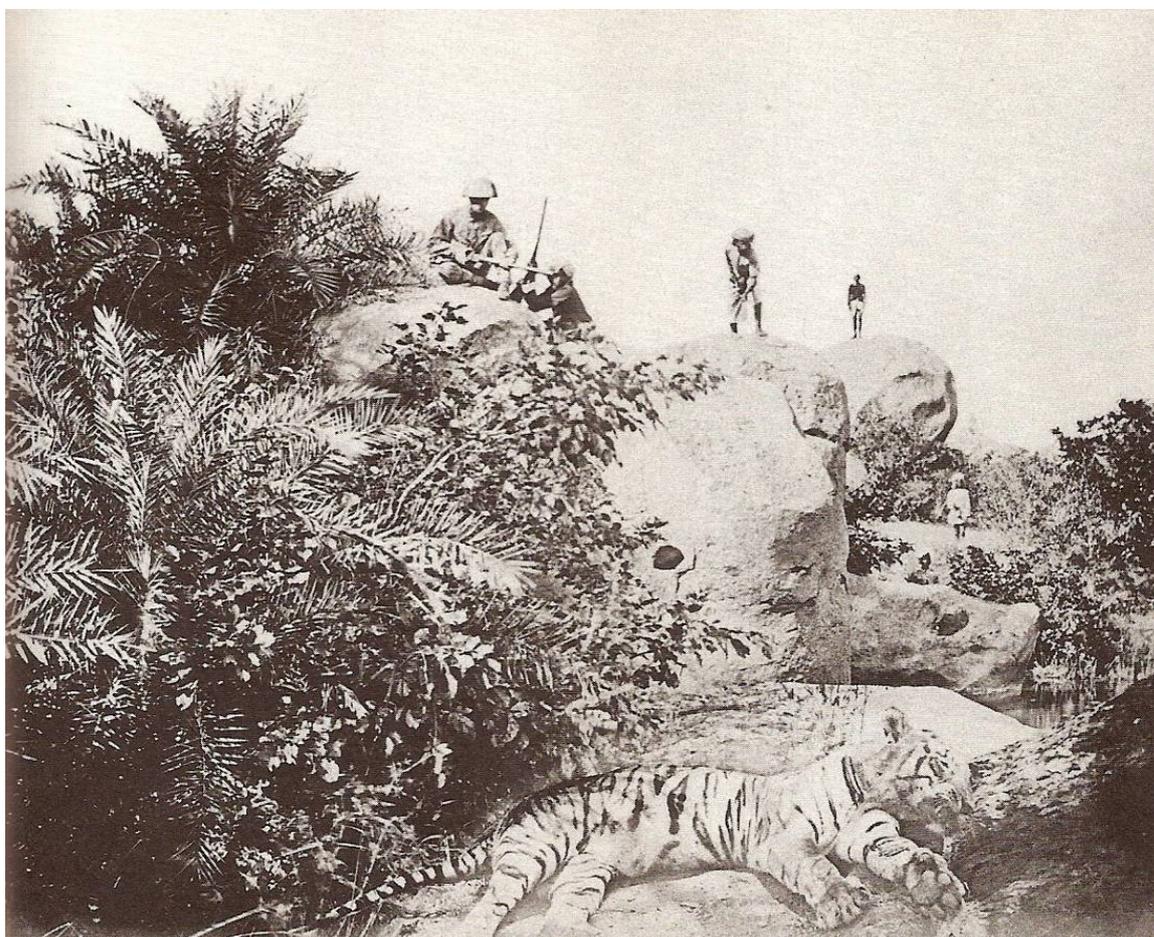


FIGURA 28- HOOPER, W. W and WESTERN, V. S. G. *Bagged*, in *Tiger Shooting*, 1870.
In: RYAN, 1997: 101.

Em 1850, por exemplo, o fotógrafo inglês JD Llewellyn realizou imagens de animais empalhados, como veados, lontras, coelhos e faisões, dispostos no que ele considerava ser um cenário comum de seu ambiente selvagem. Tanto nas imagens de

JD Llewellyn quanto nas duas situações apresentadas, as poses humanas sugeriam movimentos e dramaticidade. Esses tipos de imagem demonstravam também o verdadeiro fascínio por registrar o tempo e as características precisas do evento, habilidade prometida pela fotografia antes mesmo que sua capacidade técnica permitisse. Porém, foi o seu “caráter científico” e a sua “precisão espetacular” no registro que prevaleceram na opinião comum. Apesar de ela não ter abandonado os recursos compositivos das artes – e por ter sido muito influenciada por eles, como se verá adiante – o foco passou a ser dado em sua relação “fidedigna” com realidade. À fotografia seria dada agora a incumbência de representar os embates com a natureza, porém, como acreditavam, sem mais contar com os erros na descrição do ambiente ou da anatomia animal. A ela caberia a função de legitimar aquela memória nacional.

3.2 - Roosevelt e o discurso fotográfico

Desde as primeiras formas de fotografia que se popularizaram no século XIX, como o daguerreotipo e o calótipo, existia a forte crença na capacidade do aparelho fotográfico em promover a racionalização da realidade de forma apurada e rápida, devido às suas qualidades mecânicas e químicas. Em seu famoso *Relatório sobre o Daguerreótipo*, apresentando à Câmara dos Deputados da França no dia três de julho de 1839 e à Academia de Ciências em 19 de agosto, François Arago, além de revelar os processos técnicos do dispositivo óptico, discorreu também sobre os inúmeros benefícios trazidos pela nova invenção. Para o famoso físico e diretor do Observatório de Paris, a câmera de Daguerre revolucionaria a concepção de realizar imagens sobre a natureza e o homem, uma vez que no novo instrumento “a luz por si só reproduziria as formas e proporções dos objetos externos a ela, com uma precisão quase matemática” (ARAGO apud KOSSOY, 1980: 13). Arago realçava a mecanicidade e agilidade fotográfica em apreender o mundo natural com extrema habilidade e exatidão, características que muito contribuiriam para “o progresso da arte e da ciência”. Convicto de que o conhecimento científico continha o germe das transformações sociais e do progresso humano, François Arago atribuiu um estatuto científico à fotografia nascente: “de descoberta inclassificável, esta se tornava instrumento de conhecimento” (SICARD, 2006: 112).

De acordo com Annateresa Fabris (2006), até a Revolução Industrial oitocentista, o processo de representação, embora mediado por aparelhos (*machine à dessiner*, câmara escura, câmara clara), repousava essencialmente na capacidade individual do artista, delimitado por seus valores, subjetividades e por um grafismo ligado aos padrões estéticos. Ao representar um objeto ou copiar uma obra-prima passada, o desenhista acabava por realizar uma tradução congenial ao próprio sistema de valores e convenções estéticas, modificando radicalmente seu ponto de partida⁸⁶. Com o surgimento da fotografia, criou-se uma ideia, ilusória por certo, de que essas dificuldades e limitações humanas chegavam ao seu fim, uma vez que, devido às características eminentemente mecânicas do aparelho fotográfico, promover-se-ia imagem com exatidão científica e fidedignidade à realidade, capazes de “revelar” a “verdadeira” dimensão das coisas. A fotografia apresentava qualidades altamente valorizadas pela ciência positivista, como velocidade, instantaneidade, exatidão e precisão –, em um claro contraste com o procedimento de produção da imagem manual, caracterizada pela “subjetividade irreduzível do operador que” levava “inevitavelmente à inexatidão” ou aos exageros (FABRIS, 2006: 164). Por sua gênese automática, a fotografia era apresentada como um eficaz atestado de veracidade e como prova de superioridade em relação às outras formas de representação, como o desenho. Em seu diário de viagem, o padre Zahm deixava claro a sua convicção no poder da fotografia em se apresentar como prova ou evidência de uma “realidade”. Em suas palavras:

Em uma manhã, durante o nosso atraso forçado, notei um bezerro com uma ferida feia no ombro. A partir das várias experiências desagradáveis que eu tive com morcegos sugadores de sangue durante minha viagem anterior à América do Sul, eu reconheci imediatamente a causa da ferida. Mas um de meus companheiros americanos, ao ter sua atenção voltada para o ombro sangrento do bezerro, estava muito cético sobre as feridas terem sido produzidas por um morcego vampiro, até ser confirmado por vários dos brasileiros que tal era o caso. *Então, ele começou a realizar uma série de fotografias do bezerro ainda sangrando, a fim de ser capaz de convencer outros céticos de que pelo menos algumas das histórias contadas de vampiros da América do Sul eram fundadas em fatos.* (ZAHM, 1916: 473-474. Grifo nosso)

⁸⁶ A capacidade mimética da fotografia trouxe a tona uma intensa discussão sobre a necessidade de clivar os campos próprios de cada prática representativa, ou seja, de delimitar bem a atuação da arte (nesse caso a pintura) e da indústria (a fotografia). Vislumbra-se, de uma maneira geral, a fotografia como simples instrumento de uma memória documental do real e, em contrapartida, a arte como pura criação imaginária. Ver: DUBOIS 1993; FABRIS, 1991; TURAZZI, 1995.

No comentário de Zahm ficava claro o valor dado à fotografia de registro documental e comprobatório de um fato. Ela apreenderia o “real” de forma legítima e ofereceria informações preciosas ao exame posterior dos “ainda céticos”, servindo como evidência sobre a existência dos “mitológicos morcegos vampiros”. A característica indicial da fotografia atribuiu-lhe o predicado, já assentado no senso comum, de “imagem fiel e testemunha da realidade”. Esses e outros elementos promoveriam condições para legitimar seu rápido emprego na pesquisa científica. O próprio termo “missão fotográfica”, usado na época, denunciava o poder que a sociedade ocidental atribuía aos seus fotógrafos na tarefa de explorar e documentar visualmente os eventos do mundo (TURAZZI, 1995: 77). Com a fotografia, o texto do viajante, agora visto como cancelado das fantasias e da inexatidão do gravador, adquiriu, pela primeira vez, um *status* de “verdade”, revelando a “real” fisionomia da população, dos animais, das paisagens e das riquezas das terras longínquas e estrangeiras. A fotografia colocava-se como um importante suporte para a transmissão de uma nova forma de olhar, de uma nova relação entre imagem e conhecimento. Entretanto, como atentou James Ryan, apesar da retórica da aventura e descoberta que envolveu essas imagens, raramente os fotógrafos registravam algo inteiramente novo. Ao contrário, eles apenas empregavam um novo meio de representar o “desconhecido” ou o “lendário”.

A articulação entre fotografia, narrativa científica e informação empírica estabeleceu, assim, uma nova percepção do objeto, entendido, agora, como representação conclusiva e verossímil da realidade. Segundo Étienne Samain (2006: 212), a imagem fotográfica fornecia “aos olhos” do homem de ciência não somente “marcas” e “pistas” do real, mas também “evidências” e, por muitas vezes, “prova”. Além disso, ela proporcionava ao estudioso uma dupla vantagem: multiplicava o campo de sua observação, colocando uma galeria de dados ao alcance dos seus olhos; e permitia, sobretudo, “o exame direto e comparativo” desses dados, metodologia valorizada pela ciência da época. O cientista podia “ver de maneira constante, diante dos olhos, os elementos da observação”. A fotografia tornava-se sua “nova retina objetiva”. Dessa forma, a imagem fotográfica seduziu os cientistas do período, sendo, frequentemente, empregada, por exemplo, em pesquisas no campo da geologia, botânica, zoologia, antropologia e medicina.

Segundo Robert Taft (1938), as discussões e aplicações da imagem fotográfica na prática científica iniciaram-se, nos Estados Unidos, por volta da década de 1840. Porém a câmera fotográfica somente tornar-se-ia uma ferramenta documentária predominante após a Guerra Civil norte-americana. O processo do daguerreotipo, que foi popular até os anos 1860, provava ser mais adaptável aos retratos de estúdio do que ao ambiente externo, ainda que fosse possível encontrar algumas imagens realizadas ao ar livre, como sobre a Guerra Mexicano-Americana, a corrida do ouro na Califórnia, ou sobre os levantamentos visuais para a expansão da malha ferroviária. As fotografias sobre as expedições científicas ou sobre as incursões de caça eram praticamente desconhecidas, o que revelava a preferência por outras formas tradicionais de representação, como o desenho científico e a pintura, como já foi visto. Somente com o advento do processo do colódio úmido, desenvolvido por Frederick Scott Archer, em 1851, mas popularizado no país na década de 1860, é que a fotografia se tornaria viável para as pesquisas de campo. O processo do colódio úmido conseguia produzir, com um pouco mais de autonomia, negativos mais nítidos e com maior gradação tonal do que os processos fotográficos anteriores⁸⁷.

De acordo com Lisa Mighetto (1991), nesse mesmo período, o estudo da História Natural tornou-se um passatempo popular entre a crescente população urbana. A ciência darwinista, ao afirmar a estreita relação entre os homens e “bestas”, aguçou a curiosidade dos norte-americanos por informações sobre o mundo animal. Houve, por conseguinte, um crescente interesse geral em adquirir álbuns fotográficos sobre as regiões distantes ou pouco exploradas. Os avanços técnicos, que permitiram em curto prazo a impressão de fotografias em periódicos e em diversas publicações, somados ao êxito editorial dos tratados de viagens, que transcendiam o âmbito dos especialistas e se projetavam igualmente para um público mais amplo e ávido por novidades, contribuíram para a intensificação do desejo e do comércio de imagens do “desconhecido”, da fauna e da flora selvagem. A fotografia atendia o “apetite ocidental pela documentação”, dando novo ânimo para uma tendência, vinda de épocas anteriores, de classificar todas as coisas que existiam no mundo⁸⁸. Inserida no

87 O processo do colódio úmido tinha esta denominação porque empregava o colódio (composto por partes iguais de éter e álcool numa solução de nitrato de celulose) como substância ligante para fazer aderir o nitrato de prata fotossensível à chapa de vidro, que constituía a base do negativo. A exposição devia ser realizada com o negativo ainda úmido e a revelação, efetuada logo após a tomada da fotografia. Sobre o processo do “colódio úmido”, ver: Kossoy (1980b), Ryan (1997).

88 Segundo Ana Maria Beluzzo (2000), a partir do século XVII, iniciou-se a preocupação em criar um projeto de uma *mathesis* universal (ciência da medida e da ordem), que deveria ser realizado pela

contexto da modernidade, ela foi entendida como instrumento de democratização do conhecimento da sociedade, graças à crença em sua capacidade de disseminar a informação e abolir fronteiras, conquistando novos territórios (PONCE, 2004/2005, p.17-39).

Assim, quando Roosevelt tornou-se adolescente e começou a empreender viagens para o oeste norte-americano, a fotografia já havia se assentado nos Estados Unidos como uma poderosa ferramenta científica e como um importante meio de registro da vida selvagem. A partir das suas experiências na Guerra Hispano-americana, Roosevelt começou a demonstrar, cada vez mais, uma preocupação em fotografar suas viagens e realizações enquanto soldado, homem político e “desbravador” (CORDEY, 2007). Ele, assim como a maioria de seus contemporâneos, acreditava no serviço da câmera fotográfica como um valioso meio de fornecer ilustrações acuradas e minuciosas. Em seu livro *Outdoor Pastimes* (1905: 188), Roosevelt aconselhou os caçadores a disporem de uma câmera fotográfica e um caderno de notas, de forma “a estudarem e a registrarem cuidadosamente os hábitos das criaturas selvagens, especialmente em regiões remotas onde os cientistas e os observadores treinados raramente tinham acesso”. Em publicações anteriores a esta, ele já havia manifestado seu verdadeiro apreço a máquina ótica. Na introdução do livro *Hoofs, Claws and Antlers of the Rocky Mountains* (1894), do casal Allen Grant Wallihan e Mary Wallihan, ele asseverou o poder da imagem fotográfica em contar histórias de maneira “vívida”, “simples” e “verdadeira”. A obra incluía retratos de animais, supostamente, em seus cotidianos e em seus ambientes particulares. “O puma na árvore”, explicou Roosevelt, “tem um valor especial e peculiar, ao mostrar a forma como o animal se comporta. O lobo andando sobre o monte é tão característico que eu

história natural. Acreditava-se na necessidade de criar uma palavra neutra, que se aliasse ao olhar, nomeasse semelhanças e diferenças visíveis entre os seres, utilizasse critérios empíricos de identificação para apontar as grandes famílias, os gêneros, e especificasse suas individualidades. Durante o século XVIII, o sueco Lineu expôs um método classificatório para o reconhecimento das plantas, dos animais e minerais que transformou totalmente o conhecimento da natureza. Lineu, em vez de analogias marcadas por valores morais e simbólicos, procurou basear-se em estruturas intrínsecas aos seres da natureza, com o objetivo de fundamentar a igualdade e a diferença entre as espécies. De acordo com seu método, cabia ao olho realizar o primeiro gesto de conhecimento: “é preciso ter visto primeiramente o objeto, para depois nomeá-lo, isto é, introduzi-lo na neutra linguagem científica” (apud BELUZZO, 2000, v. 2: 17-18). O naturalista sueco apresentava, por conseguinte, um quadro classificatório cumulativo, que deixava espaço para a introdução de espécies que viessem a serem descobertas. Entretanto, apesar da tendência de classificar a natureza se remeter à épocas anteriores, a fotografia deu um novo ânimo a este procedimento, na medida em que era entendida como uma imagem fidedigna ao real, ou seja, como uma fonte altamente confiável, própria para o registro da natureza.

pareço vê-lo em carne e osso quando eu olho para a foto” (ROOSEVELT, 1894: 01). Em sua visão, as imagens apresentavam o animal em sua forma natural e funcionavam como uma espécie de “flagrante” dos hábitos de uma vida que se punha a desaparecer. A câmara prometia resolver os sentimentos ambivalentes da modernidade: era uma máquina capaz de lembrar e preservar um passado primitivo ameaçado pelos avanços do progresso.

Em 1901, no livro *Camera Shots at Big Games*, Roosevelt novamente escreveu sobre a importância da fotografia. Dessa vez, explicou, de maneira mais clara, sua função no esporte de caça e na conservação da fauna. Ele via na utilização da câmara fotográfica no ambiente da caçada uma forma de esporte que preservaria as espécies animais em face de seu rápido declínio. Roosevelt argumentava que as fotografias do casal Wallihan eram inerentemente boas “como registros de uma forma fascinante de vida que morria”. Ele sentia que elas “deveriam agir como esporas para que todos pudessem ver que esta vida não estava totalmente desaparecida” (ROOSEVELT, 1901: 11). As imagens dos animais em seu habitat natural responderiam, para Roosevelt, a uma necessidade nacional e seriam capazes de aguçar os sentimentos em defesa da preservação ambiental. Em seu argumento, o uso da câmara fotográfica surgia como uma atividade não intrusiva, ambientalmente amigável, e que respeitava a “fragilidade” da natureza. As fotos não tirariam nada do lugar, deixando o seu objeto “intocado”. Segundo explicou,

A verdadeira democracia, realmente viva em suas oportunidades, insistirá em defesa da proteção da caça, pois se trata do interesse do nosso povo como um todo. Cada vez mais se torna necessário preservar a caça, vamos torcer para que a câmara [fotográfica] suplante em grande parte o rifle. (ROOSEVELT, 1901: 11)

E ainda, acrescentava, a prática fotográfica encorajaria o engajamento da população na “vida extenuante”:

(...) Da audácia física que a vida chama, da sensação de liberdade sem limites que ela traz, do afastamento, do encanto selvagem e da beleza da natureza primitiva. Tudo isso nós alcançamos tanto na caça com a câmara quanto na caça com o rifle; e dos dois casos, o primeiro é o tipo de esporte que exige o maior grau de habilidade, paciência, resolução e conhecimento da vida histórica do animal procurado. (ROOSEVELT, 1901: 12)

Para Roosevelt, a câmara fotográfica no esporte de caça, além de abastecer o público com ilustrações mais acuradas da atividade do caçador – sem as visões

idealizadas das pinturas do gênero – também serviria aos propósitos ambientalistas e ajudaria a produzir uma forma de cidadania viril, que ele acreditava ser essencial para a saúde da nação. Ao substituir o rifle pelo aparelho fotográfico, permitir-se-ia o desenvolvimento no esporte de caça, sem, contudo, destruir os animais e seu entorno. Aos seus olhos, a fotografia oferecia uma solução possível às imprecisões das ilustrações científicas, mas, principalmente, aos problemas que o aumento da população e a industrialização tinham criado na natureza. Sua esperança era que a “caça com a câmera” pudesse permitir a continuação do esporte de caça, mesmo com as mudanças trazidas pela modernidade. Em suma, ele confiava que o uso do aparelho fotográfico nos safaris e expedições científicas conseguiria reunir no seio de sua prática todas as qualidades do esporte de caça – dentre elas o desenvolvimento da masculinidade –, e a conservação dos animais e do meio ambiente. A fotografia permitiria a continuação da “ousadia física”, uma experiência essencial, no seu entendimento, para o fortalecimento da nação.

A relação defendida por Roosevelt entre a câmera fotográfica e o esporte de caça havia sido influenciada pelos posicionamentos de outros indivíduos de seu tempo. George Shiras, por exemplo, considerado o primeiro fotógrafo de “animais selvagens” da *National Geographic*, explicava, em 1892, em carta endereçada ao editor da revista *Forest and Stream*, que a sua prática fotográfica deveria ser entendida como uma típica “caçada”. Ele argumentava que suas fotografias, como as famosas imagens dos veados na floresta, demonstravam o espírito esportivo e uma destreza e habilidade maiores do que as envolvidas na captura de animais com o uso do rifle. Shiras se descrevia como “um dos pioneiros neste novo esporte” e acreditava que o uso da câmera poderia ir além da aplicação empregada pela maioria dos atletas, embora reconhecesse a importância no uso do instantâneo como meio de produzir “uma lembrança inestimável” dos animais caçados. Ao longo da década de 1890, ele publicou vários artigos em jornais, nos quais defendia a câmera como um substituto para a caçada convencional e como um eficaz mecanismo de conservação da fauna silvestre.

O editor da revista *Forest and Stream*, George Bird Grinnell (1849-1938) também via na prática fotográfica uma forma de esporte de caça. Grinnell desenvolveu o conceito de “câmera caçadora” em uma série de editoriais publicados em 1892. Ele defendia a ideia de que a “caçada fotográfica” seria uma experiência

intermediária entre a “caça com arma” e a “caça sem arma”. Grinnell, que tinha o hábito de caminhar pela floresta sem portar um rifle, acreditava que a “caça sem armas” permitia uma comunhão mais íntima com a natureza. No entanto, ele afirmava que este passatempo era muito “refinado” para os “homens comuns”. Para a maioria dos caçadores da época, o esporte falhava em seu principal objetivo: o de produzir e acumular troféus. Embora a “caça sem armas” proporcionasse inestimáveis memórias e sensações, tais lembranças seriam inacessíveis à apreciação de outros. Ninguém mais poderia ver, tocar ou compartilhar as experiências do caçador. Ao procurar alternativa que também proporcionasse os benefícios de uma “caçada sem armas” e, ao mesmo tempo, produzisse resultados “tangíveis”, ele confiava encontrar a solução na câmera fotográfica (BROWER, 2011).

No editorial de outubro de 1892, intitulado *Shooting without a Gun*, ele tentou igualar o trabalho do fotógrafo ao do caçador. Para ele, o fotógrafo utilizava todas as habilidades exigidas em uma caçada, e, por isso, a atividade deveria também ser vista como um esporte. Em sua justificativa, definiu que a essência do espírito esportivo encontrava-se baseada no “conhecimento da mata” e não na “pontaria”. “Sem o conhecimento das regras do jogo não poderia existir um espírito esportivo completamente bem-sucedido, ainda que um indivíduo de boa pontaria estivesse portando a arma”. Segundo seu argumento, a habilidade na pontaria “poderia facilmente ser adquirida pela prática de tiro a alvos fixos ou móveis”, o que a tornava secundária em relação ao conhecimento da floresta no verdadeiro “teste de esportividade” (GRINNELL apud BROWER, 2005: 15-17). Para Grinnell, o fotógrafo dependia de um conhecimento ainda mais profundo da natureza, uma vez que precisaria trabalhar “dentro de uma faixa mais estreita em seu jogo tímido”. E ainda sugeriu que a câmera fotográfica seria uma arma superior ao rifle, pois, embora deixasse a presa intacta, o “fotógrafo caçador” obtinha seus troféus, que chegavam, muitas vezes, a ofuscar, em beleza e em riqueza de informações, os do caçador com arma.

Em consonância com estes pensamentos, Roosevelt, sempre que tinha a oportunidade, reforçava as contribuições que fotografia prestaria à ciência, à conservação da vida animal e ao fortalecimento da coragem e da masculinidade do indivíduo. Em 1911, ele despendeu algumas linhas de sua narrativa sobre o safari africano para registrar o importante trabalho realizado por seu filho Kermit, que,

tendo machucado o ombro, preferiu contribuir para a coleta de informações de uma maneira mais “elevada”. Ao lado de seu pai, que exercia o papel do caçador – sempre carregando uma espingarda – Kermit apontaria sua câmera para o registro “acurado” do animal em seu habitat natural, de maneira a apreender mais informações que os restos mortais dos animais poderiam oferecer. De acordo com Roosevelt, a atividade de seu filho era mais perigosa, pois ao exigir a espera, a paciência pelo momento e a posição adequada, o fotógrafo ficava vulnerável a um possível ataque do animal. Em suas palavras:

Os quatro [animais] sobreviventes não fugiram mesmo depois de tal experiência, mas eles permaneceram na planície, não muito longe, por várias horas, o que deu a Kermit uma chance de *fazer algo que valia muito mais a pena do que atirar neles*. Seu ombro estava dolorido, e ele não desejava usar um rifle, e por isso dedicou-se à sua câmera [fotográfica], que um de seus homens sempre carregava. Com isso, após o exercício de muita paciência, ele finalmente conseguiu tirar uma série de fotos da girafa, ficando a uma distância de cinquenta e cinco metros do touro (ROOSEVELT, 1910: 205-206).

Roosevelt passou a ser considerado um dos primeiros defensores do uso da câmera no esporte, ainda que isso não tenha significado o abandono da prática de matar os animais. A viagem à África teria abastecido o *Smithsonian Museum* com uma variedade de 21.650 espécimes de animais, juntamente com uma série de fotografias e rolos cinematográficos, que prometiam recriar a realidade do safari, da caça e da “vida selvagem”. Por mais contraditório que pudesse soar, a produção de “fotografias realistas” e a coleta de espécimes seriam apresentadas pelo ex-presidente como partes de sua busca científica em prol do conhecimento e da preservação da fauna. Assim, no entendimento de Roosevelt, a câmera se tornara um apêndice indispensável nas expedições científicas. Ela havia autenticado a reivindicação do caçador/naturalista em documentar o animal de uma maneira que somente as palavras ou os desenhos não eram capazes de fazer. A imagem fotográfica agiria como uma “prova irrefutável” da conquista, com o poder de penetrar na “essência” da natureza e recuperar as “verdades” camufladas ao olhar humano. A viagem ao Brasil, que anunciava desempenhar um papel importante para as ciências como também prometia desafiar o físico do aventureiro, não poderia deixar de empregar uma “arma” tão poderosa como a máquina fotográfica.

3.3 – Os fotógrafos da Comissão Roosevelt-Rondon

Durante a expedição ao Brasil, Theodore Roosevelt designou Anthony Fiala como fotógrafo oficial da comitiva norte-americana. Fiala, embora ficasse conhecido por suas experiências expedicionárias ao Polo Norte ou como chefe da unidade de artilharia da Primeira Cavalaria, na Guerra Hispano-americana, começou a sua carreira como artista e fotógrafo. Entre os anos de 1894 e 1899, ele atuou como fotografo no jornal *Brooklyn Daily Eagle*, e ajudou a implantar no local a primeira planografia em papel. Durante o período como voluntário na *Troop C*, regimento da cavalaria na Guerra Hispano-Americana, em 1898, ele escreveu e produziu inúmeras fotografias e esboços sobre os conflitos para os jornais de Nova York. Em sua primeira expedição, conhecida como *Baldwin-Ziegler Polar*, atuou como fotógrafo oficial. Em uma carta endereçada a um amigo, publicada no jornal *Brooklyn Daily Eagle*, no dia 14 de setembro de 1901, comentou sobre a sua atividade nesta viagem:

Apenas uma palavra de cima do paralelo octogésimo, pouco antes do [barco] Frithjof nos deixar em direção a sua casa e conforto. Aqui, as noites são perdidas no contínuo dia, e o sol nunca está ausente, embora escondido pela névoa e pelas nuvens. O fotógrafo é um homem ocupado e muito pouco sono é o seu quinhão agora. Tenho aproveitado a viagem. Eu nunca tinha feito tantas fotografias em um só dia. Fiz mais de vinte impressões de brometo em um dia a partir de diferentes negativos. Tenho vivido de carne de urso polar, após desfrutar da caça sobre os blocos de gelo na companhia do comandante. Ele carregando a arma; e eu, a câmera fotográfica.

Na narrativa de Fiala ficava evidente a relação estabelecida entre a arma de fogo e o aparelho fotográfico. Tanto o rifle, como a câmera, era “carregado”, “apontadas” e “disparados” sobre a paisagem “inóspita” do hemisfério polar. A caçada, símbolo da masculinidade e fornecedora das Ciências Naturais, proveria também o alimento, enquanto a câmera, signo da modernidade, não deixaria que a aventura fosse apagasse pela memória humana, “apropriando-se” da imagem bidimensional do objeto, como diria Susan Sontag (2004). Em suas duas viagens árticas, Fiala ainda realizou tomadas cinematográficas, que resultaram nos primeiros filmes das regiões polares. Suas imagens incluíam os retratos dos animais alvejados pelas comissões e as cenas que remeteriam ao cenário da caçada. Embora respaldadas pelo discurso científico, o fotógrafo procuraria também imprimir seu talento artístico, o que tornou suas produções conhecidas e exibidas em algumas salas de cinema do

período⁸⁹. Assim, parecia natural a Roosevelt empregar Fiala como fotógrafo oficial da missão ao Brasil, que prometia produzir ricas imagens da natureza tropical.

Do lado brasileiro da comitiva, o tenente Luiz Thomaz Reis fora incumbido de semelhante tarefa. Sua produção fotográfica iniciou-se em 1910, quando foi nomeado inspetor em comissão na Repartição Geral dos Telégrafos (RGT) e colocado à disposição do Ministério da Viação e Obras Públicas para servir na Comissão Rondon. Embora fosse admitido como auxiliar de desenho, foi-lhe atribuído também alguns trabalhos fotográficos, em virtude da dispensa do fotógrafo anteriormente contratado e por demonstrar alguma experiência e habilidade artística. Reis era considerado um hábil desenhista, além de um estudioso da antropologia e dos princípios da antropometria.

Desde a década de 1890, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas já havia manifestado seu interesse em registrar, por meio de fotografias, seus trabalhos e todas as “descobertas” científicas encontradas na passagem pelo território. Segundo Rondon, desde as suas primeiras expedições, “quando a arte de fotografar não havia atingido o adiantamento que hoje apresenta e que em tanto simplifica o volume e o peso do material a isto destinado, assim como os processos de obtenção de negativo e sua impressão em positivo”, as expedições da Comissão Rondon já integravam à sua equipe os “artistas-fotógrafos” (RONDON apud MACIEL, 1998: 180). O então Coronel acreditava no poder de persuasão da imagem, e não por acaso, seus relatórios costumavam ser ricamente ilustrados. Para ele, o apelo imagético era capaz de convencer autoridades, auxiliar na formação de opinião, abastecer uma elite urbana sedenta por informações sobre o “sertão brasileiro” e, principalmente, alimentar o espírito nacionalista construindo etnografias de um ponto de vista estratégico (TACCA, 2001; MACIEL, 1998).

Inicialmente, as Comissões costumavam contratar os serviços fotográficos de um importante estabelecimento comercial do Rio de Janeiro, a Casa Muso. Porém, uma série de problemas, tais como a longa distância a percorrer e a falta de experiência dos fotógrafos no trabalho de campo, levou Rondon a pensar na necessidade de criar um setor interno especializado na produção destes registros visuais. Assim, em 1912, com o auxílio do então tenente Luiz Thomaz Reis, criou-se a Seção de Cinematografia e Fotografia. Segundo Fernando Tacca (2001: 16), a

89 Sobre as experiências de Fiala no Polo Norte, ver: Fiala, 1907; Hunt, 1981.

criação deste novo setor especializado foi uma ação inovadora para os padrões da época. Houve um grande investimento e a necessidade de apropriação de uma tecnologia altamente especializada, que fosse capaz de resistir às condições ambientais adversas, como a alta umidade e a dificuldade no transporte. Thomaz Reis, que mais tarde se tornaria major, precisou viajar a Europa para adquirir todos os equipamentos necessários, e somente conseguiu retomar seus registros em 1914. Parte desses novos trabalhos aconteceu na primeira etapa da Expedição Roosevelt-Rondon.

Fiala e Reis seriam, assim, identificados como fotógrafos oficiais da missão devido aos seus conhecimentos artísticos prévios e por suas habilidades no manuseio de instrumentos óticos. Além de contarem com os mais modernos aparelhos fotográficos, eles ainda incluíam em suas ferramentas pessoais de trabalho a “câmera filmadora”. Durante o século XIX, cientistas haviam perseguido a ideia de construir um aparelho capaz de reproduzir os movimentos rápidos da vida e do cotidiano. Por meio da projeção de fotos sucessivas em ritmo acelerado, a câmera filmadora criaria a ilusão de movimento, tornando-se, acima de tudo, uma máquina de contar histórias. Ela prometia multiplicar o poder do conhecimento, abrindo à percepção do olhar humano a possibilidade de conhecer, de forma mais dinâmica, outros lugares do mundo sem a necessidade de viajar. Seria entendida por seu valor documental e por seu poder, inquestionável, de servir como prova de uma conquista. Roosevelt já tinha vivido a experiência em produzir filmes de suas viagens. No safari à África, ele contou com a colaboração do capitão inglês Cherry Kearton, que também compartilhava a ideia da prática fotográfica e cinematográfica em significar uma forma de caçada esportiva. Roosevelt elogiava a autenticidade do trabalho de Kearton, e na edição da revista *Moving Picture World*, do dia 31 de maio de 1913, manifestou publicamente a sua confiança na fidelidade das cenas feitas na África, que registraram, com “apuro”, o ataque de um leão à comitiva, em que os “nativos foram espezinhados e rasgados pela besta enfurecida”. E, assim, concluía: “É um registro fenomenal de uma proeza realmente fenomenal, e eu felicito com todo o meu coração o senhor Kearton sobre o que ele tem feito” (*Moving Picture World*, 1913: 884). Na visão do ex-presidente, o sucesso documental atingido no safari africano poderia ser repetido na viagem ao Brasil. As filmagens ajudariam nas pesquisas sobre a fauna sul-americana, o que validaria as suas ambições científicas, além de auxiliarem na projeção da expedição como sendo uma grande aventura. Cabe ressaltar que o cinema

não se propunha a substituir a fotografia, mas apenas compartilhar com ela a responsabilidade da produção visual da viagem. Assim, se a câmera fotográfica era comumente vista como um meio de capturar um instante congelado ou de ser uma autópsia visual de uma realidade passada, a câmera filmadora complementaria a função do registro ao capturar a dinâmica “real” da expedição ou da caçada, sem, contudo, perder o fôlego. Uma tecnologia complementar a outra, apesar de ambas possuírem a mesma lógica representacional: a imagem bidimensional do objeto.

As filmagens produzidas na viagem resultaram em três filmes. O primeiro foi construído apenas com as tomadas de Thomaz Reis e, embora considerado incompleto pelo fotógrafo brasileiro, foi divulgado pelo nome de “Expedição Roosevelt” e exibido, em 1915, durante as conferências de Rondon no Teatro *Phenix*. O segundo filme, intitulado de *Wilderness*, foi o resultado de uma inicial montagem realizada por Reis com a adição de cenas feitas posteriormente, como as vistas dos “Saltos Iguassú” e as tomadas dos rituais dos índios bororo. Segundo Laura Antunes Maciel (1998), esta película foi considerada pouco atraente no mercado norte-americano, o que levou a sua remontagem, em Nova York, numa edição mais compacta e com apelo comercial, incluindo algumas tomadas feitas por Anthony Fiala. E por último, o terceiro, realizado em 1927, respondia aos esforços da *Roosevelt Memorial Association* (conhecido atualmente como *Theodore Roosevelt Association*), em produzir pequenos curtas-metragens dedicados a retratar a vida do ex-presidente. O explorador inglês George Dyott foi contratado para refazer a viagem de Roosevelt ao Brasil e preencher, com novas cenas, as lacunas visuais do último filme, como por exemplo, o registro das correntezas do Rio das Dúvidas. Devido à dificuldade de acesso e localização de originais e das cópias das películas, a pesquisa se concentrou mais nos filmes montados nos Estados Unidos, que, embora incluíssem os trabalhos de outros indivíduos, além da equipe da expedição, tomou explicitamente o diário de viagem de Roosevelt como roteiro norteador da narrativa.

Em relação ao conjunto fotográfico outras ressalvas também se fazem necessárias. Apesar de existirem dois homens formalmente nomeados como fotógrafos oficiais, as autorias das imagens produzidas durante a campanha identificavam também outros personagens nos serviços fotográficos. Na revista *Scribner's Magazine* ou na própria edição do livro de Roosevelt, podia-se atestar que diferentes membros da comitiva, como Leo Miller, George Cherrie e Frank Harper

também apareciam como responsáveis pelas imagens. Na edição de abril de 1914, a *Scribner's Magazine* informava que em seu próximo número o novo artigo de Theodore Roosevelt seria ilustrado com fotografias realizadas por Kermit e “por outros membros”. Kermit havia adquirido experiência como fotógrafo em sua viagem à África e suas imagens já tinham sido amplamente divulgadas anteriormente nos periódicos sobre caça e expedições científicas. Note-se que neste número da revista não havia qualquer menção aos dois fotógrafos oficiais, recaindo a ênfase exclusivamente no filho do ex-presidente e nos cientistas do *American Museum*. De acordo com o Padre Zahm, a excepcionalidade da missão ao Brasil incidia sobre a polivalência de sua equipe, que mesmo sendo composta por especialistas, “cada um em um departamento específico”, poderiam executar outras tarefas diferentes, “de calafetagem de uma canoa ao preparo de uma refeição saborosa”. Em relação ao manuseio do aparelho fotográfico, explicou:

Todos eram bons fotógrafos e, assim, estávamos seguros quanto a produção de fotografias valiosas, bem como de uma grande coleção de espécimes de História Natural. Fiala, além de suas funções como comissário, foi feito o fotógrafo oficial da expedição, e foi providenciado não apenas uma série de excelentes câmeras para fotografias comuns, como também dois instrumentos para a tomada de imagens em movimento. (ZAHM, 1916: 12-13)

E mais adiante, comentou sobre a recente habilidade de Frank Harper no campo fotográfico:

(...) [Harper] tornou-se, pouco antes de deixar Nova York, o dono orgulhoso de uma bela *Kodak*, e não perdeu tempo em usá-la. Ele nunca tinha tirado fotos antes, mas dedicou-se a esse passatempo fascinante com todo o ardor de um amador convicto. Ele encontrou no nosso fotógrafo oficial, o Sr. Fiala, um professor capaz e disposto. Quando não manuseava as teclas da máquina de escrever, ele era visto geralmente com sua câmera à procura de pontos de vista que valiam a pena preservar. Seu progresso na arte foi tão rápido que ele logo foi capaz de fazer boas fotos como muitos profissionais, e algumas de suas melhores fotografias, usadas para ilustrar os artigos do coronel Roosevelt nas revistas, expressavam a habilidade e o senso artístico do Sr. Frank Harper. (17-18)

A facilidade com que Harper e os outros membros da expedição manejavam a câmera era resultado de uma grande revolução ocorrida no âmbito fotográfico a partir dos anos oitenta do século XIX. A simplificação dos procedimentos técnicos, a redução do tamanho dos aparelhos e o barateamento de seus custos permitiram à fotografia ascender a uma ampla dimensão da sociedade. Arquitetos, engenheiros,

viajantes e cientistas puderam realizar, eles mesmos, a documentação visual de suas investigações, sem ter mais que comissionar fotógrafos profissionais para tais tarefas. A *Kodak* havia criado um mercado novo ao transformar pessoas sem técnica e sem conhecimento teórico em fotógrafos amadores. Já em 1888, os norte-americanos podiam adquirir, por apenas 25 dólares, uma câmera fotográfica do tipo caixão, carregada com um rolo de papel para 100 exposições. E era tão fácil de manusear que a empresa prometia: “você aperta o botão e nós fazemos o resto”.

O desenvolvimento da fotografia com rolos criou uma situação muito diferente daquela então existente. Antes da aparição das câmaras *Kodak*, o fotógrafo devia ter habilidade manual e técnica, pois os negativos eram manipulados e impressos em complicadas situações. A figura *Photography and Exploration* (FIGURA 29), publicada na obra *A History and Handbook of Photography* (1876), de Gaston Tissandier⁹⁰, exibia algumas das dificuldades encontradas pelos primeiros fotógrafos viajantes. A experiência fotográfica exigia equipamentos pesados e complicadas manipulações técnicas. Como as placas deveriam ser revestidas, sensibilizadas, desenvolvidas e fixadas no local do *clichê*, os fotógrafos tinham que carregar todo o equipamento necessário para a produção da imagem: as placas de metal ou vidro, as substâncias químicas, o aparelho fotográfico e uma tenda escura.



29 - TISSANDIER, Gaston. *Photography and Exploration*. In: *A History and Handbook of Photography*, 1876. (Fig. 74).

90 TISSANDIER, Gaston. *A History and Handbook of Photography*. London, 1876. Disponível na página: <http://ia331413.us.archive.org/0/items/historyhandbooko00tissuoft/historyhandbooko00tissuoft.pdf>. p. 302.

Provavelmente, muitos desses viajantes tiveram problemas no transporte de seus equipamentos fotográficos ou perderam seu trabalho devido ao calor e umidade dos trópicos ou a quebra de seus materiais. Porém, a partir de 1891 já era possível colocar a película transparente em carretéis, que podiam ser instalados no aparelho fotográfico em plena luz do dia. A câmara era recarregada facilmente durante a viagem e os rolos de filme podiam ser comprados praticamente em qualquer lugar. A fabricação de filme se converteu em uma operação industrial e o foto-acabamento era feito por pequenos laboratórios que revelavam o filme e faziam as cópias solicitadas. Os novos fotógrafos, ao empregarem câmeras simples com filmes em rolo, não precisavam mais se dedicar tanto às preocupações técnicas ou à logística da bagagem. Ao contrário, podiam, segundo a propaganda da Kodak, apenas “fotografar” os motivos de seu agrado.

A partir da experiência adquirida em diversas campanhas de exploração, parece-me que a viagem deve limitar-se a uma câmara [fotográfica] de pequeno porte, que ele [o viajante] pode sempre carregar com ele, e, também, conter um segundo equipamento sobressalente na bagagem. A máquina sobressalente precisa ser equipada com lentes e obturadores caros, assim como a câmara levada para o trabalho; 3 ¼ x 5 ½ é um bom tamanho. Nada maior do que 3 ¼ x 5 ½ é aconselhável. Nós levamos a *3A Special Kodak* e a consideramos um instrumento leve, forte e eficaz. (ROOSEVELT, 1914: 368)

A câmara escolhida por Roosevelt era um modelo recém-lançado pela Kodak, que possuía um obturador com velocidade máxima de 1/200s. Ela permitia aos fotógrafos obter imagens melhor cronometradas, sob condições de luz até então fatais para as máquinas amadoras anteriores. O aparelho possuía pequenas dimensões e era feito de alumínio (com acabamento em couro), o que o tornava um instrumento leve, forte e portátil⁹¹. A comissão ainda dispunha de um tanque de revelação Kodak compacto, construído pela empresa para o manuseio individual de fotógrafos amadores. O filme era colocado dentro do tanque, que, com a disposição de determinados produtos químicos, revelava as imagens de maneira simples e “quase

91 O obturador trata-se de uma espécie de cortina dentro da câmara por onde a luz passa e chega até ao frame do filme, ou seja, ele controla o tempo pelo qual a luz deve entrar na câmara para sensibilizar o filme. Essas velocidades são indicadas pelos números: 1, 2, 4, 8, 15, 30, 60, 125, 200, 500, 1000. Quando se regula a velocidade no número 1, permite-se a entrada de luz por um segundo. Os demais números representam frações de segundo e são calculados de maneira a reduzir o tempo de entrada de luz pela metade, toda vez que você mudar de um número para outro imediatamente superior. A combinação entre a abertura do diafragma e a velocidade do obturador era o que tornava possível obter fotos nas mais diversas condições de iluminação. Nesse sentido, no caso de Roosevelt, o número 200, representava uma velocidade alta, que prometia captar o assunto em movimento.

automática”. Este equipamento permitia seu manuseio em plena luz do dia, e eliminava a necessidade dos quartos escuros. Durante toda a viagem, estes aparelhos fizeram parte da bagagem da equipe, mesmo nas situações em que se exigia economia no volume ou o descarte do que seria considerado desnecessário. Porém, explicava Roosevelt, apesar do desenvolvimento tecnológico alcançado pela indústria fotográfica, a produção e a revelação das imagens ainda exigiam “não somente um trabalho insano”, como também um “considerável contingente de sutilezas” para o seu sucesso. Ele explicava que “a umidade era tal que todos os objetos começaram a mofar rapidamente”. Naquela época do ano, este tipo de trabalho era considerado difícil de realizar, principalmente no “que diz respeito à conservação e remessa do material preparado, pois até a própria roupa do corpo nunca chega[va] a ficar completamente enxuta”. (ROOSEVELT, 1976: 137). Possivelmente, a equipe perdeu uma parte de suas séries fotográficas, fosse devido à umidade ou devido às quedas d’águas que, ao tragarem os barcos, levavam consigo os mantimentos ali guardados. Mas, ainda que o ambiente fosse complicado para a produção de imagens, e que os fotógrafos da expedição fossem resumidos a título de amadores, a equipe norte-americana, em especial o Padre Zahm, parecia estar confiante quanto ao êxito da expedição e da qualidade do material a ser recolhido. Em carta endereçada ao seu irmão Albert, no dia 17 de outubro de 1913, Zahm planejava firmar um acordo potencialmente lucrativo com a *National Geography Society*, uma das mais respeitadas e abastadas instituições do país.

Pergunte a [Gibert] Grosvenor [editor-chefe da revista *National Geographic*] se ele gostaria de uma série de fotos de primeira qualidade – com uma descrição adequada – do coração da América do Sul. [...] Serão as melhores e mais raras fotos já feitas, e terão um valor especial para a revista. Tente, diplomaticamente, descobrir quanto ele daria por um bom artigo ilustrado com fotos absolutamente novas e únicas. Mas não o deixe saber que eu escrevi a você a esse respeito. Aja como se estivesse fazendo isso espontaneamente e no interesse dele. (ZAHM apud MILLARD: 55)

Embora não se tenham encontrado documentos que confirmassem o sucesso nas negociações feitas a pedido do Padre Zahm, a expedição realizou, ao longo da viagem, inúmeras imagens da fauna, da paisagem e dos indígenas brasileiros, que foram amplamente divulgadas nos meios de comunicação. Todavia, quando se cruzam as informações sobre as autorias das fotografias expressas nos periódicos e livros da época, encontra-se, em algumas situações, um cenário confuso, já que uma mesma

fotografia podia apresentar, em distintas publicações, autorias diferentes. A imagem da cachoeira de Salto Belo, por exemplo, foi apresentada no Arquivo do *American Museum of Natural History* como sendo parte da produção de George Cherrie, porém a mesma imagem foi publicada na *Scribner's Magazine* como sendo de autoria de Kermit Roosevelt e, posteriormente, identificada na obra *Conferências no Theatro Phenix* como pertencente à produção brasileira da Comissão Rondon. Nos periódicos estrangeiros dificilmente encontrava-se uma imagem identificada com a autoria de algum dos membros brasileiros da expedição, embora, durante a primeira fase da viagem, o botânico Frederico Carlos Hoehne e o tenente Lyra tivessem realizado uma grande quantidade de fotos. Não se sabe ao certo o número de câmeras fotográficas que a missão Roosevelt-Rondon dispunha, mas, sem dúvida, as facilidades trazidas pelo desenvolvimento do aparelho ótico promoveram o aumento do número de amadores e, por conseguinte, dos registros visuais (e dos negativos) realizados por eles. Catalogar e nomear seus produtores, possivelmente, era um trabalho árduo.

Contudo, a pluralidade de fotógrafos na expedição e a dificuldade em identificar a autoria da imagem não invalidam a possibilidade analítica do documento visual como fonte histórica. Deve-se, em contrapartida, ampliar o conceito de “autor” no sentido apontado por Foucault, em que a “autoria discursiva” transcenderia a ideia de um “sujeito originário” do discurso fotográfico. Para Foucault, o que se denominava como “função-autor”, não se construiria simplesmente atribuindo um texto a um indivíduo com poder criador, mas se constituiria como uma “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992: 46). Ou seja, seria uma função variável e complexa que, muitas vezes, poderia ser desempenhada por outros sujeitos, como estúdios e agências fotográficas. E, neste caso, pela equipe de Roosevelt ou pela Comissão Rondon, na medida em que trabalhariam como legitimadores e/ou difusores desses registros, nomeando fotógrafos, estabelecendo os assuntos fotográficos a serem produzidos, adquirindo e detendo os direitos sobre o uso das imagens⁹². Ademais, reconhece-se certa unidade temática produzida pela comitiva de Roosevelt durante a viagem. Ainda que cada imagem contivesse informações diferentes ou fosse

92 “A função autor (...) não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em simultâneo, a varias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar” (FOUCAULT 1992).

processada por diversos indivíduos, torna-se relevante considerá-las em seu conjunto, já que ele permitiria expressar e avaliar as relações que orientaram a sua produção⁹³.

A partir de indícios mais gerais, era possível identificar algumas considerações sobre os “fotógrafos amadores” da equipe de Roosevelt. Um ponto comum é que todos eram norte-americanos com alguma experiência na prática esportiva de caça e/ou em expedições científicas em territórios considerados na época como “inóspitos”, elemento destacado por Roosevelt em seu diário de viagem. Havia também algum tipo de vinculação com o *American Museum of Natural History* e todos viviam o momento da popularização da fotografia, em que o instrumento tonava-se uma ferramenta considerada importante no “registro científico” das “verdadeiras fisionomias” do mundo. O fato de serem “estrangeiros”, com um tempo de permanência limitado, e de não terem ligações estreitas e contínuas com a população local, conservava-os em uma posição de autonomia e mobilidade. Estas características os permitiam construir uma percepção da realidade com estranheza, revelando por sua vez um mecanismo colonialista de observação e construção do “outro”. Suas fotos deveriam registrar a natureza tropical em seu exotismo e divulgar o quão frágil eram ainda os ideais de civilização naquelas paragens. A coleção dessas imagens deveria mostrar a “luta” desses homens contra a natureza “bravia” e “indomável”, como as travessias de “saltos” e corredeiras, a grandeza da floresta como cenário monumental e impenetrável, registrando, muitas vezes, a escala diminuta dos homens em face das árvores da selva. Desse modo, para caracterização do material visual da Expedição Roosevelt-Rondon analisado, notou-se a incidência de três motivos iconográficos, que vinham articulados ao tema “natureza”: os tradicionais retratos do caçador junto a sua presa; as imagens do animal em seu habitat natural; as cenas de paisagem “selvagem”, isto é, de uma natureza não organizada pelo homem; e, por fim, os retratos dos indígenas brasileiros, apresentados como seres ainda pertencentes a uma história “primitiva” e “bárbara”.

3.3.1 - O Retrato do Caçador e de seus “Troféus”

⁹³ Neste caso, os filmes sobre a Expedição também estariam nessa abordagem sugerida por Foucault, na medida em que seriam referenciados pelo nome de Roosevelt e se fiariam na narrativa do ex-presidente.

As fotografias de animais mortos tornaram-se um componente comum das expedições coloniais e dos grupos de caça a partir da segunda metade do século XIX. Roosevelt, sempre que podia, desejava ser retratado ao lado dos animais que haviam representado para ele o maior desafio da aventura de caça. James Ryan (1997: 99-100) observou que os retratos de “homens brancos” próximos aos animais mortos ou aos chifres, presas e peles, eram uma característica comum, e até mesmo um clichê, das fotografias coloniais no período vitoriano e eduardiano. Elas passaram a configurar a maneira mais tradicional de representar a conquista do caçador sobre a “natureza selvagem”. Nesta categoria incluíam as imagens do caçador junto aos seus “troféus” e as figuras focadas nas coleções de carcaças de animais, de peles e de chifres. Estas imagens, principalmente as referentes ao retrato pessoal do caçador, serviriam futuramente para substituir as clássicas pinturas do esporte do período anterior. Por mais que tenham sido encontradas algumas fotografias que tentassem reproduzir – a partir de um novo suporte, mas utilizando-se ainda de uma literal linguagem compositiva da pintura – o ambiente e a atitude do caçador no momento clímax de seu exercício, sua ocorrência era muito tímida. De uma maneira geral, as representações fotográficas da dinâmica da caçada (FIGURA 25), apresentavam, mesmo ao olhar da época, problemas em sua execução, que iam desde os custos financeiros e o tempo de exposição exigido dos modelos, até mesmo à própria artificialidade do registro, que incluía, em muitos casos, cenários toscamente construídos nos estúdios fotográficos⁹⁴.

Assim, os primeiros retratos do caçador não excluíram imediatamente a produção e a demanda pelas pinturas e aquarelas com as cenas de caça, que ainda eram entendidas como as responsáveis cardeais pela representação das emoções e das dinâmicas contidas no esporte. Os retratos fotográficos eram realizados em estúdios comerciais e a sua circulação, ao contrário do que acontecia com as pinturas, restringia-se, inicialmente, ao âmbito privado, funcionando como lembranças visuais da identidade pessoal ou da personalidade do caçador. Essas fotografias faziam parte de coletâneas construídas como um meio de representação social e de fixação da memória individual e familiar, compartilhadas apenas entre entes queridos e amigos

94 Por mais que a artificialidade da imagem pudesse ser apontada como elemento de crítica, cabe ressaltar que a composição deste tipo de fotografia não deixava de abordar a forma como seus produtores desejavam representar a natureza.

próximos. Seu conteúdo podia abarcar o “mundo dos ofícios,” em que se descrevia o sujeito com ferramentas ou com os trajes típicos de sua atividade comercial ou de sua recreação favorita. Segundo Peter Burke (2004: 31-36), o retrato fotográfico era composto por um sistema de convenções estabelecido previamente, herdado dos tradicionais retratos pintados nos séculos anteriores. O artista holandês Rembrandt, em seu autorretrato de 1639 (FIGURA 30), pintou um dos primeiros exemplos deste gênero artístico, ao se representar segurando um alcaravão morto. Apesar da pintura de Rembrandt apresentar elementos particulares, como o cadáver do animal ocupando o primeiro plano e o caçador timidamente escondido no fundo escuro, a maioria dos retratos de caça apresentavam-se como celebrações mais ostensivas do privilégio aristocrático em caçar e acumular “troféus”. Como foi visto no capítulo anterior, a caça era uma atividade altamente regulada no período, confinada, em sua maior parte, à nobreza e aos altos oficiais do Estado. Por isso, deixar-se representar com atributos e elementos do caçador era uma forma de declarar seus privilégios e status sociais (KALOF, 2007).



FIGURA 30- Rembrandt. *Self-portrait with a Dead Bittern*, 1639. Disponível em: http://www.everypainterpaintshimself.com/article/rembrandts_self-portrait_with_a_dead_bittern/
Acesso em 11/02/2015

Alimentando-se desta tradição artística fortemente estabelecida, os retratos fotográficos, como os de Roosevelt no Brasil, tentariam produzir, sob um novo suporte, os sistemas e convenções estéticas que traduzissem os valores ligados à masculinidade, à conquista e à civilização. As posturas e gestos dos modelos e os acessórios e objetos representados à sua volta seguiam um padrão estético e eram frequentemente carregados de sentido simbólico. De acordo com Maurício Lissovsky (2005: 205), os retratos fotográficos empregavam essa gestualidade artística “herdada da pintura, dos livros de etiqueta e toda literatura sobre aparências muito difundida no século XVIII”. Para Peter Burke (2004), fossem pintados ou fotografados, os retratos registravam não tanto “a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais”. Como um gênero artístico, mas com pretensões realistas, os retratos possuíam o propósito de apresentar os modelos de forma favorável.

Assim como nos retratos pintados, procurava-se calcular todos os detalhes da composição: a pose, o cenário, a postura e os atributos simbólicos que emprestariam ao sujeito a imagem desejada. Era frequente dispor alguns objetos materiais na cena: chapéu às costas, uma bota de cano alto, armas, insígnias, dentre outros, como meio de se produzir, ao menos momentaneamente, a ilusão de um espírito aventureiro, de uma vocação específica, de uma glória ou do poder⁹⁵. O caçador, sempre empunhando uma pistola ou um rifle, podia também aparecer acompanhado por seu “fiel” cão de caça. Desde a arte italiana renascentista, a figura de um cão de grande porte num retrato masculino era recorrentemente associada à caça e à masculinidade aristocrática⁹⁶, elementos principais que o retrato fotográfico do caçador se esforçava em incitar. Os animais empalhados (como veados, raposas, ursos, etc.) também costumavam compor o ambiente retratado, e possuíam, além da função de simular o contexto da caçada, a de representarem os troféus conquistados pelo indivíduo da imagem. Os serviços dos taxidermistas eram utilizados para compor estes tipos de imagem. Por meio de um ambiente extremamente montado, procurava-se criar sentimentos e sensações almejados pelo cliente/modelo para serem cristalizados na artificialidade da pose e eternizados no “realismo” da imagem fotográfica⁹⁷.

95 Sobre a construção e dinâmica dos retratos fotográficos, ver também: TURAZZI, 1995; BURKE, 2004; LEITE, 1993. KOSSOY, 1989; FABRIS, 2004.

96 Segundo Peter Burke (2004: 34), um cãozinho pequeno num retrato feminino ou de um casal provavelmente simbolizava a fidelidade, “implicando que a mulher estava para o marido assim como o cão para os humanos”.

97 Sobre os retratos privados, ver também, Fabris (1991), Leite (1993), Carvalho e Lima (2005), Vasquez (2002).

Durante a sua juventude, Roosevelt produziu algumas imagens como estas, principalmente no período em que viajou com seu irmão Elliott ao centro-oeste norte-americano, entre os anos de 1876 e 1880. Nelas, o jovem Teddy, como era chamado, aparecia vestido com a roupa típica e empunhando armas de fogo. Sua pose alterava-se – podia ser retratado tanto em pé quanto sentado – ao contrário do pano de fundo, que, invariavelmente, era pintado/montado com o objetivo de referenciar uma floresta ou ambiente “selvagem”. Após a Guerra Civil norte-americana, este modelo de retrato tornou-se comum. A popularização adveio, principalmente, com o estabelecimento do formato *carte de visite* comercializado nos estúdios fotográficos. O novo formato, que media aproximadamente 5 x 9 centímetros, tinha como principal inovação a possibilidade de ser produzido em série, a partir de um sistema de lentes múltiplas. Isso permitia ao cliente sair do ateliê com um conjunto de imagens idênticas e ainda encomendar, quando quisesse, mais cópias, já que o negativo ficava arquivado no estabelecimento. Aliadas ao negativo de vidro em *colódio úmido* e à cópia em papel albuminado, as *cartes de visite*, embora mais frequentes na produção de retratos em estúdio, foram empregadas ainda em registros ao ar livre, como as representações dos caçadores nos acampamentos ou com suas caças. Como o próprio nome sugeria, elas eram oferecidas como lembranças, trocadas como sinais de amizade ou colecionadas em álbuns, como forma de guardar imagens de grandes personalidades da época ou de indivíduos considerados heroicos ou exóticos⁹⁸.

Assim, nas últimas décadas do século XIX, quando as expedições e os grupos de caças começaram a levar a máquina ótica como parte de sua bagagem regular e a produzirem as suas próprias imagens, este tipo de retrato passou a ser consumido por uma audiência maior. O desenvolvimento da tecnologia de impressão havia permitido a utilização do instantâneo como ilustração dos livros de viagem, sem mais contar com o auxílio do gravador. O uso da câmera nas expedições foi encarado então como um mecanismo ainda mais apurado, devido às melhorias na nitidez e no processamento da imagem, que não mais precisava da intervenção de terceiros para suas reproduções. Ao tornarem-se públicas, assumiram a tarefa de instruir, informar ou entreter os cidadãos e leitores dos centros urbanos. Nas incursões de caça ou em missões exploratórias, a imagem fotográfica, em seu discurso visual fragmentário,

98 Segundo Boris Kossoy (2002), a popularização da *carte de visite* também funcionou, quando comercializada, como um veículo de publicidade dos fotógrafos, pois, em geral, trazia impresso no verso o nome, o endereço e alguma referência sobre prêmios ou medalhas alcançadas em exposições.

deveria ser capaz de fornecer o contexto dos empreendimentos, as características principais do animal caçado, e, principalmente, de fixar na memória o momento de conquista do sujeito. E na medida em que a circulação ampliava, os desejos e aspirações de projeção social tornavam-se mais explícitas.

Em suas viagens ao oeste norte-americano e à África, Roosevelt havia produzido uma série de fotografias como estas, em que se colocava ao lado de animais selvagens, geralmente de grande porte. Essas imagens foram amplamente divulgadas nos meios de comunicação, como, por exemplo, os jornais semanais e em revistas de caça, como a *Forest and Stream* e a *Scribner's Magazine*. No Brasil, ele também realizou alguns desses retratos, entre as quais, com a onça-pintada (ver capítulo 2) e com o veado-mateiro (ou catingueiro). No caso deste último (FIGURA 31), Roosevelt foi representado entre o Coronel Rondon e o animal, que havia sido abatido na região do Rio das Antas. O dono daquele “troféu” era identificado por pequenos detalhes compositivos presentes na fotografia: como a proximidade do caçador junto a presa, e, principalmente, por seu toque leve, com a mão direita, sobre a cabeça do animal. O ângulo fechado da imagem sobre os personagens no primeiro plano apresentava o ex-presidente, com o olhar altivo e uma postura de satisfação, como a de um caçador que havia alcançado a pouco o sucesso.

No diário de viagem, Roosevelt explicava que o tiro certo havia sido disparado de uma longa distância, “por entre o bosque”, e induzia ao leitor a supor que o sucesso daquela acossa era resultado da habilidade particular do caçador. O pano de fundo do instantâneo compunha uma “cortina” escura de plantas, árvores e cipós, o que confirmaria sua narrativa. O animal foi amarrado a uma árvore de forma a exibir melhor as suas dimensões ao fotógrafo. “Era um veado enorme, belo e gracioso”, descreveu Roosevelt. A imagem, construída nos padrões compositivos dos tradicionais do retrato aristocráticos, serviria para reforçar ou repetir a mensagem de seu texto e reafirmar percepções de masculinidade valorizadas na época. Segundo Matthew Brower, a fotografia oferecia uma “segunda licença de exibição”. Ou seja, ela era capaz de mover-se de uma performance de poder oriunda de uma “economia de exibição local” – ocorrida em um lugar próximo ao Rio das Dúvidas – para uma “economia de exibição potencialmente geral”. O veado, entendido como troféu de caça, não seria visto apenas por Rondon e um grupo pequeno de camaradas que

acompanhava o ex-presidente na viagem; mas, ao ser transformado em um registro fotográfico, a conquista de Roosevelt passava a ser apreciada por todos.



FIGURA 31- Colonel Roosevelt and Colonel Rondon with bush deer, 1913-1914. Cortesia AMNH.

No repertório de fotografias de animais mortos, também apareciam imagens em que a figura do caçador encontrava-se ausente. Leo Miller produziu uma série de instantâneos que procuravam relatar a quantidade de espécies abatidas ou a raridade dos bichos retratados. Os animais mortos, de uma forma geral, eram apresentados

isoladamente, como exemplares únicos, ou como sendo partes de um grupo de uma mesma espécie. Na FIGURA 32, por exemplo, foram dispostos, no centro da imagem, quatro macacos, pendurados por meio de barbantes presos a uma de suas patas. Os animais estavam de perfil, o que não possibilitava a leitura de suas características faciais, apesar da visualização ser clara quanto ao tamanho do rabo em relação ao restante do corpo. Nas narrativas dos membros da expedição, os macacos apareciam de maneira constante e eram descritos como os habitantes das copas das árvores ou como animais de estimação das crianças indígenas. Segundo Roosevelt, “alguns haviam sido sacrificados para o Museu” (ROOSEVELT, 1976: 88). Todavia, salvo em raros momentos, não havia a preocupação em se identificar a raça específica do primata. Na ficha catalográfica do AMNH os animais eram apenas classificados pelo nome genérico de “macacos”.⁹⁹



FIGURA 32 - Miller, Leo. *Monkeys*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. Cortesia AMNH.

O mesmo problema de nomenclatura ocorria novamente com o tamanduá representado na FIGURA 33. Neste caso, o animal, que também aparecia pendurado,

⁹⁹ No caso da imagem em questão, os animais parecem ser da raça Macaco-esquilo da Bolívia, caracterizado por seu tamanho pequeno, por uma pelagem curta e acastanhada e por possuir uma cauda maior do que o corpo. Característicos da floresta amazônica, este primatas possuíam hábitos diurnos e costumavam andar em grupos grandes, que podiam congrega 200 indivíduos. Possivelmente, devido a sua numerosa população, eram avistados próximos aos acampamentos da Missão Rondon e o seu grito característico o fazia ser identificado sem muitas dificuldades.

era apresentado como um espécime único, o que poderia demonstrar o comportamento solitário da raça. Os tamanduás, que possuíam hábitos diurnos e noturnos, costumavam ser vistos sozinhos, sem a companhia de um companheiro ou de um grupo, ao contrário do que acontecia com os macacos. Segundo Roosevelt, era “um dos mais extraordinários espécimes do mundo moderno”, que podia, quando acuado, tornar-se agressivo. Roosevelt havia manifestado o seu interesse em capturar alguns exemplares da espécie para o acervo do AMNH. Porém, ao que tudo indica, o animal representado na imagem não correspondia ao exemplar abatido por Roosevelt e narrado em seu diário de viagem. Segundo as descrições do ex-presidente, a caçada por ele protagonizada era contra um tamanduá-bandeira, cujo focinho é mais alongado e a cauda peluda. Possivelmente, o animal retratado tratava-se de um tamanduá-mirim, um parente próximo do tamanduá-bandeira. Mas a ficha catalográfica não apresentava nenhuma especificação, classificando outra vez o animal por seu nome genérico.



FIGURA 33 - Miller, Leo. *Ant-Eater*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. Cortesia AMNH.

Apesar da falta de um detalhamento visual ou de classificação escrita dos animais, procedimento geralmente exigido pelas Ciências Naturais, as imagens

apresentavam um caráter ilustrativo e didático. Elas funcionariam como um mecanismo de memória e inventário patrimonial dos espécimes caçados pela equipe, e forneceriam, visualmente, uma relação da diversidade da fauna que vivia naquela região específica. Entretanto, apesar de serem construídas de uma maneira mais documentária e menos artística em relação aos padrões estéticos da época, tais fotografias também refletiam um gosto e uma tradição temática desenvolvidos nas pinturas dos séculos anteriores. Durante o período do Renascimento, iniciou-se uma ampliação descritiva nos retratos de animais mortos, que passavam a ser também representados como um assunto de caça, não mais se restringindo ao ambiente da cozinha, dos açougues ou do mercado. O pintor flamengo Jan Fyt foi um dos precursores dessa nova abordagem. Em estudo sobre o artista, a historiadora Linda Kalof (2007: 105) notou que, em suas obras, as frutas e os vegetais, elementos comumente representados com os animais caçados nas composições artísticas do período, foram substituídos pelos cães de caça, e os ambientes desenhados não mais eram as mesas das cozinhas ou dos açougues, mas os espaços ao ar livre. As pinturas passaram a focar os animais mortos, que apareciam cada vez mais representados ao lado dos equipamentos de caça. A exibição destes instrumentos, explica a historiadora, era feita de forma arbitrária e os tipos de armas dispostos, além de servirem como adereços da cena, deveriam, principalmente, sugerir os diferentes métodos empregados na captura dos animais. A demanda por este gênero de pintura se enfraqueceu na Holanda durante o século XVII, porém, este gosto artístico já havia se expandido para os outros e países europeus e continuou em voga ao longo de todo o século XVIII.

No século XIX, com o surgimento da fotografia, ela também seria recuperada e utilizada, principalmente, para retratar os “mercados de caçadores”, locais onde aconteciam o comércio e a troca de peças de animais, fosse para consumo ou como produtos decorativos¹⁰⁰. Os animais, ou parte deles (peles e chifres), costumavam ser

100 Os “mercados de caçadores” eram construídos nas regiões a oeste dos Estados Unidos, porém, próximos às linhas ferroviárias, de forma a transportar seus materiais para o resto do país. Além de fornecerem carnes e peles, eles também comercializavam cabeças de animais empalhados (como alces, veados e antílopes) aos seus clientes, que os usavam como objetos decorativos em hotéis, bares, clubes e lojas. A ação desse comércio foi identificada por Roosevelt como sendo a principal causa do extermínio da fauna nas regiões norte-americanas. Em seu livro *Hunting Trips of a Ranchman* (1885: 38), ele escreveu: “Entre os caçadores de pele e carne existem alguns homens bons; mas, como regra, eles são a raça mais desagradável dos seres humanos (...) e quanto mais cedo eles desaparecerem melhor”. Sobre os “mercados de caçadores”, ver: RATTENBURY (2008), em especial o capítulo intitulado “*The Market Hunters: Demands, Depletion, Devastation*”.

pendurados e enfileirados, um ao lado do outro, de maneira a apresentar suas dimensões e a sugerir a abundância e a diversidade da caça na região. Ao fundo das fotografias, que eram feitas no ambiente externo, havia o registro da casa ou do acampamento em que ocorria o comércio, e também das armas utilizadas nas incursões. Assim como na pintura, existia a preocupação em se assinalar o tipo de arma e as estratégias utilizadas nas capturas dos animais. Os rifles eram as armas mais presentes e consideradas as mais “poderosas” do período. Imagens semelhantes a essas se tornaram comuns nas expedições e safaris de caça. Talvez, tal estratégia compositiva fosse encarada como o meio mais eficaz e rápido de visualizar as características gerais dos animais e a diversidade da fauna. No caso dessas duas últimas fotografias apresentadas, as armas não foram adicionadas à cena, mas elas eram presença garantida nos retratos tradicionais do caçador. Um ponto comum a todas essas imagens – tanto no retrato do caçador quanto no da caça – era a exibição do animal morto como testemunho da proeza individual do caçador. Nestes casos, as fotografias não tinham a intenção de recriar ou simular a figura viva do animal. O triunfo do caçador era “celebrado” pela exibição da carcaça do bicho, que, fixado na imagem fotográfica, não corria mais o risco de desaparecer.

Roosevelt estava convicto do poder da fotografia em funcionar como troféu e se colocar como uma “testemunha visual” da habilidade do caçador. Por mais que existisse uma justificativa científica em suas produções visuais, tais fotografias dificilmente apresentavam informações “claras”, “objetivas” e “relevantes” para o desenvolvimento do conhecimento da fauna sul-americana. Suas estruturas compositivas e, mesmo a escolha de um grupo restrito de animais, não poderiam ser explicadas em termos de projeção educativa ou técnica, mas apenas como referências ao valor conflitivo subjetivo ao esporte de caça. Ao produzirem a fusão entre “vencedor e vencido”, elas funcionariam como um meio pelo qual o caçador poderia apropriar-se de algumas das qualidades associadas ao animal e/ou ao seu habitat. Assim, contribuiriam para a definição do esportista e do caçador-naturalista em termos de uma masculinidade intrínseca, e para o estabelecimento de uma forte conexão entre a caça e o discurso de controle e conquista. Dessa forma, as fotografias de caça apresentavam-se como um meio eficaz de proporcionar conteúdo às atividades do caçador/viajante, e, ao mesmo tempo, autopromulgar seus feitos na esfera pública.

3.3.2 - O Retrato do Animal Vivo

O segundo motivo fotográfico produzido pela Expedição referia-se ao retrato do animal, ao menos ilusoriamente, vivo em seu ambiente natural. Embora o número de exemplares desse tipo de imagem fosse pequeno, essas fotografias atrelavam-se ao desejo já expresso antes mesmo do desenvolvimento do instantâneo: o de registrar um momento preciso na vida do animal selvagem. Durante o século XIX, fotografar um animal vivo era uma tarefa difícil e o aparelho fotográfico demonstrava-se inábil em congelar os movimentos dos animais. Ao contrário do que ocorria nos primeiros retratos humanos – cujo modelo dispunha da ajuda de uma pequena estrutura de ferro chamado de “prendedores de cabeça” (*head clamps*), a fim de evitar a mínima oscilação do corpo – as fotografias de animais não conseguiam controlar o comportamento de seus modelos. Em 1865, o fotógrafo inglês conhecido como Haes, após conseguir algumas imagens de leões e outros animais do Zoológico de Londres, reclamou sobre o seu sucessivo fracasso em obter um único negativo nítido dos “inquietaos” elefantes. Como forma de contornar esses problemas, a maioria das fotografias oitocentistas utilizaram os animais domésticos, em cativeiro ou, simplesmente, mortos como objetos de suas imagens (GUGGISBERG, 1977: 11-14). Tentava-se, em muitos casos, reproduzir o ambiente natural do animal ou da caçada, como foi mostrado nas FIGURAS 27 e 28. Os animais empalhados apresentavam-se aos fotógrafos como alvos ideais, ao prometerem recriar uma natureza aparentemente autêntica, mas de maneira dócil e controlada.

Com o desenvolvimento do aparelho fotográfico e o surgimento de um mercado consumidor por este tipo de imagem, a ênfase passou, cada vez mais, a ser dada sobre a qualidade e genuinidade das fotografias de animais. Argumentava-se em defesa de sua precisão, de sua autenticidade em ser um registro de primeira mão, capaz de “revelar” os segredos que os olhos dos homens nunca antes tinham contemplado, e mostrar os animais realmente em plena liberdade de suas ações. Essas fotografias eram vistas como documentos absolutamente confiáveis sobre a vida selvagem. Segundo Matthew Brower (2011), os animais representados eram frequentemente encarados como sendo mais “reais” do que aqueles encontrados no

cotidiano. As famosas imagens do fotógrafo inglês Eadweard Muybridge sobre o galope do cavalo, por exemplo, seriam interpretadas como um meio de acesso a uma “verdade” impervia até então, e como uma “importante” contribuição para a ciência e para as artes¹⁰¹. Como resultado desta demanda, Muybridge publicou, em 1887, o livro *Animal Locomotion*. Esta obra foi entendida como uma espécie de enciclopédia de cinesiologia e continha 781 placas de animais e seres humanos em movimento. Entretanto, o “acesso” trazido pela fotografia ocasionaria uma desvalorização da experiência imediata com o animal. Depois da exibição das fotografias de Muybridge, as representações tradicionais do cavalo em movimento tornaram-se insatisfatórias. Os espectadores esperavam encontrar ilustrações em conformidade com a “verdade” dos instantâneos, mesmo que essa “verdade” fosse inacessível aos próprios sentidos. A portabilidade e a instantaneidade da tecnologia fotográfica prometiam a viabilidade e a eficiência em realizar imagens mais acuradas dos animais vivos na natureza.

Roosevelt não deixou de tentar apresentar imagens que traduzissem esse propósito, já que como uma expedição de caráter científico, dever-se-ia produzir documentos com informações sobre a fisionomia da fauna, de seu comportamento e também sobre seu habitat natural. Na FIGURA 34, a equipe do ex-presidente desejava congregiar esses objetivos. A fotografia retratava um quati, descrito por Roosevelt, como sendo “uma espécie de *racoon* ou texugo delgado, de cauda longa, avermelhado e de focinho comprido”. A composição criava a ilusão de que o animal olhava para o espectador, do que parecia ser o alto de uma árvore. A paisagem atrás, apesar de desfocada, sugeria a vista panorâmica da floresta, caracterizada pela densa vegetação e pela presença de montanhas. A imagem claramente centralizava a atenção para a fisionomia do animal, localizado no primeiro plano da composição, em que era

101 Embora já tivesse morado em São Francisco na década de 1850, ele voltaria à cidade, em 1866, na função de fotógrafo. Durante os anos seguintes de sua mudança, Muybridge realizou inúmeras fotos da cidade e do parque nacional de Yosemite. Em 1868, ele organizou uma expedição, junto com o exército norte-americano, para fotografar o Alasca, que havia sido recém-adquirido pelo Governo de Andrew Johnson. Em 1873, acompanhando a *Central Pacific Railroad*, que avançava sobre o território indígena, ele fotografou a primeira parte da campanha contra os índios Modoc, localizados no noroeste da Califórnia e no sudeste de Orígon. Entretanto, sua fama somente ganharia repercussão internacional com o experimento do galope do cavalo. Contando com a ajuda de doze câmeras estereoscópicas, a uma distância de 21 polegadas umas das outras, de forma a cobrir os 20 pés tomados por um passo do cavalo, Muybridge conseguiu produzir retratos em um milésimo de um segundo. A série, produzida na Universidade de Stanford, mostrava que todos os cascos ficavam fora da terra – apesar das patas não estarem completamente estendidas, como imaginavam os ilustradores e pintores da época –, mas um pouco dobradas. Muybridge também inventou o zoopraxiscópio, um dispositivo que projetava os retratos de forma animada. Tal instrumento possibilitava a visualização posterior dos movimentos dos animais. Ver: GUGGISBERG, 1977: 15-18; BROWER, 2011; HAAS, 1976.

possível identificar alguns dos elementos característicos citados no diário. Roosevelt ainda explicava que a região onde os quatis se encontravam era de difícil acesso, pois a “vegetação se entrançava numa terrível trama de ramos e cipós. Havia cipós da grossura da perna de um homem e os mosquitos zuniam” em torno de seus corpos. Segundo seu relato, os quatis encontravam-se na “copa de uma grande árvore”, e Kermit teve que subir “por grossos cipós enroscados em espiral, até alcançar os galhos mais altos”. Um deles, tendo sido “alvejado sem ser atingido” conseguiu fugir para o mato, porém Kermit o alcançou depois. Outro foi capturado pelos cães. E ainda acrescentava que esses animais sabiam se defender “bravamente, com unhas e dentes”, situação confirmada com o caso vivido por Leo Miller, que havia presenciado um “quati matar um cão”. Para Roosevelt, esses animais, embora pequenos, podiam tornar-se “selvagens” (ROOSEVELT, 1976: 84). Assim, apesar das adversidades e perigos encontrados, Roosevelt e toda a sua equipe acreditavam ter realizado uma imagem “profunda da natureza”, no qual retratavam o quati em sua rotina diária.



FIGURA 34 – Roosevelt, Kermit. *Coati*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. Cortesia AMNH.

Na fotografia 35, tentou-se representar uma seriema, ave de porte médio e de hábito terrestre (embora também com habilidade de voar), que era encontrada nas zonas de pradaria ou florestas abertas do continente sul-americano. Retratada de costas, o animal ocupava toda a transversalidade da imagem, que conseguia registrar

as longas pernas, a penugem característica da cauda e uma parte lateral de sua cabeça. O fundo, apesar de também desfocado, sugeria a existência de uma floresta ou mata fechada, que permearia uma grande área plana do terreno. Possivelmente, a seriema fotografada tratava-se de uma ave domesticada que a comitiva havia conhecido durante sua passagem pela cidade de Vilhena; e não a seriema abatida por George Miller na travessia pelas “terras dos nhambiquaras”, que havia tentado “repelir valentemente seu agressor”, nas palavras de Roosevelt (1976: 147-148). O pássaro, quando se sentia ameaçado, costumava abrir as asas e enfrentar o inimigo, comportamento que a fotografia em questão não capturou, o que mostrava familiaridade da ave com os seres humanos. Porém, retiradas às referências humanas, a fotografia do animal teria o poder de convencer seus “leitores” de que se tratava de uma “verdadeira visão da natureza selvagem”.



FIGURA 35 - Miller, Leo. *Sariema*. Expedição Roosevelt, 1913-1916. In: ROOSEVELT, 1914: 107.

A preocupação com esse tipo de imagem já havia sido expressa por Roosevelt durante o seu safari à África, quando, em inúmeras ocasiões, exibiu uma série de fotografias dos animais ainda vivos capturados ao longo de sua campanha. Na FIGURA 36, Kermit havia registrado um rinoceronte em uma paisagem típica da

savana africana. O aparente desconhecimento do animal sobre o fotógrafo (já que ele não olhava diretamente para a câmera) sugeria ainda mais a verossimilhança da representação com a realidade da “vida selvagem”. Porém, por mais que essas imagens desejassem se portarem como “simples” fotografias da natureza, elas funcionavam também como “troféus de caça”, na medida em que procuravam preservar/representar o momento da captura do animal ou da atmosfera da caçada. Elas tornar-se-iam uma espécie de “monumento” ao talento do fotógrafo e serviriam igualmente como prova da bravura e da virilidade masculina, mesmo quando as representações aparentemente não incluíam o caçador em suas composições. Apesar de a “câmera-caçadora” se apresentar como uma alternativa “mais elevada” na captura da “vida selvagem”, seu uso não significou o abandono do rifle, e tampouco de outros métodos oriundos do esporte. Nas produções fotográficas de animais vivos ela empregou conceitos tradicionais de caça e transformou as revistas e livros do gênero em seu principal *locus* de exibição.



FIGURA 36 - Roosevelt, Kermit. *The great square-noised rhino of the Lado*, 1911. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>. Data de acesso: 12/04/2011.



FIGURA 37 - Wallihan, Allen & Mary. *Treed at Last. Cougar or Moutain Lion*. In: WALLIHAN, 1894: plate n° 2.

O livro *Hoofs, Claws and Antlers of the Rocky Mountains* (1894), do casal Allen Grant Wallihan e Mary Wallihan, tornar-se-ia exemplar na compreensão da relação entre o esporte de caça e a prática fotográfica. A obra incluía retratos tradicionais de caça (o caçador junto à sua presa), mas era principalmente composta por imagens de animais ainda vivos em seu ambiente natural. Na fotografia, intitulada *Treed at Last* (FIGURA 37), por exemplo, o casal havia registrado um puma no alto de um cedro, cujo olhar se direcionava para baixo. O corpo contraído e a expressão amedrontada do felino davam sinais de como ele havia sido encurralado no topo da árvore. Assim como nas caçadas, esse tipo de imagem fazia uso de técnicas utilizadas na prática esportiva de caça, como o emprego de cachorros e do rifle. Segundo os autores, os cães localizavam e ajudavam a cercar o animal, permitindo que as fotografias fossem realizadas, assim como o posterior disparo com a arma de fogo. Allen Grant Wallihan e Mary Wallihan explicavam que a maioria dos animais apresentados no livro havia sido morta ao final das filmagens, embora defendessem de maneira veemente que suas imagens seriam uma tentativa de “preservar a fauna para o mundo em geral” (Wallihan & Wallihan, 1902). Vendo-os fadados a desaparecer em face do progresso contínuo e da caça desenfreada, acrescentava o

casal, sua obra documentaria aquelas espécies para a apreciação das futuras gerações de norte-americanos.

No artigo publicado no ano seguinte à primeira edição do livro, Allen Grant Wallihan caracterizou, de maneira mais explícita, as fotos como resultados de sua “caçada fotográfica”. O artigo, que desta vez excluía qualquer menção às contribuições de sua mulher, apresentava novamente a fotografia do puma acompanhado de um texto descritivo, no qual narrava a caçada e a subsequente morte do animal. No caso de Roosevelt, que segundo Brower havia sido fortemente influenciado por Wallihan, as fotografias dispostas em seu diário também ilustravam as suas narrativas de caça, que, inevitavelmente, terminavam com o animal sendo alvejado, sob o argumento da necessidade em abastecer acervo do *American Museum*. No filme *Wilderness*, em uma passagem da película, após registrar um grupo de jacarés deitados à beira do rio – o que caracterizaria seus hábitos cotidianos – a tomada era redirecionada ao ex-presidente, que parecia atirar em direção aos répteis, apesar da imagem dos animais já “resguardarem” as particularidades do animal. Na sequência da fotografia do rinoceronte vivo, realizada em seu safari na África, o mesmo animal aparecia morto, disposto sobre o cenário da savana africana (FIGURA 38). Nos relatos narrados em seu diário de viagem no Brasil, Roosevelt contava sobre o emprego de sua Springfield na caçada aos quatis. Central em todos esses episódios era o uso da imagem como mecanismo de produção de “masculinidade”, e a transformação da prática fotográfica em uma espécie de perseguição predatória.

As contradições implícitas na produção desse tipo de fotografia foram destaque, na década de 1920, por meio da publicação do livro de Cherry Keaton, intitulado de *Photographing Wild Life Across the World*. Keaton, conhecido por suas fotografias da vida selvagem, ressaltava em sua obra a “abominação” que sentia não apenas pela “destruição arbitrária de animais” promovida por caçadores, mas também pelas atividades dos “fotógrafos-caçadores” que, ao não abdicarem do rifle durante seus trabalhos, continuavam a “mutilar os corpos dos animais”. Nas primeiras décadas do século XX, era prática comum a utilização de animais feridos como modelos nas fotografias da natureza selvagem, como forma de controlar melhor seus movimentos. De acordo com Kearton, o principal problema desse gênero fotográfico foi a violência promovida por um “certo tipo de expedição ou safári fotográfico”, que, ao “fingirem contribuir para o desenvolvimento dos interesses da História Natural”, frequentemente

“pagavam um alto preço sobre a vida dos animais”, que assim como o típico caçador, “tinha a ideia única e franca de recolher espécimes” (KEARTON, s/d: 14-15). Essa interação entre o fotógrafo e o animal ganhava ainda mais sentido junto às reflexões de Philippe Dubois (1993: 169) sobre a fotografia e a morte:

É, portanto, disso que se trata em qualquer fotografia: cortar o vivo para perpetuar o morto [...]. Arrancá-lo da fuga ininterrupta que o conduziria à dissolução para petrificá-lo de uma vez por todas em suas aparências detidas. E assim, de certa maneira – eis o jogo paradoxal – salvá-lo do desaparecimento fazendo-o desaparecer.



FIGURA 38 - Heller, Edmund. *Male square-nosed rhino shot by Kermit Roosevelt*, 1911. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>

Se por um lado, a simplificação do processo fotográfico e determinados avanços técnicos em seus equipamentos tornaram possível o registro dos animais em seu ambiente natural, por outro, tais melhorias não solucionaram todos os problemas e as dificuldades na obtenção das imagens. Para realizar uma foto com sucesso, os fotógrafos precisavam estar consideravelmente perto dos animais, e ainda dispor de uma luz adequada. Embora no início dos anos de 1890 os aparelhos fotográficos fossem rápidos o suficiente para capturar objetos móveis, a distância focal das “lentes rápidas” era limitada e exigia uma proximidade do objeto para a produção de resultados nítidos. Este problema criou dificuldades para os fotógrafos que tentavam representar os animais no seu estado selvagem sem, contudo, arriscarem suas vidas ou

afugentarem o seu “modelo”. Roosevelt reclamou diversas vezes sobre as dificuldades do ambiente, que marcado por árvores e densa vegetação, impedia a localização e/ou uma possível aproximação e registro do animal.

Em uma passagem de seu diário, ele relatou sobre a impossibilidade, naquele momento, em fotografar um casal de jaburu pousando sobre seu ninho, devido ao tempo nublado (ROOSEVELT, 1976: 70). Já na figura 39, percebia-se a falta de nitidez da imagem tirada de uma grande distância. Ainda que fosse possível visualizar o ambiente geral em que o animal se inseria (o alto da árvore, marcado por uma floresta ao fundo), o fotógrafo não capturou os detalhes da flora e nem a fisionomia do animal. Ele apenas retratou o voo do pássaro, representado por sua silhueta escura contrastada com o céu claro. O animal somente tinha a sua identidade revelada por uma breve descrição abaixo da legenda: “os turpiaais, ou os grandes orioles pretos e amarelos, tinham construído um vasto ninho em uma árvore morta”. A fotografia, mesmo possuindo uma estética considerada bonita e poética, era ineficiente em seu conteúdo científico, pois nem mesmo a visualização do ninho era clara. Ela não gerava informações específicas sobre a espécie e aquela representação poderia, facilmente, ser confundida com outra raça de pássaro. Essas deficiências na qualidade das imagens e a falta de registro *in loco* dos principais animais narrados por Roosevelt expunham as limitações técnicas que a equipe encontrava. Suas máquinas e conhecimentos, que se colocavam a serviço de uma ciência positiva, não eram capazes de produzir os documentos esperados.

O fotógrafo Thomaz Reis, em seu relatório referente aos trabalhos realizados em outubro de 1916 a março de 1917, expôs as suas dificuldades em realizar imagens da atividade de caça. Ele, inicialmente, tinha a ideia de fazer uma tomada de cenas de uma caçada à onça-pintada com Theodore Roosevelt, porém a sugestão, segundo o fotógrafo, teria sido descartada na ocasião pelo ex-presidente, que não queria aparecer em uma película caçando onças no Brasil. Esse argumento poderia soar estranho diante de uma profusão de imagens de caça e do profundo apreço de Roosevelt pelo esporte. Como se viu no segundo capítulo, a caçada a onça pintada era um evento aguardado e não por acaso foi amplamente divulgada na imprensa da época. Porém, quando se expõem as dificuldades no procedimento das filmagens, começa-se a compreender o posicionamento de Roosevelt. Em cada tomada, o equipamento e as lentes precisavam ser preparados com antecedência, antes mesmo do encontro com o

animal. O lugar escolhido para o registro deveria ser um terreno “limpo”, com a luz e o ambiente adequados, para onde o felino seria levado e acuado. Precisava-se ainda contar com a “sorte”, afim de que tudo saísse dentro do *script*, principalmente no tocante à atuação do animal e do caçador.



FIGURA 39 - Roosevelt, Kermit. *A tropical nest*. In: ROOSEVELT, 1914: 119.

Conforme relatou Thomaz Reis, na primeira tentativa da filmagem, a onça havia sido morta rapidamente, sem qualquer referência a uma possível luta entre homem e animal. E concluiu: “a onça ali estava, mas já morta, sem mais efeitos de animação que é a vida do filme” (REIS apud TACCA, 2007: 41). Não satisfeito com

os resultados, ele organizou uma segunda tentativa. Dessa vez, como forma de induzir uma reação defensiva do animal, o tiro foi dado na pata, mas a onça mesmo assim conseguiu escapar para dentro da mata. E Thomaz Reis desabafou: “Os filmes ainda não satisfaziam; e compreende-se porque a onça não lutava, fugia e acuava em sítios onde nem se podia enxergá-la nitidamente” (REIS apud TACCA, 2007: 42). Embora novamente frustrado pela não realização das filmagens, Reis estava decidido a realizar um registro inédito sobre aquela temática, e partiu para a sua terceira tentativa. Agora, a onça foi encontrada com relativa facilidade, o lugar na mata era mais fácil de entrar com os equipamentos e, confirmando as leituras indiciais, a onça era uma fêmea e “muito feroz”. Porém, o ambiente não era adequado, possuindo muita sombra e com pouca luz:

A profunda escuridão não aconselhava trabalhar no instantâneo de menor velocidade; era quase impossível poder imprimir o filme com tal fraqueza de luz. O ambiente era como um túnel, a árvore – como um grande chapéu de sol impenetrável à luz – unia os seus ramos mais baixos aos das árvores vizinhas. Por descargo de consciência aparafusei o aparelho e esperei. O Nery alvejara a onça no queixo inferior; e a bala partindo ferira-a na sua principal defesa. O tigre, tendo sido atingido na boca, balançara a cabeça algumas vezes, depois pulando de uma árvore para outra mais baixa, caiu ao solo para acuar no fundo de um entrançado de cipó e acuris, deixando a pequena clareira onde estávamos. Os cães o atacaram naquele refúgio enquanto eu mudava de estação dirigindo o aparelho para o ponto interessante. Um dos camaradas para mostrar coragem investiu contra a onça à azagaia, tendo infelizmente dado um passo e caído em posição horizontal, a poucos passos da fera. Esta avançou incontinentemente sobre a nova presa e tê-la-ia estraçalhado se não fosse a agilidade do Cornélio que acudiu, ferindo a onça com um profundo golpe de zagaia, abaixo do pescoço. O aparelho funcionava lentamente para registrar o assunto e dou graças em poder anda conter com estes poucos metros de filme, apanhados calmamente na escuridão da mata! (REIS apud TACCA, 2007: 43)

Thomaz Reis estava decepcionado com a sua terceira tentativa e concluiu suas filmagens da caçada à onça pintada. Possivelmente, os resultados insatisfatórios o induziram a não editar as tomadas. A luz, a vegetação, a mudança constante de posição, a cor do animal que se misturava com os tons de cinza da mata, e o próprio medo do felino que mesmo acuado não atacava, tornavam o relatório dos eventos muito mais atraentes do que as filmagens em si¹⁰². Ainda que não tenham sido

102 Situação semelhante ocorreu na produção do filme *Roosevelt in Africa*, lançado em 1910, em que a película parecia não expressar as emoções contidas nas caçadas. Um artigo, publicado na revista *Moving Pictures World*, do dia 14 de maio de 1910, criticava exasperadamente o filme, que, a seu ver, representava um verdadeiro fracasso. “Para dizer uma verdade honesta, a maioria dos operadores sentiria vergonha de exibir tal coisa em suas máquinas. Qualquer um poderia pegar um rifle [calibre] .22 e sair pelos gramados de Idaho e obter mais emoção com as caçadas de coelhos” (*Moving Pictures World*, 14 de maio de 1910, p. 793). O filme não possuía uma estrutura dramática e

encontrados os filmes dessas experiências, a narrativa de Reis descrevia os acontecimentos com detalhes e criava uma dramaticidade que ele pretendia explorar no futuro vídeo¹⁰³. O relatório, embora se referisse à câmera cinematográfica, ilustrava os problemas encontrados em registrar visualmente uma viagem como aquela protagonizada por Roosevelt. Assim, além do trabalho e tempo necessário, que o ex-presidente não parecia disposto a despendê-lo, a filmagem era considerada uma prática sujeita a perigos mais difíceis de administrar do que uma caçada normal. Como mesmo apontou Reis em seu relatório, o caçador deveria se posicionar apenas a poucos metros do animal, de forma a ser também enquadrado na cena. Existiam algumas técnicas de caça empregadas nesse tipo de registro. Alguns fotógrafos, na tentativa de minimizar esses problemas, recorriam a métodos tais como o *blind-hunting*, *jacklighting*¹⁰⁴, e, como já foi visto, a utilização de cães. No relato de Reis ficava claro o uso das armas de fogo, da azagaia e da função dos cães, que deveriam localizar a caça e ainda, se possível, impedi-las de fugir.

Possivelmente, com o pouco tempo que estava disposto a gastar na viagem, Roosevelt pensava que fazer registros de animais perigosos de modo apressado e sem tomar os devidos cuidados não valesse o risco. Assim, para solucionar o problema da falta deste tipo de representação, o ex-presidente decidiu utilizar imagens de um fotógrafo profissional estadunidense, que não fazia parte da expedição. Elwin Sanborn era o fotógrafo contratado do *Bronx Zoo*, em Nova York. Ele havia sido admitido, em 1899, com a tarefa de realizar um guia impresso do Zoológico. No *Annual Report* de 1901, com a criação de um departamento fotográfico, ele aparecia nos registros como sendo o fotógrafo e editor das publicações da instituição. Aos 32 anos de idade, quando iniciou suas atividades, foi descrito por seus colegas como sendo um “homem

preocupava-se mais em documentar os eventos cotidianos do que capturar as cenas das caçadas. Tratava-se de uma crônica visual dos eventos diários da expedição, que não incluía uma única cena de caça. Segundo um jornalista da revista, era inútil explicar que tal ausência devia-se às dificuldades inerentes às tomadas, já que o público “esperava ver Teddy abatendo leões e tigres e chafurdando-se no sangue” (*Moving Pictures World*, 30 de Abril de 1910, p. 682).

103 De acordo com Fernando Tacca (2007), cenas dessas caçadas faziam parte do programa cinematográfico “*Wilderness*”, apresentado em Nova York, no Carnegie Hall, em 1919. Porém, infelizmente não se foi capaz de identificar quais eram essas tomadas na versão do filme que se teve acesso.

104 O *blind-hunting* tratava-se de uma espécie de cortina ou muro construído para esconder o caçador em posições privilegiadas e reduzir as suas chances de ser detectado. Já o *jacklighting* era um método noturno de caça, caracterizado pelo uso de lanternas de alta potência. A luz tinha o poder de “fascinar” alguns animais, como, por exemplo, veado, raposas e coelhos, que permaneciam paralisados sem notarem a presença humana. O *jacklighting* foi uma das primeiras práticas consideradas antiesportivas no início do século XX, e, por isso, foi considerada ilegal em muitos Estados norte-americanos. Sobre esses e outros métodos de caça, ver: BROWER, 2011.

magro, com uma energia de aço, com um entusiasmo pela perfeição fotográfica, e sempre muito bem vestido, o que fazia dele quase um dândi”¹⁰⁵. Ao que tudo indica, antes de se tonar fotógrafo, Sanborn não havia recebido uma educação formal na área e, provavelmente, aprendeu a fotografar animais na prática. Sabe-se que antes de ser contratado como fotógrafo, ele já possuía talentos artísticos, uma vez que William Temple Hornaday, o então diretor do Zoológico, o havia notado no parque fazendo belos desenhos dos animais. Ainda que não haja maneira de saber quantos negativos foram descartados ao longo de sua carreira, certamente, os milhares que gradualmente acumulou no Zoológico foram consistentemente apreciados na época como sendo de excelente qualidade. Roosevelt, que era membro-fundador da *New York Zoological Society* (instituição formada anos antes para criar e manter o Zoológico), possivelmente o conheceu durante uma de suas visitas ou reuniões no parque. Não se sabe ao certo se as imagens publicadas no diário do ex-presidente foram frutos de uma encomenda ou se já faziam parte do acervo fotográfico de Sanborn. Porém, não resta dúvida de que a opção pelo uso das imagens do fotógrafo profissional expunha a ineficiência da Comissão em produzir fotografias “vivas” de alguns dos animais brasileiros, como foi o caso, por exemplo, da onça pintada, da anta, do tamanduá e de algumas aves. Essas imagens foram amplamente reproduzidas nos relatórios e livros da comissão, assim como nos jornais e periódicos da época.

De acordo com William Bridges (1974), Elwin Sanborn utilizava as pesadas câmeras fotográficas profissionais do início do século XX, que ainda funcionavam com negativos de vidros. Como os negativos das primeiras máquinas *Kodak* eram pequenos e não tão nítidos, seu uso se reduzia apenas aos amadores, como os membros da expedição de Roosevelt. Com os equipamentos profissionais, o fotógrafo poderia realizar imagens com qualidade e em formatos maiores e variados. Entretanto, as emulsões usadas nas câmeras de Sanborn eram relativamente lentas e exigiam um tempo de exposição maior. Assim, quando precisava de luz extra, ele empregava o flash em pó, que funcionava por meio de uma explosão, que, além da luz, gerava também uma fumaça cinza. Tratava-se de um material mais complicado de manusear e exigia conhecimento técnico e químico do procedimento fotográfico¹⁰⁶. Até a sua

105 Algumas lendas surgiram em torno da imagem de Elwin Sanborn, dentre elas, a de que mantinha em seu escritório dezoito conjuntos completos de roupas. (BRIDGES, 1974: 113)

106 O uso do equipamento era muito delicado e, às vezes, chegava a ser perigoso. William Bridges, em seu livro, comentou que, no inverno de 1926-1927, uma carga do pó explosivo detonou enquanto Sanborn manuseava a câmera escura. O fotógrafo sofreu queimaduras sérias e foi afastado do trabalho

aposentadoria, em 1934, o fotógrafo do *Bronx Zoo* tinha em sua coleção, aproximadamente, 14.216 negativos, que incluíam as imagens dos animais adquiridos pelo Zoológico ao longo das três primeiras décadas do século XX; uma coleção visual dos espécimes aquáticos do *New York Aquarium*; cenas dos prédios dos parques; e uma série de fotos realizadas durante as expedições promovidas pela *New York Zoological Society*, que mantinha a sua sede dentro do Zoológico¹⁰⁷.

Limitado por seus equipamentos pesados e lentos, suas representações de animais não apresentavam uma sequência de fotos emocionantes, do tipo que Thomaz Reis tanto tentou realizar. Argumentava-se na época que suas fotografias seguiam os requerimentos expressos pelos membros do Zoológico, que desejavam imagens estáticas e objetivas, de forma a mostrar a “exata” fisionomia do animal em sua expressão natural. As fotografias deveriam ser uma espécie de “*broadside*”, nas quais as informações sobre os animais apareceriam de forma extremamente nítidas, além de serem apresentadas em uma composição “aprazível” aos olhares. Dessa forma, o artista, o taxidermista ou mesmo um curioso leigo da História Natural poderiam dispor de todos os detalhes físicos de uma maneira “prática”, “neutra” e “científica”. Nas imagens 40, 41 e 42, por exemplo, notava-se o intento do fotógrafo em isolar o seu assunto na composição. Os animais encontravam-se dispostos em um fundo neutro, desfocado, que dificilmente remeteria a um lugar específico, ou seja, não havia a preocupação em representar seus habitats naturais. Esse recurso isolaria um único objeto na composição, que era frequentemente apresentado no primeiro plano central da imagem. Em todos os casos também os animais não estavam em pose de ataque ou na defensiva. Suas atitudes remetiam às situações cotidianas, triviais ou características, como o tamanduá que posicionava o seu proeminente focinho sobre a terra para comer insetos.

por várias semanas até a sua recuperação completa. Ver em BRIDGES, 1974: 113-114.

¹⁰⁷ No outono de 1907, por exemplo, Sanborn acompanhou a sociedade na libertação de quinze bisões no *Wichita National Forest and Game Preserve*, localizado no sudoeste de Oklahoma. Esta campanha de reintrodução do animal à região havia sido encabeçada por Theodore Roosevelt (Sobre este tema ver, BRINKLEY (2009), principalmente o capítulo intitulado *The Oklahoma Hill*). E, em 1928, ele fotografou a expedição do Dr. Charles Haskins Townsend à Galápagos (BRIDGES, 1974: 114).



FIGURA 40 – Sanborn, Elwin. *Capybaras*. In: ROOSEVELT, 1914: 88.



FIGURA 41 - Sanborn, Elwin. *Nine-banded armadillo*. In: ROOSEVELT, 1914: 88.



FIGURA 42 - Sanborn, Elwin. *The great ant-eater*. In: ROOSEVELT, 1914: 134.



FIGURA 43 - Sanborn, Elwin. *A South American jaguar*. In: ROOSEVELT, 1914: 84.

Possivelmente, o “jaguar sul-americano” representando por Sanborn no diário de viagem de Roosevelt (FIGURA 43) tratava-se do famoso felino do Zoológico conhecido como *Señor Lopez*. O animal havia sido adquirido em 1902, como presente oferecido por William Mill Butler, o vice-cônsul do Paraguai na Filadélfia e também gerente da *Paraguay Development Company*. Segundo o diário de Butler, o diretor do Zoológico, William T. Honaday, desejava obter alguns “animais selvagens” da América do Sul para compor as exposições do parque. Durante a sua viagem à capital paraguaia, Butler conseguiu comprar de caçadores locais um “tigre de seis meses de idade, muito bonito e grande” (BUTLER apud BRIDGES, 1974:134). Ele era considerado um animal forte, feroz e agressivo, “mesmo para com a sua própria espécie”. Essa fama ganhou legitimidade após o incidente de 1905, quando os organizadores do Zoológico resolveram trazer uma fêmea para lhe fazer companhia. No momento em que a colocaram na jaula, o *Señor Lopez* a atacou instantaneamente. Os funcionários não tiveram tempo de agir e o animal acabou matando a sua companheira. O jornal *New York Times*, ao relembrar o caso no dia 21 de fevereiro de 1906, apresentou uma justificativa: por mais que aquela onça fosse um animal criado dentro dos muros do Zoológico, “suas inclinações selvagens não poderiam ser

suprimidas por uma vida em cativeiro”. Ou seja, embora não mais vivesse na selva, ele ainda possuía uma personalidade perigosa e portava-se como um legítimo representante da espécie.

Señor Lopez foi o primeiro habitante da nova ala do Zoológico, construída, em 1903, para abrigar os grandes felinos e conhecida como *Lion House*. O edifício possuía duas salas, localizadas na parte norte, reservadas para o uso exclusivo de artistas naturalistas. Desde 1896, já havia o manifesto interesse da Sociedade em se produzir, dentro da instituição, representações científicas e artísticas dos animais. Um dos estúdios possuía uma espécie de túnel que ligava a jaula do animal ao quarto, composto com todas as ferramentas necessárias para a produção da imagem, como cavaletes, plasticina e uma grande quantidade de tintas. As salas eram bem iluminadas e possibilitavam ao artista visualizar o animal de um ponto mais próximo e seguro. Embora não fossem identificados de maneira clara os registros dos usuários das salas, Sanborn facilmente teria acesso aquela infraestrutura. Seu contato contínuo com o animal o possibilitava captar, repetidamente, imagens mais nítidas e mais detalhadas de sua fisionomia, qualidades que dificilmente as fotografias da expedição ao Brasil alcançariam, devido às suas limitações técnicas, às dificuldades ambientais e a total falta de controle sobre o comportamento do animal.

Em 1906, o Bronx Zoo produziu uma série de cartões postais dos animais presentes na instituição. Dentre eles, a fotografia colorida do *Señor Lopes* (FIGURA 44), na qual o felino era retratado dentro de sua jaula. A imagem publicada no livro de Roosevelt apresentava similaridades com este cartão postal, tais como posição do animal, ângulo e enquadramento da composição. Essas características poderiam fortalecer a hipótese de que o ex-presidente apenas adquiriu imagens previamente produzidas dos animais para compor o seu livro. Talvez, tanto a figura publicada no diário quanto o cartão postal comercializado no Zoológico faziam parte de uma série de fotografias produzidas por Sanborn com aquela temática. De qualquer forma, por mais que fotografias como essas não apresentassem o ambiente natural dos animais, elas ajudavam a dar forma à narrativa de aventura de Roosevelt. De acordo com os relatos da época, era possível que *Señor Lopez* fosse, inclusive, uma onça de tamanho superior aos dois animais abatidos por Roosevelt e seu filho na viagem, o que tornaria a visualização mental da cena ainda mais emocionante.

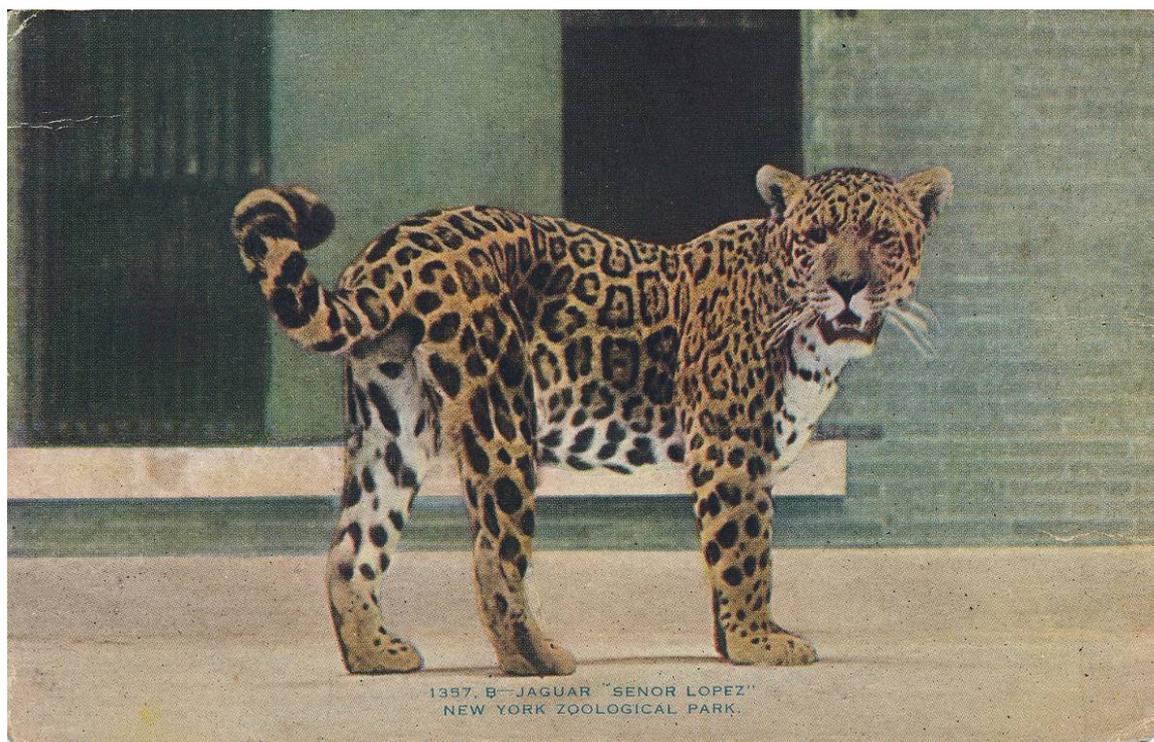


FIGURA 44 - Sanborn, Elwin. *Jaguar Señor Lopes*, New York Zoological Park, circa 1906. In: <http://www.newyorkcityzoos.com/bronx.html> Acesso em 15/06/2015

Por mais que as fotografias de Sanborn não fossem resultados das incursões de caça de Roosevelt no Brasil, seus modelos acabaram sendo atrelados ao esporte e à simbologia do “troféu”. Mesmo sem os desafios técnicos e físicos impostos pela selva, seus significados passaram a incorporar componentes do discurso de controle e conquista, quando reproduzidas nos diários de viagem ou exibidas junto às outras representações da comitiva. O historiador e filósofo polonês Krystof Pomian (1984), em um interessante artigo publicado na *Enciclopédia Einaudi*, explicou sobre a capacidade dos objetos em exceder a sua materialidade, contribuindo com os modos de sentir e agir expressos na sociedade. Segundo o estudioso, não importava o objeto em si, mas o valor que residiria em sua força simbólica, em seu caráter representativo do invisível ou de uma memória do ausente. Ao incorporar-se a uma coleção, ele adquiria um emprego diferente daquele que lhe era inicialmente atribuído, tornando-se um *semióforo*, ou seja, a sua importância não mais correspondia ao valor de uso, mas ao significado que lhe era imputado. Neste caso, as imagens fotográficas produzidas por Sanborn conseguiram acumular valores e sentidos teóricos à sua história própria à medida que foram utilizadas (interpretadas) para outras finalidades ao longo de sua trajetória documental. Depois de produzidas, elas foram legendadas,

agrupadas em conjunto com outras imagens e classificadas segundo determinadas categorias, visando respaldar ideias ou conjecturas históricas e científicas. Mesmo não sendo resultados do material feito no Brasil, elas foram adicionadas ao álbum de fotografias da fauna brasileira, e serviram como ilustrações das caçadas. Elas se transformavam em representações do ausente, que auxiliavam no afloramento das lembranças de experiências vividas, atuando na construção de narrativas e remodelando a memória da conquista sobre um território apresentado como selvagem.

3.3.3 - O Retrato da Paisagem

O terceiro motivo representado pelas “séries fotográficas” da Expedição de Roosevelt referia-se aos retratos paisagísticos e às vistas panorâmicas da floresta. Além do registro do animal vivo e abatido, era também preciso exibir o ambiente desafiador de seu empreendimento. Devia-se registrar a topografia, a vegetação e as áreas fluviais, como cachoeiras e rios. O fotógrafo visava valorizar os atributos naturais da paisagem, acrescentando detalhes ao terreno montanhoso e emaranhado por árvores. Essas imagens eram construídas de forma a apresentarem uma visão sistematizadora da geografia e das riquezas da região, e, muitas vezes, incorporavam conceitos como “sublime”¹⁰⁸, herdados da corrente artística romântica. Nesses registros, o diálogo estabelecido entre realismo e romantismo, analisado no início do capítulo, voltaria a se manifestar de forma mais explícita.

A concepção de sublime tratava-se de um elemento importante para o entendimento da produção fotográfica da expedição de Roosevelt. Esse conceito referia-se a uma gama de reações estéticas com a sensibilidade voltada para os aspectos extraordinários e grandiosos da natureza. Para o sublime, a natureza seria um ambiente hostil e misterioso, que desenvolveria um sentido de solidão no indivíduo. O mundo natural passaria a ser compreendido nos termos de “imensidão”, se dirigindo ao ilimitado, ao que ultrapassa o homem e todas as medidas ditadas pelos sentidos. O filósofo Immanuel Kant, principalmente em suas *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, de 1764, e na *Crítica do Juízo*, de 1790, definiu o sublime como aquilo que seria absolutamente grande. Nas artes visuais, o culto do sublime conheceu

108 Ver em: ARGAN (1992: 17-20).

expressões muito variadas, embora fosse possível localizar nele traços dominantes. O caráter visionário do sublime era representado, de modo geral, por cores empalidecidas e sem brilho, por traços marcados e gestos excessivos, e pela escolha de paisagens entendidas como selvagens e inóspitas, como penhascos escarpados e árvores retorcidas, que criariam uma ambiência de desolação. Em muitos casos, a natureza se mostrava como potência devastadora, como fogo ou como força marítima, ou podia-se revelar por uma espacialidade majestosa, capaz de apequenar os homens.

Nos Estados Unidos, o sublime foi inicialmente trabalhado, sobretudo na primeira metade do século XIX, por um grupo de pintores paisagistas conhecidos como a Escola do Rio Hudson. O grupo ganhou este nome devido ao fato de que os temas retratados em suas primeiras pinturas referiam-se à região do entorno do Rio Hudson, porém, posteriormente, começaram também a descrever lugares mais distantes daquele centro, como a Nova Inglaterra, o Oeste norte-americano e a América do Sul. Seus trabalhos caracterizavam-se pelo interesse nas representações realistas da natureza e por um desejo ardente em celebrar o cenário distintamente norte-americano. Em oposição às cenas pastoris europeias, sempre bem ordenadas, as paisagens produzidas por esses artistas tinham um toque “selvagem”, de natureza “intocada”. O sublime provocava uma combinação de sentimentos – temor, perplexidade, medo, admiração – que os românticos achavam particularmente atraente. Suas produções continham os tradicionais elementos representativos do poder da natureza: cachoeiras, montanhas, vulcões, tempestades, “pores dos sóis dramáticos”, e outras sugestões que remetiam à monumentalidade da natureza “bruta” e intocada pelo homem.

Thomas Cole, por exemplo, foi um dos membros fundadores da Escola e produziu uma série de pinturas que traduziam este gosto. Na obra *Sunny Morning on Hudson River* (FIGURA 45), era possível identificar, no fundo da composição, o famoso Rio Hudson, que simbolizava a identidade do grupo. A parte central, por conseguinte, era composta por duas montanhas e o primeiro plano à esquerda continha arbustos retorcidos e um tronco de árvore, que prefigurava ter sido atingida por relâmpagos ou derrubada por uma tempestade. Tanto a montanha quanto os arbustos retorcidos e a árvore quebrada sugeriam a ideia de sublime. Esses elementos claramente teriam sido criados por uma força colossal da natureza. Porém, neste caso específico, o efeito geral do quadro não era de espanto. O céu azul claro, a luz da

manhã, e as nuvens sugeriam calma e tranquilidade. Não se tratava do *wilderness* proibitivo e ameaçador dos puritanos, mas de um lugar agradável para a contemplação silenciosa.

As pinturas de paisagem de Cole serviram de inspiração para muitos de seus contemporâneos e tornaram-se referência nesse estilo artístico. Frederic Edwin Church iniciou seus estudos com Cole aos dezenove anos de idade. Tal como o seu mestre, Church preferia realizar seus esboços no campo, e, em seguida, finalizar os quadros no aconchego do estúdio. Mas, ao contrário de Cole, cujo tema foi amplamente confinado ao nordeste dos Estados Unidos, Church, na busca por sua própria identidade visual, aventurou-se a locais considerados longínquos, como a América Latina. Em 1853 e novamente em 1857, ele viajou à Colômbia e ao Equador, financiado pelo empresário Cyrus West Field, que desejava utilizar suas pinturas na promoção de empreendimentos na América do Sul. Uma de suas mais famosas obras foi *The Heart of the Andes* (FIGURA 46), na qual compôs a topografia idealizada da região, conforme suas inúmeras observações realizadas nas viagens.



FIGURA 45. Cole, Thomas. *Sunny Morning on Hudson River*, 1827. Pintura a óleo. Disponível em: <http://www.wikiart.org/en/thomas-cole/sunny-morning-on-the-hudson-river-1827> Acesso em 02/06/2015

Church procurou combinar várias manifestações do sublime, como as montanhas escarpadas e as nuvens de tempestade ao fundo. O majestoso Monte Chimborazo, localizado no Equador, com a sua cobertura de neve característica, aparecia à distância, do lado esquerdo da composição. O centro da imagem era dedicado a uma volumosa cachoeira, que brotava em meio à densa vegetação da selva, e desaguava em uma piscina cintilante. As evidências da presença humana consistiam em um tímido caminho levemente desgastado, no lado esquerdo do primeiro plano e em um pequeno vilarejo cercado pela mata, presente no plano central à esquerda. Dois nativos podiam ser vistos próximos a cruz, mas sua presença se apequenava diante de um cenário tão majestoso. Um dado curioso é que a assinatura de Church aparecia gravada na casca da árvore esquerda do primeiro plano. O jogo de luz sobre a sua assinatura foi interpretado por muitos estudiosos como uma declaração do artista sobre a capacidade humana em dominar a natureza. Porém, contraditoriamente ou não, a árvore aparentava problemas de saúde quando comparada com a selva com cores vivas em torno dela. A obra continha um tamanho monumental – quase 170 centímetros de altura e mais de três metros de largura – e foi amplamente exibida. Segundo Kevin Avery (1986), em apenas um dia, mais de 2.400 pessoas pagaram 25 centavos cada um para vê-la. Alguns historiadores de arte acreditam que essa pintura foi a obra mais vista pelos norte-americanos até o período da Guerra Civil¹⁰⁹.

De acordo com Katerine Manthorne (1996), para além do cuidado no registro das ocorrências geológicas e botânicas, o sucesso da pintura junto ao público foi devido à sua capacidade de dar uma forma visual para a ideia de América tropical: ela representava o Jardim do Éden perdido, um mundo deixado intocado desde a

109 O artista Frederic Church, durante os anos de 1853 e 1857, viajou duas vezes à América Latina e empreendeu uma série de imagens sobre o continente, privilegiando, em seu trabalho, a retratação do vulcão Cotopaxi, localizado no Equador. O Cotopaxi simbolizava o poder de um grande cataclismo, capaz de destruir e recriar uma nova vida na região, abalando a noção de tempo contínuo defendido pela cadeia evolutiva de Darwin. Church, adepto do criacionismo e do catastrofismo, acreditava que as crateras e cones vulcânicos eram os resultados evidentes de uma recente e destrutiva atividade geológica no continente sul-americano, mas, também, constituíam-se de sinais da origem do mundo, ou seja, do “trabalho do Criador”. Sob influência de Humboldt, o artista norte-americano defendia que por trás da complexidade do mundo natural existia uma ordem divina, o que tornava a arte um mecanismo importante para a ciência, por ser capaz de revelar tal ordem. Para Katerine Manthorne (1989: 117), a obra de Church sinalizava o seu desejo de manter a velha ordem em meio às mudanças que ameaçavam tragá-la.

“Criação”. Como apontou Maria Lígia Prado (1999), essas pinturas, ao celebrarem o valor estético e espiritual da *wilderness*, também construíram uma visão épica e romantizada do processo de expansão norte-americana, e, por conseguinte, esconderam toda a violência da incorporação forçada de territórios e da aniquilação sumária dos índios. De qualquer forma, o quadro *The Heart of the Andes*, juntamente com as outras produções da Escola do Rio Hudson, desempenhou um papel importante no desenvolvimento de uma atitude mais simpática para com a “natureza selvagem”. Tais produções artísticas seriam vistas como importantes contribuições para a construção de um repertório de imagens nacionais, e por isso, não somente foram amplamente exibidas em galerias e museus do país, como também reproduzidas em livros, periódicos e diários de viagem.



46 - Church, Frederic Edwin. *The Heart of the Andes*, 1859. Óleo sobre tela. In: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Church_Heart_of_the_Andes.jpg. Acesso em 02/06/2015

Roosevelt e sua equipe, possivelmente, receberam influência desses valores estéticos. Suas imagens pareciam sempre procurar aquilo que se traduzisse de mais “exótico” ou “perigoso”, e assim como os românticos, eles exploraram a temática da natureza grandiosa e espetacular, que causava “medo” e “euforia”. Eles tentaram representar a floresta densa, cuja figura do homem desaparecia em meio às árvores e arbustos retorcidos; a imensidão da selva, em que o horizonte se perdia por detrás das montanhas; e a força das águas, cuja resistência se fazia sentir durante toda a caminhada pelo Rio das Dúvidas. Sobre as quedas d’águas, corredeiras e cachoeiras,

em especial, a equipe apresentou uma atenção peculiar, já que em grande medida elas representaram o principal motivo das perdas materiais e dos atrasos na viagem. “Não menos do que seis semanas foram lentamente gastas, com perigo e trabalho exaustivo, para conseguimos forçar o nosso caminho através do que parecia uma sucessão literalmente infinita de corredeiras e cataratas”, diria Roosevelt em seu relatório preliminar endereçado à Lauro Müller, no dia primeiro de maio de 1914¹¹⁰. Porém, para além de uma visão prática e utilitária, as cachoeiras também eram encaradas na época como uma importante expressão do sublime. Church era fascinado por este objeto e, em 1857, ele produziu algumas obras sobre a Catarata do Niágara. Nas pinturas 47 e 48, por exemplo, devido ao acuro nos detalhes e no trabalho das cores, o espectador quase podia ouvir o som ensurdecedor da água caindo e observar as nuvens de tempestade escuras no horizonte. Essas imagens, como tantas outras de Church, tornaram-se referências artísticas na representação da temática.



47 - Church, Frederic Edwin. *Niagara Falls, from the American Side*, 1867. Óleo sobre tela. In: www.fredericedwinchurch.org Acesso em 02/06/2015.

110 A carta foi reproduzida na versão original do livro de Roosevelt na forma de Anexo C (1914: 370).



48 - Church, Frederic Edwin. *Niagara Falls*, 1857. Óleo sobre tela. In: www.fredericedwinchurch.org. Acesso em 02/06/2015

Assim, não seria estranho se indagar o quanto esses padrões visuais ajudaram a equipe de Roosevelt a olhar para as cachoeiras encontradas no Brasil. Nas fotografias 49 e 50, pode-se visualizar essa ideia, que embora produzidas com técnicas diferentes, apresentavam semelhanças em termos formais. O fotógrafo e o artista se posicionavam a partir de um mesmo ângulo, produzindo um enquadramento de mesmo efeito, a fim de captar, de maneira adequada, os perfis das cachoeiras. Ambos procuraram registrar o melhor ponto de vista das quedas, estabelecendo um contraste entre a água e a geografia. A relação entre as fotos da Expedição e as pinturas de Church parecia tão estreita que não por acaso, na legenda da FIGURA 49, Roosevelt, ao elogiar a cachoeira brasileira, não deixou de citar o Niágara. Em suas palavras: “Duvido que, com exceção, é claro, do Niágara, exista uma cachoeira na América do Norte que supere esta, considerando-se tanto o volume quanto a beleza” (ROOSEVELT, 1916: 197). Não se trata aqui de inferir que o caso de verossimilhança das imagens apresentadas decorria de pura e simples intencionalidade. Talvez o caso se referisse a uma espécie de lembrança fugidia do esquecimento do que já foi visto e sentido, recuperado pela memória em um único momento. Afinal de contas, o acervo visual de Church fazia parte da identidade nacional. E, possivelmente, devido ao estabelecimento de uma tradição pictórica, essas fotografias acabaram seguindo os princípios da forma e da organização interna das pinturas paisagísticas, buscando incluir uma relação de elementos considerados importantes na representação daquela temática.



49 - Cherrie, George. The Falls of Utiarity, 1914. In: ROOSEVELT, 1914: 196



50 - Miller, Leo. Utiarity, Matto Grosso – Brazil, 1913-1914. Cortesia AMNH.

A historiadora Vânia Carneiro de Carvalho (1994), em seu capítulo *A Representação da Natureza na Pintura e na Fotografia Brasileira do século XIX*, mostrou como a fotografia estabeleceu um rico diálogo estético com a pintura de paisagem oitocentista. Ao procurar desvencilhar a representação da natureza de uma função meramente coadjuvante e adquirir plena expressão, a fotografia encontrou na pintura um modelo temático e compositivo. Segundo a autora, a pintura propunha um modelo de relacionamento com a natureza que a fotografia tendeu, em parte, a imitar (ao utilizar os mesmos recursos compositivos), a incorporar (inserindo novo tratamento plástico aos mesmos elementos temáticos), e, por fim, a romper (por meio da construção de um novo modelo). Na pintura paisagística oitocentista, o tratamento de conjunto prevalecia e, com ele, a captação de um ponto de vista distante, em que predominavam o plano médio e a centralização da linha do horizonte. Os pintores da Escola do Rio Hudson gostavam de representar grandes extensões, buscando efeitos de conjunto de massa: edifícios e personagens, quando existiam, fundiam-se com o resto da paisagem, formando com ela um todo. Na fotografia de paisagem do século XIX e início do XX também se exibiam elementos da composição pictórica, que se expressavam em um tratamento mais homogêneo dos motivos, em uma valorização dos atributos naturais da paisagem, na horizontalidade e nas atenuadas quebras de simetria. Entretanto, percebiam-se, igualmente, pequenas alterações na composição tradicional, que evidenciavam peculiaridades da linguagem fotográfica, como por exemplo, ênfase sobre os primeiros planos, exploração de planos diagonais e enquadramentos mais fechados, elementos perceptíveis nas fotografias da expedição de Roosevelt¹¹¹.

Na fotografia 51, por sua vez, explorou-se novamente o lirismo visual e o domínio da expressão plástica. Claramente influenciada pela corrente artística romântica, a imagem objetivava apreender a grandiosidade e a exuberância da natureza tropical. A legenda publicada abaixo da figura, no livro de viagem de Roosevelt, já expressava as intenções do fotógrafo: “O rio [das Dúvidas] apressado através de um desfiladeiro, um abismo ou desfiladeiro ermo, entre duas montanhas” (apud ROOSEVELT, 1976: 301). No primeiro plano destacava-se uma série de

111 Carvalho ressaltou ainda que, ao longo das inúmeras comunicações entre arte e fotografia no século XIX, a pintura do final do oitocentos começaria a explorar abordagens introduzidas pela fotografia, como o primeiro plano aproximado, visto, por exemplo, os quadros do famoso paisagista de origem genovesa Giovanni Battista Castagneto (1851-1900). Ver em: CARVALHO, 1991: 199-231.

arbustos retorcidos que emolduravam quase toda a composição. Esse efeito dava a impressão de que o cenário era lentamente “conquistado”, em que era preciso forçar uma passagem. A paisagem se revelava somente quando, a partir dos músculos e dos facões, se afastava a “cortina de árvores”. Saindo do primeiro plano e direcionando-se ao segundo, notava-se o Rio das Dúvidas, posicionado praticamente no centro da imagem, rodeado por uma densa vegetação. E o último plano era composto por uma montanha, que impedia a visão para além dela. Dessa forma, a fotografia oferecia uma composição ampla, de grande profundidade – devido à sobreposição de planos associada à perda de contornos e de nitidez – e, ao mesmo tempo, aproximava a paisagem aos olhos do observador. Ao destacar, no primeiro e no segundo plano, a densidade e a complexidade da floresta amazônica, o fotógrafo visava valorizar os atributos naturais da paisagem, acrescentando-lhe emoção. Em uma passagem de seu diário, George Cherrie, identificado como o autor, parecia descrever a imagem. Em suas palavras: “No vale lá embaixo podíamos ver o Rio Roosevelt correr como uma flecha de luz direto para os morros distantes, desaparecendo então em meio a floresta sombria”. E concluía: “Era uma vista linda, mas todo mundo ficava apavorado”.



51 - Cherrie, George. *The river rushed through a wild gorge, a chasm or canyon, between two mountains*, 1914. In: <http://www.theodore-roosevelt.com>

Outra fotografia que também se tornara representativa da aventura é aqui reproduzida na figura 52. A imagem, realizada por Miller, mostrava o “exato” momento em que a expedição se dividira e apenas uma pequena parte da equipe iniciava a descida pelo Rio das Dúvidas. Na fotografia em questão, o centro era ocupado pela pequena canoa de madeira com seus tripulantes, que, de costas para o observador, se dirigiam para onde a lente da câmera não mais atingia. A floresta escura e densa acompanhava o curso diagonal do rio, e os troncos quebrados que compunham a sua margem prefiguravam a força das águas, que, embora calmas naquele trecho, poderiam rapidamente se agitar. Novamente, a fotografia recorria aos elementos do sublime artístico. Miller (1955), após bradar um derradeiro “boa sorte” a seus colegas de viagem descrevia o sentimento dos que apenas observavam aquela partida: “Durante vários minutos ficamos parados em pé sobre a frágil estrutura que se estendia sobre o rio inexplorado e encaramos a floresta escura em que se perdia de vista nosso antigo líder e seus companheiros brasileiros. (...) E então, apreensivos por não saber se os veríamos de novo ou não, voltamos os nossos pensamentos para a tarefa que tínhamos pela frente”.



52 - Miller, George. *Through into the Unknown Wilderness*, 1914. Cortesia AMNH.

Dois elementos que as fotografias de paisagem da Expedição de Roosevelt enfatizavam eram a força da água e a densa vegetação. Na narrativa de viagem ficava claro o quanto esses elementos eram encarados como obstáculos, fossem através das fortes correntezas ou da dificuldade em se fazer picadas na mata. Na imagem 53, o cenário era composto por pedras e pela floresta amazônica como pano de fundo. Ao contrário das duas anteriores, podia-se perceber aqui a agitação na água, devido à presença de uma espuma branca ao longo do rio. Porém, a atenção da foto estava voltada para a figura central de Cherrie, que era capaz de tocar a outra margem com o cano de sua espingarda. O ângulo e o enquadramento da fotografia estavam deslocados para a direita, cuja intenção era mostrar o quão estreito o rio podia ser em determinados trechos. Em vários momentos da viagem, a equipe de Roosevelt pretendia identificar e exibir as barreiras naturais para navegabilidade dos rios. Defendia-se que essas fotografias teriam um papel discursivo-geográfico, e, portanto, auxiliariam no mapeamento fluvial daquela porção desconhecida do Brasil.



53 - Roosevelt, Kermit. *Cherrie holding a rifle to show the width of the rapids at Navaité*. In: ROOSEVELT, 1914: 252.

Na visão da época, a cartografia e a fotografia compartilhavam a habilidade de descrever geograficamente o mundo de “maneira mais fácil”. Assim como os mapas, o instantâneo reduziria o globo a duas dimensões, e oferecer-ia-se como potencial

informativo para definir fronteiras, registrar relevos e riquezas naturais. George Greenough, presidente da *Geographical Royal Society*, de Londres, afirmava, em 1841, que “se existe uma arte superior, que transmite à mente a percepção do ideal (...) certamente é a fotografia”. Greenough elogiava a capacidade de “minúcia” e “exatidão” do instantâneo, bem como sua aparente destreza de agir “no impulso do momento, e com absoluta certeza” (RYAN, 1997: 21). Acreditava-se que a fotografia contribuiria para as pesquisas geográficas e para delimitar e legitimar reivindicações territoriais em um período de intensas transformações.

Nos Estados Unidos, ela foi intensamente utilizada no auxílio dos interesses de empresários e do Governo, empenhados em ampliar a malha ferroviária em todas as regiões do país. Um dos casos notórios aconteceu durante o inverno de 1853 e 1854, quando o oficial militar norte-americano John C. Frémont realizou uma expedição às Montanhas Rochosas com o objetivo de investigar uma rota ferroviária na localidade. Frémont contratou os serviços de Salomão Nunes Carvalho, que comandou toda a documentação visual durante a missão exploratória. Em sua obra, intitulada *Incidents of Travel and Adventures in the Far West; With Col. Frémont's Last Expedition*, Cavahlo descreveu as agruras que sofreram ao realizar daguerreótipos em condições de clima extremamente severas, demonstrando sua habilidade e resistência como fotógrafo. As fotografias criadas durante a viagem foram levadas para Nova York, e transformadas, por Mathew Brady, em quadros e gravuras. Frémont, por meio de uma “carta pública”, apresentada aos congressistas norte-americanos, procurou demonstrar, utilizando as imagens produzidas por Carvalho, a viabilidade e a imensa utilidade da ferrovia durante duros invernos, incentivando a continuidade da conquista do Oeste norte-americano (BARGER & WHITE, 1991: 75). Assim como Frémont, Roosevelt manifestava o seu interesse em auxiliar o Governo brasileiro no desenvolvimento do noroeste brasileiro e, por isso, defendia a necessidade de se conhecer melhor o Rio das Dúvidas para avaliar quais seriam as rotas mais favoráveis oferecidas pela floresta. Como foi visto no primeiro capítulo, havia interesse norte-americano no conhecimento e desenvolvimento da região.

As fotografias da equipe de Roosevelt prometiam trazer contribuições significativas e científicas para a geografia do noroeste brasileiro ao realizarem uma “descrição total” das características geográficas encontradas. Ao longo da “descida”, ao mesmo tempo em que se fotografava o terreno, nomeavam-se os trechos e os

“rápidos” dos rios. No dia 17 de março de 1914, “um pequeno curso de água veloz e de volume igual ao Rio das Dúvidas”, foi “descoberto” por Kermit e Rondon, que ainda encontraram próximo a sua embocadura, “uma cachoeira com cerca de 2,50 metros de altura” e muitos peixes. No dia seguinte, houve uma cerimônia de batismo e a colocação de um marco de madeira com a inscrição de seu novo nome: Rio Kermit. Após a solenidade, Rondon notificou a todos que, após receber o comunicado do Ministro do Exterior, perpetuar-se-ia, na carta do Brasil, “a memória da viagem de descobrimentos geográficos do Sr. Roosevelt, mediante a adoção de seu nome para designar o rio explorado”. Às margens do Rio das Dúvidas, denominado agora pelo nome do ex-presidente, aconteceu outra cerimônia, que incluía a audição dos hinos nacionais brasileiro e norte-americano, o descerramento do marco coberto pelas duas bandeiras, e os discursos do homenageado e de Rondon, em nome do Governo da República (RONDON, 1916: 76). A fotografia também se colocava como memória da pose solene, eternizada na “singularidade” daquele ritual, ocorrido em meio à mata fechada da floresta amazônica. No dia 28 de março, um afluente do recém-nomeado Rio Roosevelt, ganhava o nome de Rio Cherrie, o terceiro e último membro norte-americano que integrava aquela etapa da viagem. Assim, simultaneamente ao ato de fotografar e nomear as corredeiras, Roosevelt e sua equipe comemoravam e inscreviam suas “descobertas geográficas” sobre a paisagem tropical. A fotografia, com o seu poder de testemunha histórica, tornava-se um veículo importante para a produção de ícones sobre a presença norte-americana no território brasileiro¹¹².

O segundo conteúdo produzido nas sequências fotográficas de paisagens durante a viagem eram as vistas da mata fechada. A folhagem densa do ambiente tropical era considerada no período como elemento do “sublime”, ao prometer tanto a riqueza e a abundância natural do “paraíso perdido”, como também os perigos oriundos do “desconhecido”, das doenças tropicais e da iminente ameaça de morte. No retrato 54, Kermit aparecia no centro da imagem, representado de costas para a câmera, caminhando em direção a uma “parede” de plantas e árvores. Seu corpo

112 Segundo Rondon, Anthony Fiala também teria seu o nome atribuído a uma das corredeiras da Bacia amazônica: o “Rápido Fiala”. Apesar da homenagem, a corredeira foi a responsável por naufragar seu barco na descida pelo rio Papagaio. Fiala, que mal sabia nadar, no desespero de não afundar, agarrou e quase afogou o seu salvador, o canoieiro Agostinho Ferraz de Lima, “um sertanejo goiano, obscuro herói, tão destemido e devotado camarada como o geral dos representantes da forte raça dos caboclos”, nas palavras de Rondon. Após o susto, a expedição Fiala-Lauriodó dirigiu-se à Utiararity para se reabastecerem de víveres e resgataram as canoas canadenses abandonadas no início da viagem. Fiala conseguiu chegar à Manaus, sem muitos contratemplos, no dia 26 de março de 1914 (RONDON, 1916: 46-47).

estava tampado pela vegetação até a altura do peito, o que demonstrava o quão “impraticável” era encontrar um caminho na mata. A fotografia não oferecia referências que pudessem estabelecer a localização do explorador. Pelo contrário, o cenário apresentava-se como homogêneo e claustrofóbico ao olhar de um leigo ou de um leitor curioso. Ela havia sido construída de modo a salientar o ambiente ocluso da floresta, cuja vegetação encobria toda a composição. O plano fechado da imagem apenas permitia retratar, de forma muito tímida, o céu no canto superior direito. A fotografia foi publicada na *Scribner's Magazine*, na edição de junho de 1914, e continha a seguinte legenda: “Kermit era o único da nossa equipe que possuía a velocidade, resistência e acuidade visual, e, conseqüentemente, ele liderou”. A fotografia deveria traduzir as dificuldades de adentrar na mata, que exigia tanto resistência (para enfrentar os obstáculos da caminhada) quanto “acuidade visual”, para identificar o caminho e não se perder¹¹³. Como explicou Roosevelt, “em dias de sol encoberto, quem, nessas selvas densas, se afastar muito das margens do Rio sem o recurso de uma bússola, pode considerar-se irremediavelmente perdido”. Roosevelt narrou, em seu diário, ocasiões em que os homens, mesmo os que ali viviam, se perdiam, como foi o caso de um “pobre diabo que há quatro meses estava perdido na floresta, morrendo aos poucos, de inanição” (ROOSEVELT, 1976: 172-173). O jovem havia sido encontrado por Rondon e seus camaradas durante a exploração dos afluentes do Rio Gi-Paraná, em 1909, e, segundo o coronel brasileiro, apenas sobreviveu porque se alimentou de castanhas-do-pará e de larvas.

Durante o século XIX, foi comum os viajantes retratarem a paisagem amazônica como deserta e “intransponível” devido a sua espessa cobertura vegetal. Henry Bates, por exemplo, retratou um de seus episódios de caça aos tucanos de forma a salientar essa atmosfera fechada e escura da floresta, aumentando a sensação de isolamento (FIGURA 55). Os pássaros, localizados na parte superior e central da gravura, voavam e se penduravam nos galhos e cipós das árvores, e pareciam ferozes ao dirigirem seu olhar ao explorador inglês, cujo semblante era de preocupação. A floresta era retratada como sombria e perigosa, repleta de mistérios e ameaças. Roosevelt, assim com Bates, desejava resgatar essas características românticas, de forma a enaltecer ainda mais sua aventura e suas prometidas contribuições científicas.

113 No mesmo artigo da revista, em que aparece a imagem de Kermit na floresta, outra fotografia, com semelhante composição retratava Fiala.



FIGURA 54 – Fiala, Anthony. Kermit Roosevelt breaking trail. In: *Scribner's Magazine*, June 1914.



55 – Whymper, Josiah Wood. *Adventure with curl-crested toucans*. In: Frontispício do livro Bates, 1892.

A fotografia 56 também visava registrar uma paisagem densa e de difícil penetração, e, com isso, procurou apresentar uma ousada composição da emaranhada vegetação tropical, que se sobrepunha de forma desordenada e aparentemente caótica na imagem. Visava-se igualmente registrar a particularidade da floresta brasileira, que exibia, em sua diversidade, uma profusão de formas e espécies vegetais, que se confundiam e inter-relacionavam no cenário natural. Na imagem 57, Roosevelt posava ao lado do que parecia ser uma grande bananeira. A mata fechada ao fundo e a figura do ex-presidente misturado à vegetação sugeriam a escala da flora, como também o registro de uma determinada espécie de planta e sua inter-relação com o meio ambiente. Este tipo de imagem deveria expressar a preocupação da expedição

com a coleta vegetal para a História Natural. O endosso dado à coleção fotográfica de espécimes da flora local fornecia mais provas da seriedade científica da missão. A imagem 57, em especial, ajudaria a ilustrar uma passagem em seu diário, no qual o ex-presidente explicava que na paisagem dos “vales profundos, a vegetação era densa e magnífica”, e se podia “apreciar hérveas gigantescas dominando a mata, enquanto as folhas conspícuas da pacova ou bananeira-silvestre destacavam-se por entre a vegetação mais rasteira. (ROOSEVELT, 1976: 153)



56 – Miller, Leo. Vegetation on Riverbank, 1913-14. Cortesia AMNH.



57 - Cherrie, George. *Pacova tree*. In: *Scribner's Magazine*, November, 1914.

Sabe-se que Roosevelt leu Alexander von Humboldt e em muito admirava o trabalho do cientista. Em uma passagem de seu livro, observou: “O trabalho de Humboldt lançou uma impressão profunda no pensamento da humanidade civilizada” (...) e muitas de suas observações científicas são de real valor até hoje” (ROOSEVELT, 1976: 220). Pensando nisso, algumas das fotografias produzidas durante a expedição, como a IMAGEM 57, mesmo que inconscientemente, pareciam traduzir, em um novo suporte imagético, alguns dos preceitos do famoso naturalista. Humboldt havia postulado que o caráter próprio da vegetação de um país seria dado

pelos tipos individuais de plantas, por sua distribuição e agrupamento, apresentando, assim, uma concepção paisagística. Ele acreditava que a formação das plantas era comum a todas as regiões e que elas apresentavam a mesma estrutura por toda parte, mas ponderava que, apesar da semelhança de formas e iguais contornos, mostrariam um caráter completamente distinto quando tomadas em conjunto. Daí a necessidade de os cientistas em estudarem “as flores que entrelaçam as árvores, a exuberância da vegetação dos trópicos, a confusão das plantas trepadoras” (HUMBOLDT apud BELLUZZO, 1994: 24), fora das estufas e das descrições botânicas. Humboldt procurava promover um amplo e completo conhecimento do organismo terrestre, de forma a compreender sua unidade. Indagava-se sobre a interação de forças naturais e sobre a atuação do meio geográfico na vida silvestre. Nesse sentido, suas fotografias contribuiriam com o registro “dos traços que sobressaem e determinam a impressão geral produzida pelas grandes massas de vegetais”, ou seja, ofereceria descrições “objetivas” sobre a fisionomia da natureza de um determinado lugar. Fotografias como essas pareciam oferecer a diversidade vegetal que Humboldt tanto desejava promover, registrando as particularidades de espécimes, e por conseguinte, ajudando a entender o ecossistema da floresta tropical.

Roosevelt também acreditava que o ambiente teria grande importância na conformação da fauna de um país. Seu discurso apoiava-se na crença da ação e influência do meio ambiente na constituição da fauna brasileira. No Brasil, se por um lado, a variedade das plantas e árvores envoltas na densidade da selva ajudava na germinação de aves e insetos, por outro, propiciava uma população de mamífero inferiorizada, se comparada com as existentes no território estadunidense. “A América do Sul é senhora da mais vasta e variada avifauna de todos os continentes.” De outro lado, explicava o ex-presidente, “a fauna mamífera, apesar de bastante interessante, é muito pobre em número de espécies e de indivíduos, como no tamanho de seus representantes” (ROOSEVELT, 1976: 58). Embora não tenha trabalhado suficientemente no assunto para explicar os motivos da fauna sul-americana ser “fraca e empobrecida”, ele afirmava que a falta de animais de grande porte no território brasileiro, encontrados em outras regiões do globo, não se devia à “matança desenfreada” ocasionada pelo avanço da civilização. Na verdade, este avanço teria trazido “enriquecimento positivo da fauna mamífera”, com a introdução de novas espécies. O desenvolvimento das pastagens possibilitou, segundo o ex-presidente, a

vinda de “manadas de bois e cavalos selvagens ou semisselvagens que enriqueciam o panorama da região”. Para ele, o tamanho e a belezas destes animais eram superiores aos dos herbívoros nativos da floresta tropical ou das regiões pantanosas.

Roosevelt também acreditava que a floresta fechada e seu clima quente e úmido propiciavam o desenvolvimento de complexas e “estranhas” formas vegetais que se retorciam e emaranhavam uma nas outras, dificultando o caminho de grandes criaturas. Com exceção dos insetos, que “enxameavam” por toda parte, a floresta parecia vazia aos seus olhos, com pouco ou nenhum sinal de habitantes ou de vida mamífera. Fotografar a paisagem poderia ser também um meio encontrado para explicar, com “provas” consideradas “irrefutáveis”, a dificuldade de caçar e coletar os animais na região, assim como o tamanho “diminuto” de seus troféus. Roosevelt, ainda que de forma não tão explícita, estabelecia uma relação entre o meio ambiente e o “perfil” de sua fauna correspondente. Sua visão aproximava-se das teorias desenvolvidas por Buffon, para quem as espécies americanas eram “degeneradas” e consideradas “inferiores”. Buffon defendia que o estado de umidade dos continentes tropicais explicava o grande número e a opulência de insetos, em contraposição aos quadrúpedes, que seriam menos numerosos e mais mirrados do que no Velho Mundo. Buffon assim explicava:

Neste estado de abandono, tudo se enlanguesce, tudo se corrompe, tudo sufoca: o ar e a terra, sobrecarregados de vapores úmidos e nocivos não conseguem se depurar nem aproveitar-se das influências do astro da vida; o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder a seu ardor; produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos, e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis (BUFFON apud GERBI, 1996: 22).

As fotografias do ex-presidente estabeleciam uma linguagem visual da geografia e de suas estruturas, como forma de relatório ou documento científico; e também se utilizavam de uma estética paisagística tradicionalmente estabelecida nas Artes Plásticas. Desejavam, assim, exibir uma natureza selvagem, indomável e imprevisível, que causava medo e euforia. Ao mesmo tempo em que ofereciam informações sobre a natureza tropical, apresentavam também uma percepção idealizada e “fabricada” das riquezas e belezas naturais. O tamanho do território e a quase ausência de referências humanas contribuíam para a construção de uma concepção desértica da região, como lugar inóspito e sem história, como desafio à conquista norte-americana. Porém, ao contrapor essas fotografias a uma estética

visual criada anteriormente, conclui-se que o registro mecânico produzido pela máquina fotográfica não alterou significativamente o modo de olhar e registrar a natureza. A fotografia inseria-se numa tradição iconográfica que já havia moldado hábitos, educado os olhos e os modos de percepção da natureza, da paisagem, e das realizações humanas. Sua grande contribuição estaria, então, em permitir uma ampliação radical na circulação dessas imagens, por meio de suas reproduções. Esse aspecto e a compreensão da fotografia como “reprodução fiel” da realidade seriam elementos legitimadores de seu potencial enquanto criadora de registros e documentos.

3.3.4 - Os Retratos dos Indígenas Brasileiros

Em sua viagem ao noroeste brasileiro, Roosevelt também realizou retratos dos indígenas. Por mais que essas imagens não abordassem, de modo explícito, a atividade de caça, elas também foram empregadas como meio de “ilustrar” o ambiente “exótico” e “hostil” da floresta tropical, sendo exibidas nas revistas, jornais, e nos livros dos membros norte-americanos. Sua recorrente aparição e o conteúdo que desejavam apresentar não poderiam ser ignorados nesta pesquisa. A relação que Roosevelt estabelecia com os indígenas abordava a forma com que ele desejava exibir a natureza do noroeste brasileiro.

A visão do ex-presidente não era tão simpática à figura do indígena e, ao contrário de Rondon – conhecido por sua política de proteção ao índio –, não estava disposto a sacrificar a sua vida e nem mesmo a expedição pela segurança dessa população¹¹⁴. Quando jovem, no tempo em que viveu em suas fazendas do território de Dakota, ele chegou a vociferar: “Não chego ao ponto de pensar que os únicos índios bons são os índios mortos, mas acho que isso vale para nove entre dez deles, e eu não gostaria de examinar muito de perto para achar o décimo”. O entendimento de Roosevelt sobre a população indígena havia sido construído a partir de sua herança

114 Rondon era conhecido por sua postura em defesa da vida indígena e proibia categoricamente que seus subordinados manifestassem qualquer tipo de violência contra a população nativa. Ele se recusava até mesmo a deixar os seus homens revidarem quando atacados. Não era raro os soldados terem que assistir impotentes a morte de seus amigos num inevitável confronto com os índios. Segundo seus biógrafos, Rondon valorizava mais a vida dos indígenas brasileiros do que a sua própria – ou do que a vida dos seus homens –, e, sempre que podia, citava o seu mandamento para relembrar as suas ordens: “Morrer se preciso, matar nunca”.

cultural, de seus próprios questionamentos sobre o caráter racial dos diferentes povos e de seus encontros com os nativos no Oeste norte-americano. Segundo Thomas G. Dyer (1980), muito além de suas próprias experiências, a opinião de Roosevelt sobre os “peles vermelhas” tornar-se-ia cada vez mais uma abstração ou uma representação que se movia, de forma muitas vezes furtiva, em seus inúmeros artigos e livros, escondida em algum lugar de sua escrita e assumindo, ao final, o símbolo da “brutalidade”, da “violência” e da “força”. A “conquista” desse “inimigo formidável” significava para Roosevelt a grandeza triunfal da “luta” norte-americana no Oeste, o vigor e o poder superior do “homem branco da fronteira”.

De acordo com David Burton (1965), os discursos de Roosevelt pautavam-se em elementos da “ética darwinista”. Dentre eles, a justificativa do direito das “raças superiores” em ocupar e conquistar, militarmente se fosse necessário, a terra. Em seu texto *The Winning of the West* (1899), Roosevelt explicava que a guerra contra os “selvagens” era “a mais justa entre todas as guerras”; pois a “conquista e a colonização das terras indígenas pelos homens brancos” eram necessárias para a grandeza da raça e para o bem-estar da humanidade civilizada”. A crueldade infligida aos índios, embora não desejada, justificava-se pelas “condições extraordinárias de vida na fronteira”, onde as leis da sociedade não conseguiam ser aplicadas de forma eficaz. Toda essa sua concepção foi baseada, principalmente, na crença do direito e da necessidade de “conquista”, e da responsabilidade dos “povos superiores” em espalhar a civilização e agir em prol dos interesses da humanidade. Algumas raças eram, na opinião de Roosevelt, inferiores e, com isso, deveriam ser tratadas como tal. No caso dos indígenas, Roosevelt os colocava no nível mais baixo da humanidade e os imputava uma imagem de “selvageria”.

Durante seus anos como presidente, chegou a manifestar opiniões mais abrandadas sobre o “assunto”, e defendeu que a “meta” do país deveria ser a absorção completa dos índios no conjunto da população. Ele tentou implantar novas políticas indigenistas e incentivar um tratamento mais humanitário em alguns grupos indígenas. Além do estabelecimento de um sistema educacional supervisionado pelo Governo central, seu programa também incentivava o casamento inter-racial entre índios e brancos, ainda que fosse tenazmente contrário à união entre brancos e orientais e entre brancos e negros. Roosevelt argumentava que indivíduos brancos deveriam se casar e procriar com os indígenas até que este último desaparecesse

enquanto “tipo racial”. Esta ideia refletia sua confiança no poder da raça caucasiana em assimilar a maioria das outras “raças humanas” e na convicção de que um número pequeno de índios remanescentes dificilmente conseguiria ameaçar a ascendência branca e a “marcha civilizatória” (DYERS, 1980: 69-88). Na verdade, Roosevelt nunca abandonaria completamente o modelo e os valores da “fronteira”, e, durante o seu mandato, ele igualmente apoiou o eventual extermínio de algumas comunidades indígenas e a conquista de suas terras. Não por acaso, Francis Leupp, o comissário designado por seu Governo para tratar dos assuntos indígenas, era conhecido por suas convicções sobre a incapacidade dos “selvícolas” em se integrarem ao “mundo do homem branco”. Mesmo com a diminuição considerável dos conflitos entre as tribos indígenas e o Estado no início do século XX, Leupp continuava a sustentar que os índios não deveriam ser transformados em cidadãos. “Eles não se adaptam aos deveres [da cidadania]”, declararia, e “nem são capazes de tirar proveito de seus benefícios” (LEUPP apud MILLARD, 2005: 123).

De uma forma geral, nos textos produzidos ao longo de sua vida, Roosevelt comparou, de maneira desfavorável, os índios ao homem de fronteira atávico, a quem ele, ocasionalmente, exaltava por suas “virtudes selvagens”. Porém, também sublinhou a existência de um “poço grande” que ainda separava os dois personagens, e explicava: “Eles [o índio e o sertanejo] representam dois estágios de progresso, em idades diferentes; e muito tempo seria necessário para aproximar o nível inferior ao do nível superior (ROOSEVELT, apud DYERS, 1980: 70). Roosevelt concebia a selvageria como uma série de características estabelecidas em relação e oposição aos atributos e comportamentos que julgava como civilizados. Para ele, tanto os indígenas norte-americanos quanto os sul-americanos não possuíam o sentimento do amor à ordem e à eficiência social, ingredientes-chave, do ponto de vista rooseveltiano, para o estabelecimento e o sucesso da civilização. Apesar dessa afirmativa pejorativa, Roosevelt também reconhecia algumas “virtudes masculinas” nos “nativos”, como, por exemplo, a capacidade de procriar e a sua habilidade na luta. No caso dos Cherokees, ele considerou a tribo mais próxima e compatível aos valores da “civilização branca”: “uma raça inteligente, que está mais bem equipada para seguir a estrada do homem branco do que qualquer outra tribo indígena”. (ROOSEVELT apud DYERS, 1980: 70). Essa constatação da existência de diferentes características das tribos indígenas e seus diferentes “níveis evolutivos”, permitia a Roosevelt aplicar

amplios julgamentos sobre o “caráter” racial dos indígenas: “Não somente os índios se diferem individualmente”, ele escreveria, “mas se diferem também como tribos” (ROOSEVELT, 1899: 105). No caso brasileiro dos Nhambiquaras, Roosevelt os pontuava como os mais bárbaros que havia conhecido em vida. Em uma determinada passagem do seu diário, ele escreveu: “Em ponto nenhum da África encontramos gente mais selvagem e primitiva do que esses índios”, e resumia, “eles vivem nus”.

Por sua cultura guerreira e nômade, os Nambiquaras não se deixaram facilmente domesticar, o que tornava frequente o contato belicoso entre o grupo e a sociedade de origem cristã, e o assentamento da ideia de sua índole “selvagem”. Segundo Roosevelt, os Nhambiquaras constituíam numerosas tribos, cobrindo uma vasta região, porém, não apresentavam qualquer sistema de organização. Cada família agia separadamente e, geralmente, viviam em “promiscuidade”, pois praticavam a poligamia. Em determinadas situações, eles eram considerados hostis ao “homem branco”, apesar dos seis anos da Comissão dedicados aos trabalhos de “pacificação”. Mesmo quando se apresentavam abertos ao “contato civilizatório”, devia-se ter muito cuidado e desconfiar de sua índole, já que eram “criminosos e assassinos joviais”, tendo a prática de raptar índias de outras tribos “após o assassinio de seus maridos e pais”. E o ex-presidente recomendava que “apesar do bom gênio e de sua jovialidade” era necessário, “em face do seu destemor, não lhes proporcionar qualquer vantagem”. Somente dever-se-ia permitir “a sua vinda ao arraial” quando deixassem “as armas a meia légua de distância”. Eram “muito selvagens, perigosos e de vida mais rústica”. Além disso, tinham o hábito de furtar, apesar de não conseguirem ocultar o delito, já que andavam nus, explicava Roosevelt em tom irônico. Em uma passagem de seu livro, o ex-presidente contou sobre a experiência que teve com um grupo de Nhambiquaras, que havia se aproximado do acampamento: “Os selvagens permaneceram conosco, comendo, dançando e cantando até a madrugada. De repente desapareceram silenciosamente na escuridão e não mais voltaram”. Esta ausência repentina foi interpretada por Roosevelt como uma “clara” intenção de fugir após roubarem um dos cães do Cel. Rondon (ROOSEVELT, 1976: 147-148). Roosevelt tinham semelhante opinião quanto aos Pareci, embora, em sua visão, eles fossem mais “domesticados” e sua integração considerada mais próxima e fácil se comparada com a dos Nhambiquaras e dos Cinta-Largas. Sobre este último, Roosevelt não realizou nenhuma imagem, já que, segundo seu relato, eles preferiam permanecer invisível na

mata. O medo vinha da sensação de sua onipresença, e de um possível ataque em qualquer momento. O próprio cachorro de Rondon havia sido morto sem que ninguém houvesse avistado os “malfeitores”. O conhecimento sobre esta tribo ainda era muito restrito, mas seu comportamento “selvagem” e “primitivo” era sempre lembrado por Roosevelt.

Os membros da expedição pareciam partilhar dessa opinião depreciativa acerca do indígena e manifestaram suas suspeitas quanto ao comportamento “imprevisível” dos nativos. George Cherrie (1914: 40), em seu diário, também desprezaria os indígenas como verdadeiramente selvagens e relataria com estranheza o hábito que tinham de andarem nus. O padre Zahm, que prometia realizar, até o fim da viagem, o batismo de um bom número de índios, protagonizou um episódio em que exprimia seu pensamento colonialista. Em certa ocasião, ao sentir-se cansado, o clérigo decidiu que continuaria a sua marcha evangelizadora montado num índio. “Índio foi feito para carregar padre”, explicou Zahm, “e já me servi muitas vezes de semelhante meio de transporte” (ZAHM apud COUTINHO, 1969, p. 106). Roosevelt, ao notar o constrangimento de Rondon e antevendo um impasse diplomático que aquela afirmação poderia causar, se adiantou em conter o ânimo do padre chamando-o para conversar. Segundo Coutinho (1987, p. 17), a discussão terminou em insultos em latim e Zahm acabou sendo enviado de volta à Tapirapoã. Para Roosevelt, a viagem estava apenas começando e aquele incidente não deveria macular as experiências que ainda estariam por vir. Note-se que a intervenção de Roosevelt visava mais evitar um impasse diplomático do que realizar uma defesa à condição do indígena brasileiro¹¹⁵.

Nas fotografias produzidas pelos membros norte-americanos, um elemento que sempre estaria presente era a nudez do indígena. A nudez era entendida como um costume selvagem e primitivo, que deveria ser suprimido com o processo civilizatório. No século XIX, ela foi utilizada pelos cientistas como um artifício para

115 Rondon (1916) chegou a comentar o incidente em seu livro e suas palavras revelavam o quanto o assunto o havia ofendido. Segundo o seu relato, ele negou o pedido ao padre Zahm e acrescentou que “salvos os casos de ser necessário acudir a algum doente ou ferido em estado de não poder andar ou montar a cavalo, no Brasil ninguém lograria a vantagem de tal modo de locomoção, visto estar ele inteiramente em desacordo com os nossos hábitos e com a nossa índole”. E continuou: “Se pretendemos preparar os homens para que se incorporarem na nossa sociedade e tornarem-se nossos concidadãos, não temos outra coisa a fazer senão perseverarmos na prática do método até agora seguido no Brasil”. E assim concluiu: “enquanto [índios] não atingirem o grau de civilização que lhes permita confundirem-se com o resto da população e serem por ela absorvidos, não pode ser um ideal da política hodierna promover ou simplesmente consentir que associações, religiosas ou leigas, tratem de os fechar no âmbito dos seus interesses e dos seus pontos de vistas especiais”.

diferenciar e rebaixar as tribos indígenas e africanas. Segundo a tradição da cultura ocidental (a qual os Estados Unidos e Europa faziam parte), a vestimenta representava um sinal de civilidade e era também um marcador importante do lugar, do status social e do gênero. Uma pessoa que se deixava retratar totalmente despida era entendida como um ser bárbaro, sem cultura, ainda ligado à animalidade. A linguagem visual dessas fotografias deveria comunicar a ideia de um mundo petrificado na pré-história, em um tempo perdido, em uma época, como diria Roosevelt, alusiva a “Adão e Eva de antes do pecado” (ROOSEVELT, 1976:156). Os personagens bíblicos seriam novamente lembrados na legenda da imagem 58, que apresentava um casal indígena completamente nu. A mulher, que possuía uma grande cesta de cipó nas costas, carregava uma criança, e o homem, localizado na parte direita da composição, exibia um conjunto grande de arco e flecha, considerados artefatos típicos da tribo. A nudez dos indígenas brasileiros seria frequentemente lembrada, e, muitas vezes, associada a comportamentos considerados repugnantes.

Na ciência oitocentista, a representação do corpo nu era um mecanismo essencial para o estabelecimento de uma ciência racial. Durante os anos de 1860 e 1870, muitos cientistas, ao desejarem recolher informações sobre as medidas somáticas dos diferentes povos que habitavam o globo, recomendavam, ou mesmo exigiam, o emprego da fotografia na representação do corpo nu. Thomas Henry Huxley, presidente da *Ethinological Society*, de Londres, em 1869, elaborou diretrizes de representação das raças e especificou que cada indivíduo deveria ser fotografado nu, de corpo inteiro e em poses padronizadas, de modo que possibilitasse comparações entre as imagens. Estas informações sinalizavam que o indivíduo deveria ser visto como um corpo quantificável e comparável com outros corpos (Cf. BANTA, HINSLEY, 1986; SPENCER, 1992). Porém, a nudez acabou sendo empregada, também, como elemento de diferenciação para medir os níveis de “civilidade” e “desenvolvimento” de cada nação ou “grupo humano”.



FIGURA 58 – Cherrie, George. *Adan and Eve*. In: ROOSEVELT, 1914: 236.

O “tabu” da nudez foi expresso visualmente nos “álbuns raciais”, em que os “europeus” ou os “tipos caucasianos” eram representados com imagens de estátuas clássicas greco-romanas. Na obra *Types of Mankind*, por exemplo, os médicos norte-americanos Josiah Clark Nott e George Robins Gliddon basearam-se nos desenhos da cabeça da estátua de Apolo para ilustrar as características da raça branca e compará-las com as características físicas do negro e do chimpanzé¹¹⁶. Durante os 1865 e 1866,

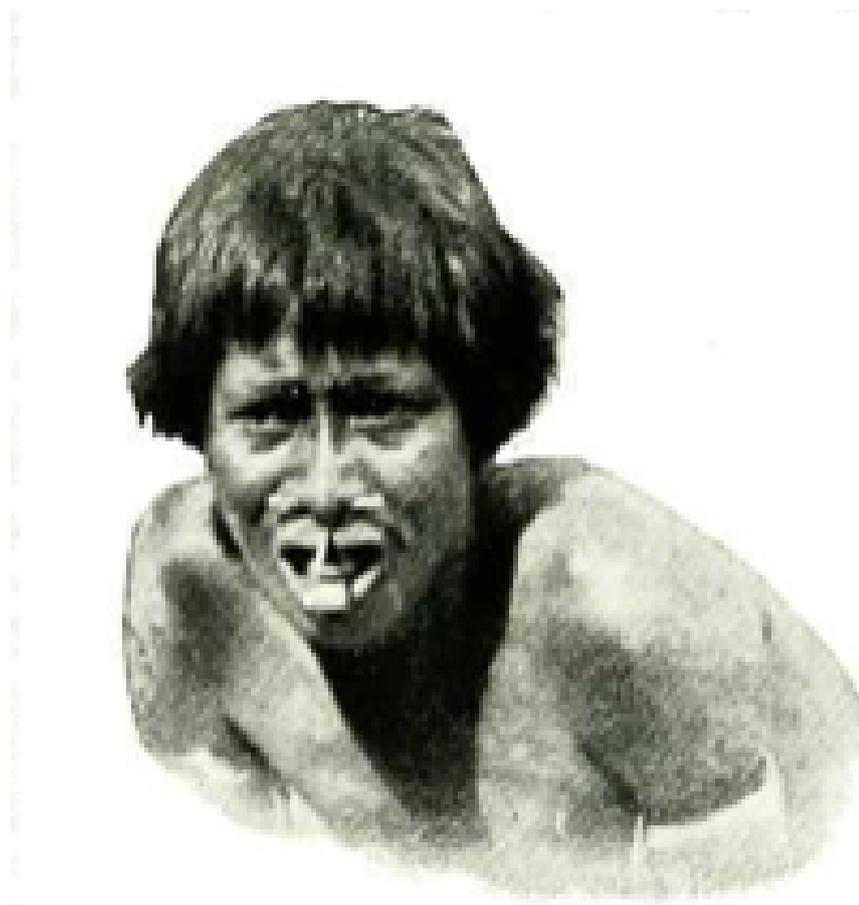
116 O livro de Nott e Gliddon tratava-se do principal texto norte-americano sobre as diferenças raciais dos tipos humanos, e suas imagens apresentavam distorções nas proporções somáticas dos modelos como forma de confirmar a proximidade das raças humanas ditas inferiores com os macacos. O crânio de chimpanzé, em uma das imagens publicadas no livro, aparecia aumentado, e a mandíbula do negro, representada próximo à primeira figura, era falsamente distendida para dar a impressão de que os negros poderiam situar-se abaixo até mesmo dos macacos. No comentário a respeito dessas representações, os autores explicavam que “as evidentes analogias e diferenças entre um tipo inferior de humanidade e um tipo superior de macaco” dispensavam “qualquer comentário” (NOTT; GLIDDON apud GOULD, 1999: 22). Sobre essa temática, ver: GOULD, 1999; MACHADO, 2007. A publicação completa de Nott e Gliddon, juntamente com as ilustrações que a acompanham, está disponível em:

o cientista suíço e naturalizado norte-americano, Louis Agassiz, em sua viagem ao Brasil, também produziu um álbum fotográfico sobre as distintas “raças” que habitavam a região, dentre elas, os índios, os negros e os “miscigenados”. Agassiz, assim como Nott e Gliddo, utilizaria três cartões estereoscópicos de estátuas clássicas para representar os padrões físicos do “homem branco”. Tais imagens tratavam-se de representações idealizadas de beleza e claramente funcionariam como substitutas das fotografias dos “tipos brancos” nus, que os ditames da época proibiam. De um modo geral, esses álbuns procuravam sugerir, a partir de um mapa visual das diferenças, a “leveza” e beleza do ideal clássico contraposto às trevas e à nudez selvagem do “Outro”, percepções compartilhadas no período.

Porém, embora a postura de Roosevelt fosse imperialista e pautada em uma perspectiva racial, as fotografias de indígenas produzidas pela equipe norte-americana não apresentavam uma preocupação com os “retratos antropométricos”, segundo os padrões da Antropologia Física exibidos nos álbuns de Nott e Gliddon e de Agassiz. O mais próximo de um “retrato tipológico” encontrado em seu acervo fotográfico foi a imagem 59. Nesta fotografia, cuja autoria era dada a George Cherrie, percebia-se a clara intenção do fotógrafo em isolar o rosto do indígena. O pano de fundo era branco e havia um recorte aparente na figura, em que apenas a cabeça e uma pequena parte do tronco eram representados. A composição era montada de forma a ressaltar a presença de adornos na parte superior dos lábios e no nariz do indígena, elementos que o identificariam a uma determinada tribo. Os ornamentos corporais também tinham um significado dentro da cultura indígena e, geralmente, eram inseridos durante a celebração de ritos de passagem ou utilizados como marcas de um status social. Porém, nem Roosevelt e nem a sua equipe abordariam essas questões culturais, e a legenda da imagem apenas reforçaria a intenção do fotógrafo em ressaltar o “espanto” e o “exotismo” desse elemento entendido como meramente estético: “o homem tem buracos perfurados através do septo do nariz e através do lábio superior, e usava uma palhinha atravessada em cada buraco”.

A fotografia procurava exibir o homem retratado como um “tipo indígena”. Ou seja, o que se buscava não era o rosto único, mas sua generalidade que permitisse reconhecê-lo como “um silvícola brasileiro”. Enquanto “tipo”, ele estava ali como sinal de uma categoria que o subsumia, como algo maior que ele, e na qual sua

especificidade (por mais que seu rosto, único, fosse indelével no retrato) se tornava irrelevante. Entretanto, mesmo com essa despersonalização do indígena enquanto sujeito, não havia uma preocupação clara com a medição das proporções somáticas ou faciais. O indígena não se encontrava em uma posição padronizada, e nem a imagem contava com a ajuda de um medidor como forma a propiciar comparações futuras.



59 - Cherrie, George. *The men had holes pierced through the septum of the nose and through the upper lip, and wore a straw through each hole.* In: *Scribner's Magazine*, September 1914.

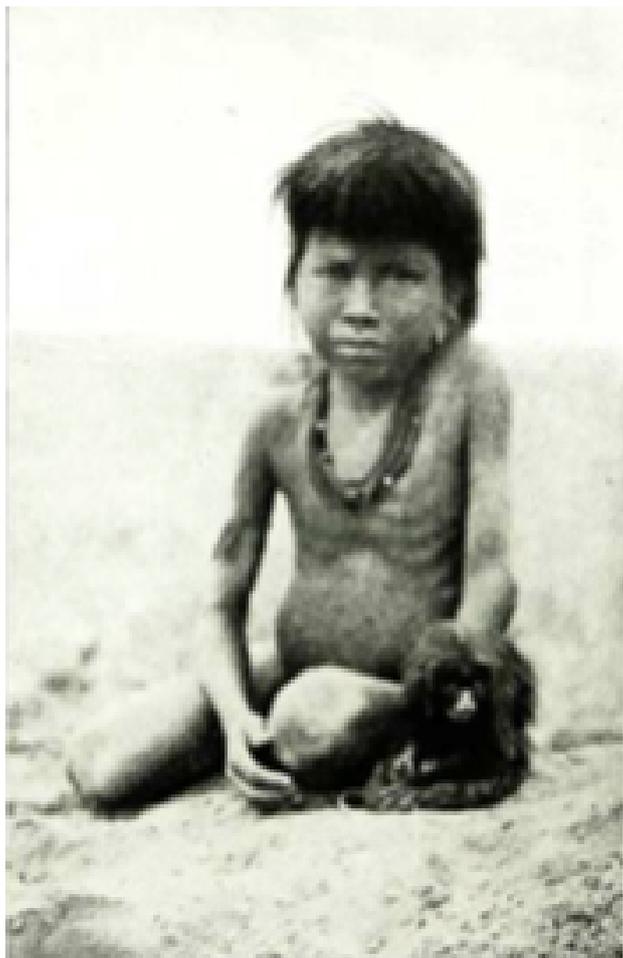
A ausência de retratos antropométricos no acervo de Roosevelt, apesar de sua postura racial ligada ao evolucionismo, poderia ter como explicação possível a mudança experimentada na concepção do método antropológico, ocorrida juntamente com a simplificação dos procedimentos e o barateamento dos custos da câmera fotográfica. De acordo com Juan Naranjo (2006), no final do oitocentos, a tarefa de compilar os dados culturais sobre as tribos indígenas era realizada, normalmente, por missionários, cônsules e militares, por terem acesso a esses lugares considerados

“recônditos”. Porém, a figura desses personagens mantinha-se desassociada do papel do antropólogo, que seria o teórico, localizado nas grandes cidades, responsável por trabalhar os dados. “Das teorias evolucionistas ao particularismo histórico” resultaram em uma modificação na amplitude do objeto analisado: já não se tratava de um estudo que tomava a cultura e suas características em relação a outras culturas, mas que se limitava a analisar uma cultura em si mesmo. A partir dos novos posicionamentos, uma nova geração de antropólogos com formação científica, como Franz Boas, rompia com essa separação entre o etnógrafo “amador” e o antropólogo, já que, nesse momento, o processo de observação e o diálogo deveriam ser fundamentais. Para Boas, cada cultura estaria associada à sua própria história, e para compreendê-la melhor seria preciso analisar seus artefatos, suas crenças e organizações sociais. A criação de um método científico e o fato de centrarem seus estudos em uma só cultura possibilitariam a investigação individual ou em pequenas equipes, de modo a realizarem, eles mesmos, o trabalho de campo.

Esta nova geração de antropólogos, explicava Naranjo, adotou as modernas tecnologias da época, como a fotografia, o gramofone e o cinema como suas principais ferramentas de trabalho, pois estes dispositivos, ao registrarem de forma aparentemente autônoma a realidade, conferiam um tom neutro e objetivo à informação. A busca pelo rigor científico levou Franz Boas não somente a utilizar a fotografia como ferramenta de documentação, como também a substituir o fotógrafo profissional por uma pessoa com conhecimentos e metodologias científicas. Esses novos pesquisadores caracterizaram-se por incluir uma variedade de imagens como ilustrações em suas publicações, sem, contudo, realizarem um trabalho teórico em torno delas. As poucas reflexões que fizeram, tiveram um caráter mais privado do que público. Tratavam-se de breves anotações em seus cadernos e diários de campo ou restringiam-se a pequenos comentários em seus livros. A geração anterior, ao contrário, havia exercido um trabalho teórico e crítico em relação à fotografia, e ao procurarem reformular seus estudos e a forma de obtenção de informação, elaboraram programas sobre como empregar a câmera, como foi o caso de Huxley. Segundo Naranjo, apenas no final do século XX, com os trabalhos de Margaret Mead, Gregory Bateson e, posteriormente, John Collier Jr é que se produziu uma reconciliação entre a teoria e a prática da fotografia etnológica. Nesse sentido, a pouca reflexão do uso da fotografia nos estudos, ou mesmo, as poucas instruções sobre como se ler essas

imagens representavam uma confiança na ideia de que a “imagem falava por si”. A exposição dos elementos visuais de uma cultura ou ambiente, aliada ao texto escrito, deveriam apresentar ao leitor as informações sobre a os modos de vida e a realidade do nativo brasileiro.

As fotografias de Roosevelt procuravam, assim, retratar o indígena imerso na floresta fechada, nadando em rios (supostamente habitados por piranhas) ou carregando animais selvagens como se fossem de estimação, tudo que caracterizasse sua forma de vida e sua particularidade histórica. Na fotografia 60 – que também havia sido publicada na *Scribner Magazine*, da edição de agosto de 1914 – o foco recaía na figura de um menino, aparentemente nu, que apresentava, junto ao seu corpo, um pequeno macaco. A legenda, localizada abaixo da imagem, informava que a criança fazia parte da tribo nhambiquara, e que o macaco era o seu animalzinho de estimação. Neste caso, não havia menção explícita à floresta tropical. O pano de fundo era neutro e a chão não era revestido pela vegetação local. Porém, a aparência frágil e doente da criança – magra, mas com uma barriga protuberante, o que sugeria a presença de vermes – indicava o atraso e a precariedade do lugar em que vivia. O ambiente deveria ser mostrado como hostil, longe dos padrões de higiene e do “progresso” das cidades urbanas. Em todas as séries fotográficas realizadas sobre os Nhambiquaras e sobre os Pareci, a equipe de Roosevelt não apresentou referências à prática da agricultura ou à qualquer tipo de cultivo que representasse os “silvícolas” como parte de uma cultura sedentária. Pelo contrário, “suas aldeias eram efêmeras e cultivavam a terra em seu sistema primitivo e devastador”, diria o ex-presidente (ROOSEVELT, 1976: 166). Embora muitos grupos já vivessem em assentamentos indígenas, desejava-se exibir a provisoriedade de seus pertences e sua incapacidade em se estabelecer em uma mesma região por muito tempo. Suas atividades seriam descritas por meio de atributos vinculados à ideia de “arcaico” e as suas práticas culturais seriam consideradas “primitivas”, “ignorantes” e “horripilantes”.



60 - Miller, Leo. *Nambiquara child with a pet monkey*. In: ROOSEVELT, 1914: 218.

Na edição do filme *Wilderness* foram adicionadas partes das gravações ocorridas para o documentário “Rituais e festas Bororo” – juntamente com as cenas do Pantanal da caçada às onças e dos “Saltos Iguassu”. Embora os Bororo não fizessem parte do relato do ex-presidente e já participassem do processo de aculturação promovido pelo Governo brasileiro, o filme procurava exibir elementos do “exótico”, do “selvagem” e do “desconhecido” da cultura indígena. Toda a captação das imagens transcorria durante um ritual funerário, que era marcado por momentos de danças, cantos e uma profunda interação entre todos os indivíduos. A cerimônia fúnebre dos Bororo podia durar três meses, período necessário para a completa putrefação do corpo do defunto. Inicialmente, o morto era colocado em uma cova rasa no pátio da aldeia, e era “regado” com o objetivo de acelerar sua decomposição. O momento de espera era marcado por inúmeros rituais com danças, comidas, bebidas e teatros. Ao completar os três meses, o corpo era exumado e levado para um rio, onde os ossos eram lavados a fim de se remover todo o resto de tecido

podre. Os ossos limpos eram pintados e posteriormente colocados, presos a um pau, na parte mais profunda do rio. O local era chamado de “morada das almas”.

O filme condensava toda essa prática em um recorte simplista, em que a dimensão temporal era abreviada. Tudo parecia transcorrer de forma linear e constante, sugerindo que a cerimônia gastava apenas um dia. Em nenhum momento do filme a dimensão temporal do ritual era dada a perceber ao espectador. Fernando Tacca ainda notou, em seu capítulo “Luiz Thomaz Reis: etnografias fílmicas estratégicas”, a total omissão na edição do filme da presença dos salesianos na tribo indígena. O ritual funerário era o elemento mais combatido em suas ações missionárias, e eles chegaram a produzir interferências na dimensão temporal, como o aumento do período do culto ao morto, sob a justificativa asséptica. Segundo Novaes (1993: 162), o funeral bororo era visto como um ritual diabólico, um culto ao horror, e combater tais práticas funerárias implicava não apenas em oprimir todas aquelas cerimônias, mas, principalmente, induzir os índios a enterrarem seus mortos em cemitérios cristão. Mas relevar a presença de religiosos e o processo de aculturação dos índios seria uma forma de perder o impacto do “selvagem” e a originalidade das cenas, o que não era a intenção dos produtores norte-americanos. O índio deveria aparecer no roteiro da mesma forma como fora abordado por Roosevelt. Por meio de uma linguagem colonialista, eles deveriam ser apresentados como parte do componente inóspito da viagem, como símbolos de uma prática cultural “macabra” e de um estilo de vida “nômade” e “primitivo”.

Embora não fossem encontradas imagens antropométricas na coleção de Roosevelt, o mesmo não acontecia no acervo visual da Comissão Rondon, em que era possível identificar inúmeros retratos desta temática. O Relatório do Rio Ronuro, por exemplo, que incluía o registro narrativo e imagético de Thomaz Reis, apresentava uma série de fotos e fichas antropológicas, contendo as medidas somáticas e os traços físicos (como a cor da pele) de diferentes tribos indígenas. Procuravam-se, nestes retratos, os signos, as marcas, as inscrições e as diferenças gravadas na superfície da pele humana, capazes de serem visualizadas e armazenadas pelo instantâneo. As imagens de Thomaz Reis lembravam bastante as diretrizes estabelecidas pelo biólogo inglês Huxley, ao procurar aliar o método antropométrico à imagem fotográfica. Huxley recomendava que o indivíduo fotografado posasse nu, a uma distância fixa da câmera, e fosse acompanhado, em um mesmo plano, por um instrumento de medição,

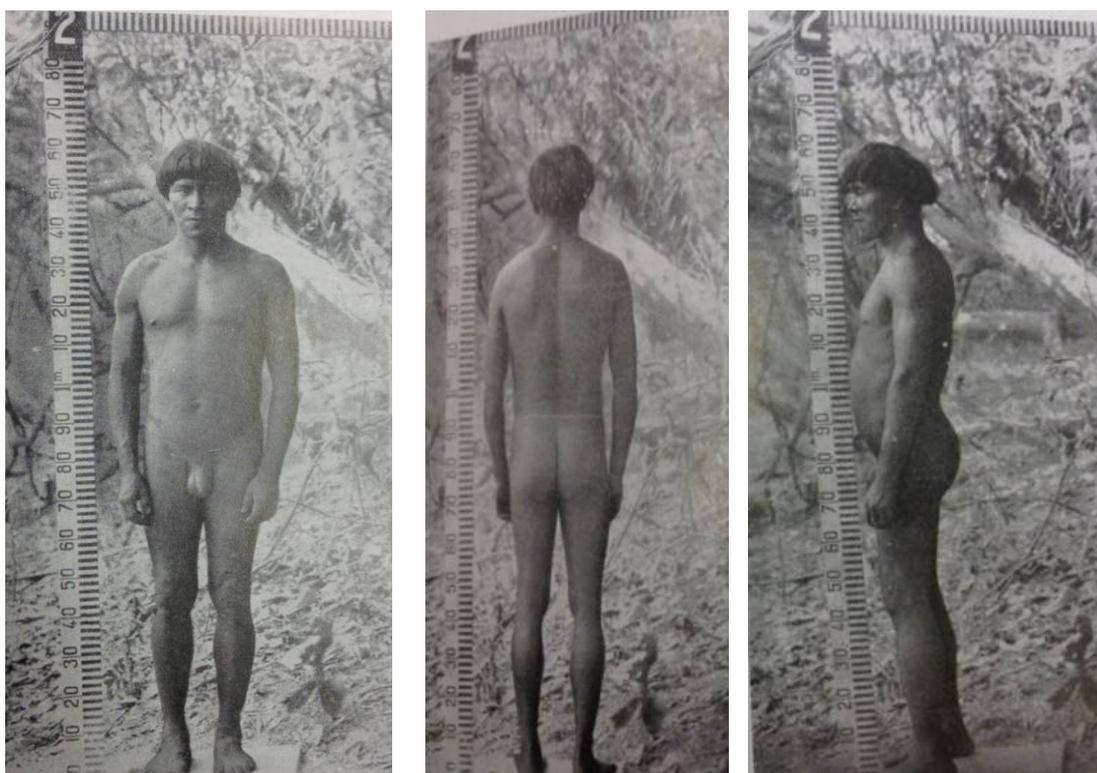
uma espécie de régua, de forma a garantir uma escala constante¹¹⁷. Em uma das séries fotográficas de Thomaz Reis, era possível identificar um indígena brasileiro representado nu e de pé, nas posições frontal, de lado e de costas (FIGURAS 61, 62 e 63). Notava-se também a presença de uma vara de medir, dividida em pés e polegadas, que abrangia a periferia esquerda e superior da composição. O instrumento de medição cumpria a função de informar, de maneira “objetiva” e “segura”, a altura e as proporções dos membros do indivíduo. O pano de fundo – embora não fosse neutro e permitisse observar a densa vegetação e o tronco de uma árvore, remetendo ao ambiente da floresta – não prejudicava a visualização do contorno e simetria do corpo do indivíduo. O índio não vestia nenhum adorno ou roupa típica e tampouco havia referência ao seu nome, fato que o descaracterizava enquanto sujeito. A tribo ao qual pertencia era apenas identificada no conteúdo do relatório. O modelo paralisado na imagem bidimensional poderia ser então dissecado sob o olhar dos atentos cientistas da época. A fotografia era entendida como uma fonte importante e facilitadora das investigações antropológicas auxiliadas pela Comissão, e assim explicava Thomaz Reis:

A antropometria é o estudo das proporções dos diversos membros de que se compõe o corpo humano. Os caracteres antropométricos que devem ter por mira o estudo comparativo do homem na coletividade humana, seja sob o ponto de vista artístico ou científico. (THOMAZ REIS apud TACCA, 2001: 58)

Possivelmente, a presença deste tipo de imagem no repertório visual da Comissão Rondon representava a influência do médico fisiologista e diretor do Museu Nacional até 1915, João Baptista Lacerda. Lacerda havia ingressado no Museu, na Reforma de 1876, como Subdiretor da Seção de Antropologia, Zoologia e Etnografia. Durante seus anos como cientista da instituição, desenvolveu, juntamente com o estudioso Rodrigues Peixoto, um laboratório fisiológico e procurava manter-se em contato com os mais famosos osteologistas europeus, tais como Paul Broca, Serres ou

¹¹⁷ No primeiro tipo de retrato, o fotografado era posicionado a ficar em pé, “com o braço direito estendido horizontalmente; as mãos completamente abertas, com os dedos estendidos; e o pulso flexionado, com a palma virada para frente. Os pés teriam que estar juntos, e os tornozelos deveriam tocar-se entre si”. Para evitar que o braço do fotografado tremesse durante o processo, aconselhava-se a utilizar um suporte, no qual se fixaria uma “vara de medir, dividida em pés e polegadas, que servira de escala”. Nos ângulos de perfis, o objetivo do fotógrafo seria captar o lado esquerdo do corpo, e “o braço esquerdo teria que aparecer com o cotovelo flexionado, de maneira que não interferisse na visão do contorno dorsal do tronco e do perfil da região peitoral”. Nas “fotografias de cabeças” visava-se, igualmente, “fornecer uma visão frontal” e “de perfil”, acompanhadas, sempre que possível, de “uma régua dividida em polegadas”. (HUXLEY, 1869: 48).

Quatrefages. Ele acreditava que a Antropologia travava-se da conquista de uma perspectiva imparcial e “objetiva” sobre o “corpo”, fato que permitiria empreender um estudo confiável dos fenômenos físicos de uma “realidade concreta”. O evento, determinado pela análise, pela observação, racionalmente identificado e documentado se opunha à estética romântica, não permitindo espaço às fantasias da imaginação humana. A fotografia seria mais uma ferramenta empregada nesse período para auxiliar as pesquisas antropológicas em andamento (LANGER, 2001).



FIGURAS 61, 62 63 – Reis, Luiz Thomaz. Foto Antropométrica para o Laboratório de Antropologia do Museu Nacional. IN: Reis, 1945: 26-27.

Os estudos antropológicos desenvolvidos por Lacerda, durante seu período como cientista do Museu, promoveram uma imagem não muito simpática do indígena brasileiro. Em um artigo intitulado *Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, datado de 1876, Lacerda lançou mão da antropologia para apresentar um texto saturado de imagens cranianas e tabelas com mensurações antropométricas. Após o exame de espécimes “pré-históricos” e de crânios coletados de índios mortos numa campanha militar punitiva em Minas Gerais, os dois fisiologistas chegaram à conclusão de que os indígenas brasileiros, ao lado dos esquimós e dos habitantes da Patagônia, ocupavam a posição mais baixa na escala de

evolução humana das Américas, num estado biológico de selvageria que havia se mantido imutável por mais de 3000 anos. Lacerda encontrou, principalmente, nos botocudos o exemplo máximo de inferioridade humana — o que, de alguma forma, não deixava de situá-los mais próximos de alguma pretendida origem. Segundo o historiador Jens Andermann (2004), o conteúdo utilitarista da antropologia física de Lacerda, posta em evidência na sua “patologização de aspectos culturais não subsumíveis ao regime de produção do capitalismo imperial”, provavelmente, respondia à crescente demanda por matéria-prima que gerava, conseqüentemente, a expansão territorial da zona de produção e a manutenção da mão-de-obra de baixo custo (uma questão de extrema urgência no Brasil, num período em que o trabalho escravo chegava ao seu fim). A avaliação científica das capacidades exibidas por determinados grupos em “entrar no percurso da civilização”, neste contexto, tornou-se um fator importante, que demandava a escolha de uma opção entre coagir a população nativa à atividade laboral ou excluí-la do programa nacional.

Por mais que Rondon tivesse uma preocupação explícita com a situação do indígena brasileiro e fosse encarado como primeiro defensor daquela população, seu programa de inclusão do nativo à nação apresentava-se, em certa medida, como mecanismo de absorção do indígena à sociedade. Segundo Fernando Tacca (2001), as coleções dos indígenas brasileiros, construídas por Rondon, procuravam apresentar as três fases de seu programa: a imagem do índio selvagem, antes de seu contato com a Comissão, com a exaltação da natureza exótica e “quase intransponível”; o índio pacificado, no qual se tentava representá-lo recebendo presentes e sendo vestido com roupas ocidentais, de forma a desconstruir seu comportamento agressivo e ameaçador; e, por fim, a imagem do índio integrado à República. Nesta última fase, ele aparecia reconhecendo os valores da nova pátria, como a bandeira e o hino nacional. As crianças eram exibidas nas salas de aula, que eram ministradas por religiosos. Ressaltavam-se as atividades da escola, do hospital, da agricultura e de alguns ofícios. Em algumas imagens, os homens indígenas eram enfileirados e uniformizados com roupas do Exército, transformando-os, portanto, em agentes e integrantes do processo civilizador na região. Fernando Tacca ressaltava que em algumas filmagens e fotografias havia também a intenção de mostrar a preocupação do Estado em resguardar alguns dos costumes locais. As ideias de “preservar” e “respeitar” a cultura étnica significava não perder o mito da origem natural, diferente da origem colonial

implantada pelos portugueses. Porém, esses valores e hábitos protegidos não podiam se desassociar dos valores maiores da nação brasileira, o que sugeria o controle do Estado na escolha do que deveria ser “lembrado” e “esquecido”. Essas coleções, aliadas às fotografias antropométricas, serviam, portanto, para mostrar que o índio estava sendo domesticado em parâmetros civilizatórios. Assim como a Comissão media o terreno desconhecido, ela também mensurava o componente indígena, registrando os seus avanços e seus domínios sobre a natureza e sobre o seu nativo.

Nesse ponto específico, a política de Rondon gerava simpatia no ex-presidente norte-americano, já que ele também acreditava, como já se pontuou, que o único meio possível para a convivência pacífica entre os índios e a população civilizada, seria por meio da absorção completa da cultura do primeiro. Para Roosevelt, o trabalho de Rondon com os indígenas era admirável, pois os “transformava em verdadeiros amigos do governo”. “O Coronel” comentava Roosevelt, “era recebido como um valoroso amigo e um chefe que devia ser obedecido e imitado”. Por meio de suas ações “hercúleas”, ele havia reunido os indígenas “nos postos telegráficos, onde cultivavam mandioca, feijão, batatas, milhos e outros vegetais, além de iniciá-los na criação de gado. O serviço da guarda e patrulhamento das linhas telegráficas se fazia por seu intermédio”. O ex-presidente ainda sublinhava a preocupação disciplinar do projeto, já que a educação seria a “única maneira de elevar-lhes o nível sem descontinuidade”. Somente com a educação seria possível substituir, de maneira consistente, práticas selvagens por valores da civilização. Para Roosevelt, Rondon já havia avançado em sua primeira fase: ele havia conseguido “que [alguns] índios substituíssem suas tabas por habitações comuns das do tipo usado pelos trabalhadores do interior do país” (ROOSEVELT, 1976: 129-130).

Antônio Carlos de Souza Lima, em seu livro “Um Grande Cerco da Paz” (1995), criticou a versão oficial – da qual Roosevelt compartilhava – de que o projeto estatal dirigido às populações indígenas tratava-se de uma iniciativa pessoal de Rondon e era marcadamente de caráter humanitário. Existia, segundo Lima, todo um conjunto de estratégias e ações mobilizadas, denominado pelo autor de “poder tutelar”, que visava assegurar o monopólio dos procedimentos de definição e controle sobre as populações indígenas. O Estado teria o poder de identificar, nomear e delimitar segmentos sociais, tomando a população nativa como destituída da capacidade plena necessária à vida cívica. Estes estereótipos, presentes também no

senso comum europeu e norte-americano, redefinir-se-iam como uma experiência colonial, produzindo a crença de que os povos indígenas eram necessitados de ação pedagógica, de correção em seus maus usos e costumes, e de serem conduzidos à civilização. A sua “pacificação” envolvia medidas voltadas para a destruição de suas formas nativas de organização socioeconômica e política, no objetivo de fomentar a sua transformação em “trabalhadores agrícolas”. Segundo Laura Maciel, “desbravar, amansar, domar os sertões e tudo o que neles havia, inclusive os índios, à semelhança do que se faz com os animais domesticados”, eram deliberações políticas de ocupação e controle do espaço embasadas em desejos de ordem e progresso, que, por sua vez, seriam traduzidas “em atos de força, de vontade de subjugar e dominar”. Assim, embora Rondon acreditasse estar defendendo os índios, questão que lhe rendeu o Nobel da Paz, em 1957, ele acabou balizando um projeto de ocupação do território e legitimando o processo de aculturação dos indígenas. Porém, cabe ressaltar, que mesmo que a Comissão Rondon tenha contribuído para a perda de muitas tradições autóctones, torna-se relevante avaliar sua atuação dentro de seu contexto histórico. Para Rondon, seus valores não contradiziam suas ações de valorização da figura indígena. Seu objetivo era proteger os índios dos massacres e confrontos com a sociedade, mas a única maneira que era ele acreditava ser possível salvaguardá-los seria pela via de sua assimilação e sua posterior condução ao “próximo estágio de evolução”, a civilização¹¹⁸. E nesse sentido, a fotografia teria o papel simbólico fundamental de registrar esses “avanços” empreendidos pela “nação brasileira” em

118 Para Rondon, a história das relações entre indígenas e os “homens brancos” foi marcada por inúmeras guerras e atrocidades, em que se revelava uma discrepância de forças. Como explicou a historiadora Manuela Carneiro da Cunha (1998), a vinda da corte portuguesa e o fim da ordem colonial no Brasil aprofundaram ainda mais a fragilidade e a precariedade da situação vivenciada pelas comunidades indígenas. A “questão indígena” deixou de ser, durante o século XIX, a da coerção do trabalho (em forma de pagamento de tributos ou escravização permanente), passando a ser a da expansão e assentamento de latifúndios no interior do país. Após a expulsão dos jesuítas em 1759 e a instalação de uma nova ordem político-administrativa portuguesa a partir de 1808, verificou-se a criação de medidas que defendiam os interesses dos latifundiários e plantadores locais, como, por exemplo, o restabelecimento de conceitos e práticas medievais, tal como a declaração da “guerra justa”, que ratificava o genocídio, visto o episódio da guerra de Guarapuava, ocorrida durante a regência joanina, em 1809. A possibilidade de negociação dada aos povos ameríndios havia desaparecido com o ímpeto modernizador do Império e, posteriormente, da República. Existia o discurso de uma “conquista pacífica”, porém a ausência de uma política nacional claramente definida em relação ao território e à população indígena permitia às províncias brasileiras continuar com os avanços militares e a subsequente construção de postos fortificados, os chamados presídios, que se encarregariam do policiamento das áreas conquistadas, compelindo os indígenas ao sedentarismo. Rondon acreditava que por meio da educação e do contato com os valores nacionais, os índios não mais sucumbiriam aos avanços do progresso, mas, ao contrário, se integraria ao desenvolvimento no país.

direção ao “progresso”, pois elas serviriam de provas das etapas vencidas e da viabilidade do projeto governamental.

Por mais que Roosevelt, em seu diário de viagem, reconhecesse o papel de Rondon junto à comunidade nativa e o louvasse por isso, as imagens publicadas sobre os indígenas brasileiros não abarcavam o registro desse contato com a “civilização” e a sua conseqüente “evolução cultural”, como se defendia na época. Como já foi dito, Roosevelt desejava apresentar a floresta tropical como “exótica”, “perigosa” e “desafiadora”, de forma a valorizar o seu feito como viajante e cientista, mas também como forma reafirmar a superioridade estadunidense enquanto nação. Segundo o ex-presidente, os problemas com os indígenas no território estadunidense já eram menores durante a sua presidência, e a sua assimilação estava mais adiantada do que as dos silvícolas do hemisfério sul. Fosse a natureza expressa pela fauna e flora silvestre ou pelo nativo, ela apresentava-se como indomável e ainda aberta às explorações daqueles que possuíam o espírito dos “primeiros peregrinos”. Assim, as coleções fotográficas da Expedição Roosevelt-Rondon, que eram compostas por imagens da floresta virgem (sem quaisquer referências urbanas), de indígenas nus (nomeados nas legendas como Adão e Eva), e de animais selvagens em seu habitat natural, procuravam remeter o noroeste brasileiro a um passado perdido, próximo do que seria o Éden. Como o próprio Roosevelt havia salientado, as florestas tropicais da América do Sul “conservavam-se inexploradas, constituindo vastas extensões de terra virgem” (ROOSEVELT, 1976: 219).

A fotografia, apesar de sua pretensa objetividade, tornaria real essas fantasias ao acionar imagens pré-concebidas e elementos estereotipados como forma de identificação do exótico, do *Outro*. De acordo com Boris Kossoy (2002: 83), quando se tratava de fotografia do Brasil, esperava-se encontrar, nas revistas estrangeiras e nos grandes espetáculos científicos internacionais, imagens da vegetação exuberante dos trópicos e séries etnográficas de grupos considerados racialmente inferiores, como os “tipos indígenas”, que faziam parte de seu imaginário imperialista eurocêntrico. Nesse sentido, Roosevelt parecia atender essa demanda. Suas representações eram carregadas de valores e ideias, que produziam imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário da sociedade. A natureza não se portava como um objeto neutro, perscrutada pelo olhar supostamente imparcial do cientista ou do artista em busca da “beleza pura”, mas traduzia os valores e interesses de seus produtores. Parecia existir

nos seus textos e nas imagens uma estreita cumplicidade entre natureza, ciência e política. As figuras, anexadas ao diário de viagem, ajudavam a reforçar a sua ideia de “fronteira amazônica”. Ao ilustrarem conhecimentos e experiências diversas, elas projetavam-se como veículos de uma linguagem nova, “realista” e “altamente convincente”, que informava visualmente as potencialidades naturais e físicas de cada região, assim como o poder transformador do homem. A produção e a circulação dessa visualidade ajudariam a moldar uma visão imperialista e utilitarista das florestas sul-americanas.

3.4 - Os Museus e as suas Exibições

Quando se pensou na expedição, houve um envolvimento direto do *American Museum of Natural History* e alguns planos foram traçados. O primeiro seria a publicação em fascículos das fotografias oriundas da “aventura” de Roosevelt. Essa parte teria o seu registro no periódico *Scribner's Magazine*, entre os meses de março e novembro de 1914. Agregando às publicações, o Museu vislumbraria um plano ainda mais audacioso: uma exposição de todo o tipo de material coletado, desde as fotografias até os animais caçados. Tudo isso teria como intuito enfatizar a densidade da floresta, os obstáculos do território e os animais selvagens – até então um exotismo da Floresta Amazônica. Isso daria subsídios de criar no imaginário norte-americano, e até mesmo mundial, o cenário de uma vasta área “desabitada”, “sem história”, mas que, com a expedição, iniciava a moldagem de um local a ser descoberto e apresentado pelo grande “desbravador” Theodore Roosevelt. O jornal *The Sun*, do dia 5 de julho de 1914, dedicou uma página inteira à divulgação do desembarque dos exemplares recolhidos na viagem e prometia que, em breve, haveria uma grande exposição no Museu, onde todos poderiam desfrutar das informações e “descobertas” realizadas pelo ex-presidente.

Novos avanços na técnica da taxidermia, combinada com um aprimoramento artístico, estimulavam os curadores do período a pensar em uma apresentação mais dinâmica desse material, para além das tradicionais mostras museológicas. Desde o final do século XIX, o AMNH havia experimentado novas formas de exibição e, em

1902, havia inaugurado o seu primeiro “diorama”¹¹⁹. Tratava-se de uma estrutura expositiva – altamente realista – que combinava três componentes artísticos: a taxidermia, que envolvia a modelagem anatômica e detalhada dos animais; uma série de elementos tridimensionais, como árvores, plantas e flores, que seriam dispostas no primeiro plano e remeteriam a um ambiente particular; e a pintura paisagística, que era produzida como pano de fundo da composição, criando um espaço perspéctico e uma suposta “atmosfera natural”. Esses três elementos deveriam trabalhar juntos com o objetivo de criar uma ideia de unidade artística, produzindo – mesmo que momentaneamente – a ilusão de ser um cenário real. Desejava-se criar no visitante a possibilidade de “descortinar”, sem esforços e perigos, uma paisagem “distante”, “exótica” e diversa de sua realidade “civilizada”.

O desenvolvimento dos dioramas respondiam também à vontade de “museografar” os processos da natureza e o desejo de classificar, definir e compreender o mundo natural por meio de um modelo relacional, entre a sua fauna e flora. Suas construções apresentavam tramas narrativas que eram capazes de contar histórias e incitar reflexões, sem, contudo, a necessidade de uma mediação direta do cientista com o visitante leigo. Acreditava-se que o acesso às informações aconteceria de uma maneira muito mais direta e eficaz. Assim, os curadores do Museu defendiam que o diorama seria um mecanismo artístico e científico capaz de consolidar uma educação pública de maneira mais dinâmica e atraente. Sob a sua administração, Henry Fairfield Osborn se comprometeu a aumentar o papel do AMNH na educação pública e via nesse novo modelo uma das maneiras de alcançar o objetivo. Ele acreditava que o “novo propósito do Museu é trazer uma visão do mundo para aqueles que de outra maneira nunca poderiam vê-lo”. Essas exposições proviriam o público com uma “ilusão” tão poderosa e acurada, que seria capaz de moldar visões e entendimentos sobre suas verdadeiras experiências com as esferas do Mundo Natural. De uma forma geral, os dioramas representavam dois tipos de espaços: os “locais” e os “exóticos”. As “cenas locais” forneceriam aos visitantes a chance de estudar um hábitat circunscrito dentro das fronteiras nacionais, de ver mais de perto detalhes aos quais não se teria acesso de outra maneira. Essas cenas locais também preservariam a impressão de uma paisagem que muitas pessoas pensavam estar extinta, ligando-se,

119 Sobre os dioramas ver: WONDERS (1993), ASMA (2001), QUIN (2006), METZLER, (2007), KIRK (2010), MADDEN (2011), MILGROM (2010).

assim, aos esforços de conservação ambiental. Já as “cenas exóticas” ofereciam a visão de uma natureza distante e inacessível, geralmente localizada na África e na América Latina. Porém, cabe ressaltar que os museus, ao estabelecerem-se como instituições nacionais, refletiriam também as ideologias do Estado. Suas autoridades como instituições eruditas forneceria, aos visitantes, espaços públicos, “oficiais” e “confiáveis”, que associavam, frequentemente, natureza com cultura. De acordo com Karen Rader e Victoria Cain (2014), os museus muitas vezes empregaram representações de animais como exemplos morais, que serviriam não somente para inspirar temor e medo, mas também para ensinar o catecismo nacional.

Em seu livro *Film and the American Moral Vision of Nature* (2011), Ronald Tobias analisou o primeiro diorama do AMNH, produzido por Carl Akeley¹²⁰, em 1889 (FIGURA 64). No seu entender, a composição unia, alegoricamente, a natureza ao “idealismo progressivo do espírito de fronteira norte-americano”. A cena retratava um rato-almiscarado do sexo masculino, em pé, sobre as duas patas traseiras, perscrutando o horizonte à procura de sinais de perigo; enquanto uma fêmea e seus jovens consertavam a parte inferior da casa. O corte transversal do riacho permitia ao espectador ver o que acontecia debaixo d’água e dentro do ninho, onde um quinto rato-almiscarado parecia dormir. O diorama de Akeley seria a representação de um lugar selvagem, apreendido no tempo, em que cada detalhe havia sido posicionado de modo que o espectador, como uma espécie de “deus onisciente”, pudesse testemunhar o mais íntimo comportamento da natureza. Despojada de qualquer estratégia de camuflagem, a natureza submetia-se ao exame humano.

120 Carl Ethan Akeley foi um dos mais famosos taxidermistas do AMNH. Ele foi considerado um dos propulsores do desenvolvimento do diorama dentro dos Estados Unidos, e suas técnicas tornaram-se referência no meio artístico e científico do século XX. Akeley ficou conhecido pelas montagens dos mamíferos africanos, particularmente do gorila e do elefante. Como taxidermista, ele desenvolveu técnicas para a montagem da pele do animal por meio de um molde, cuidadosamente preparado e esculpido, do corpo do animal, produzindo espécimes muito realistas. Os modelos apresentavam uma preocupação com a musculatura, as rugas e as veias. Ele também gostava de exibir os espécimes em grupos, em um ambiente ilusoriamente natural. Durante o ano de 1909, ele havia se juntado ao safári de Roosevelt pela África e ajudou o ex-presidente nas caçadas e na preparação de todo o material recolhido. Alguns dos animais apresentados no AMNH haviam sido abatidos por ele, e muitos, ainda hoje, estão dispostos nas galerias do Museu.



FIGURA 64- AKELEY, Carl. *Muskrats at Home*. Diorama AMNH, 1889. Cortesia AMNH.

Para Tobias, os ratos-almiscarados, retratados na composição, teriam sido associados às qualidades humanas, como “coragem” e “determinação” e refletiriam, ao olhar da época, a realidade “dura” e “adversa” da fronteira norte-americana. Suas vidas, assim como os primeiros colonos do Oeste, teriam sido marcadas por inúmeros obstáculos e pelo trabalho contínuo em construir suas casas em meio a uma natureza hostil. “Eles teriam estabelecido uma ordem sobre o caos” e seus comportamentos seriam interpretados como ligados aos valores fundamentais da “família” e da “masculinidade”. O diorama reproduziria essas concepções, que seriam fortemente compartilhadas no final do século XIX: “o macho da espécie dominava a cena: ele era o pai, o marido, o protetor e o provedor. A fêmea seria a esposa, a mãe e a responsável pelas crianças”. A maneira como as figuras eram inseridas na paisagem corroborava também com a ideia de uma “virilidade masculina” e de uma “submissão feminina”: o macho estaria em um plano superior, em uma posição vertical. E, enquanto a fêmea se aconchegava abaixo dele, o “líder da família” continuava o trabalho, mordendo a cana que iria reforçar as defesas de sua moradia.¹²¹ Os ratos-

¹²¹ Lembre-se de que nesse momento os Estados Unidos viviam um forte movimento feminista em prol do direito de voto da mulher. Existia uma tentativa, por parte de alguns segmentos culturais, dentre eles o AMNH, de distinguir as fronteiras de comportamento dos homens e das mulheres. Nesse debate,

almiscarados de Akeley seriam os “cidadãos naturais”, os “filhos da terra”, que, ao mesmo tempo que definiam seu ambiente, eram também definidos por ele. E até mesmo por meio de seu esforço em unir a família na fronteira, seus papéis como pioneiro incorporavam os valores “mundanos da ética protestante e o espírito do capitalismo”. Suas apropriações corroborariam a ideia desenvolvida por Adam Smith de que o trabalho serial um valor natural. Eles seriam os “*jus cogens*” da natureza e a mais pura expressão de Destino Manifesto. Assim, mais do que registros isolados da natureza, os dioramas contavam histórias, que abarcavam as inquietações internas do país como também suas projeções e suas normas sociais (TOBIAS, 2011: 132-133). Os museus ocupariam um lugar de destaque na consolidação da identidade nacional e seriam capazes de ratificar determinadas mensagens culturais, sociais e políticas.

Porém, mais do que frutos de um novo momento histórico, eles acabariam por também corroborar alguns dos aspectos mais nocivos da sociedade moderna, como, por exemplo, o colonialismo e o imperialismo. Eles ofereceriam aos moradores dos grandes centros “civilizados” uma visão fascinante de uma vida “longínqua” e “primitiva”. Como ferramenta educacional, os dioramas teriam o poder de “levar” os espectadores aos mais distantes cantos da Terra, desde os mais altos cumes das montanhas até as áreas mais profundas da “selva” tropical. Tais exposições eram capazes de oferecer o prazer individual de imaginar um perigoso encontro com um animal feroz do *wilderness*, porém dentro das paredes seguras do Museu. Esses “instantes congelados” seriam responsáveis por criar e propagar os enunciados sobre as diferentes culturas e regiões e de também legitimar o imperialismo nas áreas coloniais. Os museus teriam ajudado a fundamentar uma perspectiva de dominação, na medida em que, exaltando os feitos e as vitórias da nação, seja por “conquistas” científicas ou políticas, contribuiria para o processo de “repressão” e “controle” das “culturas marginais” em nome de uma forte identidade nacional. No caso do *American Museum of Natural History*, a construção de uma versão reduzida do empreendimento científico representaria a forma mais enérgica de apropriação do “mundo selvagem brasileiro”.

a figura de Roosevelt também seria resgatada como modelo do “comportamento masculino vigoroso”. Porém, por mais que o ex-presidente não se colocasse contra o sufrágio feminino, ele defendia que existiam papéis sociais estabelecidos para os homens e mulheres. E em seus livros, quando se referia aos “homens e mulheres de fronteira”, demonstrava a mesma posição trabalhada no diorama: o homem como provedor, e a mulher ligada aos assuntos domésticos e familiares (FEHN, 2005; TOBIAS, 2011; HARAWAY, 1993).

Roosevelt já havia experimentado essa situação anteriormente. Os materiais do safari à África haviam sido transformados neste tipo de exposição pelo *Smithsonian Institute*, embora em um formato mais simples. Em 1913, em uma seção especial do *Mammals Hall*, os animais caçados foram montados, organizados em grupos e inseridos em um cenário que caracterizaria a vegetação e o solo de seus habitats naturais. A finalidade desses dioramas era exibir o maior número de exemplares que pudesse representar a diversidade da vida mamífera africana¹²². As estruturas da parede em vidro permitiam aos visitantes examinar as amostras de todo o cenário, sem, contudo, danificar o material. Uma das peças que recebeu a atenção do grupo foi a família de rinocerontes-brancos (FIGURA 65). Desde os anos de seu safári, essa espécie africana já havia atraído a atenção da imprensa, principalmente pelo fato de os animais já figurarem como um grupo ameaçado de extinção. A reportagem publicada no *New York Times*, no dia 15 de janeiro de 1910, celebrava o fato de Roosevelt ter abatido cinco indivíduos dessa espécie, que seriam uma “ótima aquisição para a coleção do Museu”.

Em 1959, O *Smithsonian* promoveu um programa de modernização de suas estruturas: o *Mammals Hall* foi desmontado, os animais empalhados foram restaurados e os dioramas, ampliados. As novas acomodações enfatizavam, com mais riquezas de detalhes, as representações dos habitats, harmonizando, visualmente, os cenários pintados com a vegetação “natural” do primeiro plano. No caso da nova versão do diorama dos rinocerontes (FIGURA 66), o cenário da exposição lembrava de maneira mais nítida a composição de uma das fotografias produzidas pela equipe de Roosevelt na África (FIGURA 36). Era possível identificar similitudes entre a paisagem africana da foto e o fundo criado no diorama, por exemplo, a posição do animal, a presença de um arbusto e a savana africana. Ao analisar esses tipos de imagem, nota-se influência do instantâneo na construção de exposições museais.

122 Sobre a viagem de Roosevelt à África, ver: ROOSEVELT (1910), BRINKLEY (2009), TOBIAS (2011).



FIGURA 65 - Fotografia desconhecido. *White-Rhinos*, Smithsonian Institute, 1913. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>. Data de acesso: 12/04/2011.



FIGURA 66 - Fotografia desconhecido. *White-Rhinos*, Smithsonian Institute, 1959. Disponível em: <http://www.theodore-roosevelt.com>. Data de acesso: 12/04/2011.

Era prática comum utilizar as fotografias como fontes “precisas” do ambiente em que os animais foram coletados. Em seu popular livro *Sportsman's Handbook* (1882), o famoso taxidermista e editor de livros esportivos, Rowland Ward, pedia aos praticantes de caça que sempre dispusessem do aparelho fotográfico em sua expedição, uma vez que “um animal poderia ser fotografado em seu hábitat, assim como ele caiu”, e a imagem apresentaria um “memorando interessante e muito instrutivo, de valor evidente, porque esses detalhes” seriam frequentemente “esquecidos, ou a impressão feita por eles apagados, na mesma proporção como sair do lugar”. Para Ward, “os retratos fotográficos da vida *naturae ferae*, em sua mata nativa ou floresta” apresentavam “o modelo perfeito para a nossa contemplação, nosso exame mais vagaroso”, já que recriavam, em um suporte objetivo, os animais em seu entorno, informações importantes para a “ilustração da história natural” (WARD, 1880: 11-12). Em 1911, ainda declararia que a prática taxidermista nunca teria se desenvolvido “sem o auxílio do instantâneo fotográfico”. Antes da invenção da câmera fotográfica, um taxidermista deveria ir ao “zoológico e criar um animal em cera antes que” pudesse “montar a sua pele” (WARD *apud* RYAN, 1997: 115), para, assim, conseguir um resultado satisfatório. A imagem fotográfica proporcionaria esse tipo de conhecimento de forma fácil e imediata.

Nesse sentido, as fotografias tiradas durante a viagem de Roosevelt ao Brasil abarcariam também essa finalidade: a de ser um importante meio visual de informações sobre as características e hábitats de animais “ferozes” e “exóticos” que viviam na floresta. Aliando a fotografia à taxidermia, acreditava-se reconstruir as verdadeiras feições do mundo “selvagem”, que então poderiam ser apresentadas nos Museus e apreciadas por aqueles que não podiam viajar. Todavia, deve-se também pensar sobre os significados que esse tipo de exposição passava ao público visitante. Havia ali uma clara demonstração de poder. “Isso é a África. Não somente os animais, mas as árvores, as folhas e a grama, e a própria terra foram trazidos do lugar onde cada um [diorama] foi recolhido”, disse o diretor do AMNH, Roy Chapman Andrews, em 1936 (*apud* WONDERS, 1993: 234). Os animais e a paisagem exibidos nos dioramas haviam sido, primeiramente, “conquistados”. Eles foram retirados de seus lugares de origem e trazidos pela “força” para um novo espaço, sendo dissecados, avaliados e montados em uma “eterna pose”, para a apreciação de uma curiosa

multidão estrangeira. Em 1989¹²³, a antropóloga Donna Haraway publicou uma crítica mordaz e seminal aos dioramas e às práticas de coleta promovidas pelas expedições científicas. Tomando com foco o *African Hall*, do AMNH, Haraway denunciou que os retratos da natureza, construídos pelo Museu, apresentavam ideias, inerentemente, racistas, imperialistas e sexistas. Além da preferência por animais do sexo masculino e do estabelecimento de uma hierarquia de gênero (como foi visto diorama *Muskrats at Home*), Haraway argumentava que os dioramas africanos perpetuavam uma representação romântica da África, que não incluía seus povos e suas cidades; mas, ao contrário, reforçava a sua imagem como uma região ainda “distante” dos valores da civilização, repleta de animais selvagens e carnívoros. Tais imagens corroborariam a ideia de uma “África Negra”, ainda “bárbara” e “primitiva”, que era apenas povoada por uma raça inferior, que não conseguia controlar seu próprio ambiente. A falta da civilização e dos conhecimentos científicos não possibilitava o desenvolvimento da região, que, sem indústrias, sem progresso e sem história, tinha apenas a sua fauna “perigosa” como representante nacional. Os valores colonialistas ficavam ainda mais latentes, quando os animais africanos eram contrapostos ao ambiente nacional norte-americano também recriado no Museu. De uma maneira geral, os carnívoros africanos, por exemplo, os leões e os leopardos, sempre apareciam em posições de ataque ou com alguma característica que lembrasse suas personalidades “perigosas”, como a presença das carcaças de animais mortos. Já os animais encontrados na Europa e nos Estados Unidos, geralmente, representados por grupos ou famílias de herbívoros, apareciam em ambientes pitorescos e com algum aspecto de docilidade. Reproduzia-se, assim, aquela mesma dicotomia imperialista, estabelecida entre “doméstico” x “selvagem” e “bom” x “mau”.

Para Haraway, esse tipo de exposição revelaria questões muito mais relevantes para o entendimento da cultura norte-americana do que para a análise da natureza africana. Na realidade, elas revelariam uma visão tendenciosa e colonialista de hierarquização de culturas, em que os Estados Unidos prevaleceriam sobre as demais. Com isso, o caçador conseguiria projetar-se como uma figura heroica para o avanço da civilização. Era uma prática comum entre os Museus de História Natural homenagear os caçadores em seus espaços de exibição. Geralmente, esses homens

123 A primeira edição do texto de Donna Haraway foi publicada no livro “Cultures of United States Imperialism, em 1989. Entretanto, a pesquisa utilizou a edição de 1993 do livro.

tinham seus nomes inscritos, em uma placa de metal, próximos aos dioramas, indicando que a cena observada havia sido por ele vivido e por ele capturado. Às vezes, a homenagem era ainda maior, e toda uma sala recebia a sua alcunha. As exposições elevavam e projetavam a vitória do caçador a outro patamar: elas “imortalizavam” o seu feito para mais de uma geração de norte-americanos. Todos tornar-se-iam testemunhas das proezas dos mais “grandiosos” representantes e conhecedores de uma natureza virgem e intocável para os “mortais”.

Quando Roosevelt retornou do Brasil, a ideia era fazer uma exposição semelhante, que mostrasse a singularidade da fauna brasileira, mas que, ao mesmo tempo, projetasse a figura da equipe como “extraordinários” e “hábeis” naturalistas-caçadores. Toda a divulgação recebida nos meios de comunicação certamente gerou uma demanda pelo consumo de suas histórias. Roosevelt prometia contribuições científicas e algumas amostras de uma fauna até então “desconhecida”¹²⁴. As inúmeras imagens produzidas na viagem ajudariam a recriar, com exatidão, o território brasileiro, revelando cada segredo escondido no interior da “selva”. Assim, acreditavam os curadores do Museu, os observadores poderiam, finalmente, analisar cada detalhe da vida selvagem da Amazônia. Ao andarem pelos corredores da exibição, eles “pinçariam” os inéditos momentos apresentado pelos dioramas; e a partir daí, descobririam detalhes até então impensáveis e impossíveis de transportar para as metrópoles, ansiosas por fazer parte de uma expedição perigosa e distante da realidade “civilizada”.

Porém, apesar da existência de planos tão “promissores”, o evento não aconteceu. Até o momento, nenhuma informação foi encontrada que comprovasse a ocorrência de uma exibição com os materiais de zoológico da viagem de Roosevelt ao

124 Em relação ao material enviado para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, coube ao naturalista, Alípio de Miranda-Ribeiro, estudar as informações zoológicas da Comissão Rondon, incluindo aquelas oriundas da expedição Roosevelt-Rondon. Sabe-se que a comitiva brasileira da expedição coletou e enviou ao MNRJ um número de espécimes menor que o coligido pelos naturalistas norte-americanos. Miranda-Ribeiro (1914) menciona um total de 257 espécimes, sendo 137 obtidos no trecho entre o Rio Paraguai, Chapada dos Parecis, cabeceiras do Rio da Dúvida e Rio Ji-Paraná e 120 coletados no trecho do Rio Aripuanã. Infelizmente, no Brasil, ainda não foi produzida uma compilação do material zoológico obtido pela expedição Roosevelt-Rondon, assim como de todo o esforço científico da Comissão Rondon, com base no material depositado no MNRJ. Trata-se de um acervo problemático em termos curatoriais, o que exige mais tempo e dedicação à análise documental. Sua preservação foi ruim, e poucos espécimes trazem as etiquetas de campo. A etiquetagem de gabinete, por sua vez, é caótica (escrita ruim e dados incompletos), e o lançamento no livro de tombo foi feito apenas 20 ou 30 anos depois, no período da Segunda Grande Guerra. Porém, é inquestionável a importância desse material para o estudo das contribuições da comitiva para a ciência brasileira. Assim, espera-se, no futuro, ter a oportunidade de explorar melhor tais informações.

Brasil. Essa constatação gerou estranhamento, já que era um procedimento esperado de uma expedição com tanta repercussão nacional. Pensando nisso, pode-se refletir quanto aos possíveis motivos do abandono do projeto. Primeiramente, o objetivo de um diorama era retratar uma realidade “idealizada”, na qual se incluía o conceito de “perfeição”. Ao longo da história dessas montagens, muitos animais foram descartados por não apresentarem as feições exigidas: por serem pequenos demais ou por não apresentarem uma coloração ou um atributo “bonito”. Nesse sentido, é ilustrativo o “drama” vivido pelo Museu, entre os anos de 1910 e 1911, quando procuravam, enfaticamente, um elefante “ideal” para figurar na entrada da Instituição. Embora tivessem localizado um com as dimensões desejadas, os curadores, surpreendentemente, o rejeitaram, por considerarem as suas presas assimétricas. As características físicas do animal, além da avaliação do seu tamanho, precisavam ser criteriosamente julgadas, uma vez que, para eles, o diorama deveria remeter a um “momento perfeito”, que só seria alcançado com a exibição dos modelos “perfeitos” (HARAWAY, 1993: 257-258). No caso da Expedição ao Brasil, Roosevelt enfrentou uma série de problemas em relação à coleta zoológica. O mau armazenamento, o clima e as dificuldades no percurso poderiam ter facilmente danificado o material. O ex-presidente também não tinha caçado uma quantidade grande de exemplares, e os que conseguiu enviar para Nova York, possivelmente, não obedeceram aos critérios somáticos e físicos para uma futura montagem.

Além disso, entre os anos de 1914 e 1923, o Museu enfrentaria graves problemas financeiros, o que levou a um período de calmaria na produção de novas montagens cenográficas. A eclosão da Primeira Guerra Mundial contribuiria ainda para dificultar a capacidade da Instituição em encontrar materiais, mão de obra e capital para financiar a manutenção e a construção de novas alas. As obras de ampliação, iniciadas em 1912, tiveram que ser interrompidas. No *Annual Report of the Trustees*, de 1914, o então presidente do Museu, Henry Fairfield Osborn, reclamava que, devido à falta de espaço, as salas de exposições já estavam superlotadas; e “as coleções soberbas, que custaram grandes somas de dinheiro” agora estavam “guardadas em caixas, invisíveis ao público e de difícil acesso inclusive para os alunos”. Provavelmente, o material de Roosevelt incluía-se nesses arquivos.

Conquanto tudo indique que o Museu não tenha transformado os espécimes brasileiros em uma exibição tão elaborada como os “dioramas”, nada impede de

problematizar a forma como a fauna brasileira seria recriada na instituição. Foram encontradas nos arquivos do *American Museum of Natural History* algumas fotografias de onças-pintadas e de outros animais sul-americanos, cujas montagens apresentavam aspectos de teatralidade. Infelizmente, devido à falta de registros e referências, não se sabe quando esses animais foram caçados/montados e se algum deles poderia ser parte do conjunto zoológico da expedição de Roosevelt. Porém, independentemente das origens, suas representações são importantes para refletir sobre o tipo de conhecimento, relativo ao território latino-americano, que era construído pelas ciências norte-americanas. Na FIGURA 67, por exemplo, nota-se a presença de vários felinos, dentre eles alguns exemplares da onça-pintada. Os animais, em todas as situações, foram representados de modo a expressar visualmente sua ferocidade, ao exibirem o focinho franzido e os dentes afiados, assim como em uma posição de ataque, reforçando a ideia de uma personalidade agressiva da espécie.



FIGURA 67- Fotografia desconhecido. *Panthers collection*, s/d. Cortesia AMNH.

Na década de 1940, o AMNH inauguraria um diorama exclusivamente dedicado ao jaguar (“*pantera onca*”). Na FIGURA 68, um dos animais posicionava-se à beira do desfiladeiro, de forma a observar uma manada de gado que pastava no vale. O cenário era tão convincente que se tinha a impressão de que a luz do sol parecia

emanar da tela. O pintor paisagista James Perry Wilson era o responsável pela obra, e seus conhecimentos em meteorologia e astronomia o ajudaram a alcançar esse efeito artístico. Ele intencionalmente pintou a parte mais baixa do último plano em um tom escuro, de forma a destacar a intensidade da luz do céu na parte superior, em contraste com as montanhas e o vale. A cena evocava emoção, e o visitante possuía uma clara sensação de que a onça planejava um breve ataque. Porém, o ambiente retratado não se referia a uma vegetação tropical, mas a um território de clima desértico, característico da região norte do México. Uma placa com informações adicionais identificava a localização da paisagem: “Pôr do Sol em Sonora, México”. A legenda esclarecia que, embora fossem “conhecidos como animais das florestas tropicais, os jaguares também toleravam climas secos”. Contudo, o dado que possivelmente mais chamava a atenção do leitor era a de “que os jaguares seriam os únicos felinos americanos” que, ocasionalmente, “transformavam-se em comedores de carne humana”. Note-se que a placa, mesmo tendo sido produzida quase três décadas após a viagem de Roosevelt, também reforçava o perigo que o animal poderia, eventualmente, representar ao homem.



FIGURA 68- Fotografia desconhecido. Jaguar (*Panthera Onca*), AMNH, s/d. In: QUINN, 2006: 124)

No *Field Museum*, em Chicago, existia um diorama mais antigo dedicado à onça-pintada e à capivara¹²⁵, que parecia traduzir de forma mais clara a ideia do

¹²⁵ Além desse diorama, existem outros três que retratam a fauna brasileira: o primeiro é dedicado às antas, o segundo ao peixe-boi, e, por fim, existe um dedicado ao tamanduá.

hábitat natural dos animais sul-americanos (FIGURA 69). Os animais teriam sido capturados em um período muito próximo à viagem de Roosevelt ao Brasil. Segundo informações do arquivo do *Field Museum*, a onça-pintada, no caso, tratava-se de um exemplar macho, que havia sido caçado pelo zoólogo M. P. Anderson, em março de 1913, na região de Serra da Lua, próxima à cidade de Boa Vista (Roraima). Já o grupo de capivaras havia sido caçado por W. H. Osgood, na província de Zulia (Venezuela), em janeiro de 1911¹²⁶. Porém, o diorama somente foi inaugurado em 1924, com os serviços de pintura e cenografia de Charles Abel Corwin e Holling Clancy Holling¹²⁷. Apesar de os espécimes terem sido “colhidos” em diferentes datas e localidades da Floresta Amazônica, o cenário buscava retratar o que seriam os elementos mais característicos da “selva”: a mata fechada, a abundância fluvial e a presença de animais selvagens. Inúmeras fotografias, realizadas durante as viagens, serviriam como informações para munir, posteriormente, os artistas na criação, em um único espaço, das principais formas (vegetais e animais) da região.

Note-se que no diorama, assim como no relato de viagem e na série fotográfica de Roosevelt, visava-se recriar o ambiente “hostil” da “selva amazônica”, onde o ataque de um predador quase não podia ser notado por sua vítima. A onça encontrava-se escondida em meio às folhagens da “floresta”, pronta para atacar um grupo de capivaras. Na cena, ficava clara a personalidade predatória do felino, que poderia ser interpretada como perigosa ou “má”. Os visitantes podiam ainda manifestar sentimentos de empatia ao identificar uma “família” de capivaras. O grupo de roedores foi posicionado de forma a modelar o comportamento humano, com a noção de núcleo familiar composto por um pai, uma mãe e os filhinhos. Nessa perspectiva, o papel da onça passava a ser avaliado em uma esfera ainda mais depreciativa, pois colocaria em risco os valores da “família”, que a civilização tanto defendia. Ao contrário do que acontecia no diorama *Muskrats at Home* (FIGURA 64), onde o meio ambiente norte-americano levaria ao fortalecimento da comunhão e dos laços familiares, nesse “quadro”, a concepção de família tornava-se ameaçada pelo território selvagem.

126 Segundo as informações de um manual publicado pelo *Field Museum*, entre os anos de 1908 e 1922, oito expedições, patrocinadas pelo próprio museu, haviam se dedicado à coleção de aves e mamíferos da América do Sul. A maior consistia naquela liderada por W. H. Osgood, com a presença do taxidermista M. P. Anderson, que havia recolhido o exemplar macho da onça-pintada. A missão havia atravessado a América do Sul, partindo do Peru e se dirigindo à costa leste brasileira.

127 Possivelmente, o *Field Museum* encontrou as mesmas dificuldades financeiras do AMNH.



FIGURA 69- Fotografia desconhecido. Jaguar and Capybaras, 1924. Cortesia: The Field Museum, CSZ49870.

A onça-pintada foi o animal sul-americano mais lembrado nos museus norte-americanos. Sua “beleza” e “ferocidade” atraíam e “assombravam” a curiosidade dos visitantes. De uma maneira geral, desejava-se relacionar seus hábitos alimentares – o apetite por carne – com uma personalidade agressiva. Como foi visto no Capítulo 2, os felinos – que, no imaginário da época, inerentemente manifestavam resistência à “domesticação” e à civilização – teriam contribuído para a justificativa de que o seu comportamento violento era o reflexo de um território onde a única lei que imperava era a da sobrevivência. A dinâmica das “narrativas dramáticas” dos dioramas criava, assim, um modelo visual e ideológico, no qual o Brasil era apresentado como “selva”, aproximando-se da visão colonialista construída sobre a África. Outros animais também foram expostos nos museus, por exemplo, as antas, os tamanduás e algumas espécies de aves (como o tuiuiú). Ainda que seus comportamentos “sociais” fossem encarados como mais pacíficos e menos ameaçadores ao homem, o interesse por suas exposições se legitimava pelo “exotismo” ou pela “raridade” de seus exemplares. A

forma como o território brasileiro era transposto para as salas dos Museus revelava-se, frequentemente, tendenciosa: o Brasil continuava sendo uma região “primitiva” e “desocupada” pelo homem branco, mas ainda rico em informações científicas a serem exploradas.

Apesar de os animais caçados por Roosevelt não terem sido expostos no Museu, a viagem ao Brasil seria lembrada de uma outra forma. Em 1924, a Assembleia Legislativa do Estado de Nova York decidiu homenagear o ex-presidente com a construção de um Memorial. O espaço foi inaugurado em 1939, e sua mostra incluía a estátua equestre do ex-presidente na entrada do prédio pelo *Central Park West*, o *Theodore Roosevelt Rotunda* e o *Theodore Roosevelt Memorial Hall*. Foi ainda disposto, em quatro salões do *Memorial Hall*, um conjunto de artefatos e imagens que ilustravam quatro passagens de sua vida: *Young Naturalist*, que retratava a sua paixão pela natureza desde a infância; *Observer*, que ressaltava o início de seu pensamento conservacionista, por meio de suas experiências como fazendeiro no território de Dakota do Norte (*Badlands*), e a constatação de que o bisão norte-americano estava ameaçado de extinção; *Presidente Conservation*, que exaltava suas medidas, como presidente, em defesa do meio ambiente e da construção de inúmeros parques federais; e, por fim, *Lifelong Explorer*, que lembrava, principalmente, a sua expedição pelo Rio das Dúvidas.

Nesse último caso, as fotografias produzidas pelas equipe norte-americana seriam novamente dispostas ao olhar do público, que as contemplaria como provas reais de uma expedição extraordinária liderada por seu ex-presidente. Dentre as imagens se destacavam os retratos de caça, da paisagem e dos indígenas brasileiros. O espaço ainda expunha uma cópia da primeira edição do livro *Through the Brazilian Wilderness* (1914) e alguns equipamentos e objetos pessoais utilizados na viagem, por exemplo, bússola, lupa e uma caderneta¹²⁸. No alto da parede da sala, aparecia o seguinte trecho: “Nenhum homem leva uma vida mais resistentes ou mais aventureira do que o naturalista-coletor, cuja busca o leva até os confins da terra... Se ele tem olhos para ver, ele terá muitos casos para contar (...) das verdadeiras histórias de aventura em terras estranhas”. A frase, que coroava a homenagem, servia também de fio condutor da exibição. Roosevelt seria novamente representado como caçador e

128 Em 2012, o Memorial Hall foi reinaugurado. O espaço foi ampliado e recebeu novos documentos e materiais sobre a viagem ao Brasil, por exemplo, os trechos do filme *Wilderness*, que passaram a ser exibidos em pequenos telões.

explorador dos trópicos, e o Brasil como território “desconhecido”, como uma “terra estranha”, mas um lugar ideal para produzir conhecimento e desafiar o físico humano. Olhando todas as informações produzidas para o Museu, seja com as fotografias, com o diário do Roosevelt e com os dioramas, reforça-se a visão de que aquelas terras desconhecidas e longínquas retratavam uma vastidão atrasada, em que a civilização norte-americana teria “muito a contribuir” e “salvar”. Deixava, na verdade, a visão de um Brasil atrasado e com poucos recursos técnicos e de conhecimento para aproveitar toda a imensidão da flora e fauna locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, em termos de contribuições científicas, a expedição foi encarada como um “fracasso”, como poderíamos entender, em termos de representação, as contribuições que ela proporcionou ao Brasil? Como a expedição Roosevelt-Rondon apresentou o noroeste brasileiro ao público norte-americano?

Era inquestionável a tentativa do Governo brasileiro de utilizar a figura de Roosevelt para promover a Comissão Rondon e reafirmar as possibilidades de exploração dos recursos da floresta. Durante meses a fio, a imprensa brasileira noticiou as atividades do ex-presidente pelo noroeste do país e os desafios encontrados e superados por ele. Insistia-se no fato de o Brasil ser visto como aliado de Washington e que a viagem serviria para reforçar ainda mais a imagem positiva que o Brasil tinha no estrangeiro. No dia 8 de março de 1914, por exemplo, o *Jornal do Brasil* noticiava que Roosevelt havia escrito uma carta para a revista *Outlook*, um importante periódico norte-americano, informando sobre a sua experiência na Amazônia e distribuindo “grandes louvores ao extraordinário desenvolvimento dos Estados brasileiros que percorreu”. A imprensa também deu cobertura integral às conferências realizadas por Roosevelt, em 1914, na Inglaterra, e, posteriormente, em eventos localizados, como as Conferência de Rondon, no *Theatro Phenix*, em outubro de 1915; e na estreia do filme “Expedição Roosevelt”, de Thomaz Reis, exibido entre os anos de 1915 e 1916 e assistido por milhares de espectadores brasileiros¹²⁹.

Rondon, após a viagem, ficou conhecido internacionalmente, o que pode ter influenciado em sua indicação ao prêmio Nobel da Paz, em 1957. A Universidade de *Harvard*, na década de 1930, cogitou em oferecer-lhe um título honorário; e ele teve o seu nome inscrito, “em letras em ouro maciço”, na *Geographic Society*, de Nova York, como o explorador que mais devassou terras tropicais. Roosevelt, durante a cerimônia na *Geographic Society* exaltou a figura do sertanista e assim declarou: “A América pode apresentar ao mundo duas grandes realizações. Ao norte, o Canal do Panamá e, ao sul, as conquistas geográficas de Cândido Rondon”. O legado de Rondon, apesar de todos os sobressaltos que sua Comissão apresentou, foi em parte resultado de uma extensa máquina publicitária – construída, principalmente, dentro do Brasil –, que ajudava a imprimir no imaginário cultural o seu *status* de herói, de

129 Entre os anos de 1915-1916, o filme foi visto, no Rio de Janeiro, por 20.000 pessoas, em apenas cinco dias de exibição; e, em São Paulo, uma das salas de exibição chegou a abrigar quatro mil espectadores. Os dados sobre a bilheteria foram retirados do site do Projeto Rondon. Ver: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-garoto-propaganda.jsp>

“explorador incansável” e “pioneiro destemido”. Essa estratégia publicitária o ajudou, em diversos momentos, a silenciar seus opositores, e, também, a incorporar, nas mentes brasileiras, temas patrióticos e nacionalistas ao projeto de construção da História do Brasil Republicano (DIACON, 2004; MACIEL, 1998; BIGIO, 2000; TACCA, 2001; MILLARD, 2005).

Porém, com o passar do tempo, a publicidade em torno da Expedição Roosevelt-Rondon perdeu sua força, e o sertanista teve que encontrar novos meios para se reafirmar no cenário doméstico. A linha telegráfica que ligava Cuiabá à bacia amazônica – que em parte foi percorrida por Roosevelt – foi inaugurada no dia 1º de janeiro de 1915, embora, surpreendentemente, sem alarde. A pouca demanda pelo serviço e as enormes dificuldades encontradas em seu uso podem ser apontadas como razões pela sua fraca divulgação na imprensa. Segundo Todd Diacon (2006: 60-63), a linha tinha sido inaugurada *pró-forma*, ou seja, devido ao trabalho feito de modo apressado – e, em alguns casos, incompleto –, as interrupções em seu funcionamento eram constantes. A região, ao contrário do que previra Roosevelt e do que tanto desejava o Governo brasileiro, continuou a ser assombrada por relatos de “abandono” e “isolamento”. Mesmo após toda a publicidade ocasionada com a viagem do ex-presidente, as linhas telegráficas, que prometiam atrair milhares de imigrantes, continuavam a ser apenas habitadas por um número ínfimo de funcionários dos telégrafos, que levavam uma vida difícil e sofriam, recorrentemente, com a fome, com as doenças tropicais e com os embates com a população indígena. De tudo o que foi observado, relatado, dissecado, empacotado e despachado para Nova York e para o Rio de Janeiro, pouco teria ajudado os habitantes da Amazônia.

O antropólogo francês Claude Lévi-Straus, que viajou pela região no fim da década de 1930, descreveu a situação como desoladora: “Quem vive na linha Rondon”, dizia ele, “facilmente se imaginaria na Lua”. E continuava: “Por mais espantoso que pareça, a linha aumenta, mais do que desmente, a solidão local” (LÉVI-STRAUS *apud* DIACON, 2006: 194-195). Ainda que os postos funcionassem, explicava Lévi-Straus, os serviços continuavam a ser precários. Os postes não recebiam manutenção e apodreciam em meio à floresta, encarnando a própria imagem do abandono da Missão. Além disso, o desenvolvimento da radiografia havia tornado a linha telegráfica obsoleta, e o objetivo original, que era estendê-la até Manaus, foi

abandonado¹³⁰. E as informações científicas colhidas durante a viagem de Roosevelt, que prometiam revolucionar o conhecimento sobre a natureza amazônica, foram incorporadas às coleções das outras expedições, o que tornava difícil a identificação do que foi ou não realizado sob o comando do coronel norte-americano¹³¹. A viagem somente seria recuperada pela memória brasileira durante o Governo de Vargas, com a tradução para o português do livro *Through the Brazilian Wilderness*, e a retomada da obra como parte do projeto “Conquista do Oeste”. Entretanto, sua divulgação seria articulada com outras produções estrangeiras e nacionais sobre a Amazônia, o que tornava o seu alcance individual restrito. Não por acaso, a historiografia brasileira, quando tratou sobre as Comissões Rondon, apenas dedicou uma parte pequena do estudo à análise da participação norte-americana. Atualmente, os trabalhos que abordaram de maneira mais detalhada o tema foram, em sua maioria, escritos por estrangeiros.

Contudo, se a expedição de Roosevelt, apesar de algumas críticas e limitações, conseguiu reanimar a publicidade da Comissão por um breve período, nos Estados Unidos, a repercussão foi ainda maior! A chegada de Roosevelt foi celebrada pela população nova-iorquina de maneira semelhante às homenagens aos grandes heróis de guerra, quando regressavam vitoriosos de uma batalha. Os jornais mencionavam que uma multidão aguardava Roosevelt, a bordo do vapor *Aidan*, ancorar no porto de Nova York. Sua aparência cansada e magra serviam, ao entender da época, como provas de que a viagem havia sido dura e desafiadora, como o ex-presidente havia apregoado. Os jornais insistiam na certeza de que a sua recuperação seria rápida. Assim, mesmo com a saúde debilitada, Roosevelt foi capaz de realizar algumas palestras, nas quais os lugares no auditório eram disputados acirradamente. As pessoas estavam ansiosas para saber quais as novidades trazidas pelo ex-presidente, e os periódicos publicavam excessivamente as cópias fotográficas realizadas pela

130 As experiências com a radiografia já haviam sido iniciadas desde 1906, em estações costeiras do Rio de Janeiro e da Bahia. Com o passar do tempo e com o aperfeiçoamento da tecnologia, as críticas quanto ao telégrafo tornaram-se mais incisivas. Essas informações estão disponíveis no Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1907 (acesso pelo site do *Center for Research Libraries*, p. 98).

131 Embora a construção das linhas telegráficas simbolizasse, ao final, um certo fracasso, a Comissão Rondon abarcou outros objetivos em seus anos dedicados à “conquista do sertão”, que lhe galgaram o título de herói. Pesquisadores da Fiocruz desenvolveram importantes trabalhos sobre as contribuições que as expedições realizaram nas pesquisas científicas brasileiras. E seus esforços para fundar o Serviço de Proteção aos Índios, mesmo com todas as críticas manifestas ao longo do tempo, foram o pontapé inicial na construção de políticas em defesa dos direitos indígenas.

comitiva norte-americana. Como foi visto, nelas, Roosevelt não apresentava os centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e sim as localidades que lembrassem a “selva tropical”. Representado de maneira altiva e vitoriosa, Roosevelt posava como caçador, e, geralmente, exibia, ao seu lado, o animal morto como troféu. A coleção fotográfica também incluía, além da fauna abatida, retratos da paisagem e dos indígenas; e deveria recriar em seu conjunto o ambiente “hostil”, “selvagem” e “primitivo” da “selva”.

O destaque adquirido pelas fotografias da Expedição Roosevelt-Rondon sugeria que elas obtiveram um alto grau de visibilidade durante os anos subsequentes, fazendo parte do circuito visual do início do século XX. O fato de essas imagens terem sido divulgadas em palestras científicas, nos museus, nas salas de cinema, além de serem publicadas nas capas de periódicos, fizeram com que seu alcance não se reduzisse apenas a um público restrito ou a uma parcela cientificamente alfabetizada. As informações, ao serem expostas de maneira tão incisiva, tornavam-se muito mais acessíveis à população geral, possibilitando a divulgação daqueles conhecimentos de maneira mais imediata e generalizada. Aliando, assim, o ideário e a narrativa do esporte de caça a uma estética romântica, com códigos tradicionalmente reconhecidos, o ex-presidente apresentava ao seu público um Brasil exótico e selvagem. Tratava-se, na sua visão, de um território ideal para aventuras, que desafiava e era desafiado pelos mais “destemidos explorados”. A “selva”, construída por Roosevelt, não era “civilizada” e apresentava, como recursos para obstaculizar a ação do homem, a sua umidade, a sua fauna “selvagem e canibal”, o seu emaranhado de galhos e as suas “violentas” corredeiras. O relato do ex-presidente procurava, em diversos momentos, enfatizar a sensação de angústia, tensão e sufocamento que a floresta, o calor, os rios e os insetos causavam em seu corpo. Para Roosevelt, as ameaças poderiam vir de qualquer lugar, e, sem qualquer tipo de aviso, pôr em perigo o sucesso da viagem. Sua narrativa trabalhava, continuamente, em um jogo de representações entre o “Paraíso Perdido” e o “Inferno Verde”, que aliava também ideias da “fronteira ilimitada”.

Por mais que a expedição quase tenha significado a sua morte, Roosevelt expressava sua convicção de que, mesmo a floresta sendo um forte obstáculo à ação do homem, sua conquista apenas poderia ser alcançada por uma raça superior (predestinada), inteligente, provida de influência econômica e de conhecimentos científicos. E, assim, ele procurava produzir um conjunto amplo de conhecimentos

que auxiliariam a conquista e a futura colonização do território. Por meio de ferramentas descritivas (as fotografias e as narrativas de viagem), a comitiva de Roosevelt visava proporcionar uma assimilação do noroeste brasileiro de forma aparentemente “pacífica” e “abstrata”. As excursões pelos territórios proporcionavam uma apropriação discursiva das áreas “desconhecidas”, estabelecendo uma nova configuração, porém efetiva, da conquista, situação que Mary Louise Pratt (1999) denominou “anticonquista”. Esse termo fazia referência à maneira aparentemente benigna, reflexiva e científica do viajante e aos elementos abstratos da apropriação catalogadora por ele produzida. A própria natureza – delimitada pela escrita e imagens que compunham os diários de viagem – antes de tudo como áreas não controladas pelo homem, era, nesse tipo de discurso, idealizada. O cenário era apresentado como desabitado, devoluto, sem história; mas também como propício para aventuras físicas e financeiras, e para os avanços científicos. Roosevelt olhava para a região com os “olhos do império”, e, a narrava como “primitiva”, “desocupada” e “desconhecida”, autorizava sua presença e futuras investidas estrangeiras sobre o território.

Roosevelt, sem dúvida, exerceu influência sobre a ciência norte-americana da época; e poderia, em certo sentido, ser compreendido como um divulgador da ciência. De fato, embora fosse um curioso e se autointitulasse um contribuidor da História Natural, ele não era um cientista profissional. Mas a sua parceria com uma instituição científica, no caso o *American Museum of Natural History*, o legitimava, na ocasião, enquanto tal. Roosevelt não falava de qualquer lugar. Sua fama como político e figura pública o colocaram como o principal divulgador de seus trabalhos. Como foi visto, a sua história foi marcada por intenso diálogo com algumas instituições científicas, por exemplo, a forte colaboração que teve na criação, em 1894, da Sociedade Zoológica de Nova York e do *Bronx Zoo*, inaugurado em 1899 (BRINKLEY: 2009). Em relação à sua viagem ao Brasil, ele iniciou, em 1914, uma série de conferências sobre sua expedição na *Geographic Society* de Nova York, onde recebeu o Prêmio *Livingstone*. Em suas palestras, proferidas no Museu, mas também ocorridas na Europa, ele utilizou, além dos suportes escritos, recursos visuais, uma vez que eram projetados imagens e mapas para tornarem suas palavras mais claras à plateia. Roosevelt, por apresentar as informações com uma linguagem menos técnica, auxiliou na divulgação

e na compreensão de uma ciência naturalista, com forte teor imperialista, desenvolvida nos Estados Unidos no início do século passado.

Greg Myers (2003) acredita no poder do “não especialista” em persuadir e interferir em certas práticas científicas na sociedade. Ao descrever a fauna e a flora da floresta tropical (existência de “grandes insetos” e “letais animais”), o ex-presidente ajudou a reforçar e a fundamentar uma ideia de ciência imperialista, apoiada em uma compreensão do pouco desenvolvimento do território tropical em relação ao país do norte. Como defende Myers, em cada período, parte da cultura popular contribuiu ativamente para a construção de uma visão de natureza, de ciência e de conhecimento. O discurso científico encontra-se entrelaçado com outros discursos, estendendo-se para o âmbito da política, da sociedade e da cultura. Há, assim, uma interação do discurso científico com o discurso popular, que envolve pessoas, identidades, bem como mensagens e conhecimentos. O episódio da Expedição Roosevelt-Rondon ajuda a visualizar essa comunicação entre a política e a cultura na construção e compreensão da ciência norte-americana no início do século XX.

E a influência de Roosevelt, sem dúvida, foi sentida em outras esferas da sociedade. Seus trabalhos foram transpostos para relatórios ambientais, foram utilizados como avaliações “objetivas” para exploração do território, e influenciaram, de maneira enfática, a cultura e o cinema. Ainda hoje, ele faz parte do imaginário norte-americano e tem a sua figura associada ao político, soldado, naturalista e explorador. A estátua, na entrada do *American Museum of Natural History*, construída em 1939, continua a exprimir tal visão. Nela, Roosevelt aparece, em destaque, montado em um cavalo, portando armas e trajando roupas que lembravam as suas de explorador (como o lenço no pescoço). Ao seu lado, mas numa posição inferior e sem o cavalo como “pedestal”, duas figuras humanas eram representadas: à sua direita, um indígena americano; e à sua esquerda, um africano. A obra parecia lembrar, mais do que uma suposta harmonia entre povos, os anseios norte-americanos pela conquista do mundo. E, assim, Roosevelt entrou para a História dos Estados Unidos como um líder que conquistou não apenas a América do Norte, como também outros continentes do mundo, reforçando, nesse sentido, o ideário imperialista e expansionista norte-americano.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Relatórios e Diários de Viagem da Expedição Roosevelt-Rondon

CHERRIE, George K. *Cherrie's diary of the Theodore Roosevelt Expedition to explore the River of Doubt in Brazil*, October 1913 to May 1914.

COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DE MATO GROSSO AO AMAZONAS. *Relatório de serviço de conservação da linha telegráfica no período de junho de 1913 a setembro de 1914* [pelo 1º Tem. Júlio C. Horta Barbosa]. Rio de Janeiro, 1916.

COMISSÃO RONDON. *Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Photographias da Construção, expedições desde 1900 e 1922 [encaminhado] Ao Exmo. Sr. General de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho, D. Ministério d' Estado dos Negócios da Guerra, 2v., 1922.

EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira Cel. De Eng. C. M. da S. Rondon pelo médico da expedição D. José Antônio Cajazeira*, capitão médico. Rio de Janeiro, Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, 1916.

HOEHNE, Frederico Carlos. *Expedição Científica Roosevelt-Rondon - Anexo nº 2 / Botânica*. Relatório apresentado ao Sr. Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão Brasileira. Por F. C. Hoehne (Botânico da Expedição). Rio de Janeiro, novembro de 1914.

MAGALHÃES, Amilcar A. Botelho de. *Expedição Científica Roosevelt-Rondon*. Relatório apresentado ao Sr. Cel. De Eng. C. M. da S. Rondon, chefe da Comissão Brasileira, pelo Capitão [], ajudante da expedição. Rio de Janeiro, 1916.

MILLER, Leo. The Roosevelt Expedition to South America. In: WILEY, Farida A (ed.). *Theodore Roosevelt's America: selections from the writings of the Oyster Bay naturalist..* New York: Devin-Adair Co., 1955, p.302-309.

OSBORN, Henry Fairfield. Theodore Roosevelt, Naturalist. In: WILEY, Farida A (ed.). *Theodore Roosevelt's America: selections from the writings of the Oyster Bay naturalist.* New York: Devin-Adair Co, 1955, p.15-18.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo Sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon no Theatro Phenix do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CLTEMTA, 1916.

ROOSEVELT, Theodore. Animals of Central Brazil. In: WILEY, Farida A (ed.). *Theodore Roosevelt's America: selections from the writings of the Oyster Bay naturalist.* New York: Devin-Adair Co., 1955, p.310-332

ROOSEVELT, Theodore. Down the Dúvida (River of Doubt). In: WILEY, Farida A (ed.). *Theodore Roosevelt's America: selections from the writings of the Oyster Bay naturalist..* New York: Devin-Adair Co., 1955, p.333-396.

ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the Brazilian Wilderness*. New York: Charles Scribner's Sons, 1914.

ZAHM, John Augustine. *Through America's Southland, with an account of the Roosevelt Scientific Expedition to South America*. New York, London, D. Appleton and Company, 1916.

Bibliografia

ADES, Dawn. *Arte na América Latina: a era moderna, 1820-1980*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997.

ANDERMANN, Jens. Espetáculo da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. *Revista Topoi*, número 09. Julho- dezembro de 2004, p. 128-170. Disponível em: http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi09/topoi9a6.pdf. Acesso em: 15/08/2009.

ANDRADE, Sérgio Luiz Augusto de. *Expedição Científica Roosevelt-Rondon: Contribuição às Ciências Naturais no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2009.

ANDREWS, Ralph W. *Photographers of the Frontier West: their lives and Works, 1875-1915*. Seattle: Superior Publishing Company, 1965.

ARANHA, Patrícia M. Ciência, telégrafos e geografia: os engenheiros militares da Comissão Rondon, 1907-1915. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.307-315.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ASMA, Stephen T. *Stuffed Animals and Pickled Heads: the Culture and Evolution of Natural History Museums*. New York: Oxford University Press, 2003.

AVERY, Kevin J. The Heart of the Andes Exhibited: Frederic E. Church's Window on the Equatorial World. In: *American Art Journal*, Vol. 18, No. 1 (Winter, 1986), p. 52–72. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1594457>. Acesso em 02/06/2015.

AXELROD, Herbert R. Breeding The Red-Belly Piranha. In: *Breeding Aquarium Fishes*, Book 4. TFH Publications, Inc: 1976. Disponível em: http://www.angelfire.com/biz/piranha038/spawning_red.html

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi – Antropos-Homem*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BAGGIO, Kátia Gerab. Identidade e alteridade: a representação do *outro* e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas*, vol. 1. Assis: UNESP Publicações, 2009.

_____. Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas, In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

BAKER, Steve. *Picturing the Beast: animals, identity and representation*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 43(2), 2000, p. 150-169.

_____. *Política externa da Primeira República: anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Política externa de Rio Branco: o Brasil e o subsistema norte-americano. (1902-1912)*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BANTA, Melissa, and HINSLEY, Curtis M. *From Site to Sight: Anthropology, Photography, and the Power of Imagery*. Cambridge: Peabody Museum Press, 1986.

BARBOUR, Barton H. *Fort Union and the Upper Missouri Fur Trade*. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 2001

BARGER, M. Susan and WHITE, William B. *The daguerreotype: nineteenth-century technology and modern science*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1991.

BARRETT, John. *The Calling of South America: an authoritative statement of facts*. New York: Pan American Society, 1922.

BARROS, Mariana. *Entre o Exotismo e o Progresso: A Construção do Brasil pela Fotografia de Marc Ferrez*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2004.

BARTHES, R.; COMPAGNON, A. Leitura. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 184-206, 1987.

BATES, Henry Walter. *The Naturalist on the river Amazons: a record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel*. London, 1892.

BEINART, William. Empire, Hunting, and Ecological Change in Africa. In: *Past and Present*, n. 128 (1990), pp. 162-86.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Edição Metalivros / Fundação Odebrecht, 1994.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BENES, Peter (ed.) *New England's Creatures: 1400-1900*. Boston: Boston University, 1995.

BENNET, Tony. *The Birth of the Museum: history, theory, politics*. London, New York: Routledge, 1995.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, Petrobrás, 2000.

BORGES, Maria Eliza Linhares. A Escravidão no Brasil Oitocentista. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org). *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG: Pós Graduação História, UFMG, 2008, p. 321-341.

_____. *História & Fotografia*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOWSER, Eileen. *The Transformation of Cinema 1907-1915*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, 1990.

BRANCHES, Dunshee de Rio. O Brasil perante a Doutrina Monroe. In: *Revista Americana: uma iniciativa da cooperação intelectual (1909-1919)*. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRANDER, Michel. *The Big Game Hunters*. New York: St. Martin's Press, 1988.

BRIDGES, William. *Gathering of animals: an unconventional history of the New York Zoological Society*. New York: Harper & Row, Publishers, 1974

BRINKLEY, Douglas. *The Wilderness Warrior: Theodore Roosevelt and the Crusade for America*. New York: HarperCollins Publishers, 2009.

BROWER, Matthew. *Developing Animals: wildlife and early American photography*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2011.

_____. Trophy Shots: Early North American Photographs of Nonhuman Animals and the Display of Masculine Prowess. In: *Society & Animals*, Leiden, 2005.

BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002.

- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Editora Edusc, 2004.
- BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.
- BURTON, David. Theodore Roosevelt's Social Darwinism and Views on Imperialism. In: *Journal of the History of Ideas*, vol 26, No 1 (jan-marc, 1965), p. 103-118. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2708402>. Acesso em: 20/02/2013.
- CARDOSO, Rafael. Coleção e construção de identidades: Museus brasileiros na encruzilhada. In: *Coleção, Museus e História*, 2003. p. 183-195.
- CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907- 1915). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, 2011, p. 471-497.
- CANABARRO, Ivo. *Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações*. In: Estudos Ibero-Americanos / Pós-Graduação em História, PUCRS. V. XXXI, n.2, 2005, p.23-39.
- CARBONELL, Bettina Messias (ed.). *Museum Studies: an Anthology of Contexts*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Indivíduo, Género y Ornamento em los retratos fotográficos, 1870-1920. In: AGUAYO, Fernando y
- ROCA, Lourde (coord). *Imágenes e investigación social*. México: Instituto Mora, 2005, p. 271-291.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. A Representação da Natureza na Pintura e na Fotografia Brasileira do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. p. 199-231.
- CAVALCANTI, Carlos. O Predomínio do Academismo Neoclássico. In: PONTUAL, Roberto. *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. Imagem. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Série Diversos. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.405-408.

CONRADS, Margaret C. *American Paintings and Sculpture at the Sterling and Francine Clark Art Institute*. New York: Hudson Hills Press, 1990, p. 139-149.

CONN, Steven. *Museum and American intellectual life, 1876-1926*. Chicago, University of Chicago Press, 1998.

COOMBES, Annie E. *Reinventing Africa: museums, material culture and popular imagination*. New Haven, London: Yale University Press, 1994.

CORDERY, Stacy (org). *Historic Photos of Theodore Roosevelt*. Nashville: Turner Publishing Company, 2007.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. EDUSP. São Paulo. 1991.

COUTINHO, E. *Rondon: o salto para o desconhecido*. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

CUNHA, Heitor Pereira da. *Viagens e Caçadas em Matto-Grosso: três semanas em companhia de Th. Roosevelt*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Livraria Francisco Alves, 1922.

CUTRIGHT, Paul Russell. *Theodore Roosevelt, the naturalist*. New York: Harper 4 Brothers, 1956

DANTES, Maria Amélia M. A implantação das ciências no Brasil – um debate historiográfico. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org). *Múltiplas faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: Editora UFPA, 2005, p. 31-48.

DEMELLO, Margo. *Animals and Society: an introduction to Human-Animal Studies*. New York: Columbia University Press, 2012.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DIENER, Pablo, COSTA, Maria de Fátima. *A América de Rugendas: obras documentos*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DITMARS, Raymond. *The reptiles book: a comprehensive, popularized on the structure and habits of turtles, tortoises, crocodilians, lizards and snakes which inhabit the United States and Northern Mexico*. New York: Doubleday, Page and Company, 1908.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 8.ed. São Paulo: Papirus, 1999.

DUNAWAY, Finis. *Hunting with the Camera: Nature Photography, Manliness, and Modern Memory*, 1890-1930. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/27556807>
Acesso em: 22/07/2013.

DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Introdução. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 9.

DYER, Thomas G. *Theodore Roosevelt and the Idea of Race*. Louisiana State University Press, 1980.

E. BENNET, LL.D. *Shots and Snapshots in British East Africa*. New York: Longmans, Green and Co, 1914.

FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. *Identidades virtuais. Uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

FABRIS, Annateresa, KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). *Imagem e conhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 157-178.

FARAGHER, John Mack. *Rereading Frederick Jackson Turner: the significance of the frontier in American History and other Essays*. New Haven & London: Yale University Press, 1998

FELN, Bruce. Theodore Roosevelt and American Masculinity. In: *OAH Magazine of History*, March 2005.

FERES JR., João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FEW, Martha; TORTORICI, Zeb (editors). *Centering Animals in Latin America History*. Duhan and London: Duke University Press, 2013.

FIALA, Anthony. *Fighting the Polar Ice*. New York: Doubleday, Page & Company, 1907.

FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana. *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem sobre a América Hispânica: considerações sobre as obras historiográficas de Feliú Cruz e Estuardo Núñez. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 7, nov./dez. 2011.

_____. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, vol. 2. São Paulo: Humanitas, 2011.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.) *Memórias do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

_____. *O que é um autor?*. Lisboa: Passagem, 1992.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GODIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: GOMES, Angela; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 157-216.

GOODYEAR III, Frank H. *Faces of the Frontier: photographic portraits from American West, 1845-1924*. Norman: University of Oklahoma Press, 2009.

GOSDEN, Chris; KNOWLES, Chantal. *Collecting Colonialism: material culture and colonial change*. Oxford, New York: Berg, 2001.

GUGGISBERG, C. A. W. *Early Wildlife Photographers*. New York: Taplinger Publishing Company, 1977.

HAAS, Robert Bartlett. *Muybridge: Man in Motion*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1976.

HARAWAY, Donna. Teddy Bear Patriarchy: Taxidermy in the Garden of Eden, New York City, 1908-1936. In: KAPLAN, Amy & PEASE, Donald (ed.). *Cultures of United States Imperialism*. Durham and London: Duke University Press, 1993, p. 237-291.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARGEDORN, Hermann (Ed). *Memorial Edition: Works of Theodore Roosevelt*. 24 vols. New York: Charles Scribner's sons, 1923-1926.

HENDRICKSON, Robert. *The Facts on File Dictionary of American Regionalisms: local expressions from coast to coast*. New York: Fact on File Inc., 2001.

HIGHT, Eleanor M. & SAMPSON, Gary D. *Colonialist Photography: Imag(in)ing Race and Place (Documenting and Image)*. New York: Routledge, 2004.

HILL, Lawrence. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. Connecticut: Greenwood Press, 1970.

HINES, T. C.; KEENLYNE, K.D. Two Incidents of Alligator Attacks on Human in Florida. 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1443173>. Acesso em: 02/12/2013.

HOAGE, R. J; DEISS, William A. (ed.). *New World, New Animals: from Menagerie to Zoological Park in the Nineteenth Century*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

HOBSBAWM, Erick, RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUMBOLDT, Alexander (1819). *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent, During the Years 1799-1804*. Disponível em: <http://www.bbaw.de/forschung/avh/orinoco/texte/english.html>. Acesso em: 06/09/2013.

HUNT, William R. *To Stand at the Pole: The Dr. Cook – Admiral Peary North Pole Controversy*. New York, Stein & Day: 1981.

HUXLEY, Thomas Henry. Carta a lord Granville (1869). In: NARANJO, Juan. *Fotografia, antropologia y colonialismo (1845-2006)*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.L, 2006, p.47-49.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. In: *Revista de História*. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 323-342. 2001.

KALOF, Linda. *Looking at Animals in Human History*. London: Reaktion Books, 2007.

KAPLAN, Amy & PEASE, Donald (ed.). *Cultures of United States Imperialism*. Durham and London: Duke University Press, 1993.

KEARTON, Cherry. *Photographing Wild Life Across the World*. London: J. W. Arrowsmith, s/d.

KIRK, Jay. *Kingdom Under Glass: a tale of obsession, adventure, and one man's quest to preserve the world's great animals*. New York: Henry Holt and Company, 2010 .

KOETTING, Christopher. *Mind Warp: The Fantastic True Story of Roger Corman's New World Pictures*. Midnight Marquee Press, Inc.; First U.S. Edition Edition: Baltimore, 2009.

KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico Fotográfico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LANGER, Johnni. *Ruínas e Mitos: a arqueologia no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado. UFPR, Curitiba. 2001.

LASMAR, Denise Portugal. *O Acervo Imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio, 1890-1938*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. *Naturalistas Viajantes*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, I (2): 7-19, nov. 1994 – fev.1995.

_____. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. V (suplemento), 163-193 julho 1998.

LISSOVSKY, Mauricio; HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira (ed.). *Retratos modernos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

LIVINGSTONE, David. *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (2006). *Brazil through the eyes of William James: letters, diaries and drawings, 1865-1866*. Cambridge: Harvard University Press.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a Conquista Ordenada dos Sertões: espaço, telégrafo e civilização. In: *Proj. História*, São Paulo, maio 1999, p. 167-189.

_____. *A Nação por um Fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC, 1998.

MACKENZIE, J. *Museum and Empires: natural history, human culture and colonial identities*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2009.

_____. *The Empire of Nature: Hunting, Conservation and British Imperialism*. Manchester, 1988.

MADDEN, Dave. *The inside the odd and obsessive authentic world of taxidermy animal*. New York: St. Martin’s Press, 2011.

MAGALLANES, Frank. *The Law and Piranhas*. October 2002. Disponível em: http://www.angelfire.com/biz/piranha038/Laws_and_Piranhas.html. Acesso em: 15/12/2013.

MANTHORNE, Katherine Emma. O Imaginário Brasileiro para o público norte-americano do século XIX.. In: *Revista USP*, São Paulo (30), junho/agosto, 1996, p. 58-71.

_____. *Tropical Renaissance: North American Artists Exploring Latin America, 1839-1879*. Washington / London: Smithsonian Institution Press, 1989.

MARSCHALL, Rick. *Bully!:* the life and times of Theodore Roosevelt. Washington: Regnery Publishing, 2011.

MAXWELL, Anne. *Colonial Photography and Exhibitions: representations of the ‘native’ and the making of European identities*. London and New York: Leicester University Press, 2000.

MENEZES, Paulo. Major Reis e a Constituição Visual do Brasil enquanto Nação. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 231-256, jan./jun. 2008.

METZLER, Sally. *Theatres of Nature: Dioramas at the Field Museum*. Chicago: Field Museum of Natural History, 2007.

MILGROM, Melissa. *Still Life: adventures in taxidermy*. Boston, New York: Mariner Books, Houghton Mifflin Harcourt, 2011.

MILLARD, Candice. *O rio das Dúvidas: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEZ, Luiz Barros. Relatos de viagem como objetos de reflexão historiográfica e da prática tradutória. In: *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n. especial, jul./dez. 2014, pp. 277-298

MOREL, Cristina Massadar, *Almanaque Histórico Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Abravideo, 2009.

MORISON, Elting E. (Ed.). *The Letters of Theodore Roosevelt*. Harvard University Press, 1954.

MORRIS, Edmund. *Coronel Roosevelt*. New York: Random House Trade Paperbacks, 2011.

MURPHY, Robert Cushman. The Sketches of Titian Ramsay Peale (1799-1885). In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 101, No. 6, Studies of Historical Documents in the Library of the American Philosophical Society. Dec. 19, 1957, p. 523-53.

MYERS, Greg. Discourse studies of scientific popularization: questioning the boundaries. *Discourse studies*, 2003. Vol. 5(2) 265-279

NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

NARANJO, Juan. *Fotografia, Antropologia y Colonialismo (1845-2006)*. Barcelona: FotoGGrafia, 2006.

NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. New Haven and London: Yale University Press, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ORNING, Joseph. *My last chance to be a boy: Theodore Roosevelt's South American expedition of 1913-1914*. Louisiana State University Press, 1998.

PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PATTERSON, J. H. *The Man-Eaters of Tsavo and other East African Adventures*. London: Macmillan and Co., 1907.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculo de modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIASE, Alfred E. *Book of the Lion*. London: John Murray, Albemarle Street, W., 1913

PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas, 1992.

PINHEIRO, Marcos José. *Museu, memória e esquecimento: um projeto da modernidade*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

POMIAN, K. Coleções. In: LE GOFF, J (org). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1, 1984.

PONCE, Daniel. La intensa luz de lo remoto: fotógrafos viajeros del siglo XIX. In: *Ojos Cruelles – Temas de La fotografia y sociedad*. Año 1, n.01, oct /2004 – mar / 2005, p. 17-39.

POULOT, Dominique. Museu, Nação, Acervo. In: n: BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S.; TOSTES, V. (Org.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 25-62.

QUINN, Stephen Christopher. *Windows on Nature: the Greater Habitat Dioramas of the American Museum of Natural History*. New York: American Museum of Natural History, 2006.

PRADO, Maria Lígia C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RATTENBURY, Richard C. *Hunting the American West: The Pursuit of Big Game for Life, Profit and Sport, 1800-1900*. Missoula: [Boone and Crockett, 2008](#).

REIS, Luiz Thomaz. Relatórios dos Serviços Fotográficos e Cinematográficos e Serviços Antropométricos. In: Vasconcelos, Capitão Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca. *Expedição ao Rio Ronuro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. *Relatório sobre a Expedição ao Rio Onoroco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

RITVO, Harriet. *Animal Estate*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

ROOSEVELT, Theodore. A faunal Naturalist in South America. In: *American Museum Journal*, vol. 19, 1919, vol. 1, p. 663-670.

_____. *African Game Trails*. New York, London: Syndicate Publishing Company: 1910.

_____. Foreword. In: STIGAND, Chauncey Hugh. *Hunting the Elephant*. New York: The Macmillan Company, 1913.

_____. *Hunting Trips of a Ranchman*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1885.

_____. Introduction. In: *Camera Shots at Big Game*. New York, Doubleday, Page & Co., 1906, p. 5-12.

_____. Introduction. In: WALLIHAN, Allen; WALLIHAN, Mary. *Hoofs, Claws and Antlers of the Rocky Mountain*. 1894.

_____. *Outdoor Pastimes of the American Hunter*. New York: Charles Scribner's Sons, 1905.

_____. *Ranch Life and the Hunting Trail*. New York: The Century Co., 1899.

_____. *The Wilderness Hunter: an account of the big game of the United State and its chase with horse, hound and rifle*. New York and London: G. P. Putnam's Sons, 1900.

_____. *The Winning of the West*. Vol. 1. New York: G. P. Putnam's Soons, 1889.

RYAN, James R. *Picturing Empire: photography and the visualization of British Empire*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. *A natureza amazônica nas viagens científicas da Comissão Rondon (1907-1930)*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300811431_ARQUIVO_anpuh2011DominichideSapaper.pdf. Acesso em: 20/02/2012.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

SÁ, Luiza Vieira. *Rondon: o agente público e político*. Tese Doutorado. São Paulo: USP: 2009.

SAID, Edward S. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALVATORE, Ricardo D. *Imágenes de un imperio: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 2006.

SAMAIN, Étienne. Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o Jornal *La Lumière* (1851-1860). In: FABRIS, Annateresa, KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). *Imagem e conhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. Emancipação, Expulsão e Exclusão: Visões do Negro no Brasil e nos Estados Unidos nos anos 1860. In: *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Nº 3 junho/2009.

SAMUELS, Peggy & Harold, *Frederic Remington: a biography*. New York: Doubleday & Co., 1982.

SANDWEISS, Martha. *Print the Legend: photography and the American West*. New Haven and London: Yale University Press, 2002.

SCHLESER, David M. *Piranhas: everything about origins, care, feeding, diseases, breeding and behavior*. New York: Barron's Educational Series, Inc., 1997.

SCHOULTZ, Lars. *Beneath the United States: a history of U.S. policy toward Latin America*. Massachusetts/London: Harvard University Press, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. In: *Cadernos de História da Ciência*, Instituto Butantan, vol. IV (2) jul-dez 2008. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v4n2/a05v4n2.pdf>. Acesso em: 14/16/2015.

SICARD, Monique. *A Fábrica do Olhar: Imagens de Ciência e Aparelhos de Visão (Século de Visão)*. Lisboa: Edições 70, 2006.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre Fotografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

ST. AMANT, James A. *Survival Potential of Piranhas in Southern California Waters*. Inland Fisheries Administrative Report, nº 67-12, 1967. Disponível em: <http://www.nativefishlab.net/library/textpdf/14693.pdf>. Acesso em: 12/10/2013.

STEPAN, Nancy Leys. *Picturing Tropical Nature*. London: Reaktion Books Ltd, 2001.

STOREY, William K. Big Cats and Imperialism: Lion and Tiger Hunting in Kenya and Northern India, 1898-1930. In: *Journal of World History*, Vol. 2, No. 2 (Fall, 1991), pp. 135-173. Disponível em: www.jstor.org/stable/20078498. Acesso em: 20/11/2011.

TACCA, Fernando. *A imagética da Comissão Rondon: etnografia filmica estratégicas*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____. Caça de onças: um relato etnográfico de um filme perdido de Luiz Thomaz Reis. In: *Somalu*, ano 7, n. especial, 2007, p. 37-46.

_____. *O Feitiço Abstrato: do etnográfico ao estratégico: a imagetica da Comissão Rondon*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1999.

TAFT, Robert. *Photography and the American Scene: a Social History, 1839-1889*. New York: The Macmillan Company, 1938.

TEIXEIRA, Carlos G. P. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 57, n. 2, jul./dez.

2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01/10/2015.

THAYER, Frank S. *Hoofs Claws and Antlers of the Rocky Mountain*. Dever: Meditation, 1894.

THÉRY, Hervé. Conquista, Controle e Exploração da Amazônia: interpretação geográfica de quatro séculos de história. In: *Revista Geográfica*, n. 93 (enero-junio, 1981, p. 79-91).

TISSANDIER, Gaston. *A History and Handbook of Photography*. London, 1876. Disponível em: <http://ia331413.us.archive.org/0/items/historyhandbooko00tissuoft/historyhandbooko00tissuoft.pdf>

TOBIAS, Ronald B. *Film and the American Moral Vision of Nature: Theodore Roosevelt to Walt Disnet*. Michigan: Michigan State University Press, 2011.

TOLLES, Thayer. Frederic Remington (1861–1909). In: *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000. Disponível em: http://www.metmuseum.org/toah/hd/remi/hd_remi.htm. Data de acesso: 20/04/2015.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TÔRRES, Raquel Mundim. A dimensão política dos relatos de viagem no século XX: considerações a partir do estudo de relatos de viagem de brasileiros à URSS. In: *História Social*, n. 22, 1/2012,

TOWNSEND, Kim. *Manhood at Harvard: William James and Others*. New York, London: W. W. Norton & Company, 1996.

TURAZZI, Maria Inez. A Vontade Panorâmica. In: *O BRASIL DE MARC FERREZ*. 2. ed. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005, p.16-55.

_____. *Poses e Trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo – 1839/1889*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dover Publications, 1996.

URGO, Joseph R. *La frontera, mito y realidad del Nuevo mundo*. León: Universidad de León, 1994.

VALLA, Victor. *A penetração norte-americana na economia brasileira (1900-1930)*. São José dos Campos: ITA, Tese de Doutorado, 1972.

VASQUEZ Pedro Karp. *A Fotografia no Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

VERGARA, M. de R. Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 909-25, out.-dez. 2006.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta a sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José. 1969.

WALLIHAN, Allen; WALLIHAN, Mary. *Hoofs, Claws and Antlers of the Rocky Mountain*. 1894

WARD, Rowland. *The Sportsman's Handbook to Practical Collecting, Preserving and Artistic Setting-up of Trophies and Specimens*. London, 1880.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

WILEY, Farida A (ed.). *Theodore Roosevelt's America: selections from the writings of the Oyster Bay naturalist*. New York: Devin-Adair Co., 1955.

WILSON, R. L. *Theodore Roosevelt: Hunter-Conservationist*. Missoula: Boone and Crockett Club, 2009.

WOLFE, Cary. *Animals Rites: American Culture, the Discourse of Species, and Post humanist Theory*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2003.

WONDERS, Karen. *Habitat Dioramas: illusions of Wilderness in Museums of Natural History*. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 1993.

_____. *Hunting Narratives of the Age of Empire: a gender reading of their iconography*. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20723539>. Acesso em: 24/03/2014.

Arquivos e Bibliotecas Consultadas

Arquivo do *Field Museum* – Chicago (IL)

Arquivo do Forte de Copacabana – Rio de Janeiro (RJ)

Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro (RJ)

Biblioteca do *American Museum of Natural History* – Nova York (NY)

Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG)

Bibliotecas de *Stanford University* – Palo Alto (CA)

Museu do Índio – Rio de Janeiro (RJ)

Sites Consultados

<http://digitallibrary.amnh.org>
<http://novo.itaucultural.org.br>
<http://www.amnh.org>
<http://www.bn.br/portal/>
<http://www.loc.gov>
<http://www.theodore-roosevelt.com>
<https://archive.org>